

2022

RELATÓRIO
SOBRE
EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: *Relatório sobre Emprego e Formação – 2022*

Data de edição: julho de 2023

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: 419803/16

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Tiragem: 35 exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– *Composição:*

Presidente: **Carlos M. Anjos Alves** (UGT)

Organizações Governamentais:

- ACT - **Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo); Maria José Tiago (suplente)
- DGERT – **Ana Couto de Olim** (efetivo); Rui Abreu (suplente)
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo); Maria Teresa F. Feliciano (suplente)
- IEFEP – **Domingos Ferreira Lopes** (efetivo); Adélia Ferreira da Costa (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **Ana Isabel Lopes Pires** (efetivo); Fernando José Machado Gomes (suplente)
José Rodrigues Oliveira (efetivo); Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT – **António Rui Carvalho Miranda** (UGT); Soraia Duarte Estevez (suplente)
José Oliveira Vinagre (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo); Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo); Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Nuno M. V. Nobre Biscaya** (efetivo); Luís Henrique (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo); António A. da Cunha Abrantes (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perita convidada: **Sílvia Sousa** (Universidade do Minho)

Alexandra Moreira (CRL)

Teresa Pina Amaro (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO

Composição

- **António Figueiredo** (Quatennaire)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **João Cerejeira** (Universidade do Minho)
- **Mário C. Dias** (Universidade Lusíada)

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	8
NOTA PRÉVIA.....	13
INTRODUÇÃO	15
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	17
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU.....	17
2. ANÁLISE SINTÉTICA SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	17
2.1. Oferta de trabalho.....	18
2.2. Emprego	19
2.3. Desemprego	21
2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade.....	22
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS	22
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES	23
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	25
PRINCIPAIS INDICADORES	29
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA.....	43
2.0. NOTA INTRODUTÓRIA	43
2.1. OFERTA DE TRABALHO.....	44
2.1.1. População total	44
2.1.2. Fluxos migratórios.....	44
FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL	44
• <i>Evolução da Emigração portuguesa</i>	44
• <i>Evolução da Imigração portuguesa</i>	48
2.1.3. População por níveis de escolaridade	50
2.1.3.1. <i>Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE</i>	50
<i>População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE.....</i>	<i>53</i>
2.1.4. <i>População ativa e taxas de atividade.....</i>	<i>55</i>
2.1.4.1. <i>População ativa por escalões etários.....</i>	<i>56</i>
2.1.4.2. <i>Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia</i>	<i>56</i>
2.1.4.3. <i>População ativa por níveis de escolaridade completos.....</i>	<i>57</i>
2.1.4.4. <i>População ativa por regiões.....</i>	<i>57</i>
2.1.5. <i>População Inativa.....</i>	<i>58</i>
2.1.6. <i>População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia</i>	<i>60</i>
2.1.6.1. <i>Saída escolar precoce.....</i>	<i>60</i>
2.1.6.2. <i>População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF)</i>	<i>61</i>
2.2. EMPREGO	63
2.2.1. <i>Emprego e taxas de emprego.....</i>	<i>63</i>
2.2.1.1 <i>Emprego por escalões etários.....</i>	<i>64</i>
2.2.1.2. <i>Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia.....</i>	<i>65</i>
2.2.1.3. <i>População empregada por níveis de escolaridade.....</i>	<i>66</i>
2.2.1.4. <i>Emprego por regiões.....</i>	<i>67</i>
2.2.1.5. <i>População empregada por situação na profissão.....</i>	<i>67</i>
2.2.1.6. <i>População empregada por tempo de duração de trabalho</i>	<i>68</i>
2.2.1.7. <i>Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato</i>	<i>71</i>
2.2.1.8. <i>Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia</i>	<i>72</i>

2.2.1.9. População empregada por setores de atividade.....	73
2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais.....	78
2.2.2. Emprego nas administrações públicas.....	79
2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas.....	79
• Por escalões etários.....	80
• Por níveis de escolaridade.....	81
• Por tipo de vínculo.....	82
• Por área governativa.....	83
2.2.2.2. Emprego nas entidades do setor público, exceto administrações públicas (AP).....	84
• Por escalões etários.....	85
• Por níveis de escolaridade.....	85
• Por setores de atividade.....	85
2.2.3. Trabalho temporário.....	86
2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários.....	86
• Por tipo de contrato.....	87
• Por sexo e escalão etário.....	87
2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das empresas de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE.....	88
SUBUTILIZAÇÃO do trabalho em Portugal.....	89
2.3. DESEMPREGO.....	92
2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego.....	92
2.3.1.1. Desemprego por escalões etários.....	92
2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia.....	93
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade.....	95
2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho.....	96
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego.....	97
• Por regiões.....	97
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração.....	97
2.3.2. Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego.....	101
MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO.....	107
2.3.3. Situação do desemprego subsidiado.....	109
• Montantes médios mensais das prestações de desemprego.....	112
2.4. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INATIVIDADE.....	114
2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas.....	116
2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off.....	118
2.4.3. Despedimentos coletivos.....	119
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS.....	123
3.0. NOTA INTRODUTÓRIA.....	123
3.1. ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	124
3.1.1. Por setores de atividade.....	124
3.1.2. Por dimensão da empresa.....	125
3.2. EMPREGO NAS EMPRESAS.....	126
3.2.1. Por setores de atividade.....	126
3.2.2. Por dimensão de empresas.....	129
3.2.3. Por níveis de habilitação e de qualificação.....	130
3.2.4. Por tipo de contrato.....	131
3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário.....	132
CONTRATOS DE TRABALHO REGISTADOS NA SEGURANÇA SOCIAL.....	134
3.3. TRABALHADORES ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS.....	135
3.4. ESTRUTURA EMPRESARIAL – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO.....	138
3.4.1. Por setores de atividade.....	139
3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia.....	140

3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC).....	140
3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia	141
3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	142
3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia	143
3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia	143
3.5. EMPREGO NAS EMPRESAS – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	144
3.5.1. Por setores de atividade	145
3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia	146
3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	146
3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia	147
3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	148
3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia.....	148
3.5.1.6. Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia	149
3.6. SINISTRALIDADE E ABSENTISMO LABORAL	152
3.6.1. Sinistralidade laboral.....	152
3.6.2. Baixas no âmbito de doença.....	158
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES	161
4.0. NOTA INTRODUTÓRIA	161
4.1. REMUNERAÇÕES: REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL, GANHOS MÉDIOS E MEDIANA DO GANHO	161
REMUNERAÇÕES MÉDIAS MENSAIS E MEDIANA DO GANHO - SEGURANÇA SOCIAL.....	163
• Por nível de habilitação	164
• Por setores de atividade	165
4.2. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	167
• Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato.....	169
4.3. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO	171
4.4. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	173
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	177
5.0. NOTA INTRODUTÓRIA	177
5.1. CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTÍNUA EXTRA-CATÁLOGO	178
5.1.1. Cursos de dupla certificação.....	178
5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).....	183
5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações	183
5.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROMOVIDA PELO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	185
5.3. MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO	190
5.4. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO	195
CONCEITOS UTILIZADOS	199
PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA	208
COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL	212

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. PRINCIPAIS INDICADORES	29
FIGURA 2. CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES, POR COMPONENTE DA DESPESA	31
FIGURA 3. EVOLUÇÃO DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONSTANTES (2012=100)	33
FIGURA 4. TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA, EM PORTUGAL E NA UE	34
FIGURA 5. PIB PER CAPITA DE PORTUGAL, EM PERCENTAGEM DA MÉDIA DA UE, A PREÇOS CONSTANTES.....	34
FIGURA 6. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR	35
FIGURA 7. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA ELETRICIDADE E DO GÁS NATURAL, EXCLUINDO IMPOSTOS E TAXAS (PPC)	36
FIGURA 8. DÉFICE E DÍVIDA PÚBLICA, EM PERCENTAGEM DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE	36
FIGURA 9. TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO (CRITÉRIO DE MAASTRICHT)	37
FIGURA 10. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL E PRINCIPAIS COMPONENTE, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONSTANTES (2012=100)	38
FIGURA 11. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA (MILHARES)	38
FIGURA 12. COMPENSAÇÃO DO TRABALHO, EM PERCENTAGEM DO PIB, A CUSTO DE FATORES,	39
FIGURA 13. STOCK DE CAPITAL (LÍQUIDO) POR PESSOA EMPREGADA, A PREÇOS CONSTANTES, EM PORTUGAL E NA UE.....	39
FIGURA 14. PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO, POR TRABALHADOR E POR HORA TRABALHADA (PPC: UE=100%).....	40
FIGURA 15. PRODUTIVIDADE APARENTE DO CAPITAL (PPC: UE=100%).....	41
FIGURA 16. PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (2015=100%).....	41
FIGURA 17. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO MILÉNIO	45
FIGURA 18. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR TIPOLOGIA	46
FIGURA 19. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXO	46
FIGURA 20. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR GRUPO ETÁRIO	47
FIGURA 21. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR ESCOLARIDADE	48
FIGURA 22. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA EM PORTUGAL	48
FIGURA 23. EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXOS.....	49
FIGURA 24. ESTRUTURA ETÁRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 2021.....	50
FIGURA 25. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS.....	51
FIGURA 26. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS, POR SEXO.....	52
FIGURA 27. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS O NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO	53
FIGURA 28. POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS O NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO.....	54
FIGURA 29. POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM PELO MENOS O NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO.....	54
FIGURA 30. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA	55
FIGURA 31. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE.....	56
FIGURA 32. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS).....	57
FIGURA 33. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO.....	58
FIGURA 34. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO.....	59
FIGURA 35. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA	60
FIGURA 36. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO	61
FIGURA 37. POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO	62
FIGURA 38. POPULAÇÃO JOVEM NEEF.....	62
FIGURA 39. POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO	63
FIGURA 40. TAXA DE EMPREGO POR SEXO	64
FIGURA 41. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÕES ETÁRIOS.....	64
FIGURA 42. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO.....	65
FIGURA 43. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS).....	66
FIGURA 44. TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	66
FIGURA 45. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR REGIÕES DO CONTINENTE.....	67
FIGURA 46. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	68
FIGURA 47. PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO.....	69
FIGURA 48. EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL.....	69
FIGURA 49. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL (15 AOS 64 ANOS).....	70

FIGURA 50. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL POR SEXO.....	71
FIGURA 51. TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO	72
FIGURA 52. CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL)	72
FIGURA 53. EMPREGO POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE (MILHARES DE INDIVÍDUOS)	73
FIGURA 54. VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO	74
FIGURA 55. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSETORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	75
FIGURA 56. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS.....	76
FIGURA 57. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO	76
FIGURA 58. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO.....	78
FIGURA 59. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS.....	79
FIGURA 60. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	80
FIGURA 61. VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES.....	81
FIGURA 62. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO.....	82
FIGURA 63. VARIAÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ÁREAS GOVERNATIVAS	83
FIGURA 64. POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSETOR.....	84
FIGURA 65. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP, POR CAE	86
FIGURA 66. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR TIPO DE CONTRATO ..	87
FIGURA 67. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR ESCALÕES ETÁRIOS ...	88
FIGURA 68. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	89
FIGURA 69. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR SEXO	90
FIGURA 70. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	90
FIGURA 71. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR ESCOLARIDADE	91
FIGURA 72. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS	92
FIGURA 73. TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO	93
FIGURA 74. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO.....	94
FIGURA 75. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO JOVEM	94
FIGURA 76. TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	95
FIGURA 77. DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	96
FIGURA 78. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES	97
FIGURA 79. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	98
FIGURA 80. TAXA DE DESEMPREGO DE MUITO LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	98
FIGURA 81. DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO.....	99
FIGURA 82. DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	100
FIGURA 83. DESEMPREGADOS ENTRE OS 16 E OS 34 ANOS POR DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO	100
FIGURA 84. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR SEXO	101
FIGURA 85. PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTADO.....	102
FIGURA 86. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR REGIÕES.....	102
FIGURA 87. DESEMPREGO REGISTADO POR SETORES DE ATIVIDADE.....	103
FIGURA 88. DESEMPREGO REGISTADO NA INDÚSTRIA.....	104
FIGURA 89. DESEMPREGO REGISTADO NOS SERVIÇOS.....	105
FIGURA 90. DESEMPREGO REGISTADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES	106
FIGURA 91. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES (%).....	106
FIGURA 92. MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2022	107
FIGURA 93. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS.....	108
FIGURA 94. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS.....	109
FIGURA 95. BENEFICIÁRIOS COM PROCESSAMENTO DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO.....	110
FIGURA 96. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS	111
FIGURA 97. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS POR TIPO DE SUBSÍDIO.....	111
FIGURA 98. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO (TCO)	112
FIGURA 99. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DOS SUBSÍDIOS POR CESSAÇÃO DE ATIVIDADE	113
FIGURA 100. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2022	114
FIGURA 101. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2021	115
FIGURA 102. FLUXOS DE MÃO DE OBRA	116
FIGURA 103. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2022	117

FIGURA 104. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2021	117
FIGURA 105. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF.....	118
FIGURA 106. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA.....	119
FIGURA 107. DESPEDIMENTOS COLETIVOS COMUNICADOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2022.....	120
FIGURA 108. TRABALHADORES DESPEDIDOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2022	120
FIGURA 109. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA.....	120
FIGURA 110. TOTAL DE TRABALHADORES A DESPEDIR E TOTAL DE TRABALHADORES DESPEDIDOS	121
FIGURA 111. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	124
FIGURA 112. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE	125
FIGURA 113. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	126
FIGURA 114. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....	127
FIGURA 115. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSETORES DE ATIVIDADE DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	128
FIGURA 116. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS	129
FIGURA 117. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÃO.....	130
FIGURA 118. EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO.....	132
FIGURA 119. EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO	133
FIGURA 120. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO	133
FIGURA 121. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO	133
FIGURA 122. EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO	133
FIGURA 123. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E DO NÚMERO DE NOVOS CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL	134
FIGURA 124. ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE EM 2021	135
FIGURA 125. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE	136
FIGURA 126. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE TCO ESTRANGEIROS NO TOTAL DOS TCO	136
FIGURA 127. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TCO POR SETOR DE ATIVIDADE	137
FIGURA 128. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS	138
FIGURA 129. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NOS SETORES DE ATIVIDADE MAIS SIGNIFICATIVOS.....	139
FIGURA 130. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	140
FIGURA 131. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).....	141
FIGURA 132. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	142
FIGURA 133. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	142
FIGURA 134. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	143
FIGURA 135. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA	144
FIGURA 136. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	144
FIGURA 137. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....	145
FIGURA 138. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	146
FIGURA 139. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).....	147
FIGURA 140. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	147
FIGURA 141. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	148
FIGURA 142. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	149
FIGURA 143. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA.....	149
FIGURA 144. SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO.....	150
FIGURA 145. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO	152
FIGURA 146. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....	153
FIGURA 147. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR ATIVIDADE ECONÓMICA.....	153
FIGURA 148. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2020, POR SETOR DE ATIVIDADE (POR CADA 100 MIL TRABALHADORES)	154
FIGURA 149. ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA, EM 2020	155
FIGURA 150. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA.....	156

FIGURA 151. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR SEXO	156
FIGURA 152. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPO ETÁRIO, EM 2020	157
FIGURA 153. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2020, POR GRUPO ETÁRIO	157
FIGURA 154. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	158
FIGURA 155. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA	158
FIGURA 156. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, POR SEXO	159
FIGURA 157. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2022.....	159
FIGURA 158. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2022, POR NÚMERO DE DIAS.....	160
FIGURA 159. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL MASCULINO E FEMININO	162
FIGURA 160. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL, DA REMUNERAÇÃO BASE E DA REMUNERAÇÃO BASE.....	162
FIGURA 161. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL E DA MEDIANA DO GANHO – SEGURANÇA SOCIAL	163
FIGURA 162. GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES - 2021.....	164
FIGURA 163. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	165
FIGURA 164. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR ATIVIDADES ECONÓMICA – 2021.....	166
FIGURA 165. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO (REMUNERAÇÃO BASE MENSAL), EM PORCENTAGEM	168
FIGURA 166. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO COM CONTRATOS SEM TERMO E COM TERMO E A TERMO INCERTO.....	169
FIGURA 167. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS A TERMO CERTO E INCERTO.....	170
FIGURA 168. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO EM PORTUGAL, POR SETOR DE ATIVIDADE (BASE: 2016 = 100)	171
FIGURA 169. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2022	172
FIGURA 170. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE.....	173
FIGURA 171. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR SUBSETOR	174
FIGURA 172. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR CAE -2022.....	175
FIGURA 173. DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR TIPO DE CURSO.....	179
FIGURA 174. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES	179
FIGURA 175. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO	181
FIGURA 176. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS.....	182
FIGURA 177. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA ADULTOS POR ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS	182
FIGURA 178. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO	183
FIGURA 179. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS	184
FIGURA 180. TOTAL DE FORMANDOS POR TIPOLOGIA DE ENTIDADE FORMADORA.....	185
FIGURA 181. NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO	186
FIGURA 182. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO EM 2022, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	188
FIGURA 183. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO, EM 2022	189
FIGURA 184. PORCENTAGEM DE FORMANDOS APROVADOS NO FINAL DA FORMAÇÃO.....	189
FIGURA 185. NÚMERO DE ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO.....	190
FIGURA 186. EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS DE	191
FIGURA 187. PORCENTAGEM DE ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO, POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES, EM 2022....	192
FIGURA 188. EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS	193
FIGURA 189. TIPOLOGIA DE COLOCAÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL EM 2022....	194
FIGURA 190. REGIME DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	194
FIGURA 191. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO	195
FIGURA 192. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS	196
FIGURA 193. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA	197
FIGURA 194. OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS.....	198

NOTA PRÉVIA

O presente relatório mantém a estrutura dos anteriores, cuja primeira edição remonta a 2015. No primeiro capítulo é feito o enquadramento macroeconómico, com destaque para a análise da evolução das principais grandezas, em Portugal e na União Europeia em especial, enquanto determinantes relevantes da dinâmica do mercado de trabalho.

No segundo capítulo relata-se a evolução da oferta de trabalho, que inclui um breve resumo dos fluxos migratórios. Analisam-se também os principais indicadores do mercado de trabalho relativamente ao emprego, desemprego e fluxos emprego- desemprego-inatividade, de acordo com diferentes dimensões: sexo, grupo etário, nível de escolaridade, região, setor de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. Relata-se igualmente o emprego nas entidades do Setor Público.

Nos terceiro e quarto capítulos caracteriza-se o emprego nas empresas e apresenta-se a estrutura empresarial. Para além da informação retirada dos Quadros de Pessoal, com destaque para o emprego nas empresas e para as remunerações, manteve-se a análise dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento, quer do ponto de vista da sua distribuição setorial, quer no que diz respeito à estrutura do emprego. No quarto capítulo são apresentados os ganhos e as remunerações na Administração Pública.

No quinto e último capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional.

As matérias incluídas neste relatório refletem as sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL, validadas no roteiro de suporte ao presente documento, e estão sempre sujeitas aos critérios de disponibilidade de informação. Optou-se, sempre que possível, por recorrer às fontes utilizadas nos relatórios anteriores, e deu-se continuidade ao esforço de melhoria do tratamento da informação e de ordenação das matérias, tendo em vista uma maior facilidade de leitura e interpretação das estatísticas alvo de seleção. Não se tratando de um estudo, mas antes de um relatório que procura coligir, de forma integrada, um conjunto muito alargado de dados, procurou-se, na sua elaboração, a objetividade, a neutralidade e a abrangência possíveis, utilizando a experiência obtida na produção dos relatórios anteriores.

INTRODUÇÃO

O Centro de Relações Laborais (CRL), criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, é um organismo público, de caráter tripartido, constituído por quatro representantes do Ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão. A sua presidência é assumida anualmente de forma rotativa por um dos membros de entre os vários Grupos: Empregadores, Trabalhadores e representantes dos Ministério.

As atividades do CRL são desenvolvidas de acordo com a sua lei orgânica e o seu regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Entre as diversas atividades acometidas ao CRL, encontra-se prevista a elaboração de um *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional* que, nesta edição, colige e analisa informação estatística dos últimos anos, com especial enfoque no ano de 2022.

Em termos metodológicos este relatório mantém a matriz dos relatórios anteriores no que se refere à estrutura, às fontes de informação e aos critérios de análise, embora se tenha procurado aprofundar o âmbito de estudo de algumas matérias, sempre que isso pareceu pertinente e tendo em conta a evolução da realidade em análise.

Como os anteriores, o processo de elaboração deste Relatório incluiu:

- a coordenação científica de um professor universitário, que orientou a sua elaboração, neste caso, Sílvia Sousa, Professora Doutora da Universidade do Minho;
- o apoio de uma Comissão Científica constituída por quatro membros, pertencentes à Comunidade Académica;
- o acompanhamento pelo Plenário do CRL, que aprovou o roteiro inicial, apreciou a versão preliminar e contribuiu com diversos comentários e sugestões para a versão final, que ratificou. Esta Introdução foi também discutida e aprovada em plenário.

Conforme decisão do Plenário do CRL foram anexados ao Relatório:

- os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entenderam;
- o parecer conjunto da Comissão Científica.

Finalmente, cumpre agradecer a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração do Relatório e, em particular, a cooperação recebida de organismos da Administração Pública, nomeadamente, a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, o Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Instituto Nacional de Estatística e ainda o Observatório da Emigração do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Lisboa, julho de 2023

O Presidente do CRL



(Carlos Alves)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Enquadramento macroeconómico – Portugal no contexto europeu

- 1.** O ano de 2022, ainda marcado pela pandemia, é particularmente afetado pela guerra na Ucrânia e pelo seu impacto nas cadeias de abastecimento, com destaque para a energia, e consequentemente no custo de vida das populações. Os sinais de recuperação que emergiam em 2021, contrariando o efeito recessivo da pandemia, vão ser contrariados por este novo choque económico provocado pela guerra.
- 2.** Se o ano de 2020 interrompeu o contributo positivo da procura interna líquida para o crescimento do PIB que se observava desde 2014, com uma queda abrupta nesse ano de mais de 8 p.p., 2021 surgiu como um ano de recuperação, com um contributo da procura líquida superior ao registado em 2019.
- 3.** No que diz respeito ao contributo da procura externa líquida, a tendência positiva iniciada em 2021 é reforçada em 2022, com uma procura externa líquida positiva, decorrente da redução das importações e do aumento das exportações. Finalmente, o saldo externo de bens e serviço, ainda que recuperando ligeiramente face a 2021, mantém-se negativo. Embora se tenha observado um reforço do saldo externo positivo dos serviços, este foi acompanhado por um agravamento do saldo externo negativo dos bens, não permitindo inverter o sinal do saldo total.
- 4.** Ao contrário do que acontece na UE, em Portugal, quando considerado per capita, o PIB apresenta uma evolução mais interessante. A tendência crescente, acentuada a partir de 2015, apresenta o seu máximo em 2019, ano em que, claramente o PIB per capita português tem uma evolução mais interessante do que o PIB per capita europeu, conseguindo também ultrapassar o valor registado em termos globais. O ano de 2022, vem reforçar a tendência de recuperação do PIB, cujo crescimento tende a abrandar no contexto europeu, comparativamente à realidade portuguesa.
- 5.** Quanto à evolução da atividade do Estado, traduzida pela dívida e défice públicos relativizados pelo PIB, observa-se, desde 2017, um esforço de redução da dívida e de recuperação do défice. De facto, 2019 apresenta o valor mais baixo da dívida, acompanhado de um saldo positivo das contas públicas, tendência que a pandemia veio contrariar. A trajetória de redução da dívida iniciada em 2021 é mantida em 2022.
- 6.** A forte redução do défice público e a recuperação da dívida pública, acompanhados por um crescimento do PIB, que haviam contribuído para diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português e para a sua convergência com as observadas na média dos países da UE, em 2021, não permitiram contrariar o aumento das taxas de juro de longo prazo em 2022. A ligeira inversão de tendência, já sinalizada, no espaço europeu, em 2021, é claramente concretizada em 2022, na Europa e em Portugal.

7. A inversão na evolução das taxas de juro, em 2022, não surge de forma evidente na formação bruta de capital fixo que continua a aumentar quer na UE, quer em Portugal. Este resultado é, de alguma forma, acomodado no recente debate relativamente ao papel das taxas de juro nas decisões de investimento, particularmente no caso em que essas aumentam, confrontado com a importância de outros fatores de natureza institucional ou associados a custos de contexto. Sectorialmente, as recuperações observadas em 2021, após as quebras em 2020, mantêm-se.
8. A recuperação da economia portuguesa, após a forte crise do período 2009-2013, foi interrompida no ano de 2020 com um forte impacto da pandemia na atividade económica. O ano de 2021 afigura-se como um ano de recuperação. Contudo, esta recuperação nem sempre se traduz numa convergência com a realidade europeia. Em 2022, esperavam-se eventuais sinais, do impacto da pandemia em dimensões em que ainda não se havia manifestado, assim como um agravamento do desempenho da economia portuguesa, decorrente do eclodir da guerra na Ucrânia.
9. Contudo, se o contexto de guerra se revelou no acentuado aumento dos preços e nas taxas de juro de longo prazo, em todo o espaço europeu, em 2022, na generalidade dos demais indicadores analisados, não parece ter ainda produzido efeito.

2. Análise sintética sobre a evolução do mercado de trabalho

2.1. Oferta de trabalho

10. Segundo os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2022, residiam, no Continente, 9.787,7 milhares de pessoas, tendo-se verificado um decréscimo de 0,1% em relação a 2021. A população masculina decresceu 0,4% e o número de mulheres residentes manteve-se igual ao do ano anterior.
11. Analisando a informação estatística disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO e pelo INE, em 2021, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 25,6 mil indivíduos), dado que 25,1 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 50,7 mil imigrantes (dos quais cerca de 31 mil oriundos de países extra UE e 19,7 mil provenientes dos restantes países da União).
12. No Continente, em 2022, a população inativa com 16 e mais anos totalizava cerca de 3.418,7 mil pessoas, menos 1,8% face ao ano anterior. Cerca de 55,5% destes inativos eram reformados, no entanto em relação a 2021, verificou-se um decréscimo de 2,2%. Paralelamente com a categoria dos estudantes, foram os que menos decresceram face a 2021. Os estudantes representavam 20,3%.

- 13.** A taxa de atividade da população com 16 e mais anos, em 2022, era de 60%, o que correspondeu a um aumento de 0,8% face ao ano anterior. Esse aumento verificou-se, tanto na taxa de atividade masculina, como na feminina. A taxa masculina, que, em 2022, era de 64,3%, aumentou 0,7%, e a taxa feminina, que era de 56,3%, aumentou 0,9%.
- 14.** A taxa de atividade, em 2022, cresceu relativamente a todos os escalões etários. O maior acréscimo registou-se no escalão dos 55 aos 64 anos (2,7%). No que se refere às mulheres observa-se um decréscimo ligeiro no escalão dos 25 aos 34 anos (0,1%).
- 15.** Em 2022, pelo terceiro ano consecutivo, a proporção de jovens portugueses que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico (ISCED 0-2) e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação, foi inferior à média observada na UE. De salientar que este abandono precoce escolar, que tem vindo a diminuir progressivamente, tem evidenciado um decréscimo mais acentuado em Portugal do que na média dos países europeus.
- 16.** Em 2022, 8,4% da população portuguesa, entre os 16 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 3,3 p.p. (11,7%).

2.2. Emprego

- 17.** Analisando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2022, no Continente, estavam empregadas 4.670,3 mil pessoas, o que representa um acréscimo de 87 mil empregados face ao ano anterior. Os homens empregados constituíam 50,3% do total, no entanto, o número de mulheres empregadas cresceu mais (2,4%).
- 18.** Em 2022, no Continente, a população empregada com o ensino básico constituía 34,1% do total, sendo o peso da população empregada com o ensino secundário 31,4 % e com o ensino superior 34,5%. Entre 2021 e 2022, o número de pessoas empregadas com o ensino básico decresceu em 1,3%, enquanto a população empregada com o ensino secundário cresceu em 4,6% e com o ensino superior cresceu em 2,7%.
- 19.** Segundo os dados do INE, no Continente, em 2022, cerca de 3.956,5 mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, representando 84,7% do total de empregados, 682,7 mil trabalhavam por conta própria, constituindo 14,6% do total e 31,1 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 64,5% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

- 20.** No Continente, em 2022, a população empregada a tempo completo totalizava 4.306,8 mil pessoas, representando 92,2% do total e aumentou 2% relativamente ao ano anterior (mais 84,7 mil pessoas). Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 51,4% do total e cresceram menos do que as mulheres, face a 2021.
- 21.** A população empregada a tempo parcial cresceu em 0,7% (mais 2,5 mil indivíduos), entre 2021 e 2022, e o número de mulheres nesta categoria aumentou em 5 mil.
- 22.** No Continente, em 2022, dos 3.956,5 mil indivíduos que trabalhavam por conta de outrem (TCO), 83,6% (cerca de 3.307,3 mil indivíduos) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 93,4 mil, face a 2021. No que se refere aos TCO com contratos a termo, estes representam 13,7% (540,6 mil pessoas), tendo diminuído relativamente ao ano anterior, em cerca de 16,5 mil pessoas.
- 23.** Em 2022, 72% das pessoas empregadas no Continente, ou seja, cerca de 3.267,6 mil indivíduos trabalhavam na área dos *Serviços* e 27,2% (1.271,6 mil) trabalhavam na *Indústria, construção, energia e água*.
- 24.** Entre 2021 e 2022, o emprego decresceu na área dos *Serviços* em cerca de 70 mil pessoas (1,2%). Em contrapartida, na *Indústria, construção, energia e água*, verificou-se um aumento de 27,2 mil pessoas (11,1%) e na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, o emprego também cresceu em 2,6 mil pessoas (2%).
- 25.** Observando os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada, em 2022, no Continente, e como tem sido recorrente em anos anteriores, verificou-se que continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que representavam 24,2% do total de empregados, os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (17,4%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (12,3%).
- 26.** Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2022, no Continente, havia 686,2 mil postos de trabalho ocupados¹ nas administrações públicas, mais 8 mil face ao período homólogo. Cerca de 61,8% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, que tiveram um acréscimo de 7,2 mil postos relativamente ao ano anterior, enquanto os homens tiveram, apenas, um aumento de 824 postos.
- 27.** Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2022, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 11,4%.

¹ A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos setores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

2.3. Desemprego

- 28.** Analisando os dados do INE, em 2022, no Continente, estavam desempregadas 297,4 mil pessoas, o que representou um decréscimo de 22,6 mil pessoas em relação a 2021 (7,1%). As mulheres desempregadas representavam 53,9% do total, tendo diminuído 3,7%, entre 2021 e 2022. Os homens desempregados decresceram expressivamente (10,8%).
- 29.** Entre 2021 e 2022, o desemprego decresceu em todos os escalões, exceto no escalão dos 35 aos 44 anos, em que cresceu 5,2%. O número de homens desempregados cresceu expressivamente neste escalão (9,6%). Já em relação às mulheres, o número de desempregadas cresceu notoriamente no escalão dos 55 aos 74 anos (37,7%).
- 30.** Ao longo da última década, a taxa de desemprego portuguesa tem evidenciado um decréscimo progressivo. Com efeito, em 2013 chegou aos 17,2%, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série e, a partir de então, inverteu a tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2022, registou 6%.
- 31.** Em 2022, no Continente, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 85,9% do total dos desempregados (cerca de 255,4 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 14,1% (42 mil pessoas). Em relação a 2021, o desemprego, em 2022, cresceu ligeiramente na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego e decresceu na categoria dos desempregados à procura do novo emprego.
- 32.** Em 2022, no Continente, dos 297,4 mil desempregados, cerca de 145,7 mil (49% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, isto é, eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2021 e 2022, o número de desempregados de longa duração decresceu em cerca de 8,3 mil pessoas. Também os desempregados até 12 meses decresceram de forma bastante acentuada, cerca de 14,3 mil. Em 2022, as mulheres representavam 54,9% dos DLD, tendo o seu peso crescido em cerca de 0,9 p.p. em relação a 2021.
- 33.** Segundo a informação disponibilizada pelo IEFP,² no final de dezembro de 2022, o número de inscritos nos Centros de Emprego do Continente totalizava cerca de 291,4 mil desempregados, o que representou um decréscimo de aproximadamente 36 mil indivíduos face ao período homólogo. Esta quebra do desemprego registado repercutiu-se em ambos os sexos, não obstante a diminuição do número de mulheres inscritas nos Centros de Emprego ter sido ligeiramente superior (menos 11,8% nas mulheres face a menos 9,8% nos homens).

² Dados consultados em fevereiro de 2023.

34. Em Portugal, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, no final de 2022, havia cerca de 149,8 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 537 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade

35. Em 2022, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 96,4 mil pessoas, que resulta da entrada de indivíduos vindos, tanto de uma situação de inatividade como de desemprego. A população inativa, em contrapartida, evidenciou um decréscimo de cerca de 71,5 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o emprego. Quanto ao número de desempregados, verificou-se igualmente uma quebra, que apesar de menor (menos 24,9 mil), ficou a dever-se sobretudo à saída de desempregados para o emprego.

36. De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2022, no Continente, entraram nas Administrações Públicas cerca de 125,3 mil trabalhadores, dos quais cerca de 66,9 mil, ou seja, mais de metade, constituíam novos recrutamentos³ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações⁴.

37. Analisando os dados estatísticos da Segurança Social disponibilizados no *Boletim estatístico* do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), no decurso de 2022, 416 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, o que correspondeu a um decréscimo de cerca de 40% face ao ano anterior.

38. Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT)⁵, em 2022, foram comunicados 330 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3 mil trabalhadores despedidos⁶ (menos 19,3% face a 2021). Relativamente ao ano anterior, em 2022, constatou-se um decréscimo de 1,8% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a menos 6 despedimentos.

³ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

⁴ Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

⁵ Dados consultados em março de 2023.

⁶ Inclui trabalhadores despedidos no âmbito de procedimentos iniciados em 2022 que só foram objeto de decisão em 2023.

3. Estrutura empresarial e trabalhadores nas empresas

- 39.** Em 2021, responderam aos *Quadros de Pessoal*⁷ 271,8 mil empresas, menos cerca de 5,8 mil empresas do que em 2020. Não obstante uma ligeira subida em 2018, o número de empresas tem vindo a apresentar uma trajetória de decréscimo nos últimos anos.
- 40.** Segundo os *Quadros de Pessoal*, em 2021, havia 3.105,9 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, mais cerca de 18,7 mil do que no ano anterior. De salientar que, em 2021, o número de trabalhadores ao serviço das empresas era já bastante superior ao registado em 2017 (mais cerca de 154,5 mil trabalhadores).
- 41.** Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2022 estavam registados 6.261,5 mil contratos de trabalho⁸. Destes, 938 mil, ou seja 15%, eram novos contratos⁹. Entre 2021 e 2022 o número de contratos registados na segurança social evidenciou uma subida de 8,8%, embora o número de novos contratos tenha apresentado uma diminuição na ordem dos 38,6%.
- 42.** De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2021, havia cerca de 237,1 mil estrangeiros nas empresas no Continente, dos quais 228,5 mil (96,4%) eram trabalhadores por conta de outrem e 8,2 mil eram empregadores, representando 3,4% do total de estrangeiros. Relativamente a 2020, os TCO estrangeiros aumentaram cerca de 4,9% (mais 10,8 mil pessoas) enquanto os empregadores diminuíram cerca de 0,8% (menos 69 empregadores).
- 43.** Em 2021, as empresas nos setores de alta e média alta tecnologia¹⁰ eram cerca de 29,1 mil e representavam cerca de 2,2% do total. Relativamente ao ano anterior, o número destas empresas cresceu 13,1%, mantendo-se, assim, a tendência que se vem verificando nos últimos cinco anos. Deste modo, em 2021, havia cerca de mais 6,7 mil empresas nos setores de alta e média alta tecnologia face ao início da série em análise. Por outro lado, havia 271,5 mil pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia¹¹, que representavam 6,4% do total dos trabalhadores das empresas. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores aumentou 6,3%, o que representou um acréscimo de cerca de 16 mil pessoas, relativamente ao ano anterior.

⁷ Últimos dados disponíveis à data.

⁸ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

⁹ Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

¹⁰ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

¹¹ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

- 44.** De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2020¹² ocorreram, em Portugal, cerca de 156 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 131 acidentes mortais, mais 27 mortes e menos 40,2 mil acidentes em relação ao ano anterior. Todavia, considerando a evolução da sinistralidade laboral nos últimos cinco anos, constata-se uma tendência de decréscimo do número de acidentes, mais acentuada em 2020, não obstante, os acidentes mortais terem evidenciado um aumento neste último ano em análise.
- 45.** No final de 2022, segundo a informação disponibilizada para o continente pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 2530¹³ mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 80,7%. No decurso dos últimos cinco anos, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, sobretudo a partir de 2020.

4. Ganhos e remunerações

- 46.** Em outubro de 2021, e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*¹⁴, o ganho médio mensal, no Continente, dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.294,10€, o que representou um aumento de 3,5% face a outubro do ano anterior. A mediana do ganho era de 962,20 €, tendo registado um aumento de 3,9% relativamente ao ano anterior.
- 47.** O ganho médio mensal masculino era 1.395,69€, enquanto o feminino totalizava 1.172,07€. Ambos cresceram, relativamente a 2020, embora o feminino mais do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios se atenuou ligeiramente, como aliás já vinha acontecendo nos últimos anos. Assim, em 2021, o salário médio mensal feminino representava 84% do salário masculino quando, há cinco anos, constituía 81,7%.
- 48.** Em outubro de 2021, O valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.082,77€, (83,7% do ganho médio mensal) e cresceu cerca de 3,9% relativamente a 2020. A remuneração base média masculina era 1.152,23 € e a feminina, 999,32€, representando 86,7% da masculina.
- 49.** Em 2021, a análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, no que respeita à remuneração base mensal, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores (66,9%) se concentrava no escalão remuneratório entre os “665,00 e os 999,99 €”. Surgia em seguida o escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 27,8% dos trabalhadores. O escalão entre os “2.500 e os 4.999,99

¹² Dados consultados em março de 2023. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2020.

¹³ Por forma a não violar o segredo estatístico, este total não inclui os valores residuais das baixas terminadas por homens dos 20 aos 24 anos.

¹⁴ Dados consultados em março de 2023.

€” reunia 4,2% e o escalão igual ou superior a “5.000 €”, cerca de 0,7%. Quanto ao escalão inferior à RMMG, e tendo em conta o aumento da RMMG para 665 € em 2021, esta abrangeu cerca de 0,4% dos trabalhadores.

- 50.** Analisando as remunerações bases médias mensais tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em 2021, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.158,47 €, para os contratados sem termo, de 879,14 para os contratados a termo, (ou seja, cerca de 75,9% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 905,07 €, para os contratados com termo incerto.
- 51.** De acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2022, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 4,2% em termos homólogos, tendo aumentado em quase todos os sectores de atividade, à exceção do das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (menos 4,5%), do *Alojamento, restauração e similares* (menos 3,9%) e das *Outras atividades de serviços* (menos 1,7%).
- 52.** De acordo com os dados da DGAEP, em 2022¹⁵, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.846,0 €. Comparativamente com 2021, o ganho médio cresceu cerca de 2,5%, o que correspondeu a um acréscimo de 45,5 €. Ao longo dos últimos cinco anos, o ganho médio mensal aumentou 7,2%, tendo passado de 1722,0 €, em 2018, para 1846,0 €, em 2021, ou seja, um acréscimo de 124 €.

5. Formação profissional e medidas ativas de emprego

- 53.** Em 2022, a informação registada no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO)¹⁶ (disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) inclui diversas modalidades de formação, quer formação com dupla certificação, quer formação modular certificada, no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações e, ainda, outra formação profissional não inserida naquele Catálogo.
- 54.** Em 2022, analisando os dados do *Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa* (SIGO), matricularam-se em cursos de educação e formação, 250,9 mil indivíduos. Destes, 188,1 mil (74,9%) frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos¹⁷ e os restantes, 62,8 mil cursos dirigidos a adultos. Entre 2021 e 2022, o número de matriculados em cursos de dupla certificação cresceu

¹⁵ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

¹⁶ O SIGO abrange a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), incluindo os Centros Qualifica.

¹⁷ Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os cursos de aprendizagem, nem Cursos de Especialização Tecnológica. Esta informação é analisada em 5.2.

em 34,8%, depois de no ano anterior, ter decrescido em 24,8%. Relativamente aos matriculados nas modalidades de educação e formação de jovens verificou-se um acréscimo de 26,6% e 67,1% nas modalidades de educação e formação de adultos.

- 55.** Em 2022, cerca de 735 mil pessoas matricularam-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações*, mais 9,7% do que em 2021. As mulheres representavam 62% do total dos matriculados. Os abrangidos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos diversos escalões etários a partir dos 15 anos, atingindo os 25% do total no escalão dos 50 ou mais anos e os 28,3% no escalão dos 35 aos 44 anos.
- 56.** Ainda em 2022, encontravam-se 907 mil pessoas matriculadas em ações de formação¹⁸ não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*. O número de matriculados cresceu em relação a 2021 (mais 18%) e mais de metade dos matriculados eram homens.
- 57.** Relativamente Em 2022, as ações de formação promovidas pelo IEFP abrangeram 415,3 mil pessoas, dos quais se destacam 290,7 mil abrangidos em ações de Formação Contínua (70%), 65,9 mil (15,9%) na Formação Inicial, 22,4 mil (5,4%) na formação para a inclusão, 24,3 mil (5,9%) abrangidos por outras medidas de formação, incluindo o Cheque-Formação e a Formação de formadores, e cerca de 12 mil (2,9%) nas Outras atividades dos Centros de Gestão Participada.
- 58.** No Em 2022, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram cerca de 105,6 mil pessoas. Destas, 36,2%, beneficiaram das medidas de *Inserção social – trabalho socialmente necessário*, 36% beneficiaram das medidas de *Inserção profissional*¹⁹, 23,5% beneficiaram de *apoios à contratação*, 2,6% beneficiaram de *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* e cerca de 1,7% beneficiaram de *Apoio à criação de emprego e empresas*²⁰.
- 59.** Em 2022, o recurso às tecnologias de informação de comunicação para assegurar a realização de um conjunto de atividades continuou a generalizar-se a vários domínios e atividades, incluindo a formação profissional. Neste contexto, e segundo dados do IEFP, constata-se que 53% das ações de formação ocorreram em regime presencial e 37% tiveram lugar a distância, abrangendo respetivamente 52% e 38% do total de formandos. De salientar que, 10% das ações de formação, aconteceram em regime misto (com formação a distância e presencial) e envolveram 10% do total de formandos.

¹⁸ Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas.

¹⁹ As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações, promovidos pelo IEFP ao longo do período de referência: "Estágios Emprego", "Estágios Profissionais", "Estágios ATIVAR.PT" e "Emprego – Jovem Ativo".

²⁰ Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas "Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +".

60. De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego diminuíram em 2022, invertendo-se assim a tendência de acréscimo verificada no último ano. Assim, o número de ofertas diminuiu cerca de 8,8%, atingindo perto de 129,4 mil em 2022. Por outro lado, em 2022 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou, também, uma variação negativa de 2,7%, o que correspondeu a um decréscimo de cerca de 2,3 mil colocações face a 2021. Deste modo, constata-se que, em 2022, 66,1% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego.

Principais Indicadores

Figura 1. Principais Indicadores

Continente		2022	2022-2021	2022/2021
Milhares				%
População total		9.773,2	-14,5	-0,15
	<i>Homens</i>	4.603,0	-16,6	-0,36
	<i>Mulheres</i>	5.170,2	2,1	0,04
População ativa		4.967,7	64,4	1,31
	<i>Homens</i>	2.485,0	21,9	0,89
	<i>Mulheres</i>	2.482,7	42,5	1,74
Taxa de Atividade (16 e mais anos) (%)		60,0	0,8	-
	<i>Homens</i>	64,3	0,7	-
	<i>Mulheres</i>	56,3	0,9	-
População empregada		4.670,3	87,0	1,90
	<i>Homens</i>	2.348,1	38,4	1,66
	<i>Mulheres</i>	2.322,3	48,6	2,14
População empregada (16 aos 24 anos)		257,3	20,2	8,52
População empregada (25 aos 34 anos)		864,4	21,7	2,58
População empregada a tempo completo		4.306,8	84,5	5,11
População empregada a tempo parcial		363,5	2,5	1,96
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial		133,6	0,2	-6,11
Trabalhadores por conta própria (TCP)		682,7	7,2	1,07
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)		3.956,5	88,0	2,27
TCO contratados sem termo		3.307,3	93,4	2,91
TCO contratados a termo		540,6	-16,5	-2,96
Emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		120,1	2,3	1,95
Emprego na Indústria, construção, energia e água		1.271,6	127,1	11,11
Emprego nos Serviços		3.267,6	-41,1	-1,24
Taxa de emprego (16 e mais anos) (%)		56,4	1,0	-
	<i>Homens</i>	60,8	1,2	-
	<i>Mulheres</i>	52,6	1,0	-
Taxa de emprego (população 16 aos 24 anos) (%)		27,7	2,4	-
Taxa de emprego (população 25 aos 34 anos) (%)		82,3	1,9	-
Taxa de emprego (população 35 aos 44 anos) (%)		89,6	0,4	-
Taxa de emprego (população 45 aos 54 anos) (%)		87,0	0,6	-
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)		66,3	2,7	-
População desempregada		297,4	-22,6	-7,06
	<i>Homens</i>	137,0	-16,5	-10,81
	<i>Mulheres</i>	160,4	-6,2	-3,72
População desempregada (16 aos 24 anos)		60,3	-12,0	-16,60
População desempregada (25 aos 34 anos)		75,4	-7,8	-9,38
Desemprego de longa duração (DLD)		145,7	8,2	-5,39
Desemprego de muito longa duração (DMLD)		80,5	12,3	18,04
Taxa de desemprego (%)		6	-0,5	-
	<i>Homens</i>	5,5	-0,7	-
	<i>Mulheres</i>	6,5	-0,3	-
Taxa de desemprego (população 16 aos 24 anos) (%)		19	-4,4	-
Taxa de desemprego (população 25 aos 34 anos) (%)		8	-1	-
Taxa de desemprego (população 35 aos 44 anos) (%)		4,7	0,4	-
Taxa de desemprego (população 45 aos 54 anos) (%)		4,0	-0,4	-
Taxa de desemprego (população 55 aos 64 anos) (%)		5,1	-0,2	-

Desemprego registado - fim do período	dez/22	Dez.2022 - Dez. 2021	Dez.2022/ Dez.2021
Milhares			
Desemprego registado	291,4	-35,8	-10,94
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13,8	0,2	1,36
Desempregados registados à procura de novo emprego na Indústria, construção, energia e água	57,2	-6,7	-11,54
Desempregados registados à procura de novo emprego nos Serviços	192,3	-25,1	-11,54

Estrutura empresarial	out/21	Out.2021 - Out. 2020	Out.2021/ Out.2020
Quadros de Pessoal (Milhares)			
Empresas	271,8	-5,8	-2,10
TCO nas empresas	3.105,9	18,7	0,61
Sistema Integrado de contas das empresas (Milhares)	2021	2021-2020	2021/2020
Empresas	1.342,1	41,1	3,16
Pessoas ao serviço nas empresas	4.236,2	96,1	2,32
Empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia	29,1	3,4	13,05
Pessoas ao serviço nos sectores de alta e média alta tecnologia	271,5	16,0	6,27

Remunerações	Outubro 2021	2021-2020	Out.2021/ Out.2020 Variação %
Ganho médio (€)	1.294,1	43,3	3,47
<i>Homens</i>	1.395,7	46,3	3,43
<i>Mulheres</i>	1.172,1	41,2	3,64
Remuneração base média mensal (€)	1.082,8	40,8	3,91
<i>Homens</i>	1.152,2	43,0	3,88
<i>Mulheres</i>	999,3	39,1	4,07

Formação inicial e contínua (SIGO)	Dezembro 2022	Dez.2022 - Dez. 2021	% total abrangidos 2022
Modalidade de Educação e Formação (dupla certificação)	250.997,0	64.798,0	100,0
<i>Cursos profissionais</i>	173.026,0	43.411,0	68,9
<i>Cursos de educação e formação de jovens</i>	10.380,0	-5.073,0	4,1
<i>Cursos de educação e formação de adultos</i>	62.838,0	25.234,0	25,0

Formação modular certificada	670.129	65.076	-
Formação profissional não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações	907.099	138.682	-

Medidas ativas de emprego do IEFP (inclui Centros de Gestão Participada)	Dezembro 2022	Dez.2022 - Dez. 2021	% total abrangidos 2022
Abrangidos em medidas ativas de emprego do IEFP	520.839	-27.524	-
Formação profissional	415.251	-25.157	79,7
Cursos de Aprendizagem	20.091	-794	3,9
Educação e formação de adultos	41.416	-3.692	8,0
Medida Vida Ativa	145.366	-25.632	27,9
Formação modular	107.530	7.427	20,6

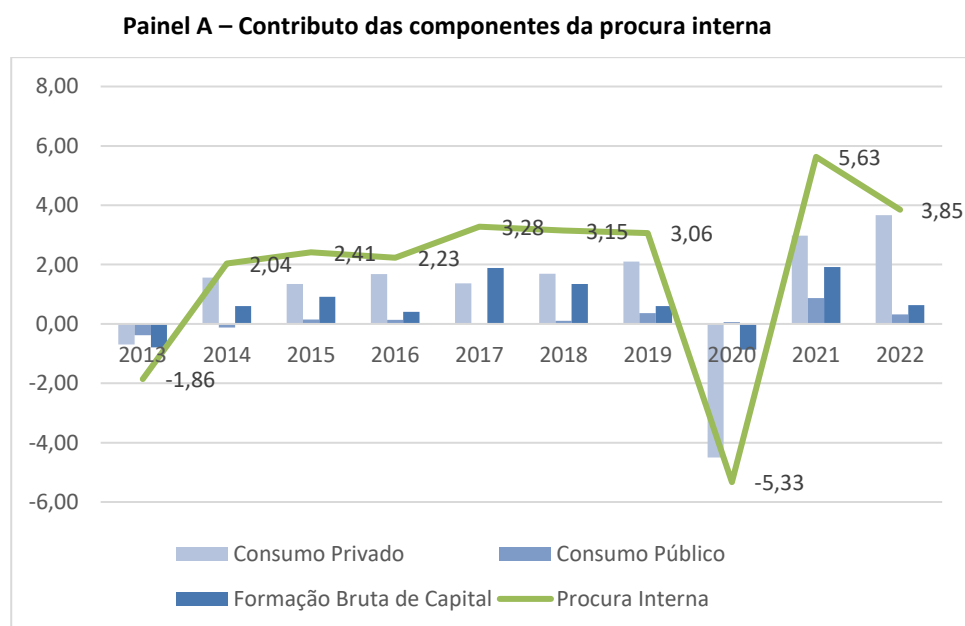
Apoios à inserção do mercado de trabalho	105.588	-2.367	-
Inserção profissional	38.030	4.599	36,0
Apoios à contratação	24.832	89	23,5
Apoio à criação de emprego e empresas	1.774	221	1,7
Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário	38.192	-8.434	36,2

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

O ano de 2022, ainda marcado pela pandemia, é particularmente afetado pela guerra na Ucrânia e pelo seu impacto nas cadeias de abastecimento, com destaque para a energia, e conseqüentemente no custo de vida das populações. Os sinais de recuperação que emergiam em 2021, contrariando o efeito recessivo da pandemia, vão ser contrariados por este novo choque económico provocado pela guerra. O presente enquadramento macroeconómico, dando continuidade aos apresentados em edições anteriores, permite já detetar alguns dos impactos da guerra e antecipar outros.

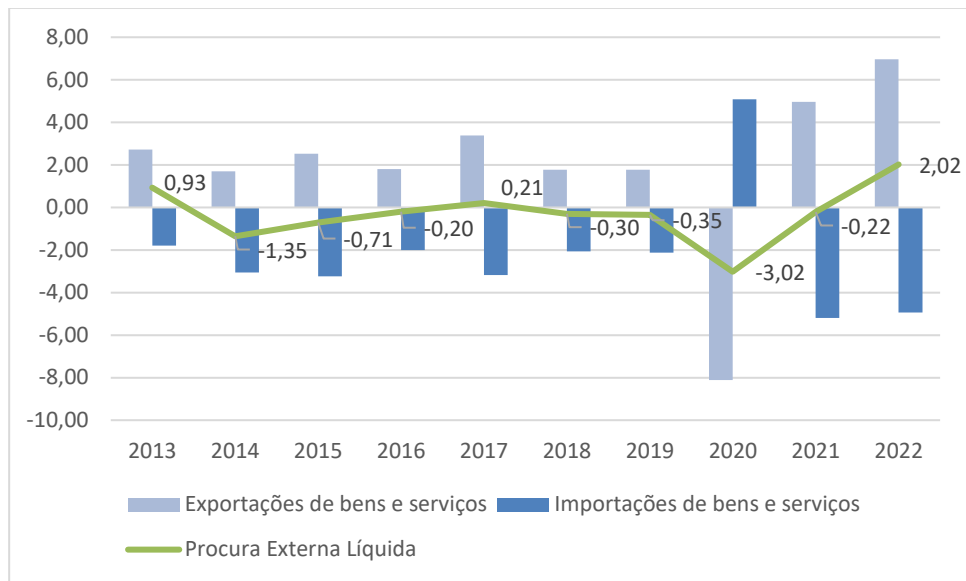
Se o ano de 2020 interrompeu o contributo positivo da procura interna líquida para o crescimento do PIB que se observava desde 2014, com uma queda abrupta nesse ano de mais de 8 p.p., 2021 surgiu como um ano de recuperação, com um contributo da procura líquida superior ao registado em 2019. Esta tendência crescente é, contudo, contrariada em 2022, com o registo de nova quebra no contributo da procura interna líquida, neste caso inferior a 2 p.p. (figura 2, painel A). Este comportamento da procura interna líquida é conduzido pela redução no consumo público e na formação bruta de capital que mais do que compensaram o aumento observado no consumo privado.

Figura 2. Contributo para o crescimento do PIB a preços constantes, por componente da despesa



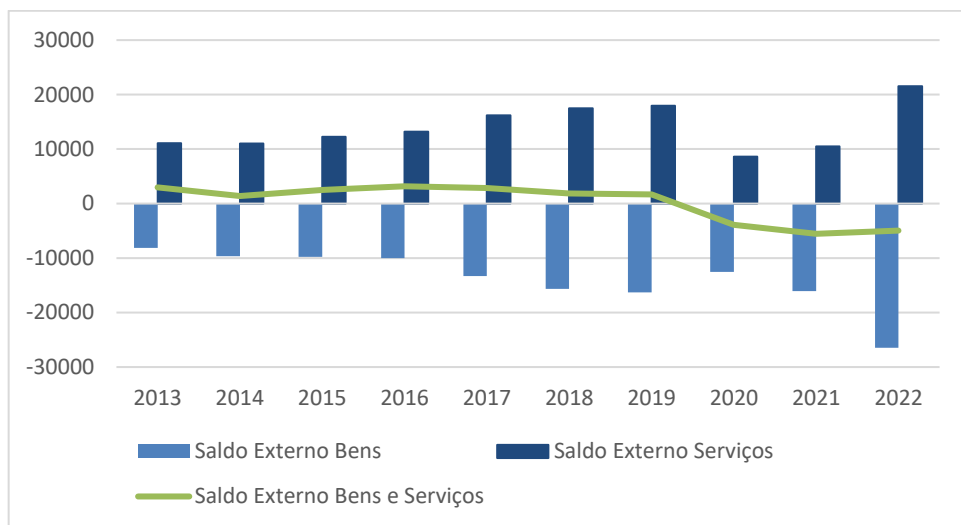
Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Painel B – Contributo das componentes da procura externa líquida



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Painel C – Saldo externo de bens e serviços

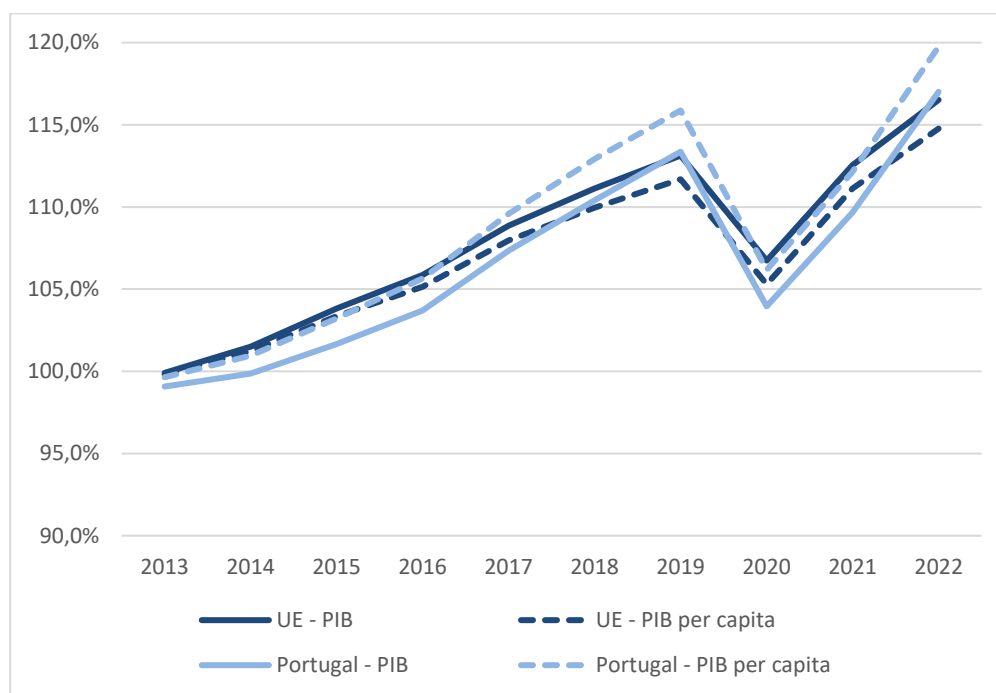


Fonte: Banco de Portugal, via PORDATA

No que diz respeito ao contributo da procura externa líquida, a tendência positiva iniciada em 2021 é reforçada em 2022, com uma procura externa líquida positiva, decorrente da redução das importações e do aumento das exportações (figura 2, painel B). Finalmente, o saldo externo de bens e serviço, ainda que recuperando ligeiramente face a 2021, mantém-se negativo. Embora se tenha observado um reforço do saldo externo positivo dos serviços, este foi acompanhado por um agravamento do saldo externo negativo dos bens, não permitindo inverter o sinal do saldo total (figura 2, painel C).

De referir, contudo, a crescente importância do contributo das exportações para o PIB. Segundo os dados do INE²¹, em 2022, as exportações representaram mais de 45% do PIB, numa tendência de importância crescente. Este desempenho torna-se ainda mais relevante enquanto sinal de uma maior eficiência na afetação dos recursos do país e de uma maior produtividade total dos fatores. Os contributos da procura interna e externa identificados contribuem, naturalmente, para a evolução do PIB em Portugal, aqui analisada em comparação com a média da UE (figura 3).

Figura 3. Evolução do PIB, em Portugal e na UE, a preços constantes (2012=100)



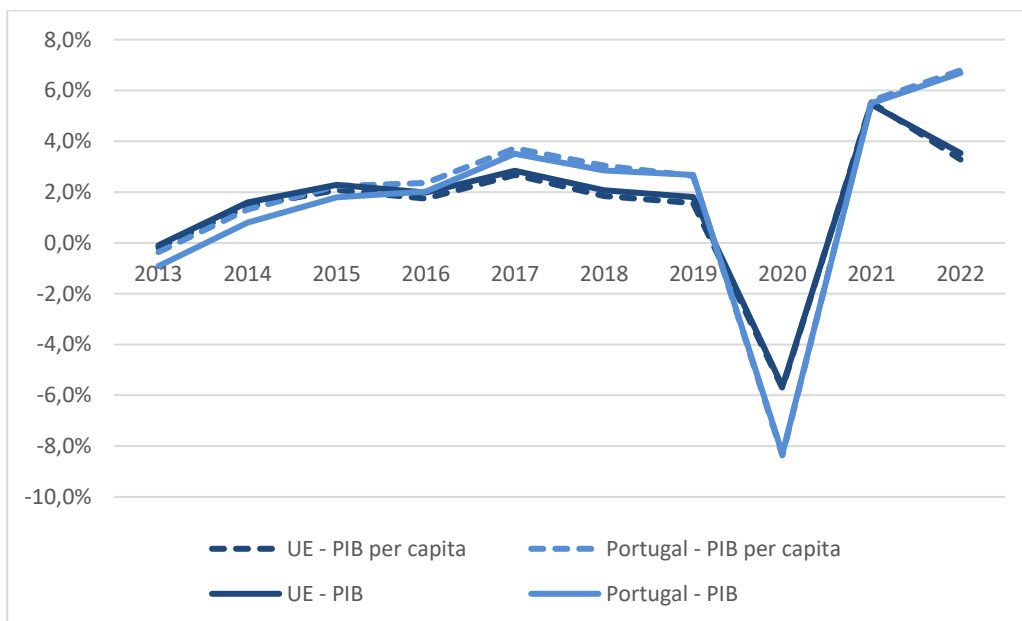
Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Ao contrário do que acontece na UE, em Portugal, quando considerado per capita, o PIB apresenta uma evolução mais interessante. A tendência crescente, acentuada a partir de 2015, apresenta o seu máximo em 2019, ano em que, claramente o PIB per capita português tem uma evolução mais interessante do que o PIB per capita europeu, conseguindo também ultrapassar o valor registado em termos globais (figura 3). O ano de 2022, vem reforçar a tendência de recuperação do PIB, cujo crescimento tende a abrandar no contexto europeu, comparativamente à realidade portuguesa. Esta evolução é corroborada pelas taxas de crescimento observadas em Portugal que, em 2022, permanecem crescentes, embora menos acentuadas, contrariando a inversão de tendência registada no contexto europeu (figura 4). Esta evolução positiva da atividade económica em Portugal, com um desempenho mais interessante do que no espaço europeu, permite a Portugal voltar a convergir com a economia europeia (figura 5).

²¹ INE, Destaque - Contas nacionais trimestrais, 1º trimestre 2023, publicado a 31 de maio de 2023.

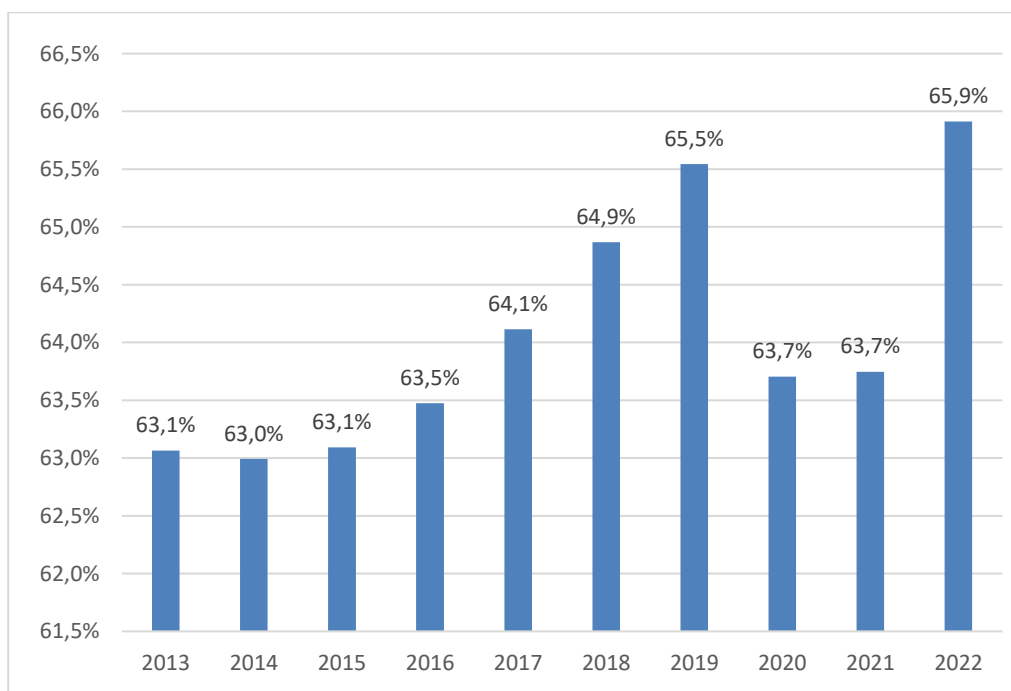
Em 2022, a evolução do PIB e do PIB per capita, assim como as suas taxas de crescimento, denotam uma nova recuperação face ao ano anterior, permitindo retomar o processo de convergência, no contexto europeu.

Figura 4. Taxas de crescimento real do PIB e do PIB per capita, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

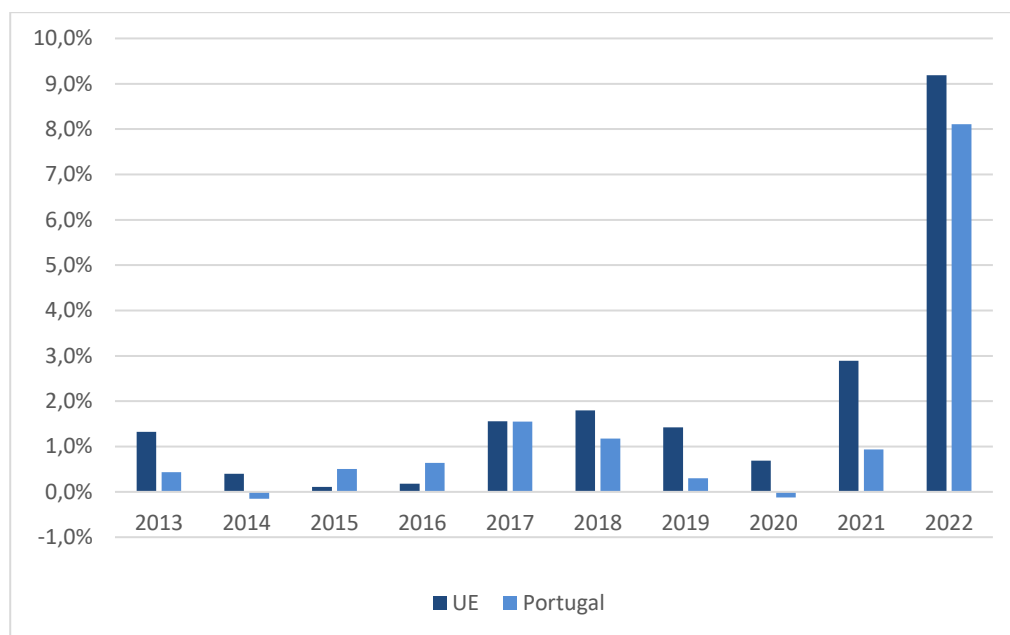
Figura 5. PIB per capita de Portugal, em percentagem da média da UE, a preços constantes



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

O contexto europeu assume particular relevância face aos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da sua participação na União Económica e Monetária (UEM), suscitando a análise de um conjunto de indicadores macroeconómicos que os traduzem e que, naturalmente, têm impacto na atividade económica.

Figura 6. Taxa de variação anual do índice harmonizado de preços no consumidor

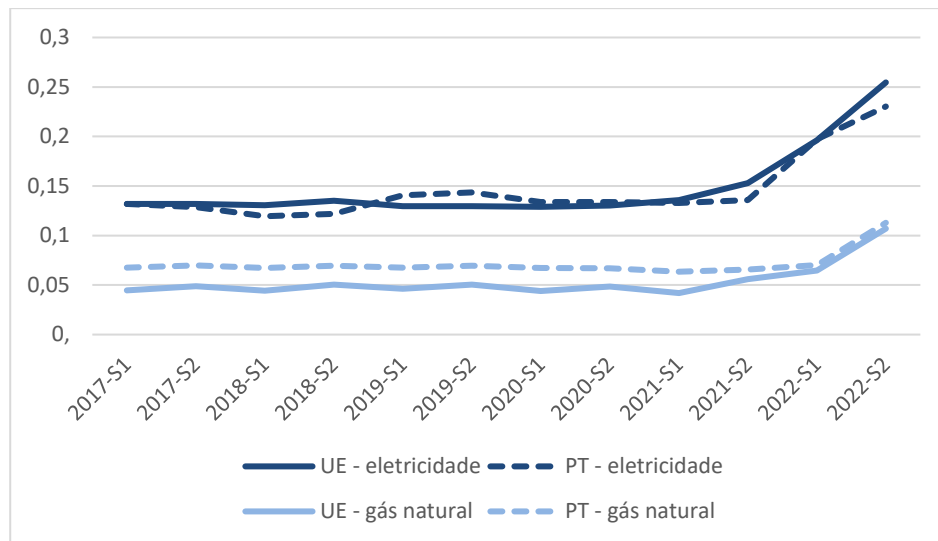


Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Desde 2013, quer em Portugal, quer no espaço europeu, a taxa de inflação situou-se abaixo dos 2%, com Portugal a registar, taxas de crescimento dos preços sistematicamente abaixo das observadas na UE, apresentando, inclusive períodos de deflação (2014 e 2020). Em 2021, Portugal, tal como a UE, regista aumentos mais acentuados dos preços, face ao ano anterior, mas, ao contrário da UE, Portugal mantém a tendência de crescimento dos preços abaixo dos 2%. Em 2022, o impacto da guerra na Ucrânia fez-se sentir no custo de vida dos europeus. No contexto europeu, os preços aumentaram mais de 9%, tendo Portugal acompanhado esta tendência, ainda que o aumento no nosso país tenha ficado ligeiramente acima dos 8% (figura 6).

Um dos setores que contribuiu para o aumento generalizados dos preços, foi o setor energético. De facto, os dados mais recentes relativamente aos preços das eletricidade e do gás natural vêm corroborar um aumento associado ao eclodir da guerra na Ucrânia (figura 7) e conseqüente impacto dos preços da energia no custo de vida dos portugueses, assim como dos europeus. Como se pode observar, a partir de 2021 os preços da eletricidade (kWh) começam a aumentar na UE, aumentando em Portugal, a partir de 2022. Os preços do gás (kWh), ainda que inferiores, apresentam uma tendência semelhante.

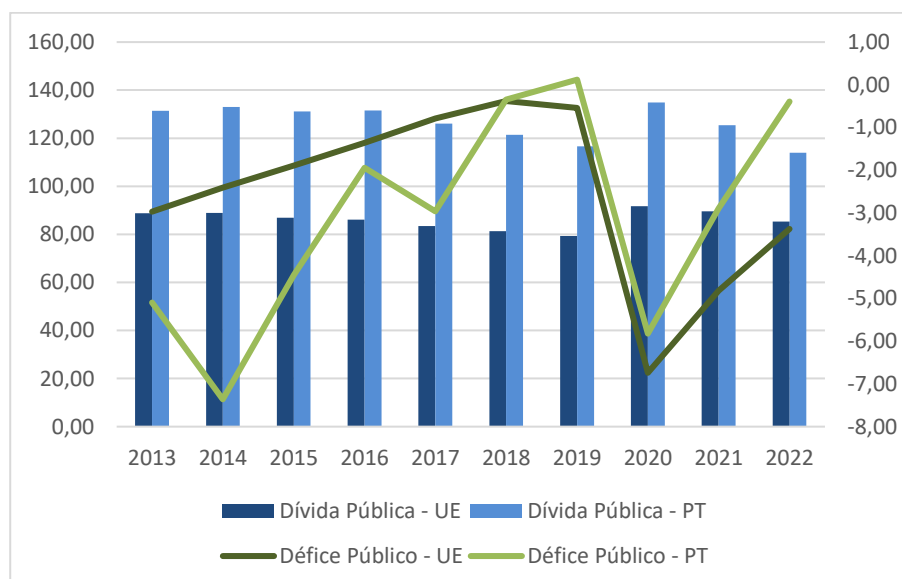
Figura 7. Evolução dos preços da eletricidade e do gás natural, excluindo impostos e taxas (PPC)



Fonte: Eurostat

Quanto à evolução da atividade do Estado, traduzida pela dívida e défice públicos relativizados pelo PIB, observa-se, desde 2017, um esforço de redução da dívida e de recuperação do défice. De facto, 2019 apresenta o valor mais baixo da dívida, acompanhado de um saldo positivo das contas públicas, tendência que a pandemia veio contrariar. A trajetória de redução da dívida iniciada em 2021 é mantida em 2022. Embora Portugal apresente valores de dívida (em percentagem do PIB) superiores aos da média comunitária, também apresenta reduções mais significativas nos dois últimos anos, comparativamente à UE. Analogamente, a tendência de recuperação do défice em Portugal e na Europa, mantém-se neste último ano, com Portugal, ao contrário da UE, a apresentar um valor próximo do equilíbrio. Em 2022, Portugal mantém, neste domínio, uma evolução mais interessante do que a observada no espaço europeu.

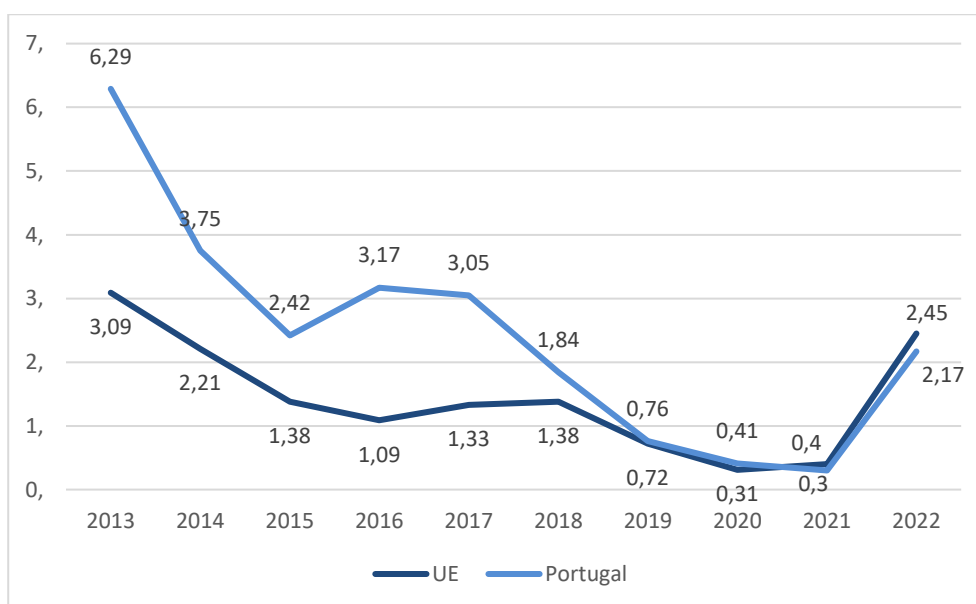
Figura 8. Défice e dívida pública, em percentagem do PIB, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

A forte redução do défice público e a recuperação da dívida pública, acompanhados por um crescimento do PIB, que haviam contribuído para diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português e para a sua convergência com as observadas na média dos países da UE, em 2021, não permitiram contrariar o aumento das taxas de juro de longo prazo em 2022 (figura 9). A ligeira inversão de tendência, já sinalizada, no espaço europeu, em 2021, é claramente concretizada em 2022, na Europa e em Portugal, atingindo este indicador valores na ordem dos 2,45% e 2,17%, respetivamente.

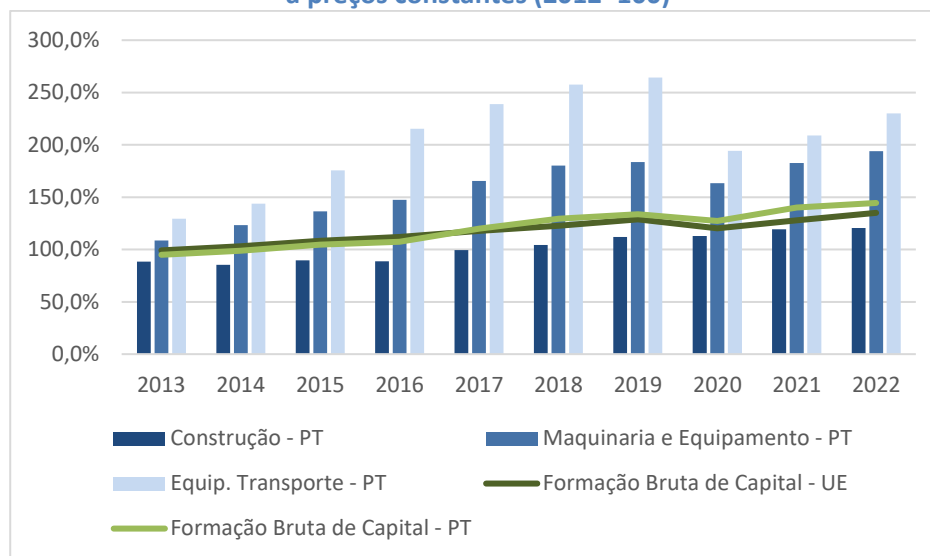
Figura 9. Taxas de juro de longo prazo (critério de Maastricht)



Fonte: Eurostat

A inversão na evolução das taxas de juro, em 2022, não surge de forma evidente na formação bruta de capital fixo que continua a aumentar quer na UE, quer em Portugal. Este resultado é, de alguma forma, acomodado no recente debate relativamente ao papel das taxas de juro nas decisões de investimento, particularmente no caso em que essas aumentam, confrontado com a importância de outros fatores de natureza institucional ou associados a custos de contexto. Sectorialmente, as recuperações observadas em 2021, após as quebras em 2020, mantêm-se. Neste contexto, destaca-se a reação relativamente menos efusiva do sector da construção, aliás, de entre os três setores selecionados, o mais estável ao longo da década, quer no que diz respeito ao impacto da pandemia, quer no que diz respeito à sua evolução pós pandemia.

Figura 10. Formação bruta de capital e principais componente, em Portugal e na UE, a preços constantes (2012=100)



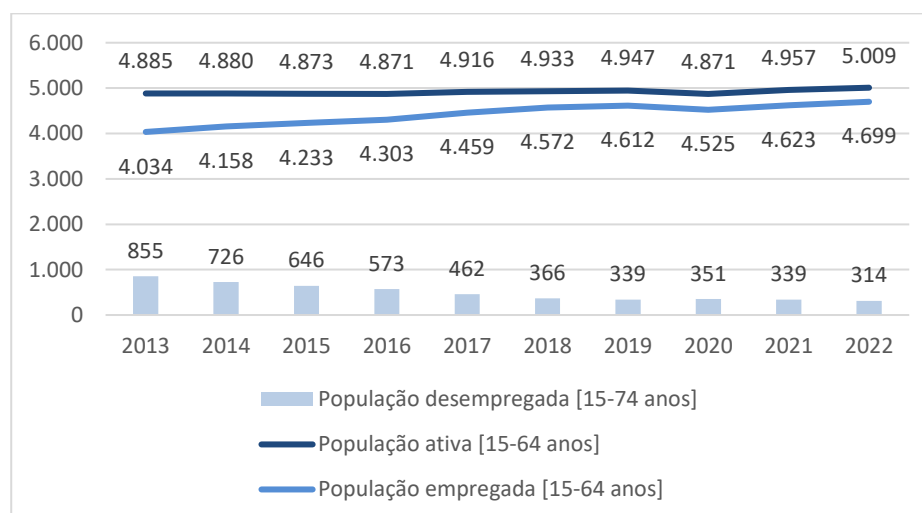
Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Relativamente ao mercado de trabalho, a evolução dos seus principais indicadores, refletem o contexto económico já apresentado.

O ano de 2020 foi, de facto, um ano desfavorável também para o mercado de trabalho, com maior reflexo na quebra no número de ativos e de empregados. Esta quebra no número de ativos, em conjunto com as medidas extraordinárias de resposta à situação pandémica, poderá ter contribuído para um menor aumento do número de desempregados, o qual, ainda assim, subiu (figura 11).

A retoma da atividade económica em 2021, evidenciada pela evolução e taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita, mantém-se em 2022, permitindo, aparentemente, a consolidação da melhoria destes indicadores.

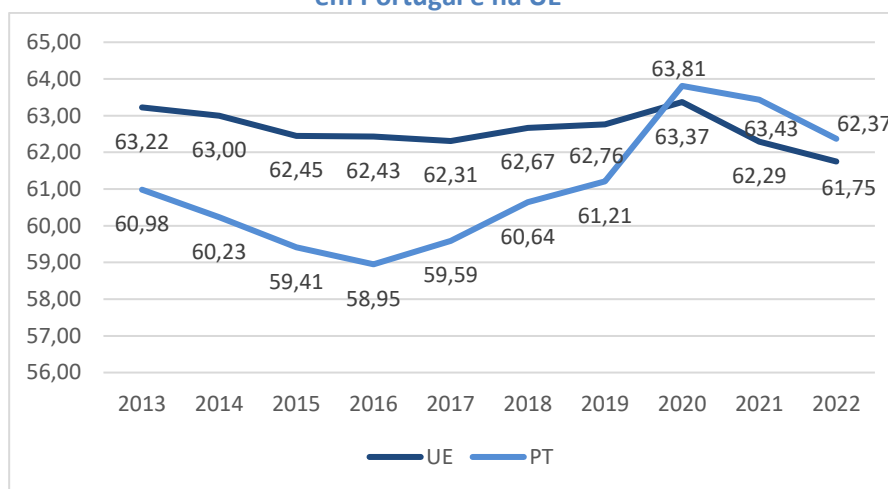
Figura 11. População ativa, empregada e desempregada (milhares)



Fonte: Eurostat

A evolução menos favorável, em 2020, em termos de população ativa, empregada e desempregada, assim como de crescimento económico, não afetou a tendência positiva da compensação do trabalho, em percentagem do PIB, em Portugal ou na UE. Contudo, em 2021 surge uma inflexão nesta tendência, mais acentuada no espaço europeu, que persiste em 2022. Esta evolução mais recente suscita a possibilidade deste indicador poder reagir com algum desfasamento comparativamente aos demais indicadores caracterizadores da conjuntura económica.

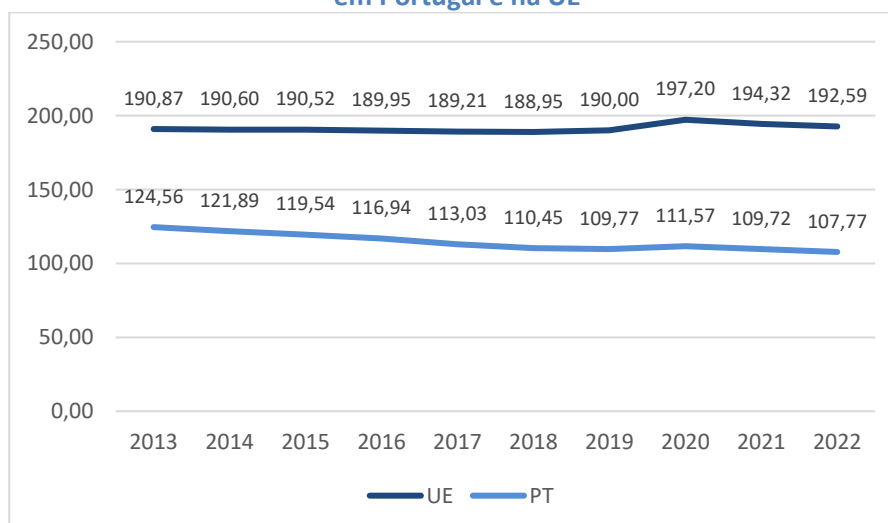
Figura 12. Compensação do trabalho, em percentagem do PIB, a custo de fatores, em Portugal e na UE



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

A relação entre o stock de capital e o emprego que havia aumentado em 2020, também inverte o seu comportamento em 2021, mantendo-se a tendência em 2022 (figura 13) e, logo, uma evolução oposta à observada na formação bruta de capital fixo (figura 10).

Figura 13. Stock de capital (líquido) por pessoa empregada, a preços contantes, em Portugal e na UE

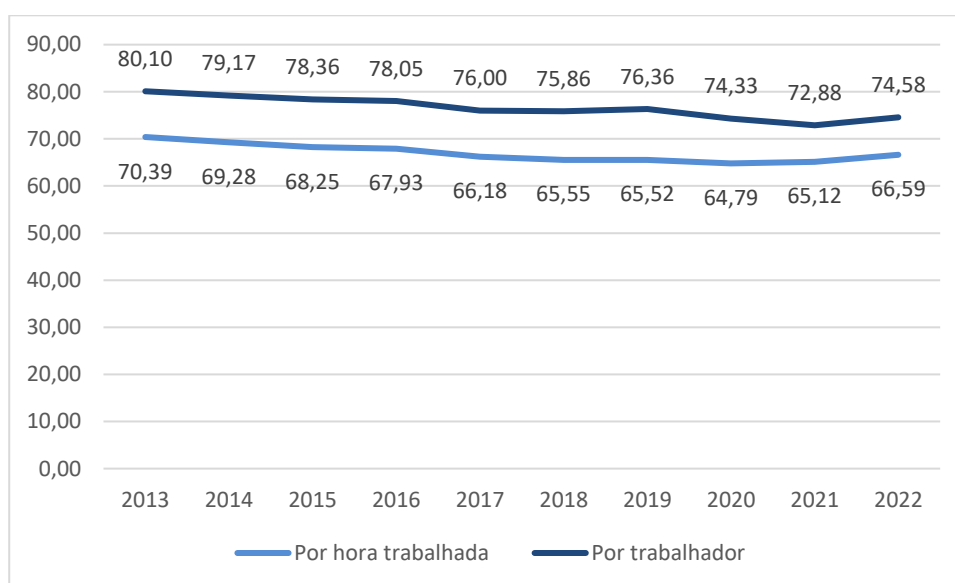


Valores em milhares de Euros.

Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Tendo presente a evolução do PIB e do emprego, torna-se pertinente analisar a produtividade. Nesse sentido consideram-se dimensões complementares da produtividade, designadamente a produtividade associada aos fatores produtivos (trabalho e capital) e em termos globais. Na medida da produtividade do trabalho, considera-se a produtividade aparente do trabalho por trabalhador e por hora trabalhada. A produtividade dos fatores é medida relativamente à média europeia.

Figura 14. Produtividade aparente do trabalho, por trabalhador e por hora trabalhada (PPC: UE=100%)

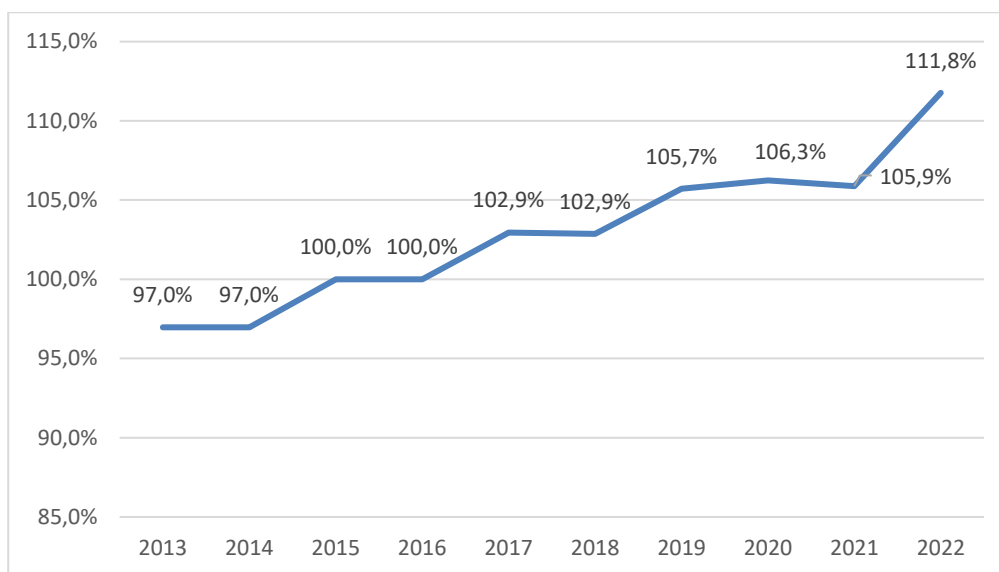


Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Desde 2013, a evolução da produtividade, medida pelo rácio entre a produção ou valor acrescentado e o número de trabalhadores ou horas trabalhadas, tem desacelerado. Comparando Portugal com a UE, o hiato é particularmente evidente em termos de horas trabalhadas. Portugal apresenta o valor mais baixo da produtividade por hora trabalhada em 2020 e por trabalhador em 2021. Em 2022, observa-se o início ou a consolidação da recuperação destes indicadores, face à média comunitária.

Quando à produtividade do capital, também analisada comparativamente à média da UE, esta tem vindo a crescer desde 2013, estabilizando, acima da média comunitária, a partir de 2018. A pandemia que impactou a generalidade dos indicadores macroeconómicos, em 2020, não aparenta ter-se traduzido em desafios acrescidos nesta dimensão, não se percecionando, para já, qualquer impacto negativo da guerra na produtividade do capital em Portugal.

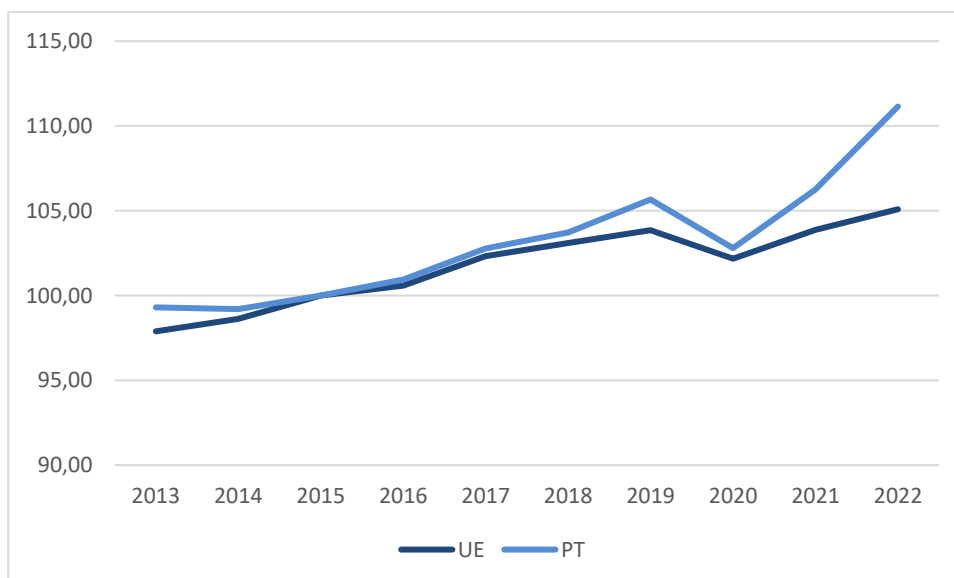
Figura 15. Produtividade aparente do capital (PPC: UE=100%)



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Finalmente, considerando a produtividade total dos fatores, que permite considerar eventuais determinantes para além da quantidade de trabalho e de capital, a evolução tem sido positiva quer em Portugal, quer na UE, com destaque para a realidade nacional.

Figura 16. Produtividade total dos fatores (2015=100%)



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Esta tendência foi, contudo, contrariada no ano da pandemia, com uma quebra mais abrupta em Portugal do que na UE. O ano de 2021 registou recuperações semelhantes em ambas geografias, que se acentuou em Portugal no ano seguinte.

Considerações Finais

A recuperação da economia portuguesa, após a forte crise do período 2009-2013, foi interrompida no ano de 2020 com um forte impacto da pandemia na atividade económica. O ano de 2021 afigura-se como um ano de recuperação. Contudo, esta recuperação nem sempre se traduz numa convergência com a realidade europeia.

Em 2022, esperavam-se eventuais sinais do impacto da pandemia em dimensões em que ainda não se havia manifestado, assim como um agravamento do desempenho da economia portuguesa, decorrente do eclodir da guerra na Ucrânia.

Contudo, se o contexto de guerra se revelou no acentuado aumento dos preços e nas taxas de juro de longo prazo, em todo o espaço europeu, em 2022, na generalidade dos demais indicadores analisados, não parece ter ainda produzido efeito.

Uma análise mais refinada do mercado de trabalho é, pois, importante para se aferir os reais impactos quer da pandemia, quer da guerra na Ucrânia, na economia e sociedade portuguesas.

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

2.0. Nota Introdutória

Neste capítulo descreve-se a evolução da oferta de trabalho, em 2022, considerando a evolução da população e dos fluxos migratórios e os principais indicadores do mercado de trabalho – atividade, emprego, desemprego e fluxos emprego-desemprego-inatividade – tendo em conta diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade, regiões, setores de atividade, tipo de contratos, duração do desemprego, entre outras.

As principais fontes de informação utilizadas foram os dados do *Inquérito ao Emprego* e das *Estimativas Anuais de Emigração*, publicados pelo INE, do *Observatório da Emigração* e do IEFP, no que diz respeito ao desemprego registado. Para as comparações internacionais, nomeadamente com os países da União Europeia (UE), recorreu-se a dados do Eurostat (*Labour Force Survey*).

O capítulo contém também uma análise do emprego nas administrações públicas, com dados fornecidos pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), e do trabalho temporário, com dados dos *Quadros de Pessoal* do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP).

São ainda analisados os dados relativos aos beneficiários do subsídio de desemprego e às entidades empregadoras e beneficiários com prestações de *lay-off*, tendo como fonte a informação disponibilizada pelo Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (II/MTSSS), e os dados referentes aos despedimentos coletivos, publicados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).

2.1. Oferta de trabalho

2.1.1. População total

Analisando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2022, residiam, no Continente, 9.787,7 milhares de pessoas, tendo-se verificado um decréscimo de 0,1% em relação a 2021. A população masculina decresceu 0,4% e o número de mulheres residentes manteve-se igual ao do ano anterior.

Entre 2022 e 2021, a população de 16 e mais anos não sofreu variação. Em relação aos diferentes grupos etários, o escalão dos 16 aos 24 anos registou um decréscimo de 0,8%. Em contrapartida, o escalão dos 25 aos 34 anos teve um ligeiro crescimento de 0,2%. Já o escalão dos 35 aos 44 decresceu 3,4%, enquanto o escalão dos 65 e mais anos teve um crescimento de 1,3%.

2.1.2. Fluxos migratórios

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

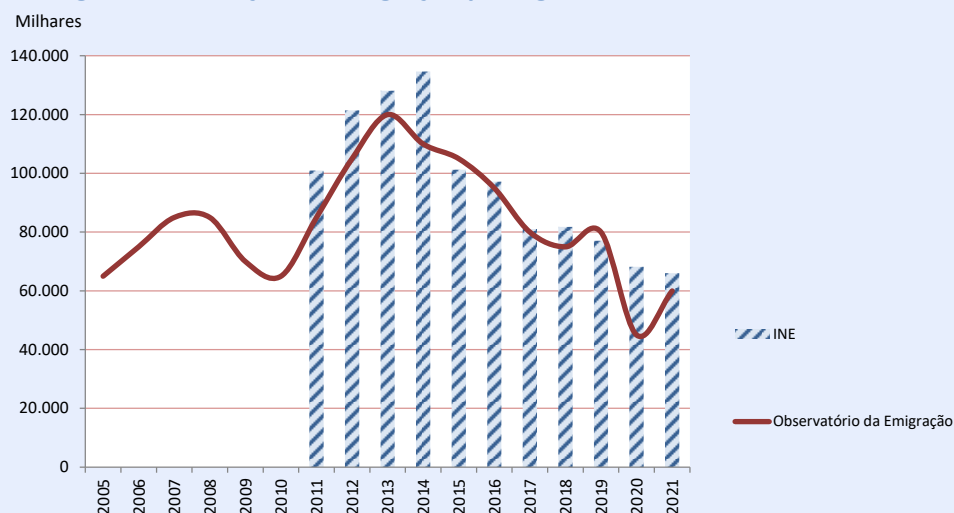
- *Evolução da Emigração portuguesa*

Analisando a informação estatística²² disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO e pelo INE, estima-se que, em 2021, cerca de 2,6 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 25,7%.

Paralelamente, no mesmo ano em análise, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 25,6 mil indivíduos), dado que 25,1 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 50,7 mil imigrantes (dos quais cerca de 31 mil oriundos de países extra UE e 19,7 mil provenientes dos restantes países da União).

²² Dados consultados em março de 2023. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2021.

Figura 17. Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2005 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

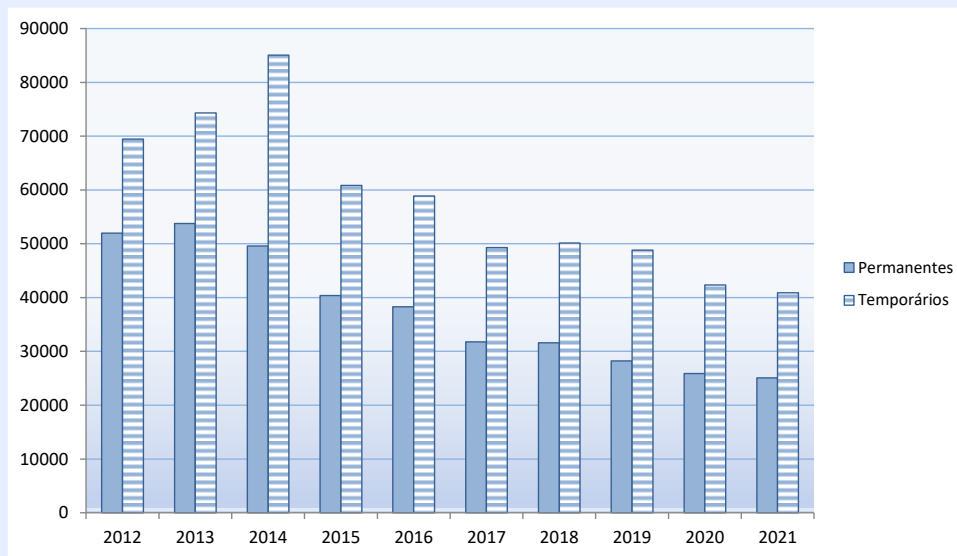
Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e dos dados do OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO sobre as entradas de portugueses nos países de destino, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos, em particular a partir dos anos de 2010-11, não obstante, em 2014-15, se ter verificado uma inflexão desta tendência que se manteve até 2020, ano em que se verificou uma descida mais expressiva. De notar que, em 2021, segundo as estimativas do OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, o número de emigrantes portugueses registou uma subida de 33,3% (mais 15 mil emigrantes) face ao ano anterior, apesar de, para o mesmo período de tempo o INE estimar uma diminuição de 2,2 mil emigrantes.

Ainda neste contexto e de acordo com os valores disponibilizados pelas *Estimativas anuais de emigração* do INE, constata-se um decréscimo progressivo da emigração portuguesa, quer permanente²³ quer temporária²⁴, a partir de 2014. De referir que, em 2021, a emigração portuguesa evidenciou valores inferiores aos do período homólogo, registando, na sua totalidade, um decréscimo de 3,3%. Saliente-se ainda o facto de, ao longo da série em análise, a emigração temporária apresentar sempre uma maior expressividade quando comparada com a emigração permanente.

²³ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano.

²⁴ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

Figura 18. Evolução da emigração portuguesa por tipologia

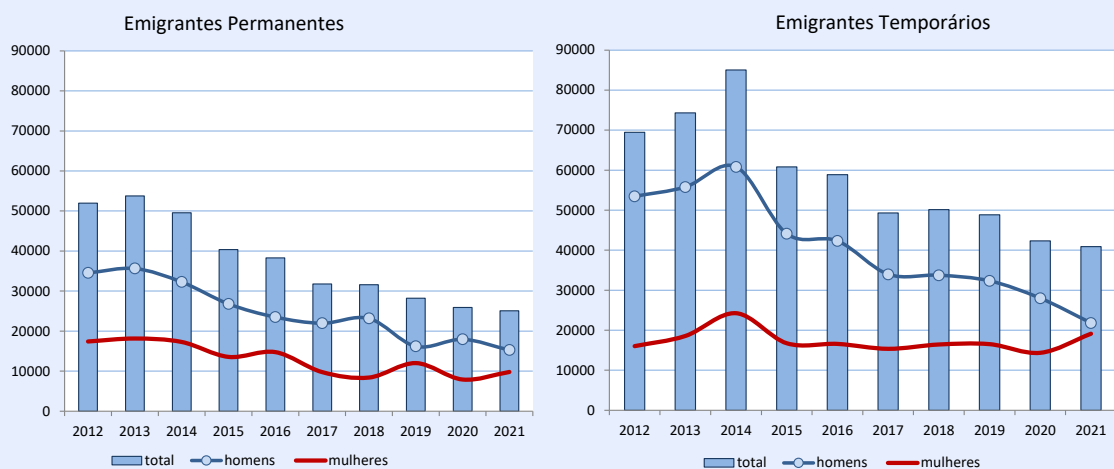


Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Analisando esta informação por sexo, constata-se que, ao longo do período em análise, a emigração masculina, quer permanente quer temporária, foi sempre superior à feminina.

Com efeito, os homens têm vindo a assumir um peso mais significativo no total dos emigrantes portugueses, ultrapassando, em quase todos os anos, mais do dobro do valor das mulheres emigrantes. De referir que, na emigração temporária, esta diferença de proporções entre homens e mulheres tem vindo a esbater-se.

Figura 19. Evolução da emigração portuguesa por sexo

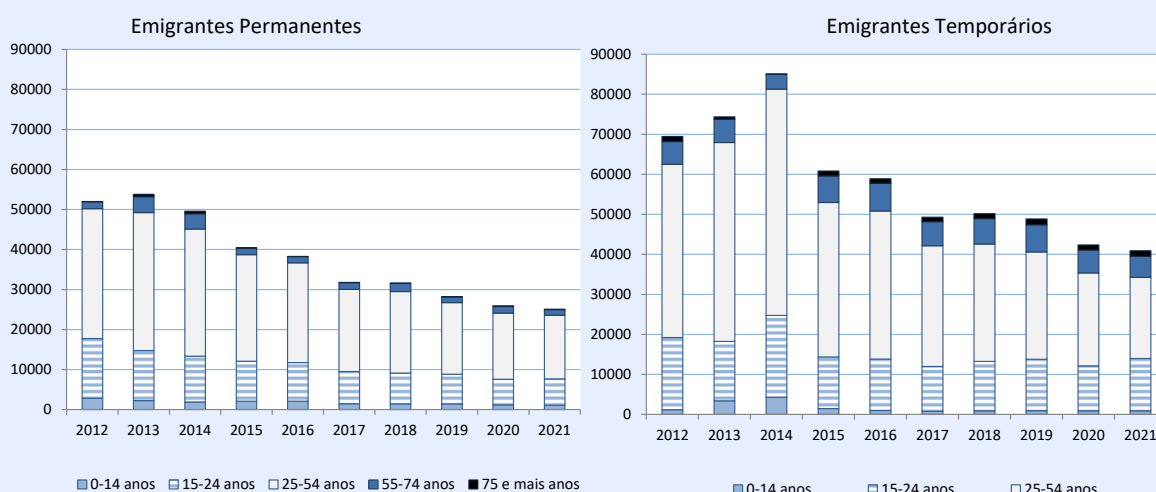


Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

No que diz respeito à estrutura etária, verificou-se, em 2021, uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou mais de metade do total da emigração, ou seja, 63,5% da emigração permanente e 49,5% da temporária pertencem a este grupo de idades.

Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos últimos anos em análise, mais de 21% do total da emigração portuguesa. Em 2021, mais de 26% dos emigrantes, tanto temporários como permanentes, tinham entre 15 e 24 anos de idade.

Figura 20. Evolução da emigração portuguesa por grupo etário



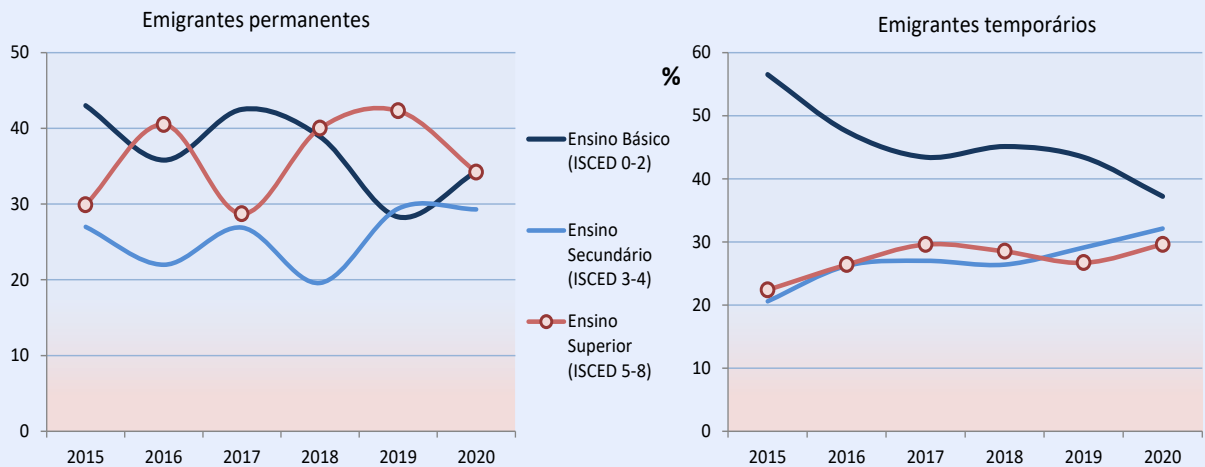
Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Por último, e ainda no que concerne à emigração portuguesa, constata-se que os emigrantes, tanto permanentes como temporários, com o ensino básico têm vindo a diminuir nos últimos anos, ao contrário dos emigrantes com o ensino secundário e superior que têm vindo a apresentar uma trajetória ascendente.

Quanto aos emigrantes com o nível de escolaridade superior, em 2020²⁵, verificou-se um aumento, em particular dos emigrantes temporários, uma vez que os emigrados permanentemente, após um ligeiro aumento em 2016, 2018 e 2019, viram a sua percentagem diminuir em 2020.

²⁵ Últimos dados disponíveis à data.

Figura 21. Evolução da emigração portuguesa por escolaridade

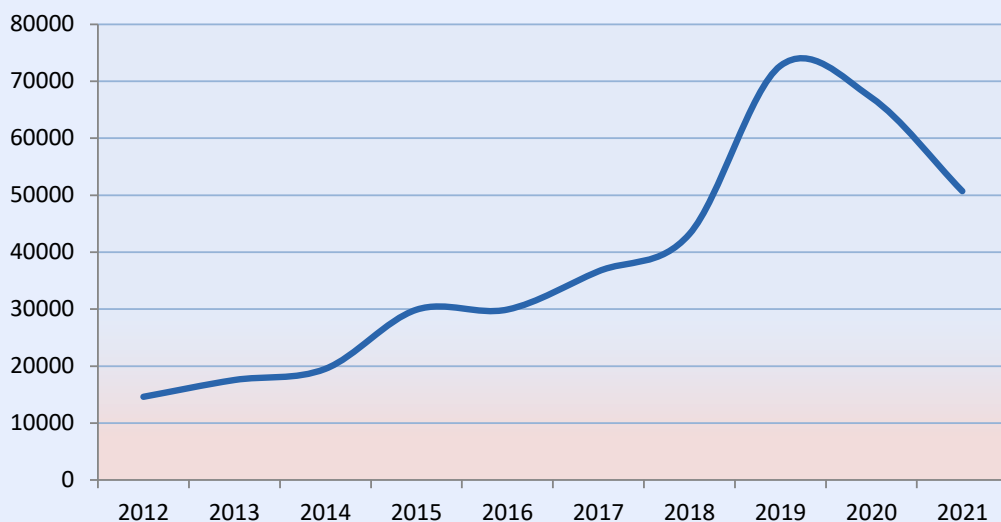


Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*

• **Evolução da Imigração portuguesa**

Considerando alguns dados das *Estimativas anuais de imigração* do INE, relativos à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, verifica-se que, a partir de 2012 houve um aumento do valor total de imigrantes, evidenciando-se uma quebra a partir de 2020. De notar que o número total de entradas de imigrantes em 2021 (50,7 mil pessoas), diminuiu 24,5% face ao período homólogo.

Figura 22. Evolução da população imigrada em Portugal

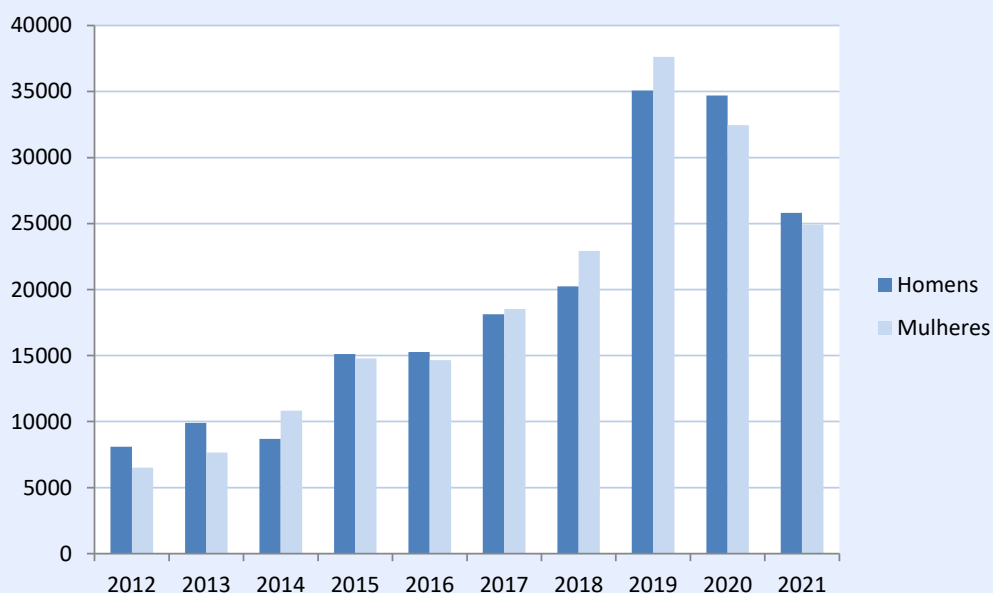


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por outro lado, esta população estrangeira imigrada em Portugal tem-se repercutido de forma diferenciada em ambos os sexos, apesar de nos últimos anos, essa diferença ter vindo a perder expressividade, em particular no último ano em análise, que evidenciou uma diferença de apenas 1,8 p.p. entre homens e mulheres imigrados.

De salientar que, nos primeiros anos da série em análise, em 2012 e 2013, a proporção de imigrantes masculinos era superior em cerca de 11 p.p. e 13 p.p., respetivamente, face à congénere feminina, situação que se inverteu em 2014 e entre 2017 e 2019, quando o valor percentual dos homens imigrados foi inferior ao valor registado para as mulheres estrangeiras a residir no nosso país. De notar que, em 2021, a proporção de mulheres imigrantes foi inferior à dos imigrantes masculinos (menos 1,8 p.p.). Refira-se ainda que, ao longo dos últimos anos tem-se vindo a verificar uma clara aproximação da proporção de imigrantes femininos e masculinos.

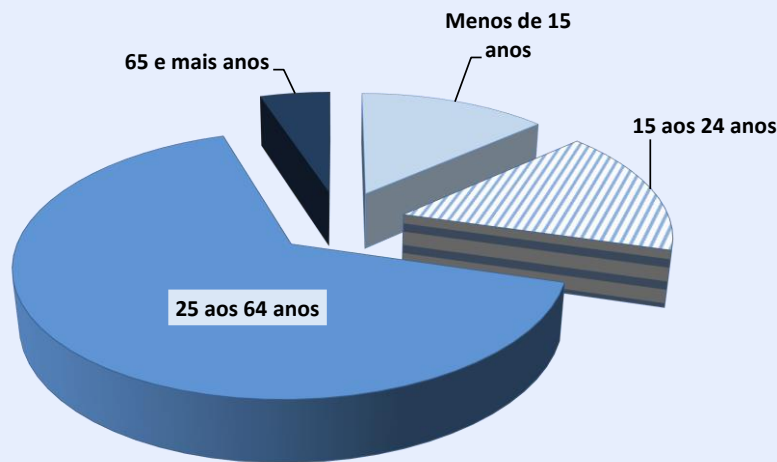
Figura 23. Evolução da imigração portuguesa por sexos



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Relativamente à distribuição etária, em 2021, a grande maioria dos imigrantes a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade (cerca de 65,4%), em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente nas idades com menos de 24 anos (cerca de 29,5%).

Figura 24. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2021



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

2.1.3. População por níveis de escolaridade

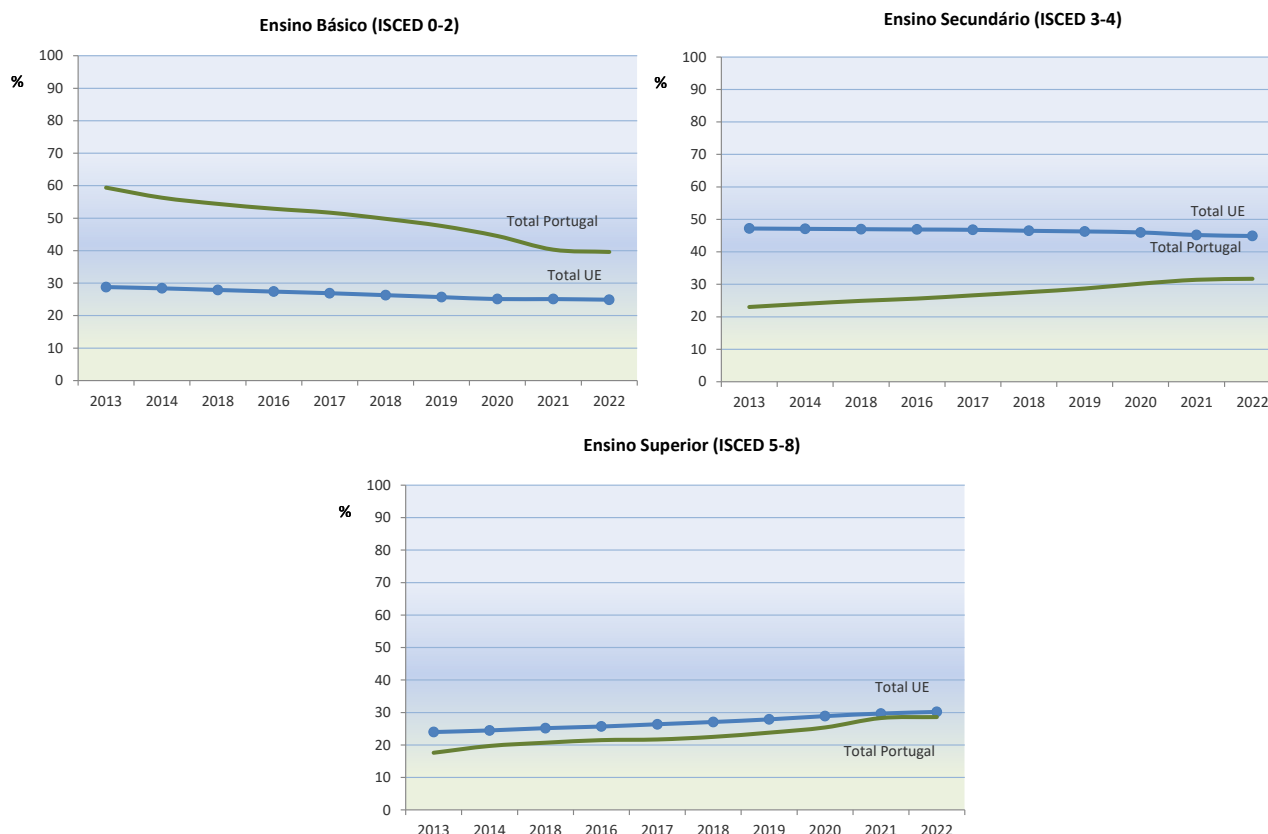
Observando os dados do INE, em 2022, a população do Continente, de 16 e mais anos, que possuía até ao ensino básico representava 48,6% do total, o peso da população com o ensino secundário era de 25,5% e o da população com o ensino superior era de 24,5%. Entre 2018 e 2022, o peso da população com 16 e mais anos com o ensino básico decresceu em 10,5%, no entanto, tanto a percentagem de indivíduos com o ensino secundário como os que tinham ensino superior cresceram em 3,6% e em 5,6% respetivamente. Em 2022, a percentagem de homens e de mulheres, com o ensino secundário é bastante aproximada, no entanto, as mulheres constituíam 60% da população com o ensino superior.

2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE

Considerando os níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos, segundo os dados disponibilizados pelo Eurostat²⁶, constata-se que, no decurso da última década, os níveis de escolaridade mais baixos regrediram, em contraponto com os superiores. Com efeito, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias até ao 3º Ciclo do Ensino Básico (ISCED 0-2) continua a apresentar uma tendência de decréscimo ao longo dos últimos anos, tendo diminuído cerca de 20 p.p. entre 2013 e 2022.

²⁶ Dados consultados em abril de 2023.

Figura 25. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos



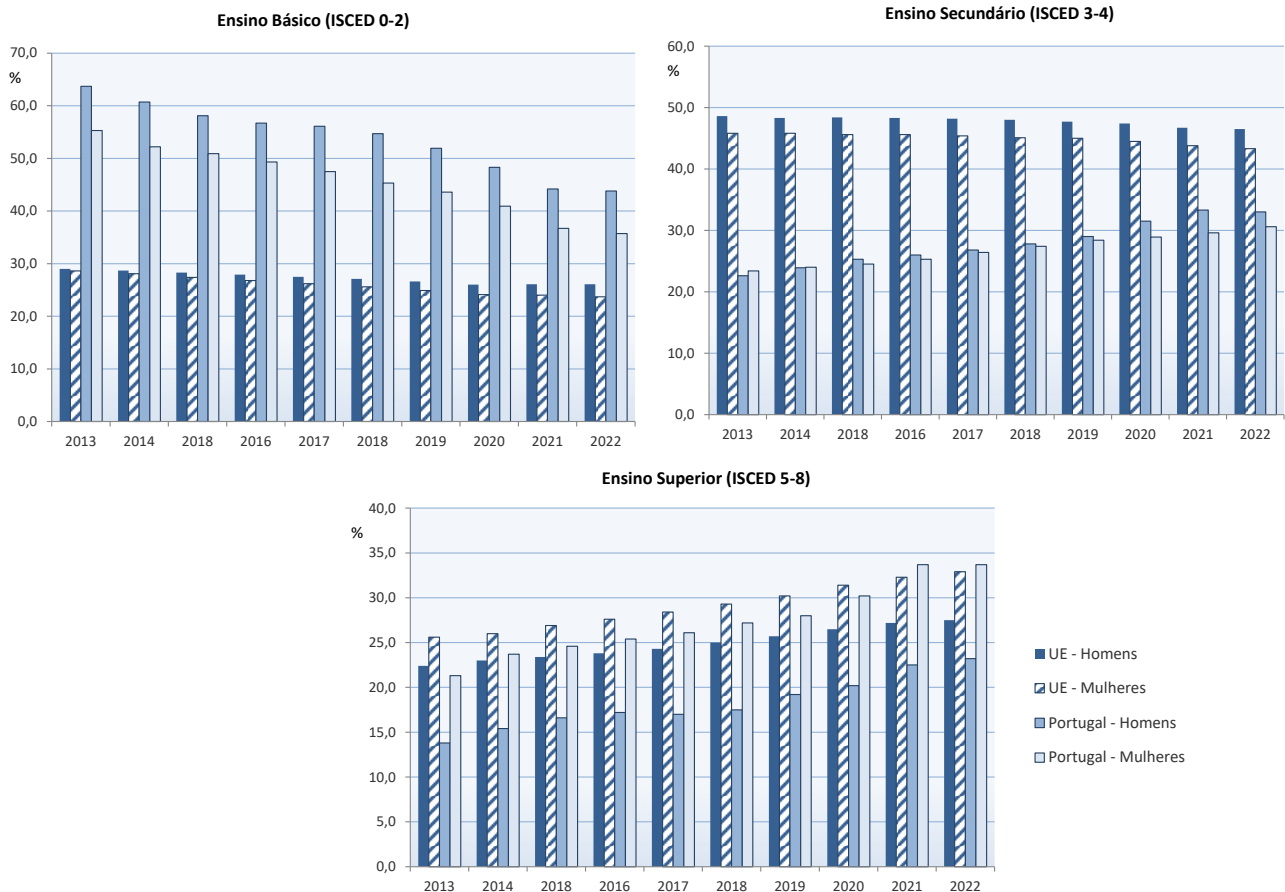
Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em situação inversa encontra-se, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário (ISCED 3-4), quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior (ISCED 5-8), que apresentaram acréscimos de 8,7 p.p. e 11 p.p. respetivamente, nos últimos dez anos em análise.

Por outro lado, tendo em conta a média dos países da UE, verifica-se que a população europeia dos 15 aos 64 anos de idade com escolaridade mais baixa registou um decréscimo menos expressivo quando comparada com a portuguesa (menos 3,9 p.p. em 2022 face a 2013), tal como a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário que praticamente se manteve inalterada ao longo do período em análise. Quanto à população dos 15 aos 64 anos, com o nível de Ensino Superior, assistiu-se a um aumento (mais 6,2 p.p.), não obstante inferior ao verificado em Portugal.

De salientar que, ao longo da série em análise, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias superiores ao Ensino Secundário na UE, assume sempre valores superiores aos da sua congénere portuguesa. Ao invés, a população dos 15 aos 64 anos da UE com uma escolaridade até ao 3º Ciclo do Ensino Básico continua a apresentar valores inferiores quando comparada com a população portuguesa em igual situação.

Figura 26. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

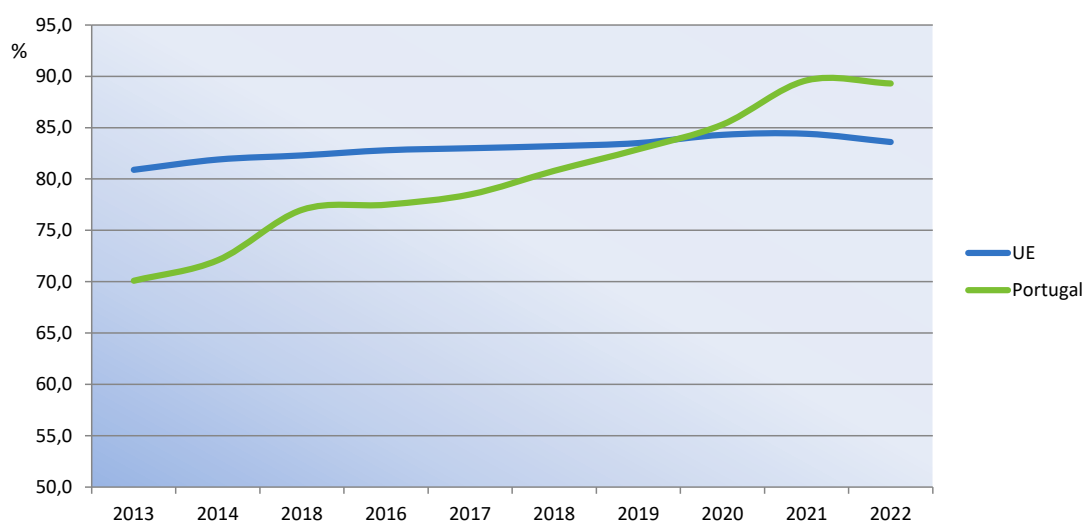
Relativamente à análise por sexo, constata-se que os homens portugueses dos 15 aos 64 anos que detêm, quer uma escolaridade ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, quer ao nível do Ensino Secundário, têm vindo a apresentar, na última década, valores superiores aos das mulheres nas mesmas condições. Quanto à população europeia, verifica-se igual tendência ao longo do período em análise.

Relativamente às mulheres portuguesas dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior, estas evidenciaram percentagens superiores às verificadas nos homens, sendo de destacar o facto da distância percentual entre as duas categorias ter vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. De notar que, esta tendência tem sido acompanhada pela média do conjunto dos países da UE.

População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE

Em 2022, a percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com pelo menos o nível de educação secundário (ISCED 3-4) era de 89,3%, cerca de 5,7 p.p. acima da média da UE. Com efeito, desde o início da série em análise, esta população tem vindo a crescer de forma progressiva em Portugal, tendo aumentado cerca de 19,2 p.p., entre 2013 e 2022.

Figura 27. Evolução da população (20 aos 24 anos) com pelo menos o nível de educação secundário

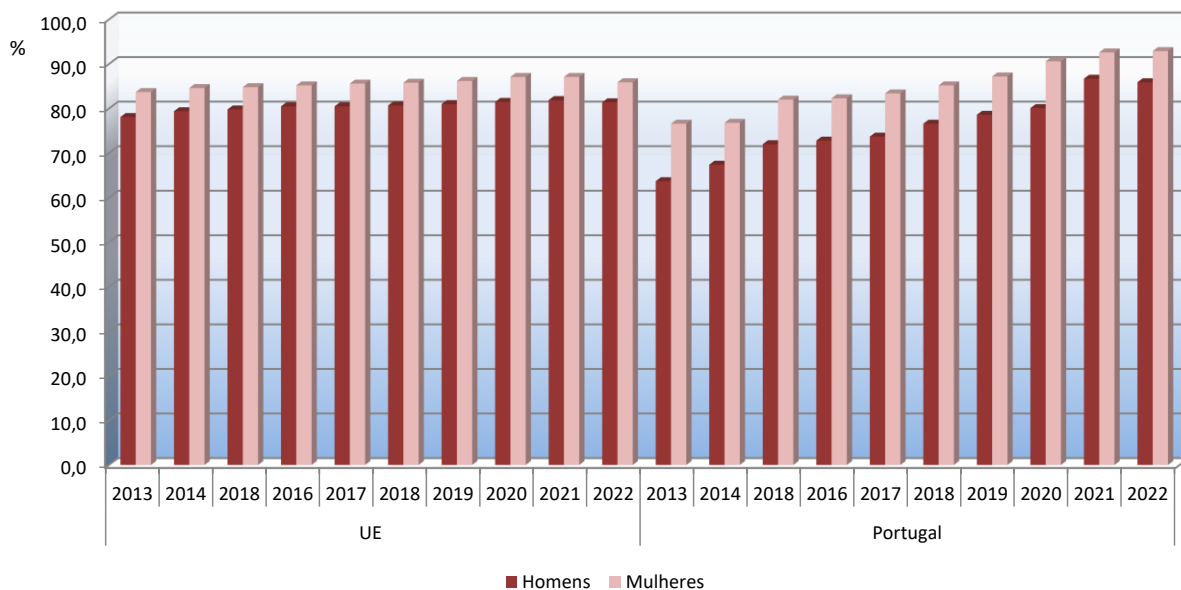


Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2022, a percentagem de mulheres jovens que atingiu pelo menos o nível secundário foi mais expressiva do que a dos homens (92,9% de mulheres para 85,9% de homens). Ao longo do período em análise, registou-se um aumento progressivo nesta proporção relativamente a ambos os sexos. Deste modo, no espaço de uma década, a percentagem de homens jovens com pelo menos o nível secundário cresceu 22 p.p., enquanto a proporção de mulheres com este nível de ensino aumentou cerca de 16,3 p.p.

Relativamente ao ano anterior, em 2022, a percentagem de mulheres (92,9%) manteve-se praticamente inalterada, continuando a ultrapassar a média europeia (85,9%), que decresceu 1,2 p.p. face ao período homólogo. Quanto à população masculina portuguesa com este nível habilitacional, apesar do decréscimo de 0,8 p.p. face a 2021, a percentagem de homens que atingiu pelo menos o nível secundário (85,9%) continuou a ser superior à da sua congénere europeia (81,4%).

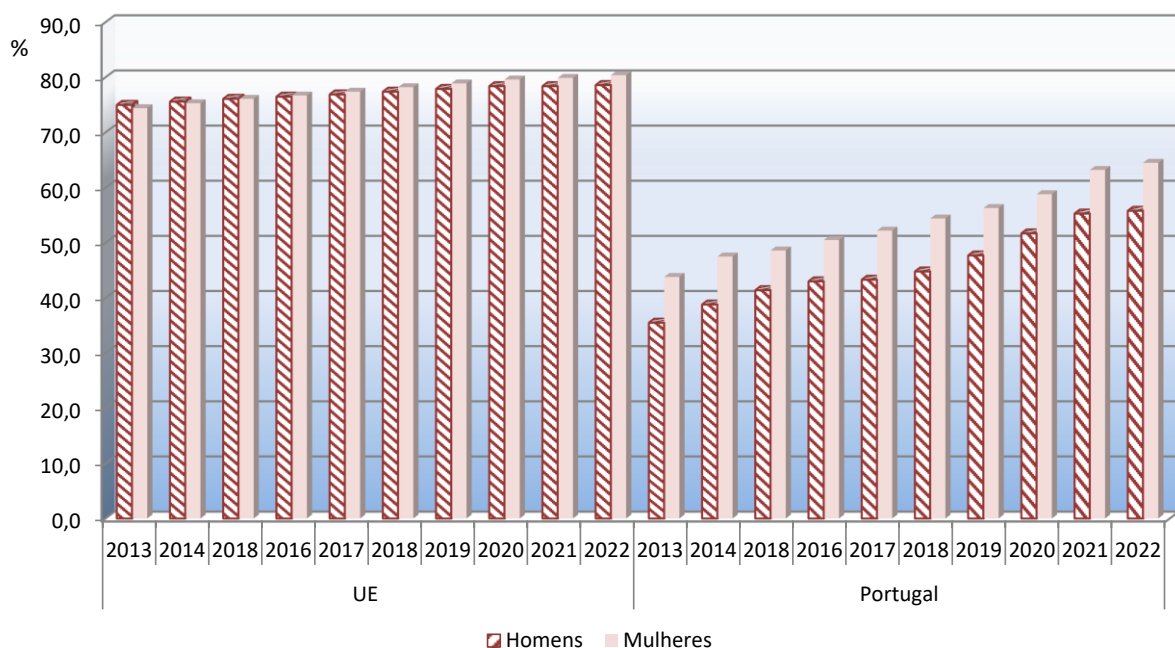
Figura 28. População (20 aos 24 anos) com pelo menos o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas, em Portugal, que possuía, pelo menos, o nível de educação secundário (ISCED 3-8) era, em 2022, de 60,3%, menos 19,2 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (79,5%). De notar que, no início do período em análise, em Portugal, essa percentagem era 34,9 p.p. inferior à percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria muito significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país.

Figura 29. População (25 aos 64 anos) com pelo menos o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

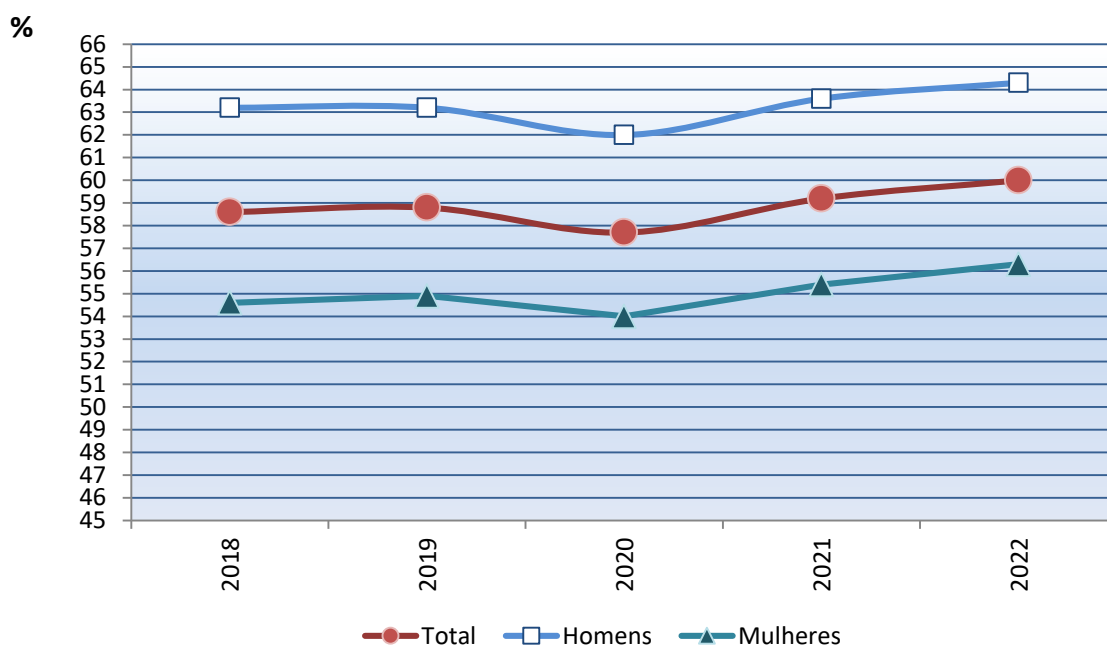
A proporção de mulheres portuguesas com pelo menos o nível de educação secundário era em 2022, tal como no início da série, superior à dos homens. Por outro lado, na média dos países da UE, neste escalão etário a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres, não obstante esta situação se ter invertido a partir de 2016.

2.1.4. População ativa e taxas de atividade

Em 2022, no Continente, a população ativa totalizava 4.967,7 mil pessoas, tendo aumentado 1,3% em relação a 2021. O número de mulheres ativas cresceu 1,7% e o número de homens ativos aumentou 0,9%.

A taxa de atividade da população com 16 e mais anos, em 2022, era de 60%, o que correspondeu a um aumento de 0,8% face ao ano anterior. Esse aumento verificou-se, tanto na taxa de atividade masculina, como na feminina. A taxa masculina, que, em 2022, era de 64,3%, aumentou 0,7%, e a taxa feminina, que era de 56,3%, aumentou 0,9%.

Figura 30. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



Fonte: INE, *Inquérito ao emprego*

A diferença entre as taxas de atividade masculina e feminino tem vindo a atenuar-se ao longo da série. Em 2022, a diferença é de 8,0 p.p.

2.1.4.1. População ativa por escalões etários

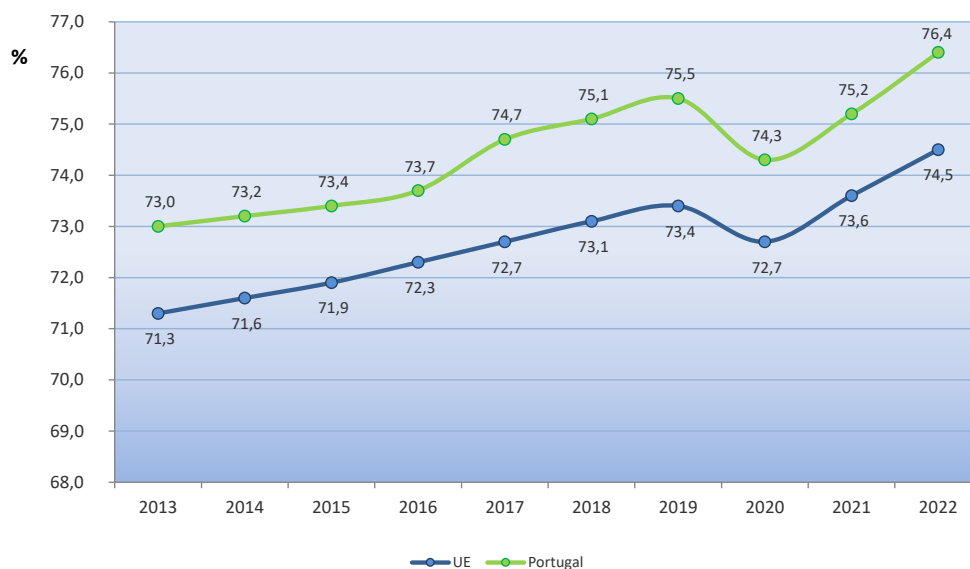
Relativamente aos escalões etários, a população ativa aumentou em todos os escalões, com exceção do escalão entre os 35 e os 44 anos. Tal como verificado no ano anterior, os maiores acréscimos continuam a registar-se no escalão dos 55 aos 64 anos (4,6%) e no escalão dos mais de 65 anos (10,1%).

A taxa de atividade, em 2022, cresceu relativamente a todos os escalões etários. O maior acréscimo registou-se no escalão dos 55 aos 64 anos (2,7%). No que se refere às mulheres observa-se um decréscimo ligeiro no escalão dos 25 aos 34 anos (0,1%).

2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia

Relativamente à taxa de atividade, Portugal tem registado valores superiores à média dos países da União desde o início da série em análise. Em Portugal, ao longo da última década, a taxa de atividade tem vindo a aumentar de forma gradual, apresentando valores entre os 73% e os 76,4%, à semelhança do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem registado, igualmente, uma subida progressiva da taxa de atividade, tendo passado de 71,3%, em 2013, para 74,5%, em 2022.

Figura 31. Evolução da taxa de atividade

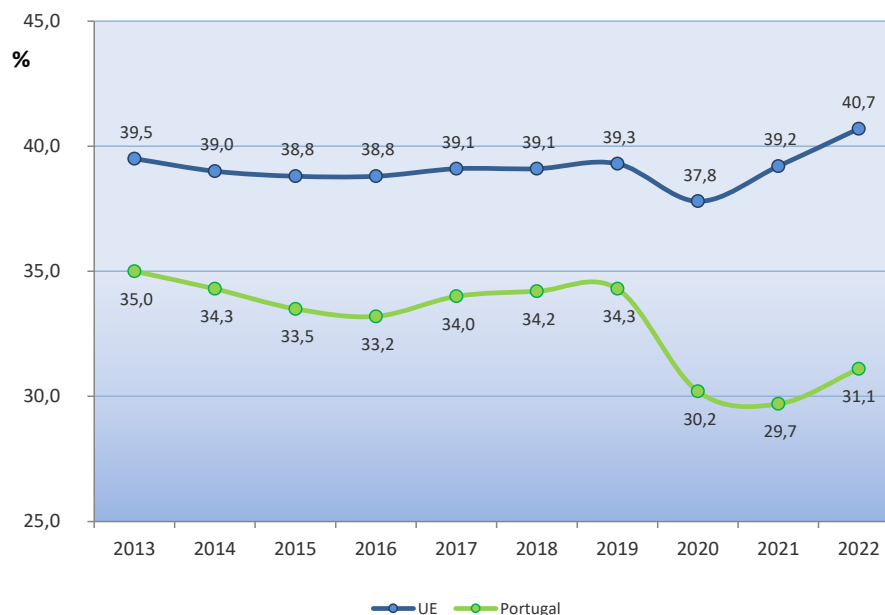


Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Relativamente à taxa de atividade dos jovens, ao longo da última década, esta acompanha a tendência evidenciada pela taxa de atividade total. Enquanto a taxa de atividade dos jovens na UE apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, a taxa de atividade dos jovens portugueses tem vindo a registar um decréscimo sucessivo ao longo da série, apesar de, entre 2017 e 2019, se ter mantido quase constante e

de em 2022 ter evidenciado uma ligeira subida de 1,4 p.p. Relativamente a 2021, a taxa de atividade jovem portuguesa subiu para os 31,1% e a europeia para os 40,7%.

Figura 32. Evolução da taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos

Em 2022, no Continente, 34,1% dos ativos tinham até ao ensino básico, 31,4% tinham o ensino secundário e 34,5% o ensino superior. Os homens constituíam 58,5% dos ativos com o ensino básico e as mulheres cerca de 60,2% dos ativos com o ensino superior.

A taxa de atividade da população com o ensino básico era de 41,6% e aumentou em 0,2 p.p. relativamente a 2021. Também as taxas de atividade da população com o ensino secundário e superior (que eram 72,8% e 83,3% respetivamente) aumentaram, embora mais expressivamente no ensino secundário (1,5 p.p.). A taxa de atividade feminina cresceu de modo significativo relativamente à população com o ensino secundário.

2.1.4.4. População ativa por regiões

Entre 2021 e 2022, a população ativa aumentou em todas as regiões, com exceção do Norte que se manteve igual em relação ao ano anterior. Na região do Centro e da área metropolitana de Lisboa, o número de mulheres ativas aumentou mais do que o número de homens. O Alentejo foi a única região que registou um aumento no número de homens ativos (2,7%). Entre 2018 e 2022, todas as regiões registaram um crescimento da população ativa.

2.1.5. População Inativa

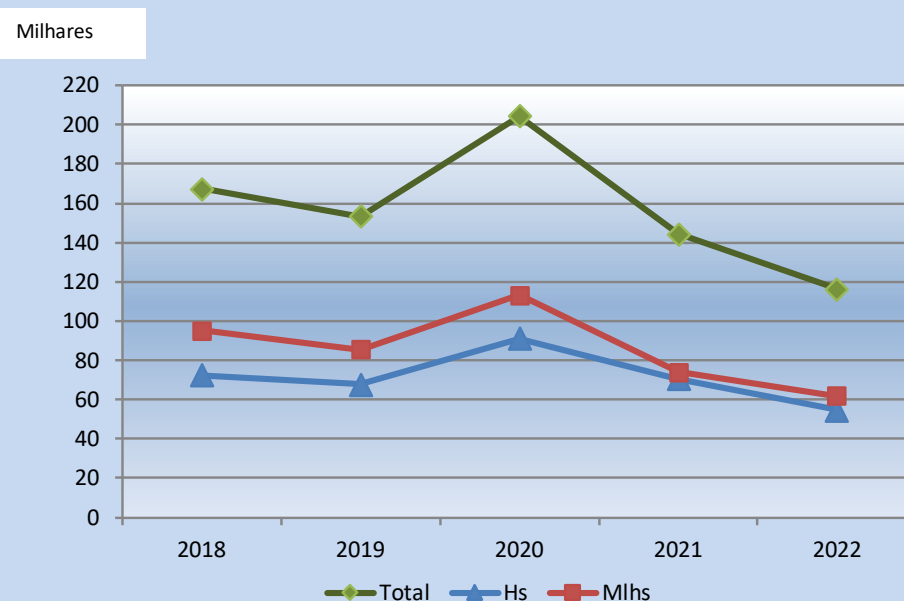
No Continente, em 2022, a população inativa com 16 e mais anos totalizava cerca de 3.418,7 mil pessoas, menos 1,8% face ao ano anterior. Cerca de 55,5% destes inativos eram reformados, no entanto em relação a 2021, verificou-se um decréscimo de 2,2%. Paralelamente com a categoria dos estudantes, foram os que menos decresceram face a 2021. Os estudantes representavam 20,3%. Os “outros inativos” e os “domésticos” constituíam 14,6% e 9,5%, respetivamente. A categoria dos “domésticos” foi a que mais diminuiu, em relação ao ano anterior (4,5%).

INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

Em 2022, no Continente, os inativos “disponíveis que não procuram emprego” (aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito, não foram contabilizados como desempregados, mas como inativos) representavam cerca de 3,4% do total de inativos (cerca de 144,2 mil pessoas). O seu número decresceu 19,3% face a 2021.

O número destes inativos diminuiu entre 2018 e 2019, em 2020 aumentou expressivamente, tendo voltada a diminuir desde 2021.

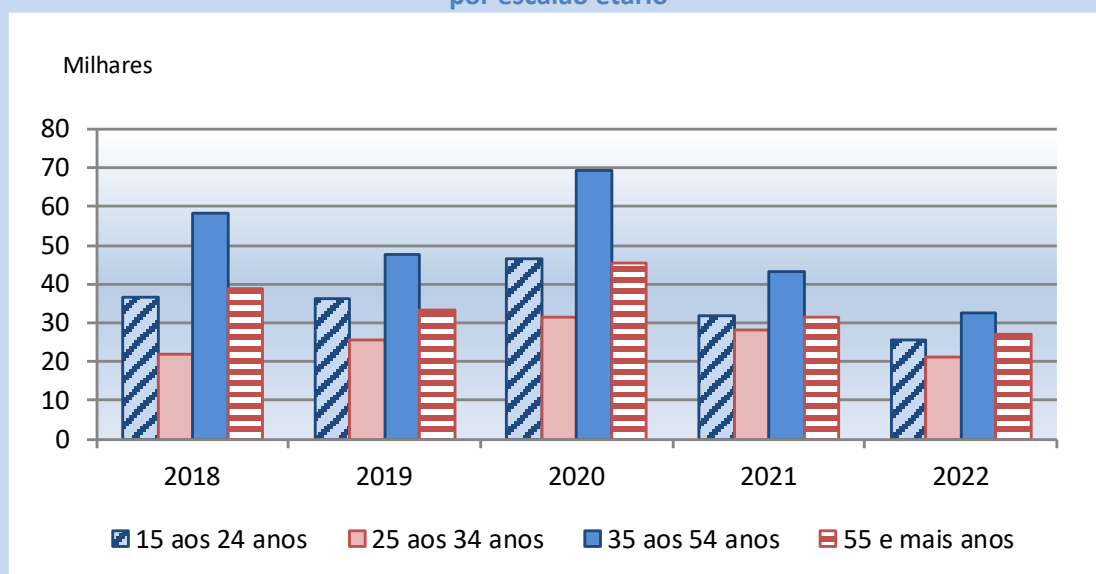
Figura 33. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

No decorrer do período em análise, o número de homens inativos disponíveis que não procuravam emprego manteve-se inferior ao das mulheres. Entre 2018 e 2019, tanto o número de inativos homens desta categoria assim como o número de mulheres diminuiu, contudo, em 2020 registou-se um crescimento em ambas as categorias. Desde 2021, o número de mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego tem vindo a aproximar-se ao número de homens.

Figura 34. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

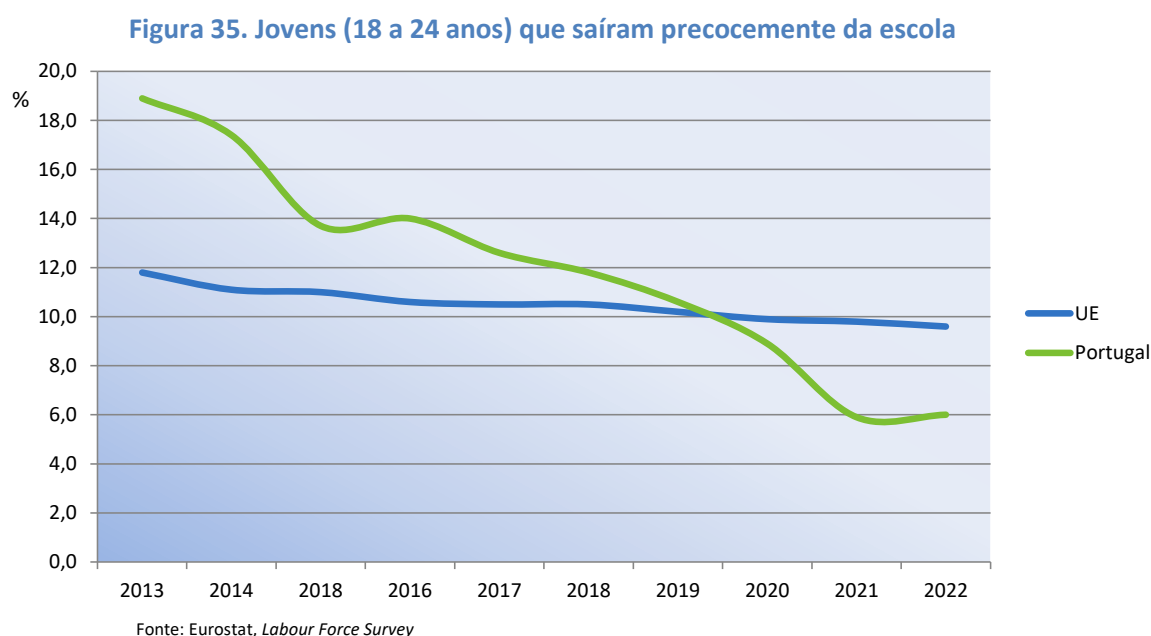
Cerca de 30,5% destes inativos, em 2022, tinham entre 35 e 54 anos, 25,4% tinham 55 anos ou mais, 24,1% tinham entre 16 e 24 anos e 19,9% entre 25 e 34 anos. Verificou-se um decréscimo do número de inativos desta categoria em todos os escalões etários face a 2021.

Em 2022, no Continente, 47% dos inativos disponíveis que não procuravam emprego possuíam o ensino básico, 36,2% tinha o ensino secundário e 16,8%, o ensino superior. Em relação ao ano anterior, o número dos inativos decresceu em todas as categorias, mais expressivamente na categoria dos que possuíam o ensino superior (24,9%).

2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia

2.1.6.1. Saída escolar precoce

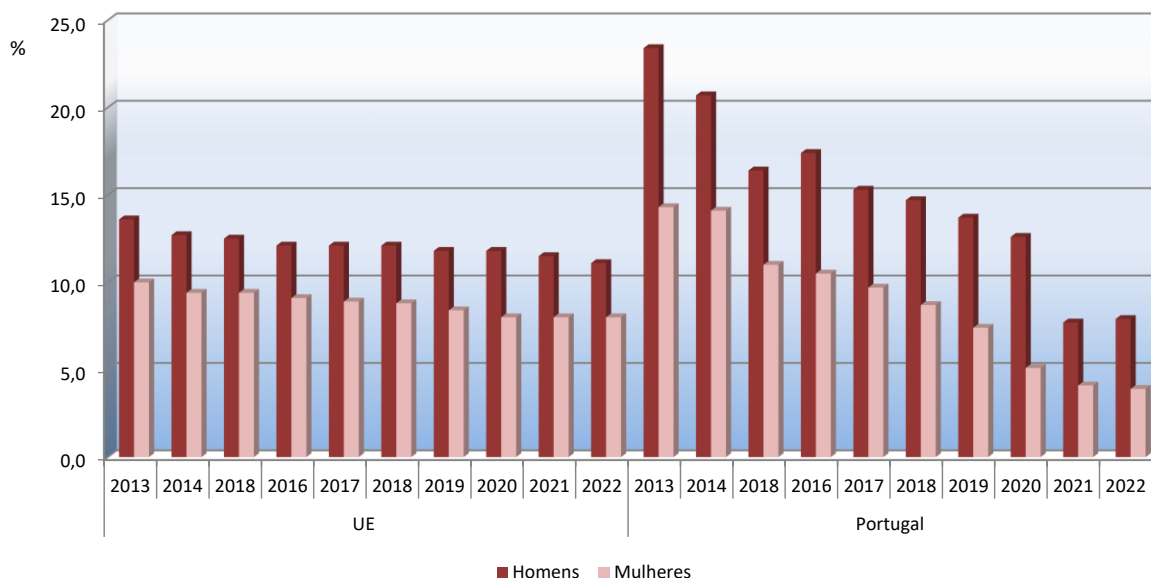
Em 2022, pelo terceiro ano consecutivo, a proporção de jovens portugueses que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico (ISCED 0-2) e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação, foi inferior à média observada na UE. De salientar que este abandono precoce escolar, que tem vindo a diminuir progressivamente, tem evidenciado um decréscimo mais acentuado em Portugal do que na média dos países europeus.



Deste modo, em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola (população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico) diminuiu de 18,9% em 2013 para 6% em 2022, tendo sido inferior à da média dos países da UE que, em 2022, se fixou nos 9,6%.

Por outro lado, uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos países da UE. Ainda assim, esta diferença esbateu-se e aproximou-se grandemente da média europeia (3,1 p.p. na UE e 4 p.p. em Portugal).

Figura 36. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Por outro lado, desde o início da série em análise, a percentagem de homens portugueses que abandonaram precocemente a escola tem diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, no espaço de uma década, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 15,5 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 10,4 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos países da UE, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 2,5 p.p., entre 2013 e 2022, enquanto a das mulheres decresceu 2 p.p., no mesmo período de análise.

2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF²⁷)

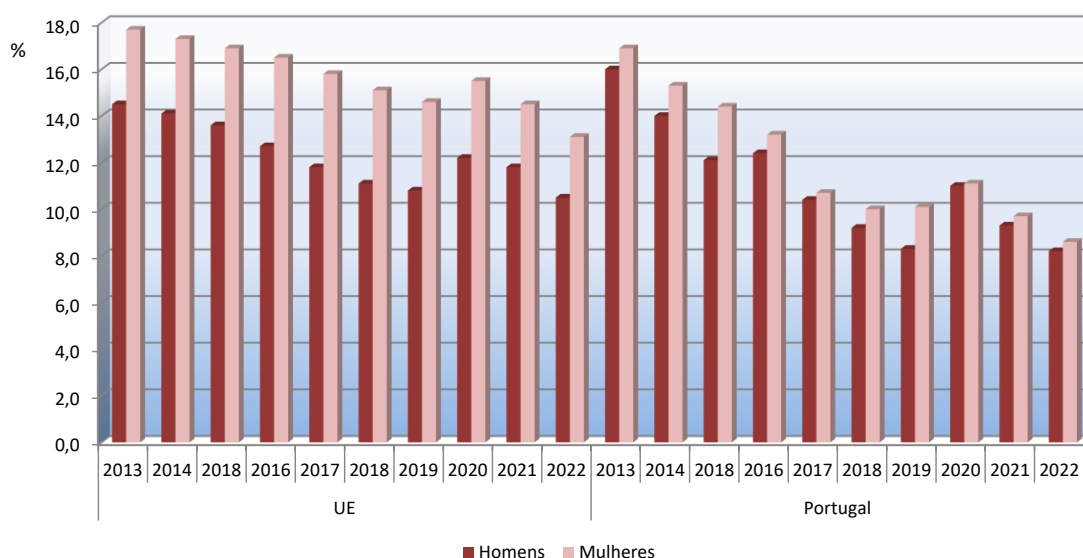
Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, nos últimos dez anos, evidencia-se um decréscimo deste tipo de população jovem até 2019, quer em Portugal, quer na UE. Em 2020, constata-se uma subida desta população que, desde então, tem vindo novamente a diminuir, registando, em 2022, valores na ordem dos 8,4% em Portugal e 11,7% na UE. De salientar que, em 2022, a percentagem de população portuguesa, entre os 16 e os 29 anos, que não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, foi inferior à da média europeia (menos 3,3 p.p.).

Considerando a análise desta informação por sexo, constata-se que, em geral, tanto em Portugal como na UE, a população feminina NEEF apresenta percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De notar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a

²⁷ NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação*. Dados consultados em abril de 2023.

diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da UE do que em Portugal. Com efeito, no que concerne à população jovem NEEF, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos, que, em 2022, continuaram a registar um diferencial de 0,4 p.p. (8,2% para os homens e 8,6% para as mulheres).

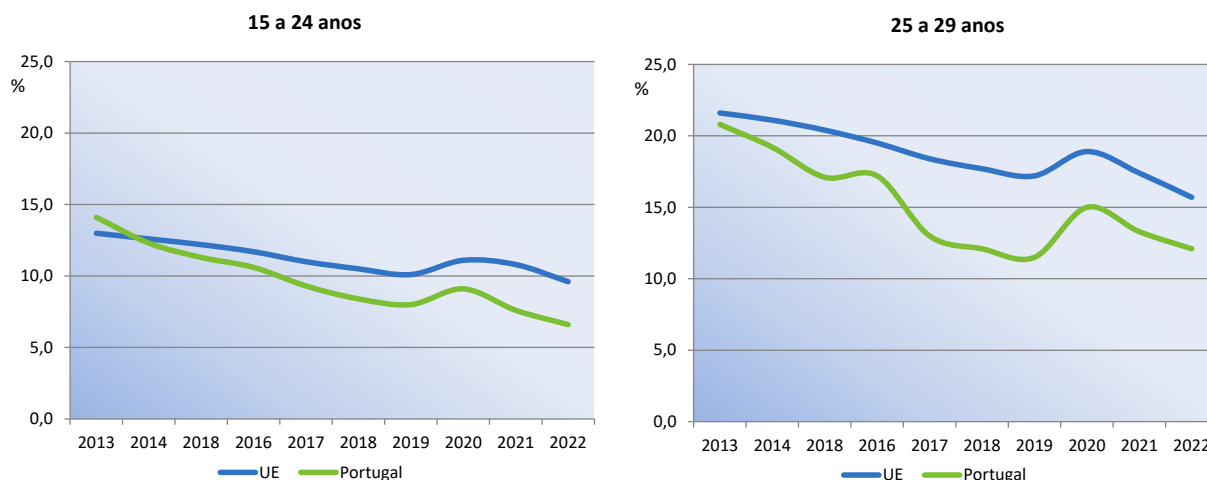
Figura 37. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, em 2022, constata-se que a população jovem NEEF é mais elevada nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (12,1%), como a nível europeu (15,7%), tendo, na última década, diminuído progressivamente, apesar de algumas oscilações. Refira-se ainda que, neste grupo etário, a percentagem de mulheres, em 2022, continuou a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 2,3 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos países da UE (mais 7,1 p.p.).

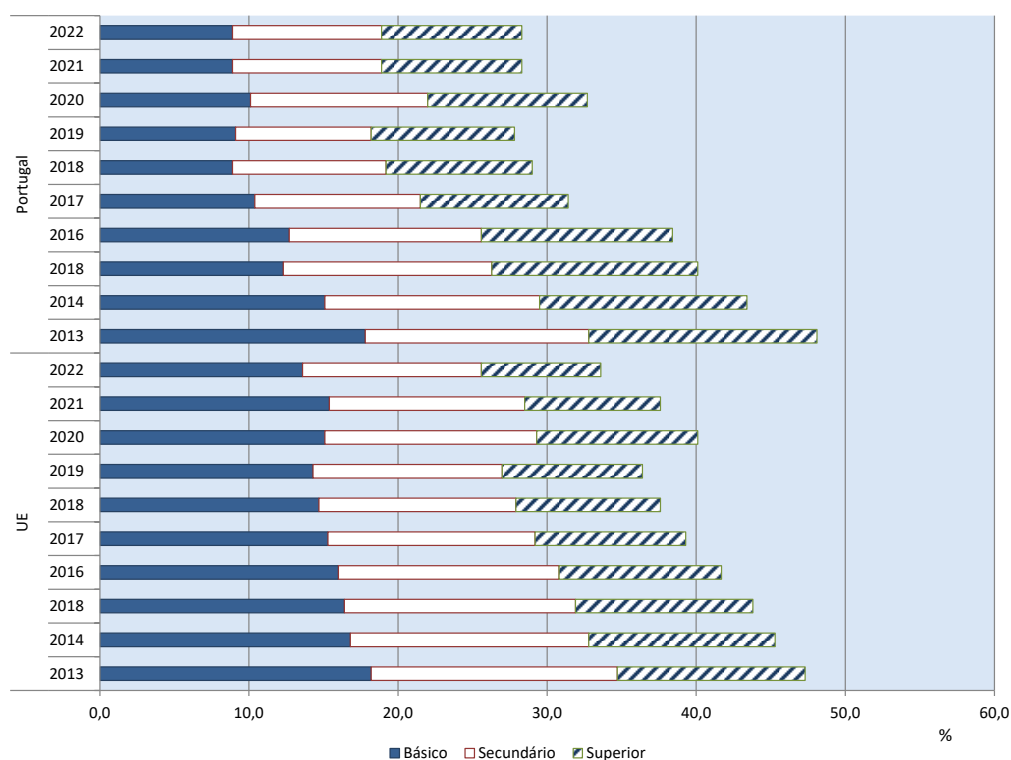
Figura 38. População jovem NEEF



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Por último, considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, em 2022, verifica-se que, em Portugal, o nível de escolaridade do ensino básico (9%) apresentou uma percentagem ligeiramente superior, dado que a proporção da população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém o ensino secundário ou o ensino superior registaram 8,7% e 7,3%, respetivamente.

Figura 39. População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

À semelhança de Portugal, a EU, em 2022, apresentou uma tendência convergente, com os jovens NEEF de 15 a 29 anos que apenas têm o ensino básico a registar a percentagem mais elevada (13,6%), logo seguida pelos jovens NEEF com o ensino secundário (12%) e pelos do ensino superior que apresentaram o valor com menor expressão (8%). Na UE, tal como em Portugal, a percentagem de jovens NEEF diminui à medida que o nível de escolaridade aumenta.

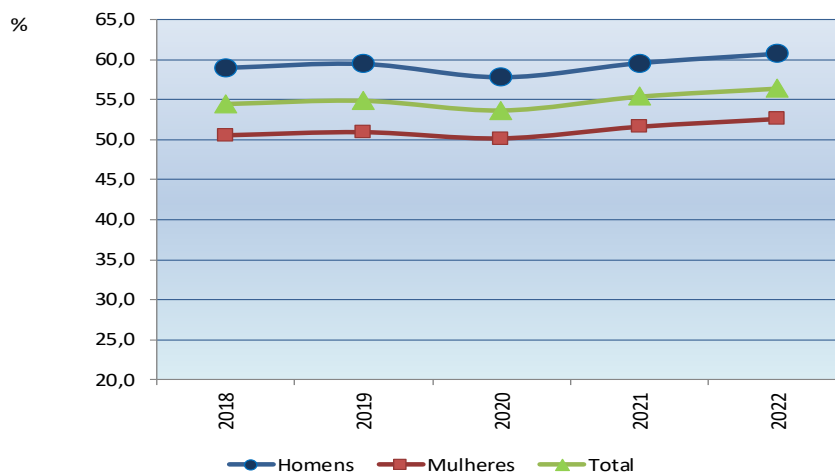
2.2. Emprego

2.2.1. Emprego e taxas de emprego

Analisando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2022, no Continente, estavam empregadas 4.670,3 mil pessoas, o que representa um acréscimo de 87 mil empregados face ao ano anterior. Os homens empregados constituíam 50,3% do total, no entanto, o número de mulheres empregadas cresceu mais (2,4%).

Em 2022, a taxa de emprego (16 e mais anos) era de 56,4%. A taxa de emprego masculina era de 60,2% e a taxa de emprego feminina de 52,6% e ambas cresceram em relação a 2021. Depois de se ter observado uma quebra no crescimento em 2020, voltou a registar-se uma tendência crescente.

Figura 40. Taxa de Emprego por sexo



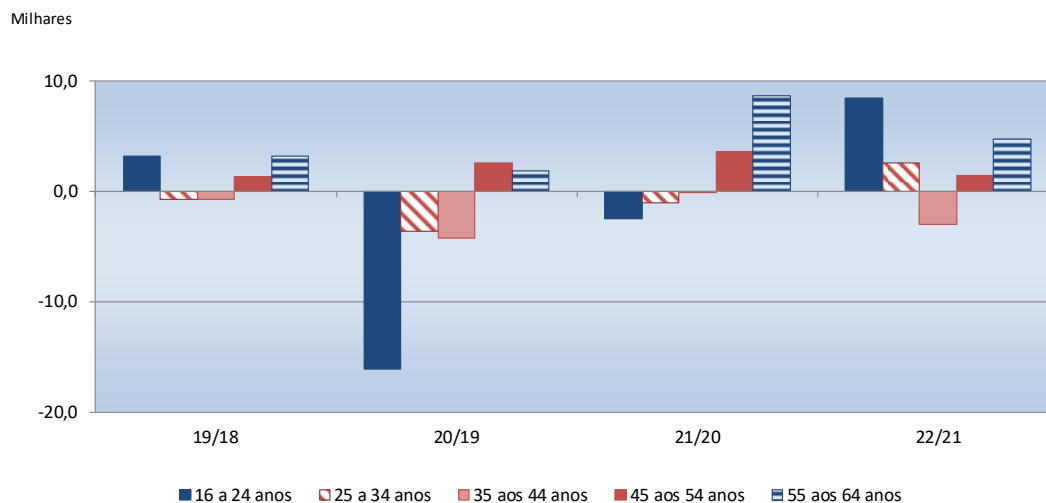
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.1.1 Emprego por escalões etários

Entre 2021 e 2022, a população empregada, no Continente, cresceu em todos os escalões etários, exceto no escalão dos 35 aos 44 anos. O escalão em que o emprego mais cresceu, percentualmente, foi o do 65 e mais anos (10,7%), seguindo-se o escalão dos 16 a 24 anos (8,5%) e por último o escalão dos 55 aos 64 anos (4,8%).

Voltou a verificar-se um crescimento significativo do emprego nos escalões mais jovens. Relativamente aos escalões mais velhos, o único escalão a registar decréscimos, foi o escalão dos 35 aos 44 anos.

Figura 41. Variação da População Empregada por escalões etários



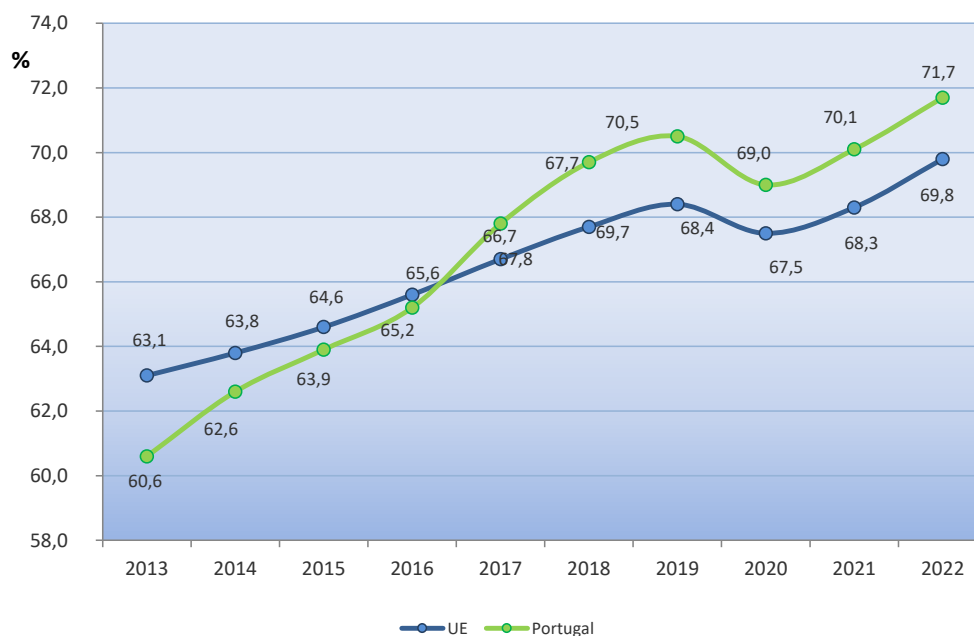
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A taxa de emprego aumentou relativamente a todos os escalões etários, tendo crescido mais no escalão dos 55 aos 64 anos (2,7%), seguindo-se o escalão dos 16 aos 24 anos (2,4%) e depois o escalão dos 25 aos 34 anos (1,9%).

2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia

De acordo com os dados do EUROSTAT, ao longo dos últimos anos, Portugal tem vindo a evidenciar taxas de emprego superiores às da média do conjunto de países da UE.

Figura 42. Evolução da taxa de emprego

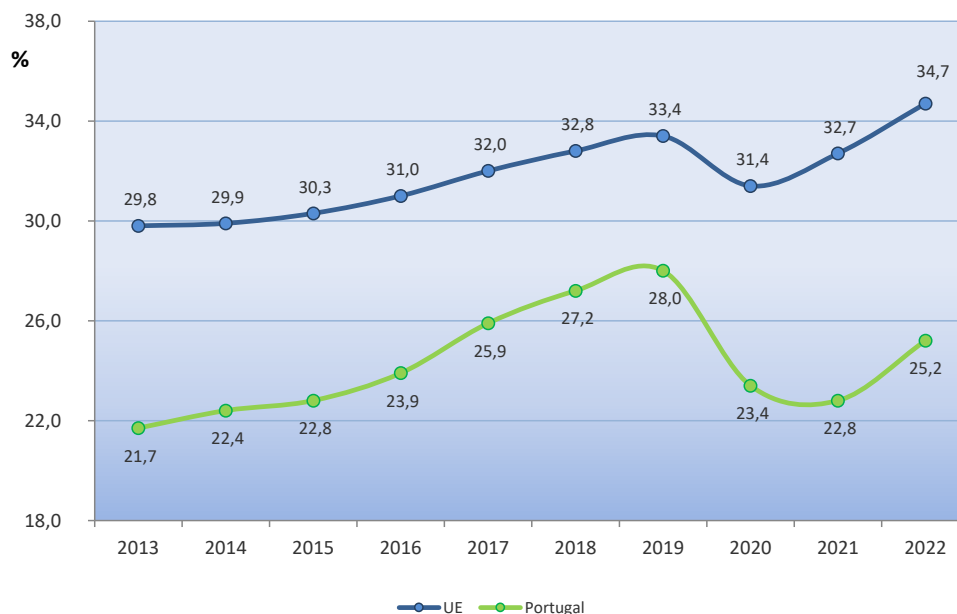


Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Com efeito, a taxa de emprego portuguesa, que, em 2013 registou o valor mais baixo (60,6%) do período em análise, aumentou progressivamente desde então, tendo, em 2017, ultrapassado a sua congénere europeia em cerca de 1,1 p.p. Em 2022, tanto a taxa de emprego portuguesa como a europeia registaram uma subida face ao período anterior, com acréscimos de 1,6 p.p. e 1,5 p.p., respetivamente.

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm apresentado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal que têm evidenciado um acréscimo mais acentuado. A quebra observada em 2020 em Portugal, ao contrário do que aconteceu no conjunto dos países da UE, prolongou-se em 2021, não obstante, em 2022, ambas as taxas terem registado aumentos. Assim, a taxa europeia fixou-se nos 34,7% (mais 2 p.p.) e a taxa portuguesa nos 25,2% (mais 2,4 p.p.).

Figura 43. Evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)



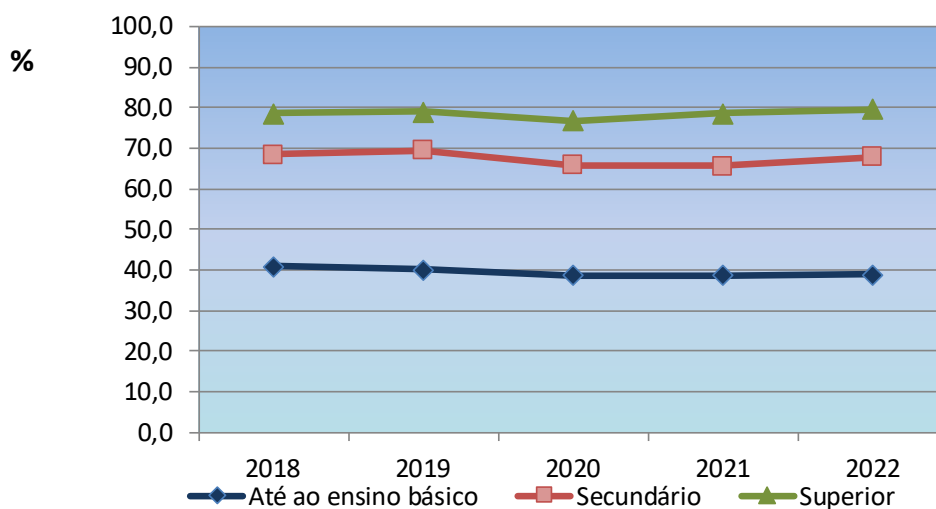
Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade

Em 2022, no Continente, a população empregada com o ensino básico constituía 34,1% do total, sendo o peso da população empregada com o ensino secundário 31,4 % e com o ensino superior 34,5%.

Entre 2021 e 2022, o número de pessoas empregadas com o ensino básico decresceu em 1,3%, enquanto a população empregada com o ensino secundário cresceu em 4,6% e com o ensino superior cresceu em 2,7%.

Figura 44. Taxas de emprego por nível de escolaridade



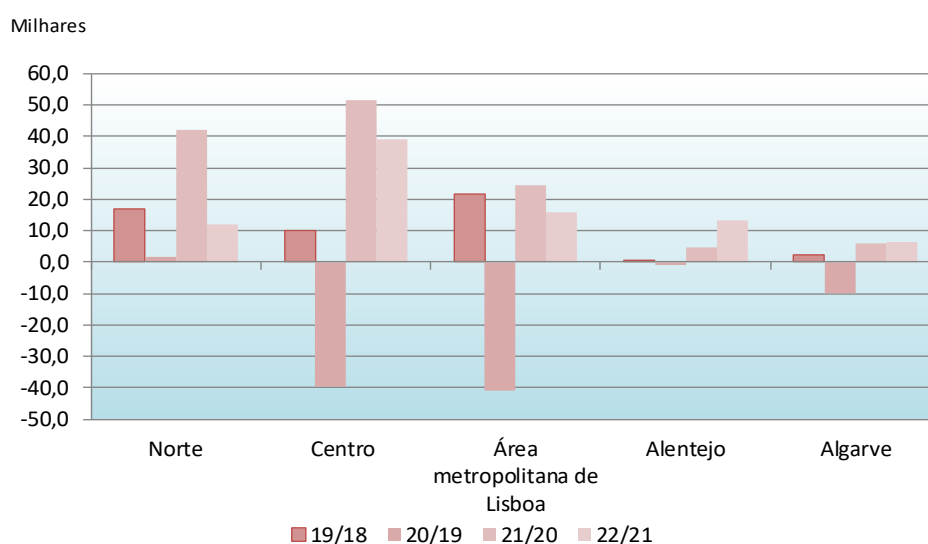
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico, em 2022, era 38,8%, tendo aumentado muito pouco face a 2021. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário era de 67,8% e cresceu 2,1%. Já a dos indivíduos com o ensino superior, que era 79,6%, cresceu 1%.

Observando a taxa de emprego masculina, esta era superior à feminina em todos os níveis de escolaridade, pese embora, quanto mais elevado o nível de habilitações menor a diferença. Deste modo, no que se refere à população empregada com o ensino básico, a diferença era de 16,7 p.p., enquanto que na população empregada com o ensino superior era de apenas 1,5 p.p.

2.2.1.4. Emprego por regiões

Figura 45. Variação do emprego por regiões do Continente



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

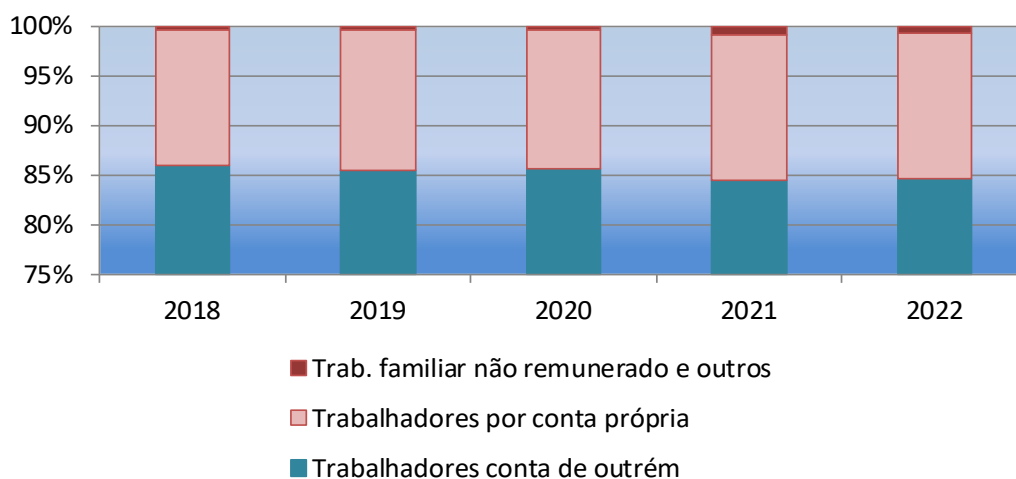
Em 2022, o Norte continuava a ser a região com a maior percentagem da população empregada no Continente (36,9%), seguindo-se a Área metropolitana de Lisboa (28,4%) e a região Centro (23,2%). O Alentejo registava 7,1% da população empregada e o Algarve, 4,5%. Relativamente ao ano anterior, a população empregada aumentou em todas as regiões, no Alentejo (4,2%), no Centro (3,7%), no Algarve (3,2%), em Lisboa (1,2%) e no Norte, onde também se registou um ligeiro crescimento (0,7%).

2.2.1.5. População empregada por situação na profissão

Segundo os dados do INE, no Continente, em 2022, cerca de 3.956,5 mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, representando 84,7% do total de empregados, 682,7 mil trabalhavam por conta própria, constituindo 14,6% do total e 31,1 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 64,5% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

Em relação ao número de trabalhadores por conta de outrem (TCO), entre 2021 e 2022, estes cresceram 2,3% (cerca de mais 88 mil pessoas). Também os trabalhadores por conta própria (TCP) cresceram 1,1% (cerca de mais 7,2 mil pessoas), bem como os TCP que trabalhavam isolados que registaram mais 1,5 mil pessoas.

Figura 46. Evolução da População Empregada por situação na profissão



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A partir de 2018 o número dos TCP começaram a aumentar e a percentagem de cada uma das categorias no total de empregados estabilizou, sendo que, em 2020, tanto os TCO como os TCP voltaram a diminuir. Já em 2021, verificou-se um aumento significativo dos TCP. Em 2022, registou-se praticamente um aumento em todas as categorias, com exceção dos trabalhadores familiares não remunerados e outros.

2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho

No Continente, em 2022, a população empregada a tempo completo totalizava 4.306,8 mil pessoas, representando 92,2% do total e aumentou 2% relativamente ao ano anterior (mais 84,7 mil pessoas). Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 51,4% do total e cresceram menos do que as mulheres, face a 2021. A população empregada a tempo parcial cresceu em 0,7% (mais 2,5 mil indivíduos), entre 2021 e 2022, e o número de mulheres nesta categoria aumentou em 5 mil.

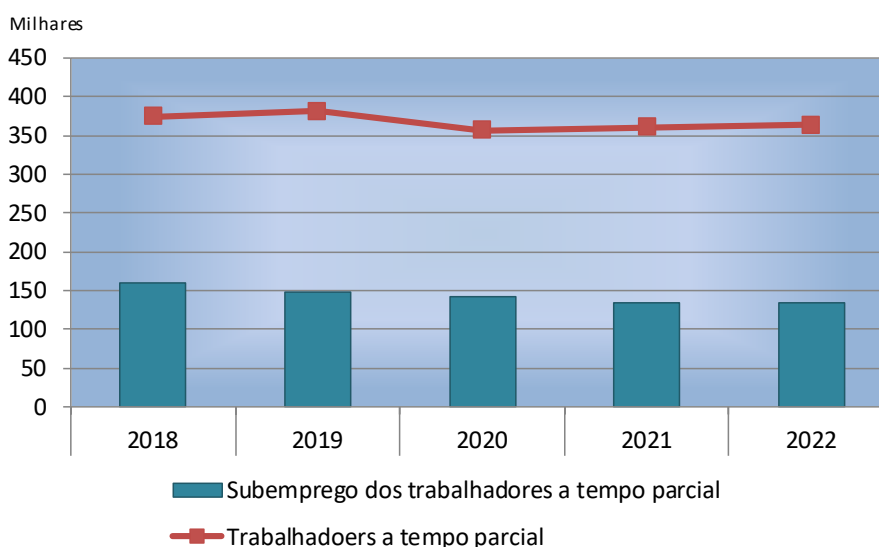
Figura 47. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A população empregada a tempo completo tem vindo a equilibrar-se e o reflexo disso é que entre 2018 e 2022, o seu peso no total do emprego cresceu 0,7%. Por outro lado, a população empregada a tempo parcial mantém a tendência de decréscimo. Os homens continuam a constituir a maioria dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres a maioria dos trabalhadores a tempo parcial.

Figura 48. Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2022, no Continente, das 363,5 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial, 36,8% estavam disponíveis para trabalhar mais horas. 62,5% destes subempregados eram mulheres. O número de trabalhadores subempregados decresceu em 0,1%, entre 2021 e 2022.

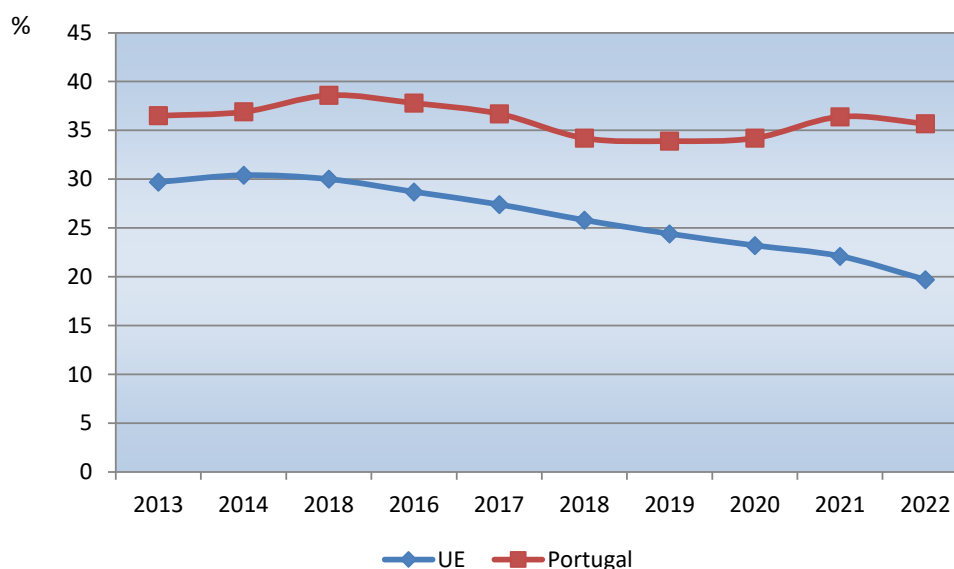
Entre 2018 e 2022, o número de trabalhadores a tempo parcial que estava subempregado, decresceu cerca de 15,9%, à semelhança do número de trabalhadores a tempo parcial, que também diminuiu (menos 2,9%) no mesmo período.

Percentagem da população subempregada no total da população empregada a tempo parcial em Portugal e na UE

Analisando a percentagem de pessoas empregadas a tempo parcial (15 e mais anos) em situação de subemprego²⁸ em Portugal e na média dos países da UE entre 2013 e 2022 constata-se que essa percentagem se manteve sempre muito mais elevada em Portugal, tendo essa diferença aumentado, ao longo da série em análise.

Com efeito, na UE, e ao contrário de Portugal, a percentagem de pessoas empregadas a tempo parcial em situação de subemprego registou uma tendência de decréscimo progressivo, passando de 29,7%, em 2013, para 19,7%, em 2022, enquanto que, em Portugal, essa percentagem, apesar de algumas oscilações, manteve-se praticamente constante no decurso da última década, passando de 36,5%, em 2013, para 35,7%, em 2022.

Figura 49. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial (15 aos 64 anos)

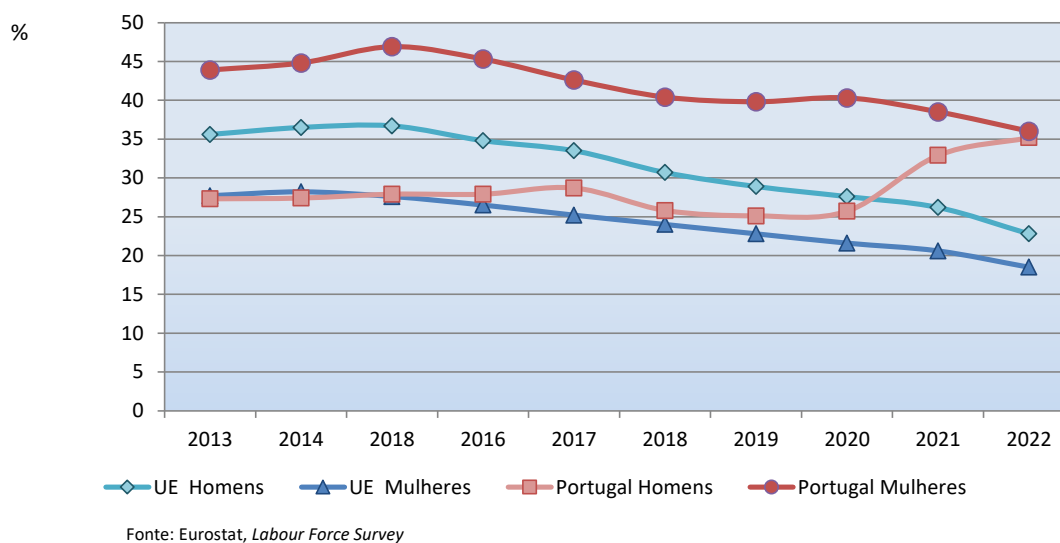


Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

No que se refere às diferenças entre sexos, em Portugal, a evolução da percentagem de homens em situação de subemprego tem sido semelhante à da verificada na UE, excetuando os últimos anos, em que, ao contrário do que aconteceu na UE, essa percentagem aumentou, em Portugal.

²⁸ Na designação do EUROSTAT: “Emprego a tempo parcial involuntário”. Dados consultados em abril de 2023.

Figura 50. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial por sexo



Por outro lado, no que se refere à percentagem de mulheres em situação de subemprego, enquanto na UE, esta se manteve, em média, cerca de 7,1 p.p. inferior à dos homens, em Portugal, essa percentagem foi sempre superior à dos homens (média de cerca de 13,5 p.p.), não obstante ter havido uma acentuada aproximação no último ano em análise.

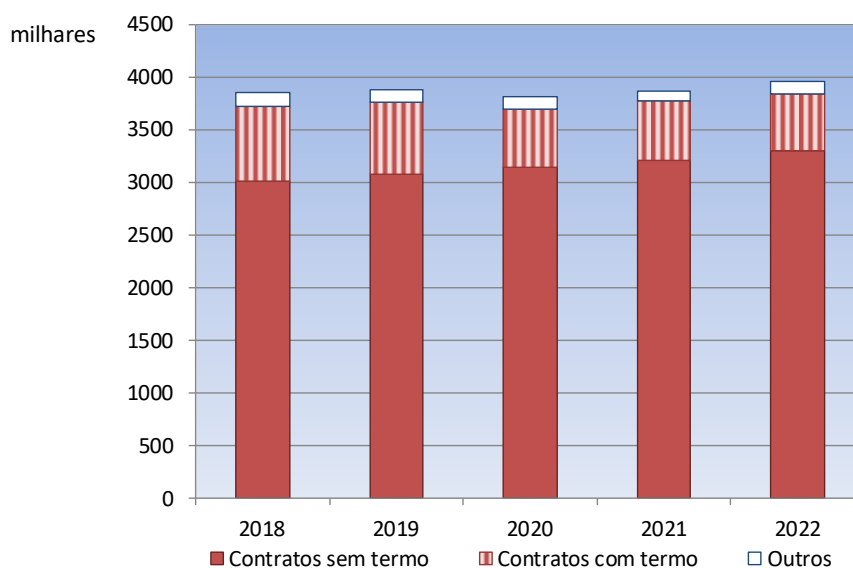
2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato

No Continente, em 2022, dos 3.956,5 mil indivíduos que trabalhavam por conta de outrem (TCO), 83,6% (cerca de 3.307,3 mil indivíduos) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 93,4 mil, face a 2021. No que se refere aos TCO com contratos a termo, estes representam 13,7% (540,6 mil pessoas), tendo diminuído relativamente ao ano anterior, em cerca de 16,5 mil pessoas. Quanto aos TCO com outro tipo de contratos²⁹, estes representavam 2,7% (108,5 mil pessoas) e cresceram cerca de 11 mil.

Entre 2018 e 2022, os TCO decresceram no que respeita a todos os tipos de contrato, exceto no que se refere aos “Contratos sem termo”. Os TCO com contratos sem termo foi a categoria que mais cresceu durante o período em análise (cerca de 9,7%). O conjunto dos contratados a termo e dos outros contratados decresceram 23,2% no mesmo período.

²⁹ Incluem contratos sazonais e ocasionais.

Figura 51. TCO com contratos a termo e sem termo

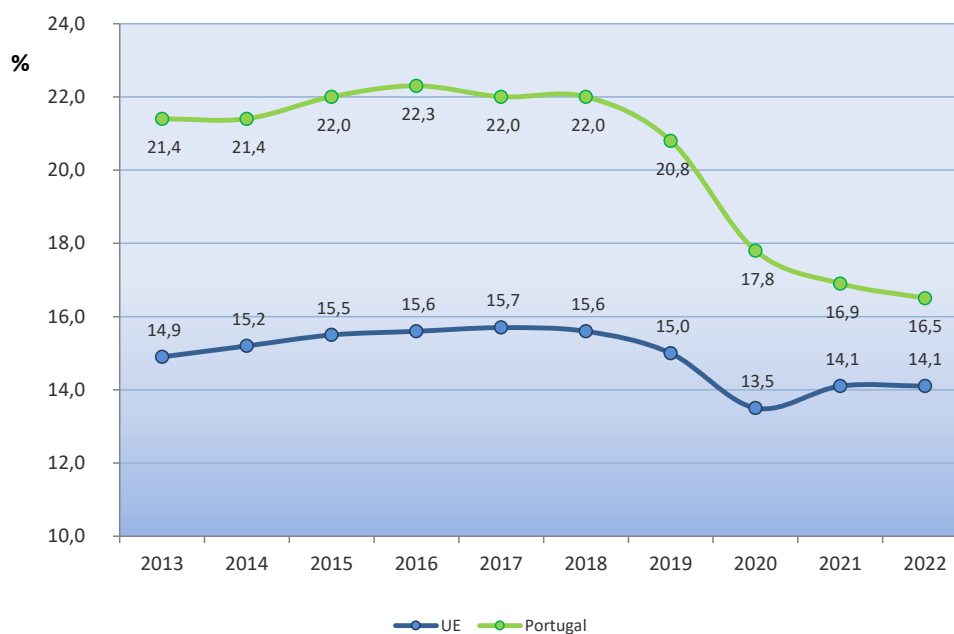


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia

No conjunto dos países da UE, apesar de algumas oscilações, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem apresentado alguma constância, registando valores em torno dos 15% ao longo da série em análise, apesar do decréscimo verificado nos últimos anos.

Figura 52. Contratos a termo (% no emprego total)



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem vindo a evidenciar um comportamento similar, oscilando entre 20,5% e 22%, não obstante, a partir de 2018, se ter verificado um decréscimo expressivo até 2022, ano em que a proporção de contratos a termo no emprego total registou o valor mais baixo do período em análise (16,5%).

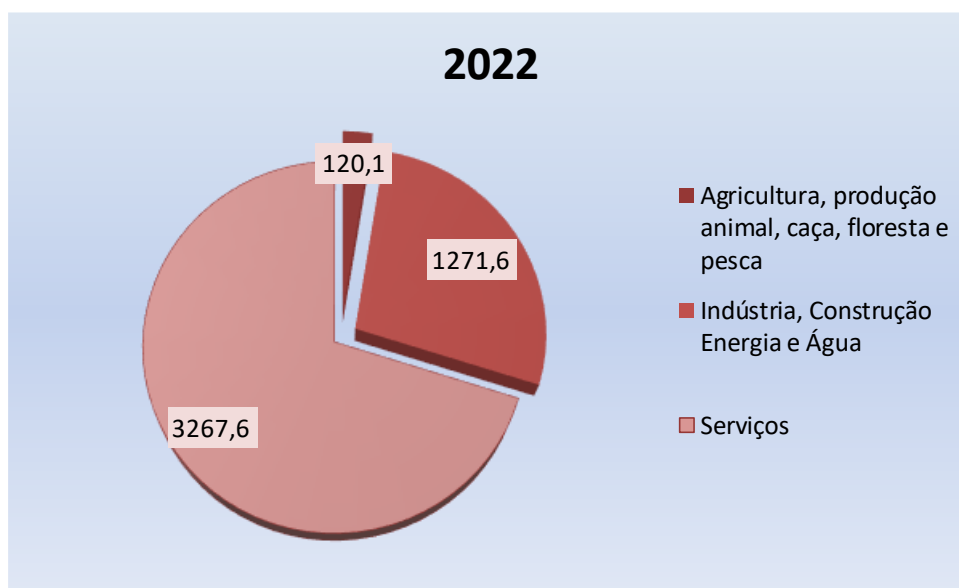
Por outro lado, os contratos a termo em Portugal que, desde o início da série em análise, vinham apresentando uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média dos países da UE, em 2022, continuaram a evidenciar uma diminuição do valor diferencial face à média europeia, ficando a cerca de 2,4 p.p. acima do valor observado para a UE.

2.2.1.9. População empregada por setores de atividade

Em 2022, 72% das pessoas empregadas no Continente, ou seja, cerca de 3.267,6 mil indivíduos trabalhavam na área dos *Serviços* e 27,2% (1.271,6 mil) trabalhavam na *Indústria, construção, energia e água*.

Entre 2021 e 2022, o emprego decresceu na área dos *Serviços* em cerca de 70 mil pessoas (1,2%). Em contrapartida, *na Indústria, construção, energia e água*, verificou-se um aumento de 27,2 mil pessoas (11,1%) e na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, o emprego também cresceu em 2,6 mil pessoas (2%).

Figura 53. Emprego por grandes setores de atividade
(milhares de indivíduos)

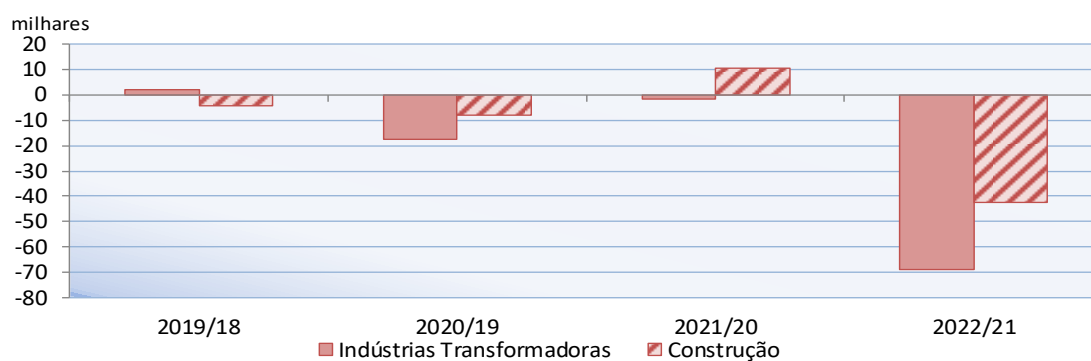


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O peso do emprego, entre 2018 e 2022, no setor dos *Serviços* decresceu 4,6 p.p., e na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* também decresceu 2,8 p.p.. Já na *Indústria, construção, energia e água* cresceu 8,6 p.p. No período em análise, registou-se um aumento de 80,1 mil indivíduos empregados nos *Serviços*, 109,9 mil na *Indústria, construção, energia e água* e uma diminuição de 10,9 mil pessoas na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

Em relação ao emprego nos subsetores mais significativos da *Indústria, construção, energia e água*, em 2022, registou-se um decréscimo no das *Indústrias Transformadoras* (8,6%, ou seja, menos 69 mil trabalhadores) e também um decréscimo no da *Construção* (14,7%, ou seja, menos 42,4 mil trabalhadores).

Figura 54. Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção

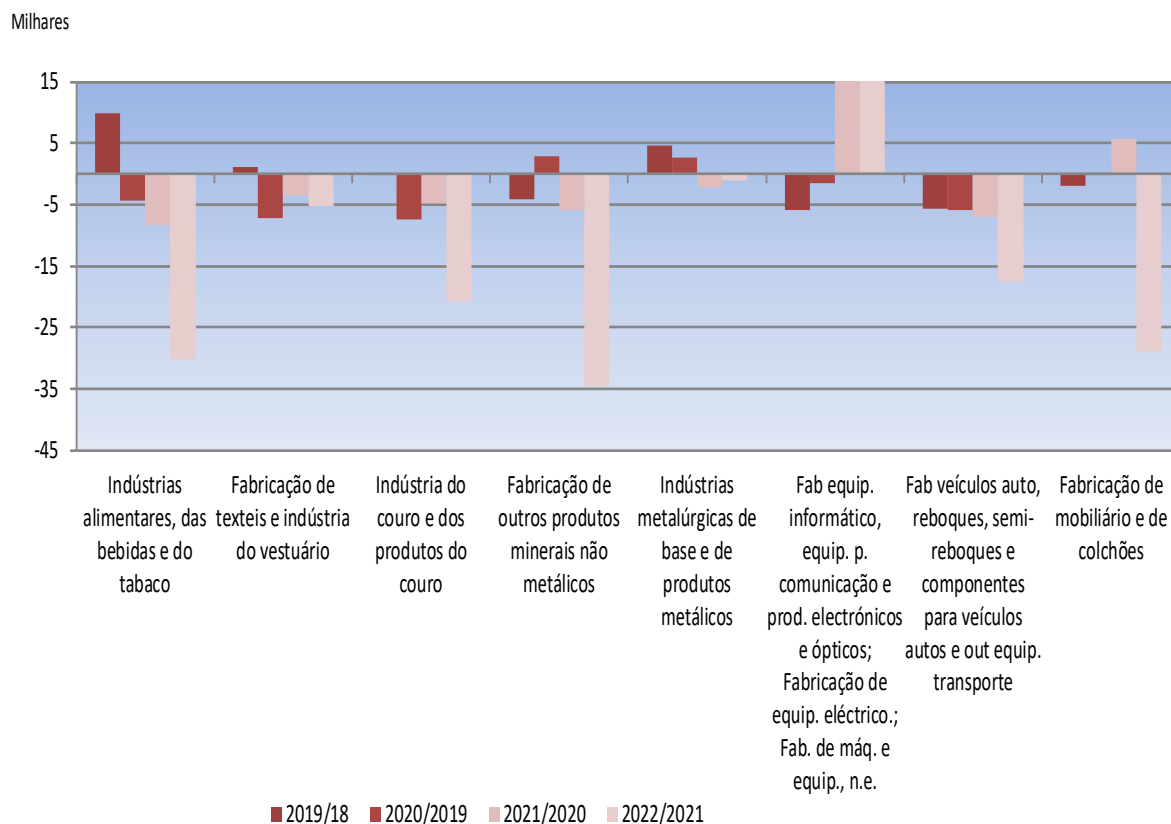


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2018 e 2019, o emprego aumentou nas *Indústrias Transformadoras*, tendo vindo a diminuir desde 2020. Relativamente à *Construção*, tem vindo a decrescer desde 2018 e, apesar de se ter verificado um aumento em 2021, voltou a decrescer em 2022. Analisando os dados, em 2022, as *Indústrias Transformadoras* registavam menos 85,9 mil trabalhadores do que em 2018, enquanto a *Construção* contabilizava menos 43,9 mil trabalhadores.

Analisando os subsetores das *Indústrias Transformadoras* mais representativos em termos de emprego, no Continente, verificou-se que, entre 2021 e 2022, o emprego cresceu apenas no subsetor da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos* (mais 49,5 mil trabalhadores). Nos restantes subsetores com mais peso no emprego, o número de trabalhadores decresceu, mais expressivamente no da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (menos 34,6 mil), seguido pelas *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 30,2 mil trabalhadores), depois pelo da *Fabricação de mobiliário e de colchões* (menos 28,8 mil), o da *Indústria do couro e dos produtos do couro* (menos 20,7 mil), *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (menos 17,4 mil) e por último pelo da *Fabricação de têxteis e indústria do vestuário* (menos 5,1 mil).

Figura 55. Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras

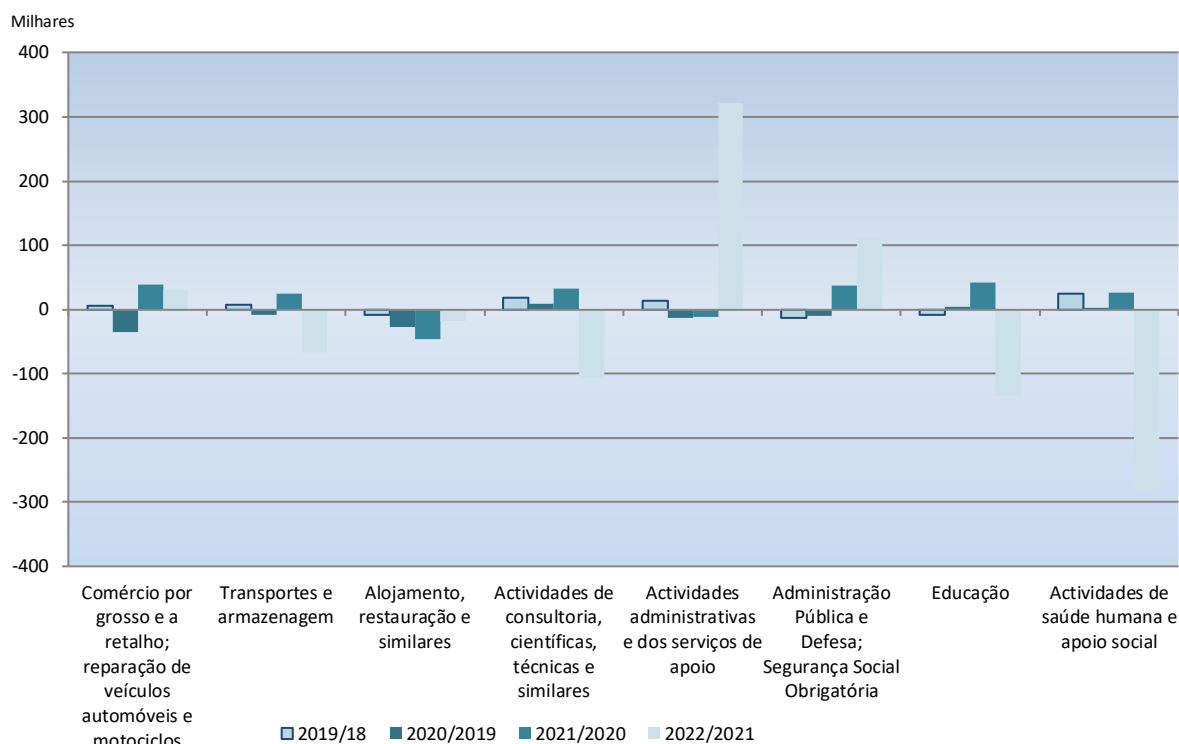


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2018 e 2022, o emprego cresceu expressivamente em dois dos subsectores mais significativos da Indústria Transformadora, no da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos electrónicos e ópticos*, que registou mais 61,1 mil pessoas, assim como no das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos*, com mais 4 mil trabalhadores. Os subsectores onde o emprego mais decresceu, durante esse período, foram o da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos*, com menos 41,7 mil pessoas, *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (menos 35,7 mil pessoas), o da *Indústria do couro e dos produtos do couro* (menos 32,8 mil trabalhadores) e o das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 32,8 mil trabalhadores).

Em relação aos subsectores mais representativos dos *Serviços*, entre 2021 e 2022, no Continente, os setores que mais cresceram foram as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 322,1 mil pessoas), a *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (mais 110,5 mil) e o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (mais 31,4 mil trabalhadores). Em contrapartida, o emprego diminuiu substancialmente na *Educação* (menos 134,7 mil trabalhadores), nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (menos 106,3 mil), nos *Transportes e Armazenagem* (menos 66,5 mil) e no setor do *Alojamento, restauração e similares* (menos 18 mil pessoas).

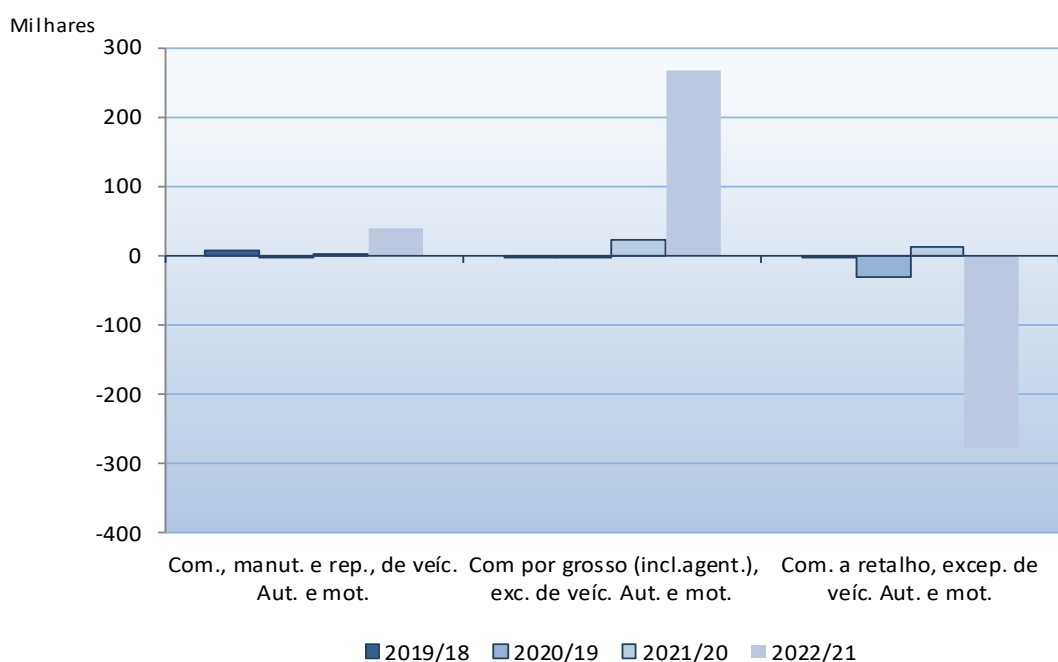
Figura 56. Variação do emprego nos serviços



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2018 e 2022, verificou-se que *as Atividades administrativas e dos serviços de apoio* tiveram mais 310,6 mil trabalhadores, a *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* mais 125,4 mil e o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* mais 39,3 mil trabalhadores.

Figura 57. Variação do emprego nos subsectores do comércio



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Aprofundando a análise da evolução do emprego no setor do *Comércio* por subsetores, entre 2021 e 2022, verificou-se um aumento em todos os subsetores, com exceção do *Comércio a retalho* (menos 276,8 mil trabalhadores).

Entre 2018 e 2022, o emprego no subsetor do *Comércio por grosso* aumentou em 288 mil pessoas, no subsetor do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* verificou-se um aumento de 47,2 mil pessoas. Relativamente ao *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*, verificou-se uma diminuição de 295,9 mil trabalhadores.

EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO³⁰

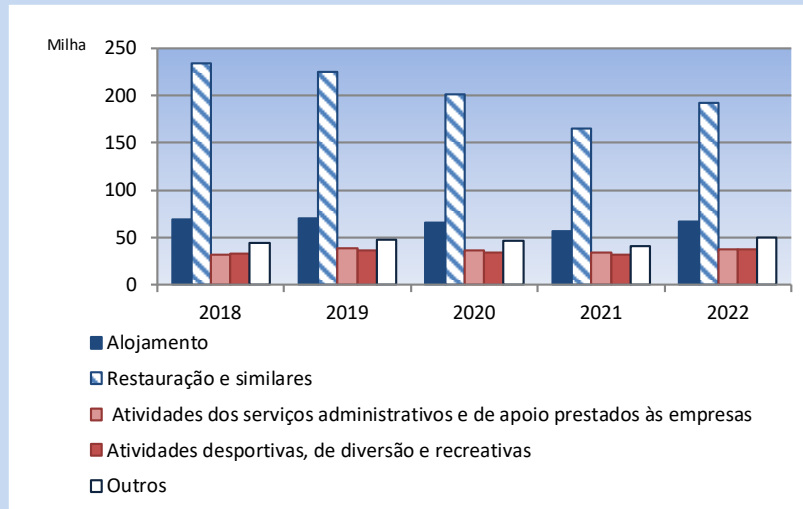
Apesar de uma parte significativa (67,3%) das atividades do Turismo se enquadrar no setor do *Alojamento e restauração*, existe um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros setores de atividade, que se encontram também relacionadas com o Turismo, tais como: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos*, etc.³¹

À semelhança de relatórios anteriores, procurou-se analisar a evolução do emprego no conjunto de atividades relacionadas com esse setor, constantando-se que, estas empregavam, no Continente, em 2022, cerca de 385,3 mil pessoas. O emprego neste conjunto de atividades cresceu 16,8%, entre 2021 e 2022. O subsetor *restauração e similares* representava 49,9% do emprego nestas atividades, seguindo-se o do *Alojamento* (17,5%), o das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (9,8%) e o das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (9,8%). Todos estes subsetores de atividades relacionadas com o Turismo cresceram, entre 2021 e 2022, e de modo mais significativo no caso da *Restauração* (mais 26,8 mil pessoas).

³⁰ De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, são aqui analisadas as seguintes atividades: *Transportes aéreos, Alojamento, Restauração e similares, Atividades de aluguer, Agências de viagens, operadores turísticos, e outros serviços de reservas e atividades relacionadas, Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas, Atividades de saúde humana, Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, Atividades desportivas, de diversão e recreativas.*

³¹ As atividades classificadas como “relacionadas com o Turismo” consideradas no relatório deste ano não incluem, como em 2016, a área da saúde humana e apoio social, uma vez que, este setor não consta da “Conta Satélite do Turismo”.

Figura 58. Evolução do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

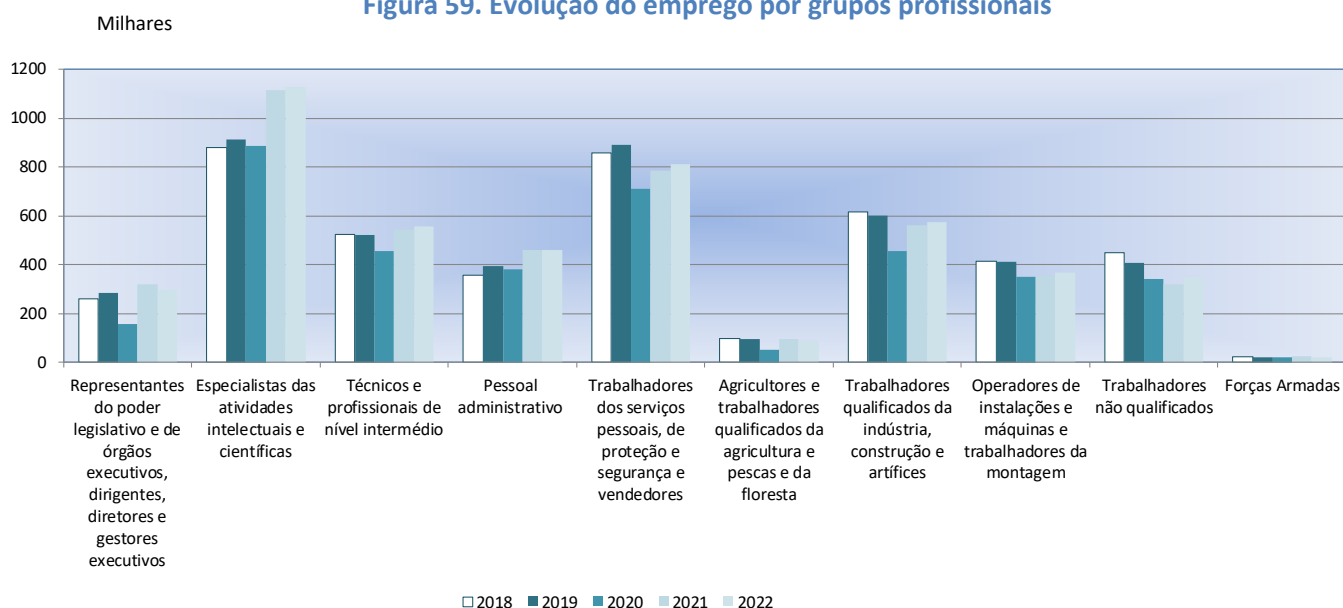
Entre 2018 e 2022, o emprego cresceu nas *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (mais 5,8 mil trabalhadores) e nas *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (mais 4,1 mil pessoas). No entanto decresceu na *Restauração* (menos 42,2 mil trabalhadores) e também no *Alojamento* (menos 1,5 mil pessoas).

2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais

Observando os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada, em 2022, no Continente, e como tem sido recorrente em anos anteriores, verificou-se que continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que representavam 24,2% do total de empregados, os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (17,4%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (12,3%).

Entre 2021 e 2022, o grupo que mais cresceu foi o dos *Trabalhadores não qualificados* (cerca de 30 mil trabalhadores), seguido pelos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (29,7 mil), depois pelos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* (15,3 mil), pelo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (13,3 mil) e por último pelo dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio*, bem como dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (ambos com mais 12,2 mil pessoas). Já no grupo dos *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos*, o emprego decresceu em 22,8 mil pessoas relativamente ao ano anterior.

Figura 59. Evolução do emprego por grupos profissionais



Analisando o peso dos diferentes grupos profissionais no emprego, entre 2018 e 2022, observa-se que o grupo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, o dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, assim como o dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* cresceram expressivamente e praticamente de modo sistemático. Nos grupos dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio* e *pessoal administrativo*, o emprego também tem crescido, mas de modo moderado. Relativamente ao grupo dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta* e o dos *Trabalhadores não qualificados*, o emprego tem vindo a diminuir.

2.2.2. Emprego nas administrações públicas

2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

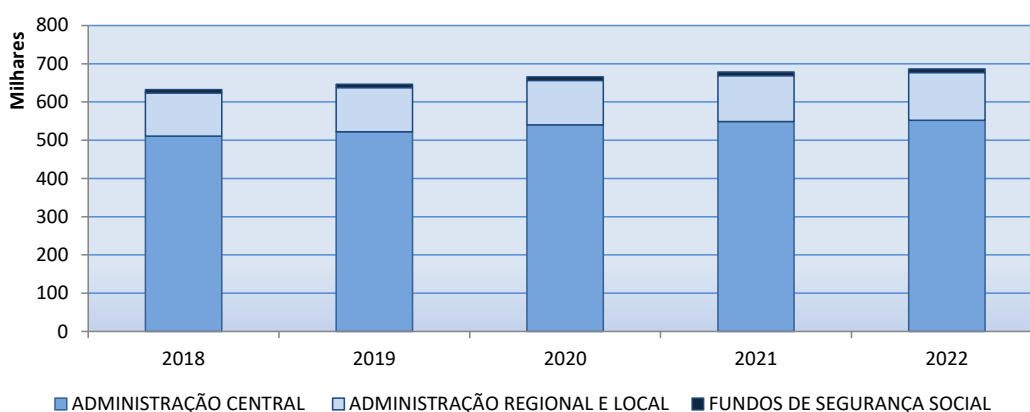
Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2022, no Continente, havia 686,2 mil postos de trabalho ocupados³² nas administrações públicas, mais 8 mil face ao período homólogo. Cerca de 61,8% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, que tiveram um acréscimo de 7,2 mil postos relativamente ao ano anterior, enquanto os homens tiveram, apenas, um aumento de 824 postos.

³² A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos setores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

Nos últimos cinco anos, o número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas evidenciou um crescimento gradual. Assim, em 2022 havia mais 54 mil postos de trabalho ocupados face ao início do último quinquénio. Os postos de trabalho ocupados por homens têm apresentado uma subida mais moderada. Deste modo, entre 2018 e 2022, os postos de trabalho ocupados por homens aumentaram em 9,6 mil enquanto os postos de trabalho ocupados por mulheres cresceram cerca de 44,5 mil.

O peso dos postos de trabalho relativos à administração central, à administração regional e local e aos fundos da segurança social, no total, praticamente não se alterou relativamente a 2021. O número de postos de trabalho na administração regional e local cresceu percentualmente mais (3,4%) do que na administração central (0,7%) ou nos fundos da segurança social (0,7%).

Figura 60. Postos de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2018 e 2022, o número de postos de trabalho na administração central cresceu 8,2% (mais 41,8 mil), na administração regional e local aumentou em 10,5% (mais 11,9 mil) e nos fundos da segurança social cerca de 5% (mais 435 postos).

- **Por escalões etários**

Se considerarmos o emprego nas administrações públicas por escalões etários constata-se que, em 2021³³, 32,5% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com *entre 45 e 54 anos*, e 28,2% por indivíduos *entre os 55 aos 64 anos*, tendo o peso deste escalão etário ultrapassado o dos *35 aos 44 anos*, que representavam 22,8%. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* constituíam 13%. Relativamente ao ano anterior, em 2021, o número de postos de trabalho ocupados cresceu em todos os escalões etários, exceto no dos *35 aos 44 anos*, que diminuiu 3,4%, o que representou menos 5,4 mil postos.

³³ A informação relativa a 2022 que respeita ao emprego nas administrações públicas por níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

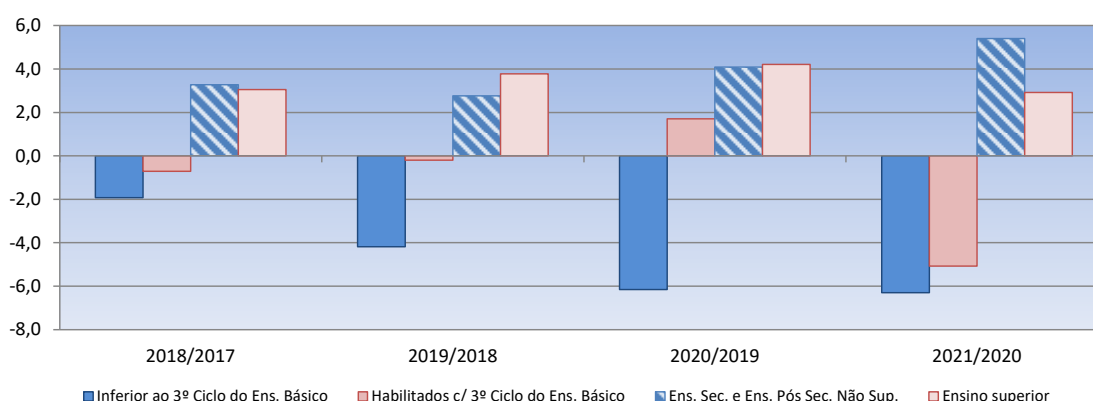
O número de postos de trabalho ocupados por indivíduos *com mais de 44 anos* cresceu cerca de 14,9 mil e os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* aumentou de forma mais moderada (mais 3,3 mil postos).

Considerando os últimos anos em análise, entre 2017 e 2021, todos os escalões etários registaram aumentos no que se refere aos postos de trabalho ocupados, à exceção do escalão dos *35 aos 44 anos* (menos 8,3%), que evidenciaram uma descida no número de postos de trabalho.

- **Por níveis de escolaridade**

Em dezembro de 2021³⁴, no Continente, 55,3% dos postos de trabalho nas administrações públicas eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior e 26,8% por trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico representavam 10,1% e 7,8% eram ocupados por indivíduos com menos que o 3º ciclo do ensino básico.

Figura 61. Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em termos homólogos, em 2021, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou mais aumentou (9,3 mil relativamente aos trabalhadores com o ensino secundário ou pós-secundário e 10,6 mil no que se refere aos trabalhadores com o ensino superior). O número de postos de trabalho dos trabalhadores com habilitações mais baixas diminuiu cerca de 3,6 mil postos de trabalho.

Nos últimos cinco anos, o número de postos de trabalho nas administrações públicas ocupados por trabalhadores com o ensino secundário, pós-secundário ou superior cresceu, tendo esse aumento se manifestado de forma mais acentuada no que respeita aos trabalhadores com o ensino superior. Os postos de

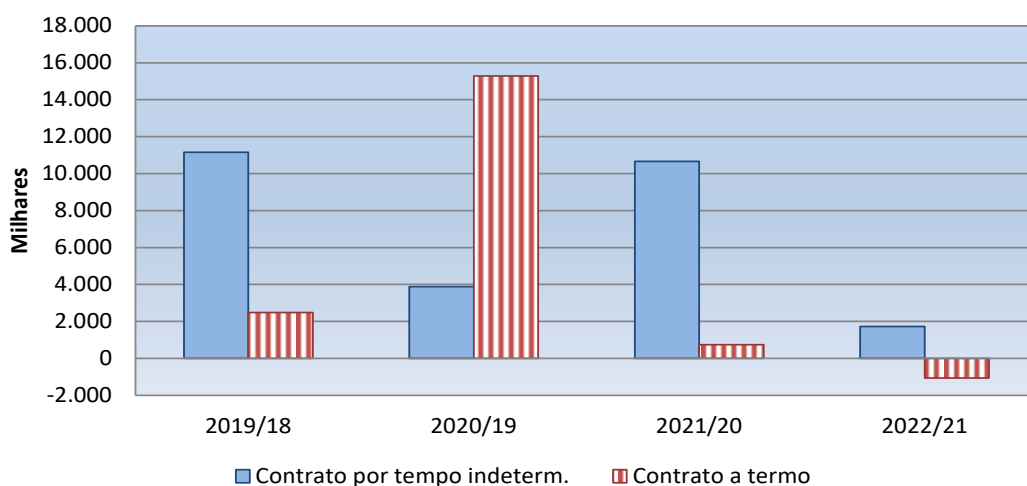
³⁴ Ver nota anterior.

trabalho ocupados por trabalhadores de habilitações mais baixas têm vindo a decrescer ao longo do período em análise, embora de forma progressiva. Em 2021 havia assim, mais cerca de 48 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior do que em 2017, mais 25,7 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou pós-secundário, menos 3,1 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico e menos 11,2 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos do que este nível de habilitações.

- **Por tipo de vínculo**

Em dezembro de 2022, no Continente, 73,2% dos postos de trabalho das administrações públicas, ou seja, 502,1 mil, eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 12,3% (84,5 mil) por contratados a termo. Os postos de trabalho de indivíduos que tinham sido nomeados somavam 77,5 mil (11,3%) e os postos de trabalho que respeitavam a indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos, totalizavam cerca de 22 mil (3,2%). Entre 2021 e 2022, o número de postos de trabalho ocupados aumentou relativamente a todas as categorias, à exceção dos contratos a termo que sofreram uma quebra de 1,2% (menos 1,1 mil).

Figura 62. Postos de trabalho nas Administrações Públicas – evolução dos contratos a termo e sem termo



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

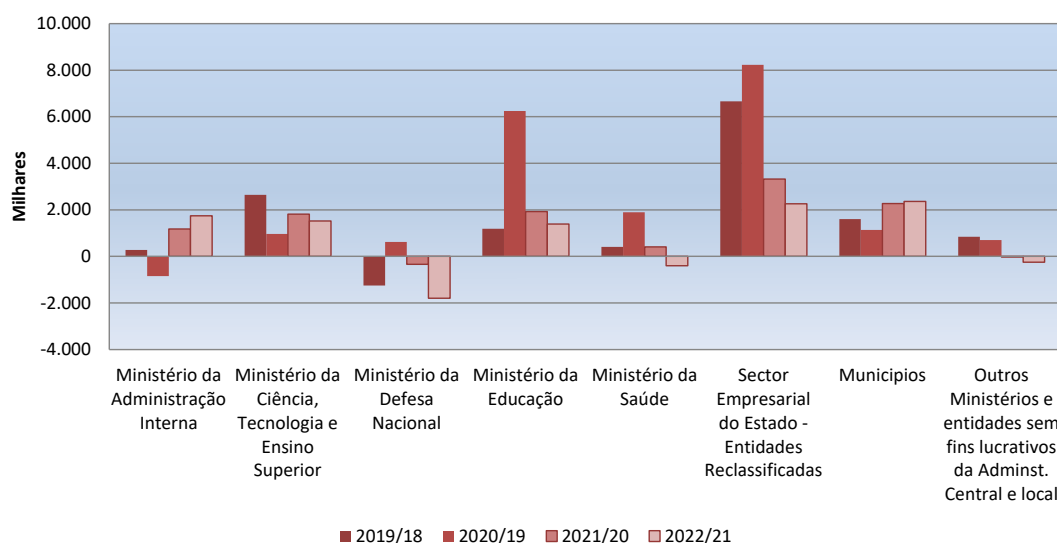
Entre 2018 e 2022, o número de postos de trabalho aumentou relativamente a todas as categorias, em particular nos ocupados por contratados por tempo indeterminado e nos ocupados por contratados a termo. Deste modo, em 2022, havia mais 27,4 mil postos de trabalho ocupados por contratados por tempo indeterminado do que em 2018, mais 17,4 mil ocupados por contratados a termo, mais 5,2 mil postos de trabalho ocupados por indivíduos nomeados e mais 4 mil ocupados por indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos.

- **Por área governativa**

Segundo os dados da DGAEP, no Continente, em dezembro de 2022, na administração central, a *Educação* concentrava 27,5% do total dos postos de trabalho, o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas*, 19,5%, a *Administração Interna*, 7,1%, a *Ciência tecnologia e ensino superior*, 6,7%, a *Saúde* 4,6% e a *Defesa Nacional* 4,2%. No que se refere à administração local, os *Municípios* representavam 15% do total dos postos de trabalho nas administrações públicas.

Entre 2021 e 2022, o número de postos de trabalho ocupados aumentou em grande parte das áreas governativas, com destaque para o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* que registou mais 2,3 mil postos de trabalho ocupados, para a *Administração interna* (mais 1,7 mil), para a *Ciência, tecnologia e ensino superior* (mais 1,5 mil) e para a *Educação* (mais 1,4 mil). O maior decréscimo verificou-se nos postos de trabalho ocupados na área da *Defesa Nacional* (menos 1,8 mil) e na *Saúde* (menos 397). No que se refere à administração local, os *Municípios* somaram mais 2,4 mil postos de trabalho ocupados.

Figura 63. Variações dos postos de trabalho na Administração pública por áreas governativas



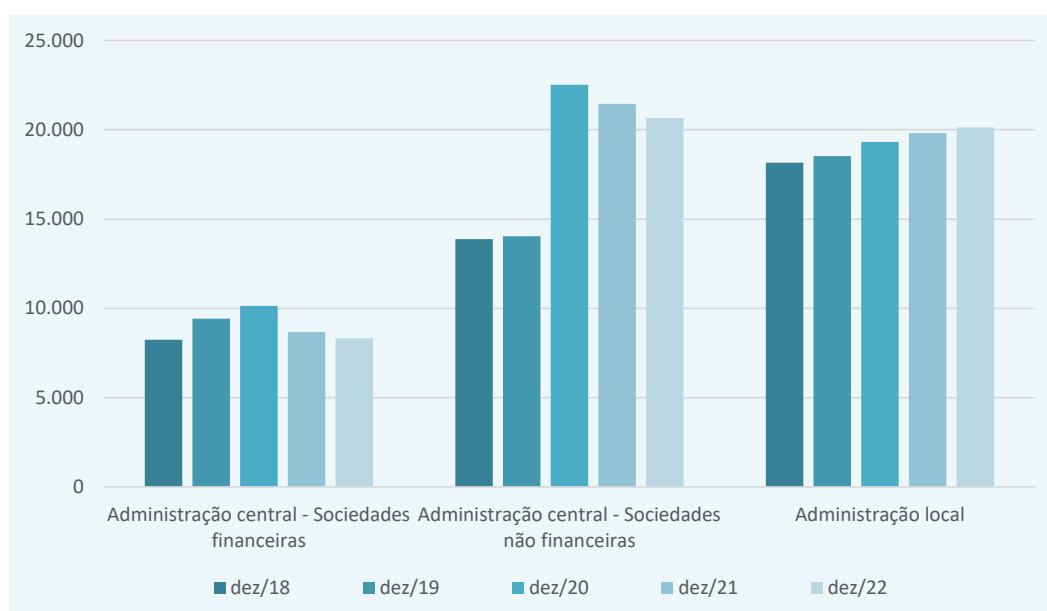
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Analisando a evolução do número de postos de trabalho na administração pública no Continente, nos últimos cinco anos, constata-se que estes aumentaram, de um modo geral, na administração central, não obstante terem decrescido na área da *Defesa nacional* (menos 2,8 mil), na das *Finanças* (menos 873), na da *Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural* (menos 607) e na da *Justiça* (menos 316). Por outro lado, ao longo do período em análise, o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* teve um acréscimo de cerca de 20,5 mil postos de trabalho ocupados e a área da *Educação* aumentou em 10,8 mil postos. Já na administração regional e local o número de postos de trabalho ocupados aumentou, sobretudo nos *Municípios* (mais 7,4 mil postos).

2.2.2.2. Emprego nas entidades do setor público, exceto administrações públicas (AP)

De acordo com os dados da DGAEP, em 2022, no Continente, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) somavam 49,1 mil postos de trabalho ocupados, menos 815 postos do que em 2021. Cerca de 59% desses postos de trabalho respeitavam a empresas e demais entidades detidas pela administração central (29 mil) e os restantes 20,1 mil a empresas e demais entidades detidas pela administração local. As sociedades não financeiras representavam 71,3% dos postos de trabalho ocupados nas empresas e demais entidades detidas pela administração central.

Figura 64. Postos de trabalho nas entidades do setor público, exceto AP, por subsetor



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2022, e em termos homólogos, o número de postos de trabalho decresceu relativamente a todo o tipo de empresas e demais entidades públicas (exceto AP), à exceção das empresas detidas pela administração local. Numa análise mais detalhada, observa-se que esse decréscimo se ficou a dever às empresas e entidades detidas pela administração central, dado que as detidas pela administração local registaram um aumento de 1,6%. De notar que, este decréscimo de postos de trabalho verificado nas empresas e entidades detidas pela administração central foi similar, quer nas Sociedades financeiras como nas não financeiras (menos 3,9% e menos 3,7%). Os postos de trabalho ocupados por homens constituíam 62,1% dos postos de trabalho nas empresas e demais entidades públicas (exceto AP) e decresceram 3,1% face a 2021. Ao contrário do sucedido nas outras categorias de empresas, nas sociedades financeiras, cerca de 60% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres.

- **Por escalões etários**

Em dezembro de 2021³⁵, nas empresas e demais entidades, os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 45 e 64 anos constituíam cerca de 51,7% do total e os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 35 a 44 anos cerca de 30,9%. Por outro lado, entre 2020 e 2021, o número de postos de trabalho diminuiu de forma mais expressiva no escalão etário dos 25 aos 34 anos (menos 11,5%), embora o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com entre os 35 e os 44 anos também tenha decrescido de forma significativa (menos 6,2%). De salientar que, ao contrário das empresas e demais entidades detidas pela Administração central, as detidas pela Administração local viram o seu número de postos de trabalho aumentar em todos os escalões etários, com exceção do grupo de idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos.

- **Por níveis de escolaridade**

Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades, em dezembro de 2021³⁶, 51,1% dos postos de trabalho nas empresas detidas pela administração central eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior, 34,2% por trabalhadores com o ensino secundário e 14,7% por trabalhadores com o ensino básico. No que respeita aos postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração local, 48,8% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino básico, os trabalhadores com o ensino secundário ocupavam 32,3% dos postos de trabalho e os trabalhadores com o ensino superior apenas 18,9%.

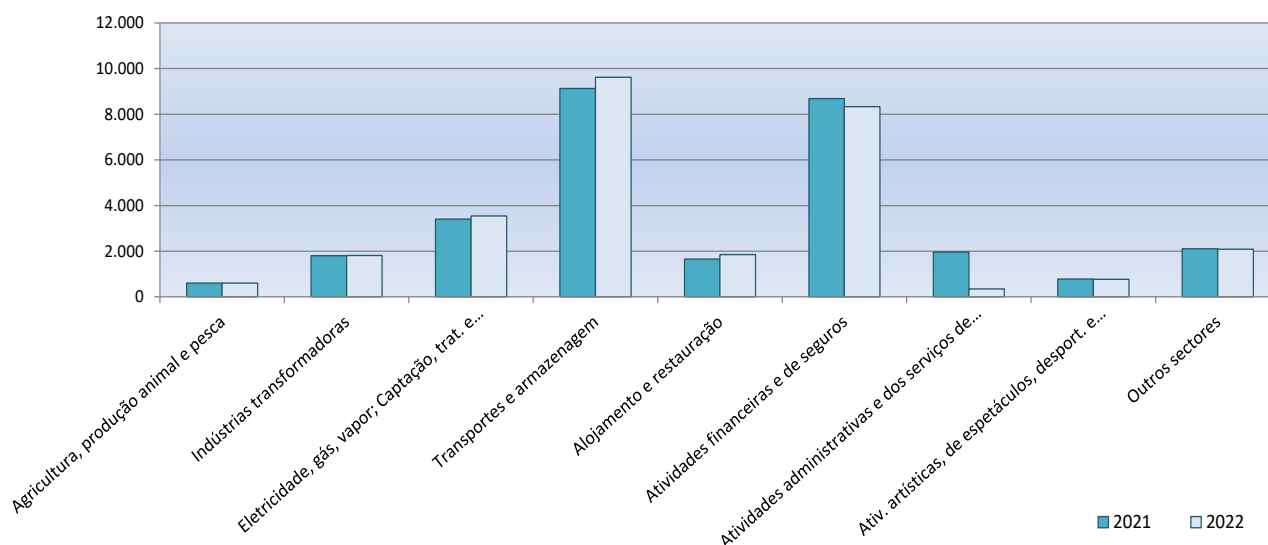
- **Por setores de atividade**

Os setores que concentravam o maior número de postos de trabalho nas empresas e outras entidades detidas pela administração central, no Continente, em dezembro de 2022, continuavam a ser os *Transportes e armazenagem* (33,2% do total dos postos de trabalho), tendo o seu peso relativo ter aumentado face a 2021. Seguiam-se os sectores das *Atividades financeiras e de seguros* (28,7%), da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* (12,2%), do *Alojamento e restauração* (6,4%) e das *Indústrias transformadoras* (6,3%).

³⁵ A informação relativa a 2022 no que respeita ao emprego nas empresas e demais entidades do setor público (exceto administrações públicas) por níveis etários e níveis de habilitações ainda não se encontra disponível.

³⁶ Ver nota anterior.

Figura 65. Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP, por CAE



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

No que se refere às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local, o setor da *Elettricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* era o que agregava maior número de postos de trabalho (68,1% do total) tendo sido o setor que mais cresceu, em valores absolutos, relativamente ao ano anterior. Seguiu-se-lhe o setor agregado do *Comércio, Transportes e Armazenagem* (20,5%).

2.2.3. Trabalho temporário

2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2021³⁷, havia 70,3 mil trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos de trabalho temporário, constituindo 2,4% do total dos TCO. Estes trabalhadores sofreram uma quebra de 9,4%, relativamente a 2020.

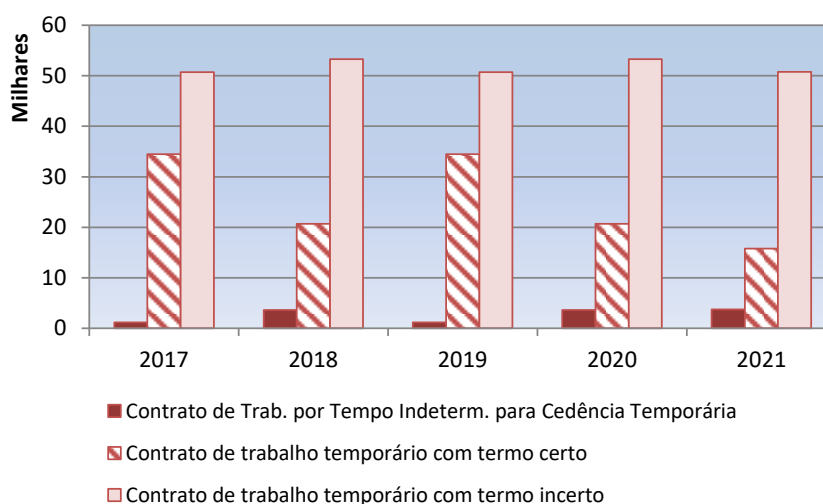
Entre 2017 e 2021, os trabalhadores com contratos temporários aumentaram até 2018, ano a partir do qual se registou uma inversão desta tendência, com um decréscimo até 2021. Todavia, apesar destas oscilações, estes trabalhadores evidenciaram uma diminuição de cerca de 25% face ao início do período em análise.

³⁷ Último ano disponível.

- **Por tipo de contrato**

Em 2021, 72,2%, ou seja, 50,8 mil dos TCO com contratos de trabalho temporários tinham contratos de trabalho a tempo incerto, 22,5% tinha contratos com termo certo (15,8 mil) e os restantes 3,7 mil (5,3%) tinham contratos por tempo indeterminado para cedência temporária. Relativamente a 2020, todos os TCO com contratos temporários evidenciaram decréscimos, à exceção dos contratos por tempo indeterminado para cedência temporária, que registaram um aumento de 3,7% (mais 135 contratos).

Figura 66. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por tipo de contrato



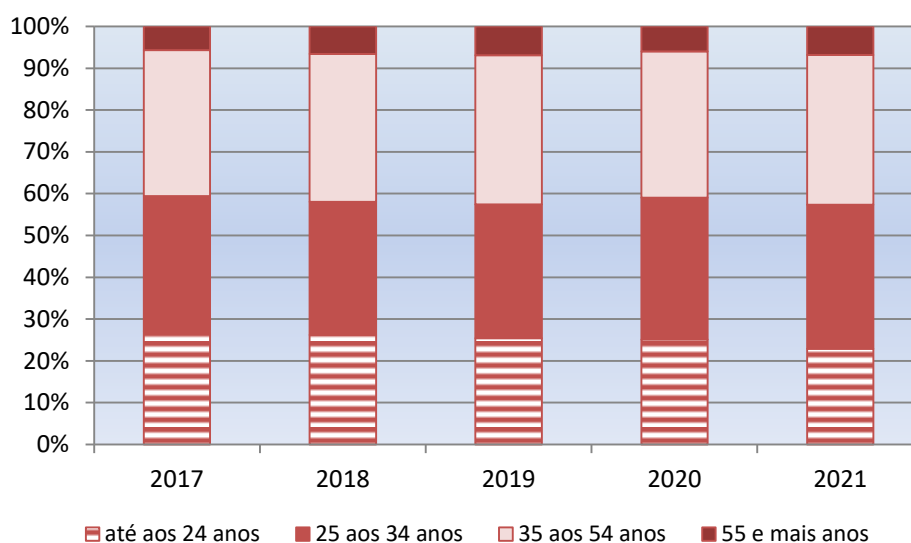
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2017 e 2021, os TCO com contratos de trabalho temporários a termo certo, registaram uma quebra de cerca de 54%, apesar do ligeiro acréscimo verificado em 2019. Em relação aos contratados a termo incerto, a categoria mais numerosa dos TCO com contratos de trabalho temporários, estes mantiveram um valor praticamente constante ao longo da série em análise, oscilando entre os 50 mil e os 53 mil contratos. Por último, os TCO com contratos de trabalho por tempo indeterminado por cedência temporária, cujo peso relativo tem assumido valores muito pouco expressivos, cresceu no decurso dos últimos cinco anos, passando de 1,4% em 2017, para 5,3% em 2021.

- **Por sexo e escalão etário**

Desde o início da série em análise, os homens constituem a maioria dos TCO com contratos temporários. Em 2021, representavam 58% do total.

Figura 67. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por escalões etários



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

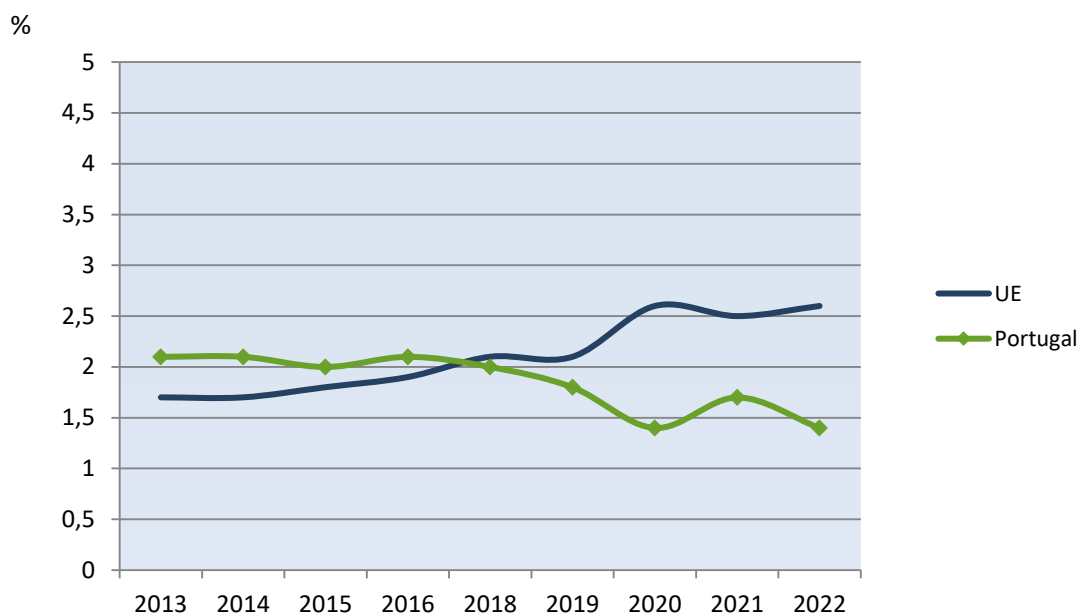
No que se refere aos escalões etários, em 2021, cerca de 35,9% dos TCO com contratos temporários tinha entre 35 e 54 anos, 34,5% tinha entre 25 e 34 anos e 22,9% tinha até 24 anos. O escalão dos 55 e mais anos representava 6,8%. O número de contratados a termo desceu, entre 2020 e 2021, relativamente a todos os escalões etários, com exceção do grupo etário dos trabalhadores com 55 e mais anos.

Entre 2017 e 2021, constata-se que o escalão entre os 35 e os 54 anos manteve-se maioritário, tendo sido logo seguido de perto pelo escalão dos trabalhadores com idades entre os 25 e os 34 anos. O número TCO com contratos de trabalho temporários diminuiu em todos os escalões etários, com maior expressão nos grupos etários dos trabalhadores até aos 24 anos e dos 35 aos 54 anos.

2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das empresas de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE

De acordo com os dados do Eurostat, em 2022, os trabalhadores das empresas de trabalho temporário constituíam 2,6% da população empregada (15 e mais anos), na média dos países da UE, ultrapassando a percentagem destes trabalhadores em Portugal, que foi de 1,4%. De notar que, em Portugal, essa percentagem foi aproximada em ambos os sexos (1,7%), ao contrário da UE, onde a percentagem dos trabalhadores masculinos das empresas de trabalho temporário foi superior à das mulheres (2,8% face a 2,3%).

Figura 68. Percentagem de trabalhadores de agências de trabalho temporário no total da população empregada



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

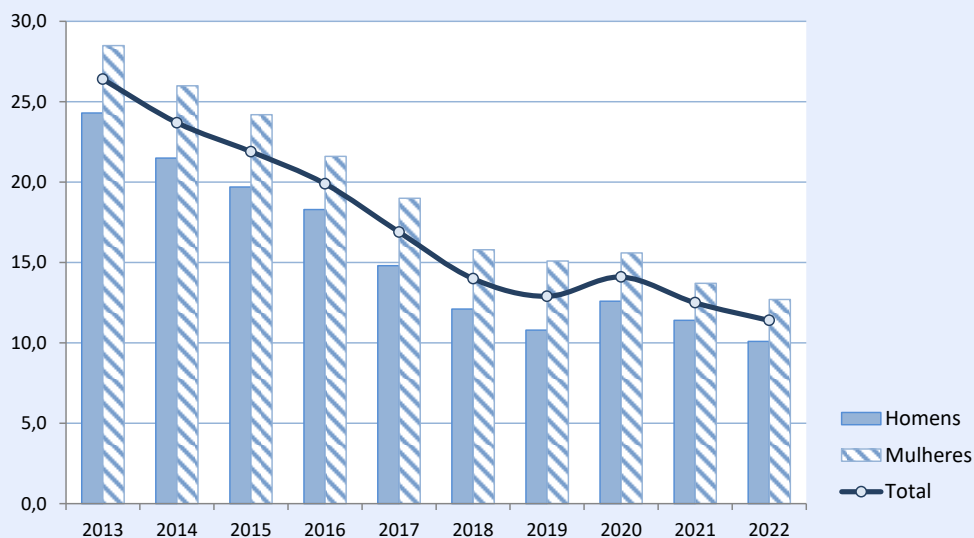
SUBUTILIZAÇÃO do trabalho em Portugal

Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2022, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 11,4%.

Este indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego, tem vindo a evidenciar um decréscimo desde o início da série em análise. Com efeito, no espaço de uma década, a taxa de subutilização do trabalho registou uma quebra de 15 p.p., tendo passado de 26,4% em 2013, para 11,4% em 2022.

Analisando esta informação por sexo verifica-se que, em 2022, apesar do decréscimo homólogo desta taxa se ter repercutido entre ambos os sexos (menos 1 p.p. nas mulheres e menos 1,3 p.p. nos homens), continuam a ser as mulheres quem apresenta taxas de subutilização do trabalho superiores.

Figura 69. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, considerando este indicador por grupo etário, observa-se que são sobretudo os mais novos, com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, quem apresenta valores mais elevados, com taxas de subutilização laboral quase sempre superiores a 30% ao longo de toda a série em análise, não obstante nos últimos anos se ter vindo a observar uma tendência de decréscimo desta taxa neste grupo, que em 2022 foi de 32,8%.

Figura 70. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por grupo etário

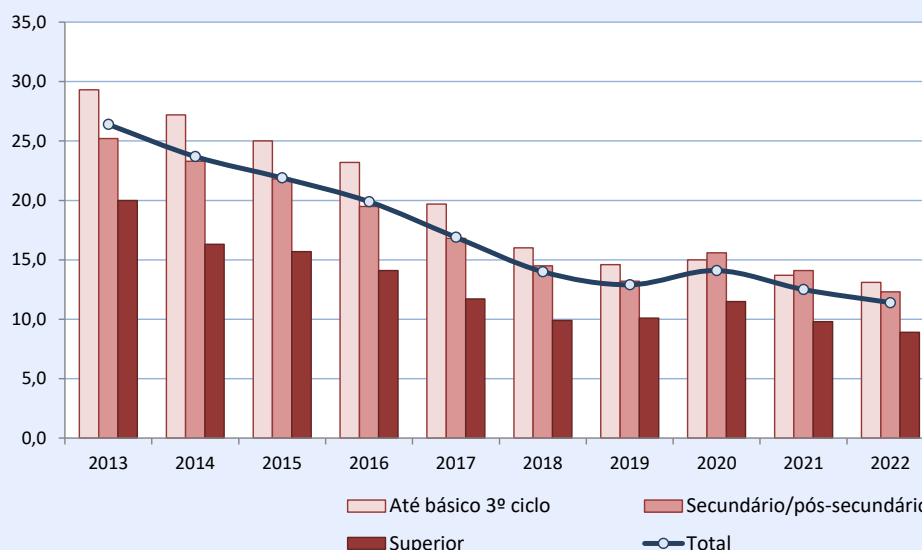


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que diz respeito aos restantes grupos da estrutura etária, a incidência desta taxa tem oscilado em torno de valores menos expressivos e, à semelhança da taxa do grupo de idades dos 16 aos 24 anos, têm apresentado uma tendência de decréscimo ao longo da última década.

Por último, considerando o indicador em análise, por nível de escolaridade, observa-se que a taxa de subutilização do trabalho diminui à medida que a escolaridade aumenta, com exceção do ano de 2020. Ainda assim, os indivíduos com o ensino superior apresentam consistentemente, ao longo de todo o período, uma taxa de subutilização do trabalho inferior.

Figura 71. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Com efeito, não obstante esta taxa apresentar uma tendência de decréscimo em todas as categorias escolares, a diferença percentual entre o nível de habilitações inferior e o superior tem vindo a diminuir ao longo da série, evidenciando uma gradual aproximação dos respetivos valores.

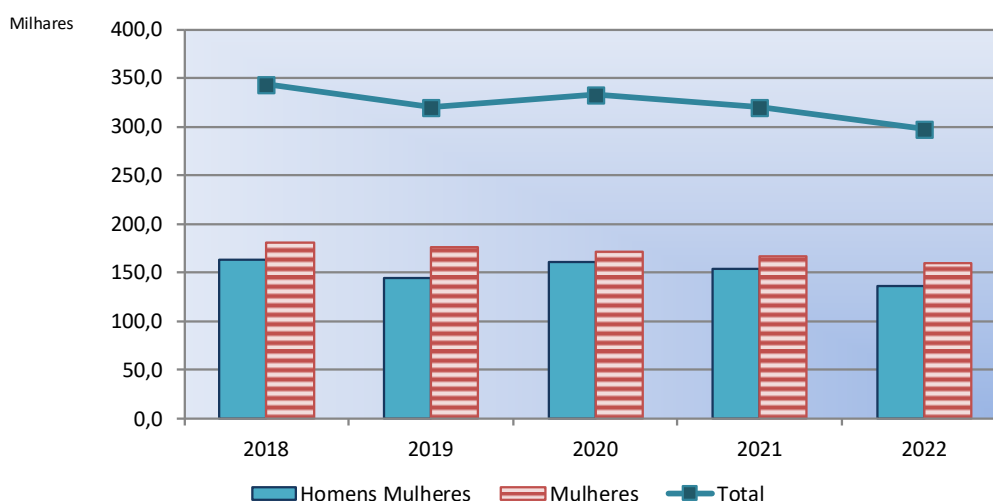
Quanto à taxa da população com o ensino secundário e pós-secundário que se encontra numa situação de subutilização laboral, constata-se uma maior proximidade com a taxa da população que não foi além do ensino básico do 3º ciclo. De facto, ao longo da série, a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem tem o ensino superior é maior (cerca de 4,8 p.p. em média) do que a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem apenas tem o ensino básico do 3º ciclo (cerca de 2,1 p.p. em média).

2.3. Desemprego

2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego

Analisando os dados do INE, em 2022, no Continente, estavam desempregadas 297,4 mil pessoas, o que representou um decréscimo de 22,6 mil pessoas em relação a 2021 (7,1%). As mulheres desempregadas representavam 53,9% do total, tendo diminuído 3,7%, entre 2021 e 2022. Os homens desempregados decresceram expressivamente (10,8%).

Figura 72. Variação do número de desempregados



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

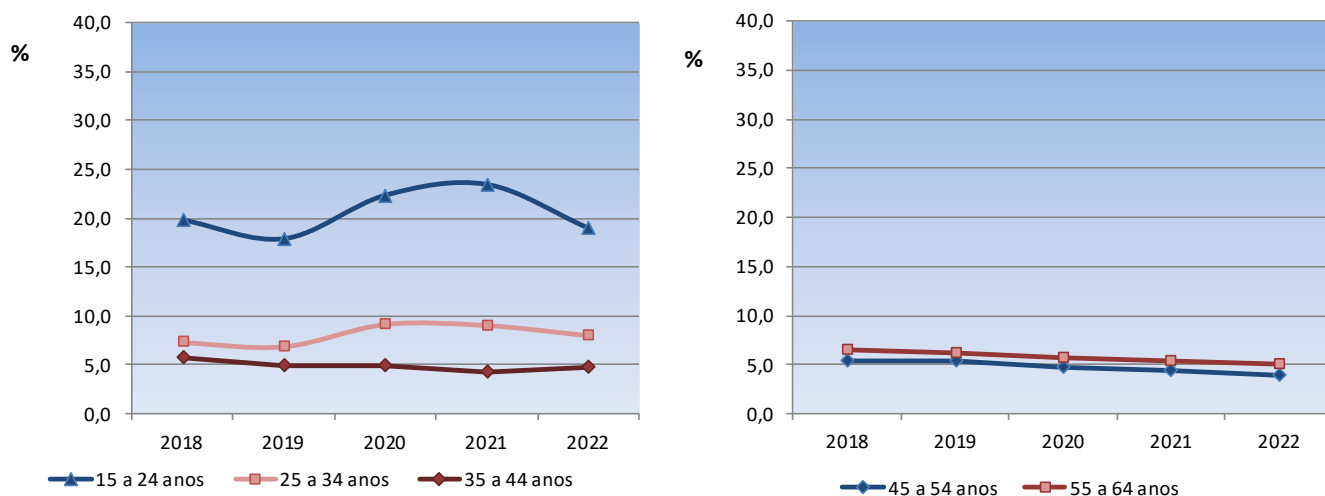
O desemprego decresceu a partir de 2018, apesar de ter-se registado um ligeiro crescimento em 2020, voltando novamente a diminuir a partir de 2021. Pese embora, o número de mulheres desempregadas ser superior em relação aos homens, essa diferença tem vindo a esbater-se, ao longo do período em análise.

Em 2022, a taxa de desemprego era de 6%, tendo decrescido tenuemente face a 2021. A taxa de desemprego masculina era de 5,5% e a taxa de desemprego feminina de 6,5%.

2.3.1.1. Desemprego por escalões etários

Entre 2021 e 2022, o desemprego decresceu em todos os escalões, exceto no escalão dos 35 aos 44 anos, em que cresceu 5,2%. O número de homens desempregados cresceu expressivamente neste escalão (9,6%). Já em relação às mulheres, o número de desempregadas cresceu notoriamente no escalão dos 55 aos 74 anos (37,7%).

Figura 73. Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Como se tem vindo a verificar nos dois últimos anos, em 2022, os escalões etários mais jovens eram os que apresentavam taxas de desemprego mais elevadas: 19% no escalão dos 16 aos 24 anos e 8% no escalão dos 25 aos 34 anos. Entre 2021 e 2022, a taxa de desemprego diminuiu em todos os escalões etários, exceto no escalão dos 35 aos 44 anos que cresceu 0,4%.

Ao longo do período em análise, a taxa de desemprego decresceu no escalão dos 16 aos 24 anos até 2019, cresceu, entre 2020 e 2021, e decresceu novamente em 2022. No escalão dos 55 a 64 anos, registou-se um decréscimo um pouco mais notório da taxa de desemprego (1,4%).

2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia

Ao longo da última década, a taxa de desemprego portuguesa tem evidenciado um decréscimo progressivo. Com efeito, em 2013 chegou aos 17,2%, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série e, a partir de então, inverteu a tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2022, registou 6%.

Quanto à taxa europeia, que, nos primeiros anos do período em análise, rondava os 11%, verificou-se uma descida gradual até 2022, ano em que registou 6,1%. De notar que, a distância entre a taxa portuguesa e a europeia, observada no início da série, esbateu-se progressivamente, verificando-se, a partir de 2018, uma convergência de ambas as taxas que, em 2022, se distanciam apenas por 0,1 p.p. (Portugal com 6% e a UE com 6,1%).

Figura 74. Evolução da taxa de desemprego



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Relativamente à taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos, esta apresentou um comportamento muito semelhante ao da taxa de desemprego do total da população. A taxa de desemprego jovem portuguesa, que, à semelhança da taxa de desemprego geral, atingiu o valor máximo desta série em 2013 (38,3%), diminuiu progressivamente até 2019, ano em que registou 18,3% (menos cerca de 20 p.p. face ao valor máximo registado em 2013). De salientar que, em 2020 e 2021, observou-se uma inversão desta tendência com aumentos sucessivos, não obstante, em 2022, se ter registado uma descida para os 19%.

Figura 75. Evolução da taxa de desemprego jovem



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens atingia, em 2013, o valor mais elevado da série (25,2%), ano a partir do qual se observou uma inversão da tendência de crescimento. De salientar que, tal como a taxa de desemprego geral europeia, também a da população jovem entrou em declínio a partir de 2013, tendo registado o valor mais baixo, da série, em 2022 (14,5%).

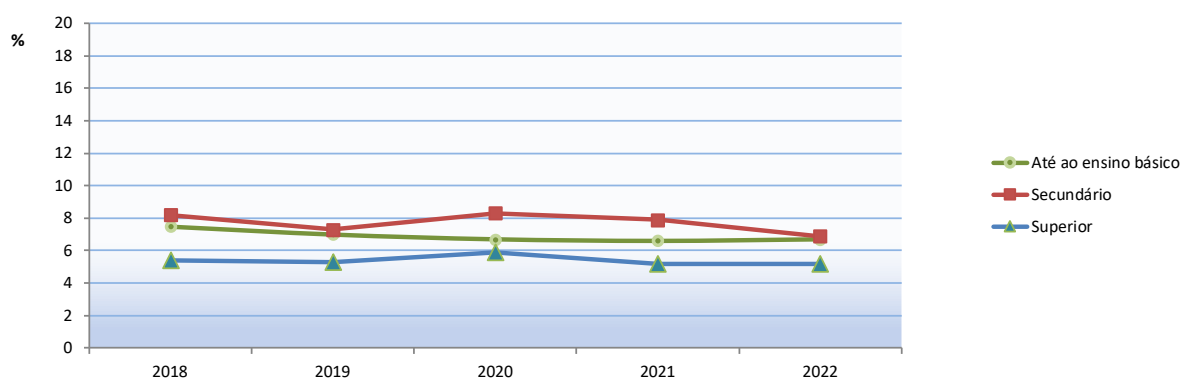
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade

No Continente, em 2022, 38,3% do total dos desempregados tinham o ensino básico, 36% o ensino secundário e 25,7% o ensino superior. O desemprego, entre 2021 e 2022, decresceu em relação ao ensino secundário e superior e aumentou em 1,2 mil pessoas, no que se refere ao ensino básico.

A taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico era de 6,7%, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário era de 6,9% e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era de 5,2%. Relativamente a 2021, a taxa cresceu ligeiramente na população ativa com o ensino básico (0,1%).

A taxa de desemprego das mulheres, em 2022, era superior à dos homens em todos os níveis de habilitações e aumentou mais, em relação a 2021, relativamente ao nível de habilitação do ensino básico.

Figura 76. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

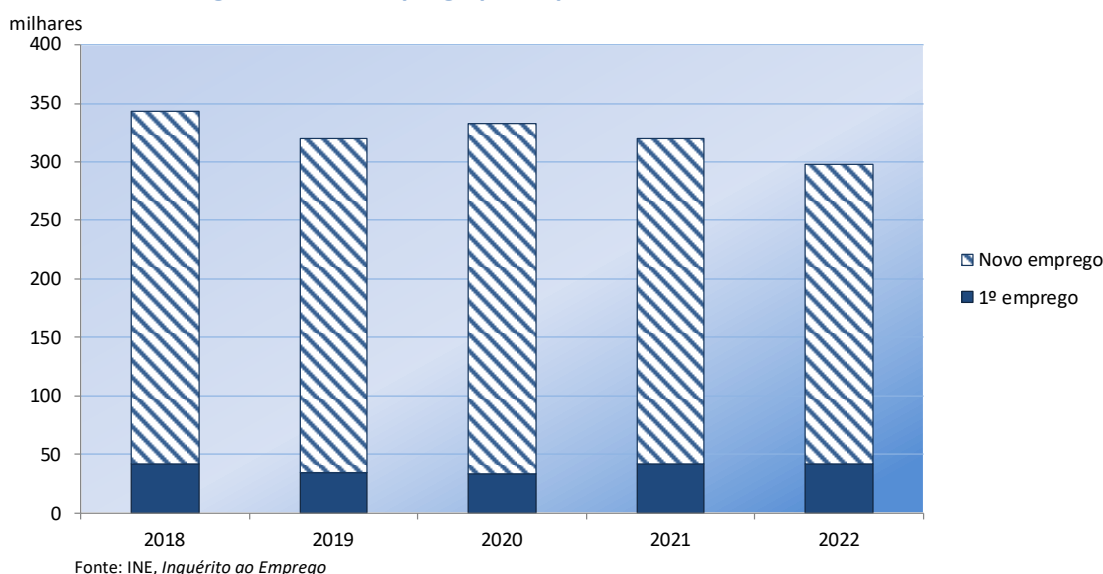
Entre 2018 e 2022, taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior manteve-se sempre inferior à dos restantes níveis de habilitações. Neste período em análise, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino básico diminuiu 0,8 p.p., a taxa de desemprego da população ativa com secundário 1,3 p.p. e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior 0,2 p.p.

2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho

Em 2022, no Continente, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 85,9% do total dos desempregados (cerca de 255,4 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 14,1% (42 mil pessoas). Em relação a 2021, o desemprego, em 2022, cresceu ligeiramente na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego e decresceu na categoria dos desempregados à procura do novo emprego. O número de mulheres desempregadas era superior ao número de homens na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego. Já na categoria dos desempregados à procura do novo emprego, as mulheres decresceram 4,7% e os homens por sua vez decresceram 12,1%.

Entre 2018 e 2022, o desemprego tem vindo a diminuir em ambas as categorias, mais expressivamente na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego.

Figura 77. Desemprego por experiência anterior de trabalho



Entre 2018 e 2022, o número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego tem sido superior ao dos homens. Em relação aos desempregados à procura de novo emprego, o número de homens desempregados foi sempre inferior ao número de mulheres ao longo do período em análise.

Relativamente aos desempregados à procura do primeiro emprego, o escalão dos 16 aos 24 anos, representava 68,8% do total. Em relação aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos constituía 67,3% do total. De destacar que, nos desempregados à procura de novo emprego, o peso dos desempregados entre 55 e 64 anos continuou a ser superior ao peso do escalão dos 16 aos 24 anos .

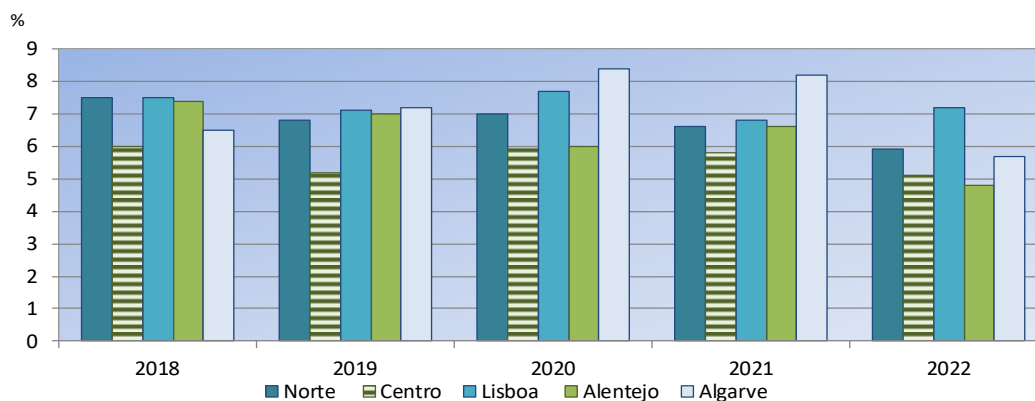
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego

- **Por regiões**

Analisando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2022, o Norte era a região do Continente com maior número de desempregados (107,4 mil), seguida pela Área Metropolitana de Lisboa com 102,7 mil desempregados. O desemprego decresceu, face a 2021, na região do Norte, que registou menos 10,8%. Já na Área Metropolitana de Lisboa verificou-se um crescimento de 8,1%. O Algarve e o Alentejo foram as regiões onde o desemprego mais decresceu (30,1% e 25% respetivamente) e no Centro o desemprego diminuiu 9,8% totalizando 57,7 mil desempregados.

Em relação à taxa de desemprego, em 2022, esta era mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa (7,2%) e no Norte (5,9%), pese embora o Norte tenha diminuído, face ao ano anterior, e em Lisboa tenha aumentado. O Alentejo, com uma taxa de 4,8%, foi a região onde a taxa era mais baixa. O Algarve registava uma taxa de desemprego de 5,7% e foi onde se verificou um maior decréscimo em relação a 2021. No Centro verificou-se uma taxa de 5,1% e também teve um decréscimo relativamente ao ano anterior.

Figura 78. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

De um modo geral, a taxa de desemprego decresceu em todas as regiões, em 2018 e 2019. Em 2022, a Área Metropolitana de Lisboa e o Norte eram as regiões onde se verificava uma taxa de desemprego mais elevada. A região Centro manteve-se como a região com a taxa de desemprego mais baixa entre 2018 e 2022.

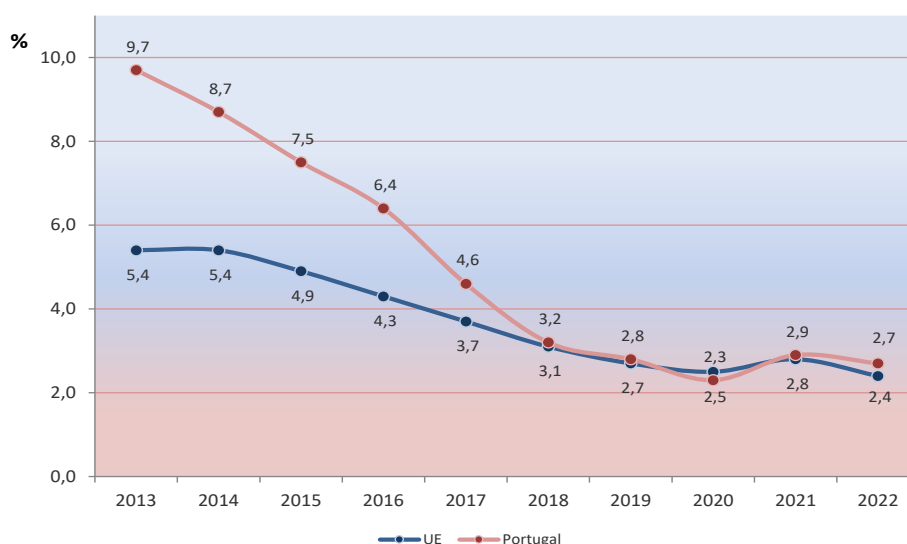
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração

Taxa de desemprego de longa duração em Portugal e na UE

Após o acentuado decréscimo, nos primeiros anos da série em análise, a taxa de desemprego de longa duração para Portugal tem vindo a apresentar uma certa constância de valores entre os 2% e os 3%. Com efeito, no espaço de uma década, assiste-se ao recuo desta taxa, que passa de 9,7%, em 2013, para 2,7%, em 2022.

Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta um valor superior, apesar de, desde 2013, a diferença ter-se vindo a esbater e, em 2022, Portugal apresentar uma taxa de desemprego de longa duração muito aproximada da da sua congénere europeia, apenas separada por um diferencial de 0,3 p.p.

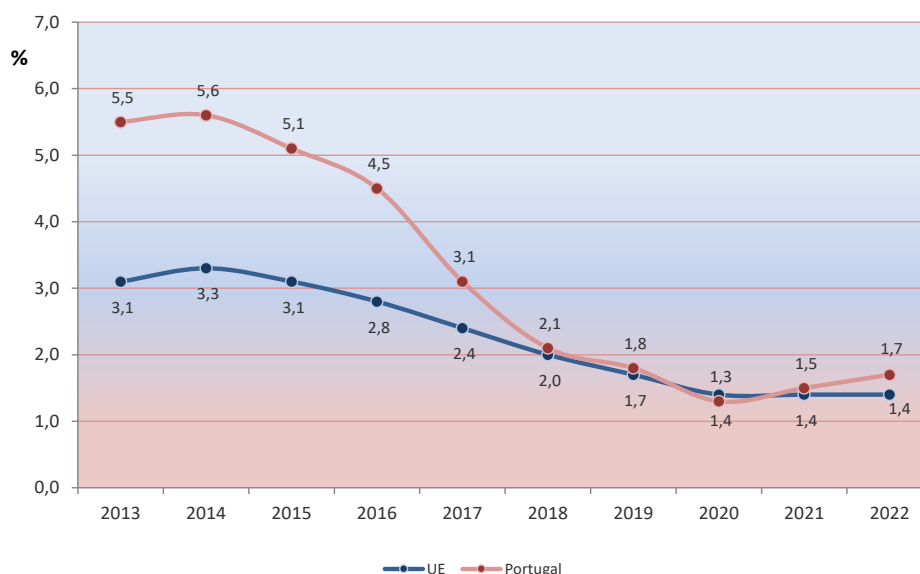
Figura 79. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa europeia a manter uma certa constância entre os 1,5% e 3%, enquanto a taxa portuguesa tem evidenciado quase sempre valores superiores. De salientar que, desde 2018, ambas as taxas se têm vindo a aproximar, pelo que, em 2022, a taxa portuguesa se fixou nos 1,7%, enquanto a da UE permaneceu nos 1,4%.

Figura 80. Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)

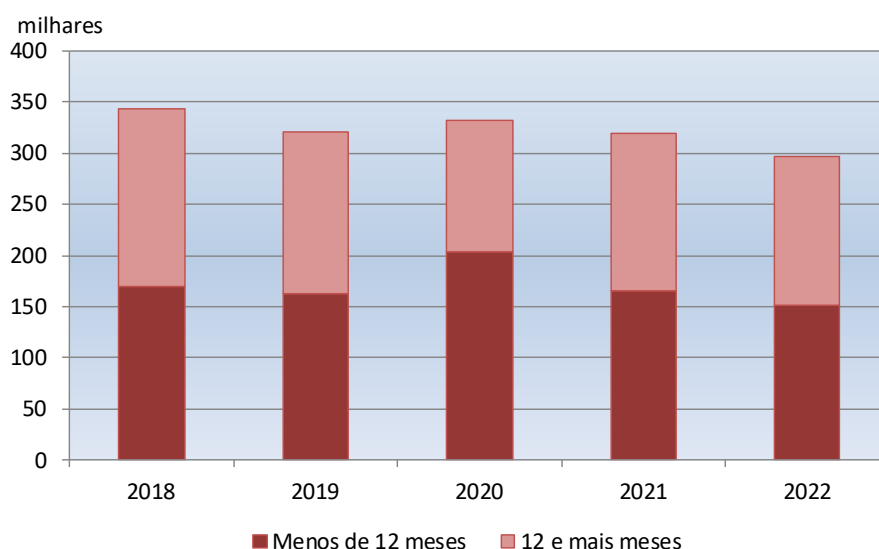


Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em 2022, no Continente, dos 297,4 mil desempregados, cerca de 145,7 mil (49% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, isto é, eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2021 e 2022, o número de desempregados de longa duração decresceu em cerca de 8,3 mil pessoas. Também os desempregados até 12 meses decresceram de forma bastante acentuada, cerca de 14,3 mil.

Em 2022, as mulheres representavam 54,9% dos DLD, tendo o seu peso crescido em cerca de 0,9 p.p. em relação a 2021.

Figura 81. Desemprego de Longa Duração



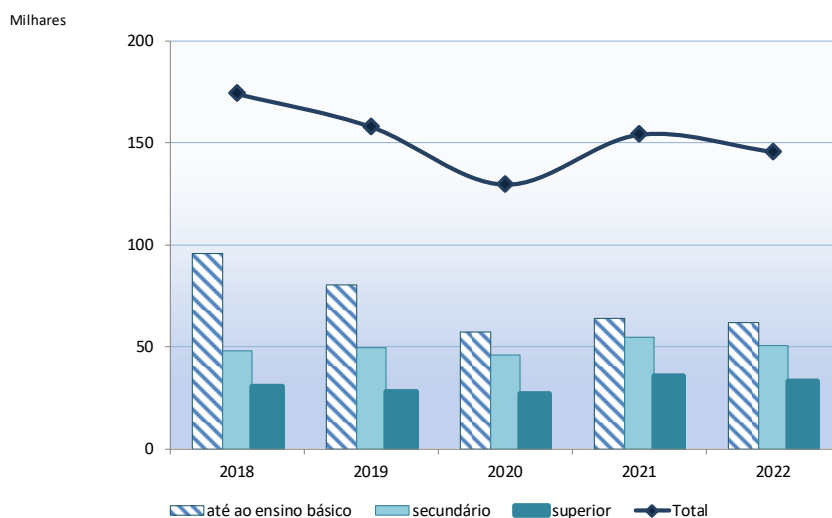
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2018, os DLD constituíam 50,7% do total dos desempregados e o seu peso tem vindo a diminuir ao longo do período em análise, registando 49% em 2022. Os desempregados até 12 meses aumentaram, entre 2018 e 2020, tendo vindo a diminuir, nos dois últimos anos.

Entre 2018 e 2022, a percentagem de mulheres DLD foi sempre superior à dos homens.

Relativamente à escolaridade dos DLD, em 2022, no Continente, os DLD com o ensino básico constituíam cerca de 42,6% do total dos desempregados de longa duração. Os DLD com o ensino secundário representavam 34,6% e os DLD com o ensino superior, 22,8%. Entre 2021 e 2022, o número de DLD diminuiu em todos os níveis de habilitações, mais expressivamente nos DLD com o ensino secundário.

Figura 82. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações

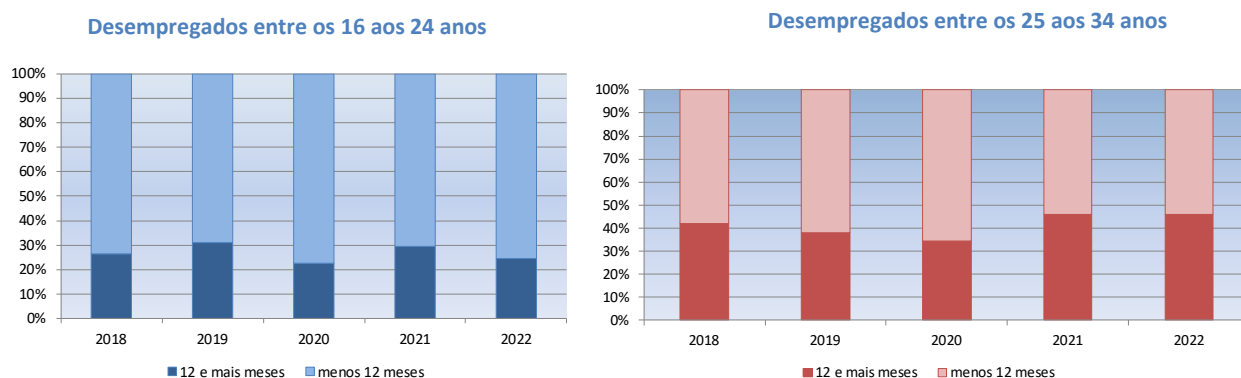


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No Continente, em 2022, os DLD entre 16 e 34 anos totalizavam 135,6 mil pessoas, constituindo 33,8% do total dos DLD, tendo o seu peso decrescido 20,2 p.p., face a 2021. O escalão de DLD entre os 16 e 24 anos totalizava 60,3 mil pessoas, representando 29,8% dos DLD entre os 16 e os 24 anos.

Observando os desempregados entre 16 e 24 anos, verificamos que o peso dos DLD no total dos desempregados desse escalão etário era de 24,4%. Em 2022 diminuiu 4,9 p.p..

Figura 83. Desempregados entre os 16 e os 34 anos por duração da procura de emprego



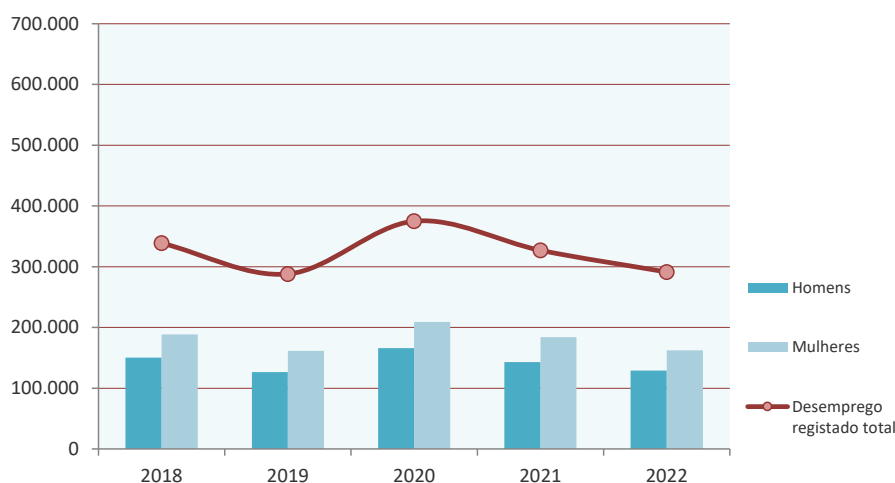
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No escalão dos 25 aos 34 anos, em 2022, os desempregados há 12 e mais meses representavam 45,8% do total dos desempregados daquele escalão etário, tendo esta percentagem diminuído ligeiramente face a 2021. A partir de 2018, os DLD no escalão dos 25 aos 34 anos, registaram um valor abaixo dos 50%. Em 2022, a percentagem de DLD no escalão dos 16 aos 24 anos desceu, assim como no escalão dos 25 aos 34 anos, embora muito ligeiramente.

2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego

Segundo a informação disponibilizada pelo IEFP,³⁸ no final de dezembro de 2022, o número de inscritos nos Centros de Emprego do Continente totalizava cerca de 291,4 mil desempregados, o que representou um decréscimo de aproximadamente 36 mil indivíduos face ao período homólogo. Esta quebra do desemprego registado repercutiu-se em ambos os sexos, não obstante a diminuição do número de mulheres inscritas nos Centros de Emprego ter sido ligeiramente superior (menos 11,8% nas mulheres face a menos 9,8% nos homens). De notar que, o peso relativo feminino continuou a ser superior ao masculino (55,7% do total de inscritos no final de dezembro de 2022, eram do sexo feminino).

Figura 84. Evolução do Desemprego registado por sexo

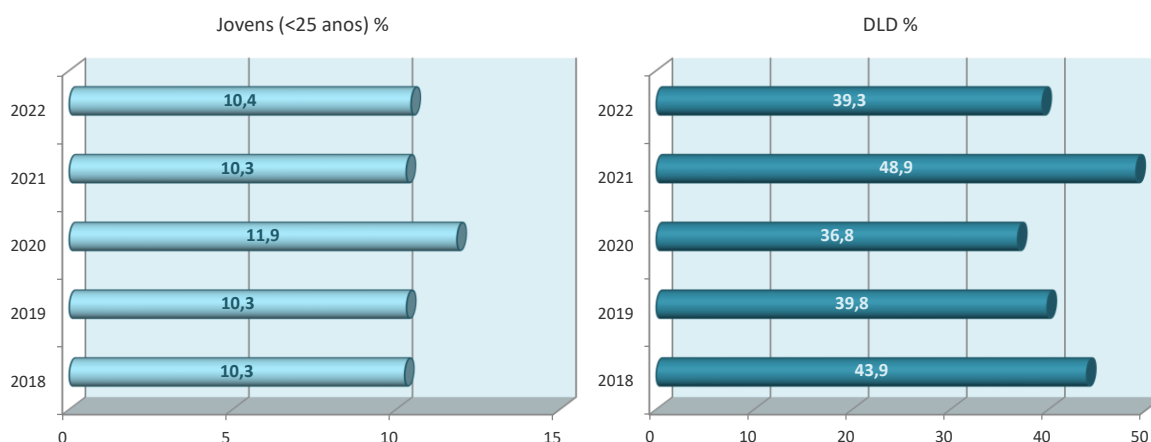


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Quanto ao número de desempregados de longa duração (DLD) registados, em 2022, constatou-se uma descida de 28,4% relativamente ao período homólogo (menos 45,4 mil pessoas), tendo o respetivo peso relativo no total de inscritos diminuído cerca de 10 p.p., passando de 48,9%, em 2021, para 39,3%, em 2022. Em relação ao número de jovens inscritos, registou-se um decréscimo (menos 9,7%, ou seja, menos 3,3 mil indivíduos registados), mantendo-se, contudo, quase inalterado o seu peso relativo face a 2021 (10,4%).

³⁸ Dados consultados em fevereiro de 2023.

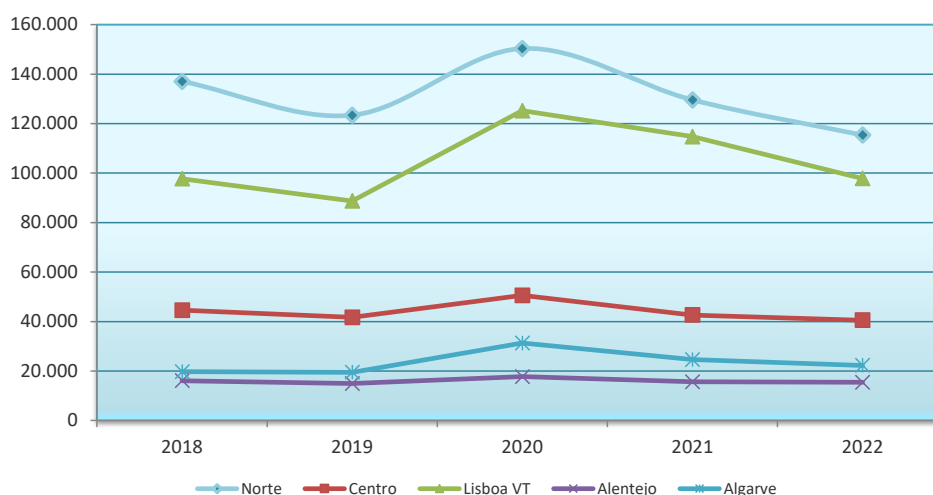
Figura 85. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registrado



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Considerando as diversas regiões do Continente, no final de dezembro de 2022, observa-se que a tendência de decréscimo anual do desemprego registrado, se tem mantido, apesar do ligeiro acréscimo verificado em 2020. O Norte continuou a ser a região mais afetada pelo desemprego, com cerca de 115,3 mil desempregados inscritos, tendo evidenciado, em 2022, uma descida de 11% face ao período homólogo, logo seguido por Lisboa e Vale do Tejo, com menos 16,9 mil registos.

Figura 86. Evolução do Desemprego registrado por regiões

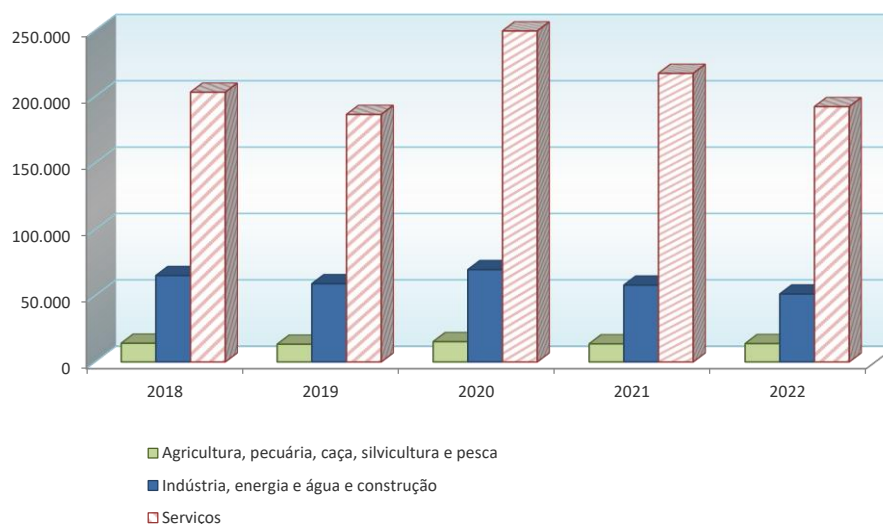


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

De salientar que o Norte, só por si, no final de 2022, representava 39,6% do total de registos de desemprego e, conjuntamente com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, representavam 87,1% do desemprego registado no Continente. No que respeita às restantes regiões, tanto o Algarve como o Centro e o Alentejo registaram igualmente variações negativas, com uma quebra do número de desempregados na ordem dos 9,4%, 5% e 1,1%, respetivamente, embora, em termos absolutos, se tenham traduzido nos decréscimos menos expressivos (menos 2,3 mil registos na região algarvia, menos 2,1 mil registos no Centro e 172 registos na região alentejana).

Relativamente ao desemprego registado por setores de atividade, em 2022, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do setor dos *Serviços* (72,8%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (19,4%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (5,2%).

Figura 87. Desemprego registado por setores de atividade

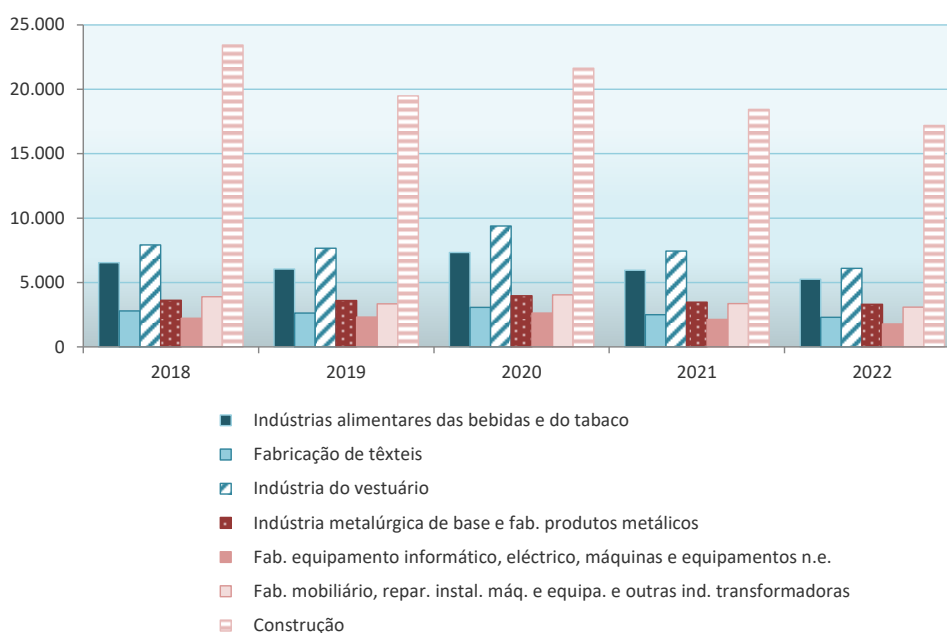


Fonte: IEF, *Mercado de Emprego*

No final de 2022, todos os setores de atividade evidenciaram diminuições face ao período homólogo, à exceção do setor da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* que registou um acréscimo (mais 1,4%), o que se traduziu, dada a sua menor representatividade no total dos setores, num aumento de cerca de 185 registos de desemprego. Os restantes setores evidenciaram uma descida do número de desempregados inscritos face a dezembro de 2021. O setor dos *Serviços* que continuou a registar, em dezembro de 2022, o maior peso relativo no conjunto dos setores de atividade, foi o setor que apresentou a maior quebra absoluta relativamente ao período homólogo (cerca de menos 25 mil inscritos).

Analisando o setor da *Indústria, Energia e Água e Construção* de uma forma mais detalhada, observa-se que foi o subsector da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (33,6%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (11,9%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (10,3%). De salientar que, em termos absolutos, em 2022, os subsectores da *Indústria do vestuário* e da *Construção* registaram as maiores quebras, ambos com descidas de cerca de 1,3 mil desempregados inscritos, em relação ao ano anterior.

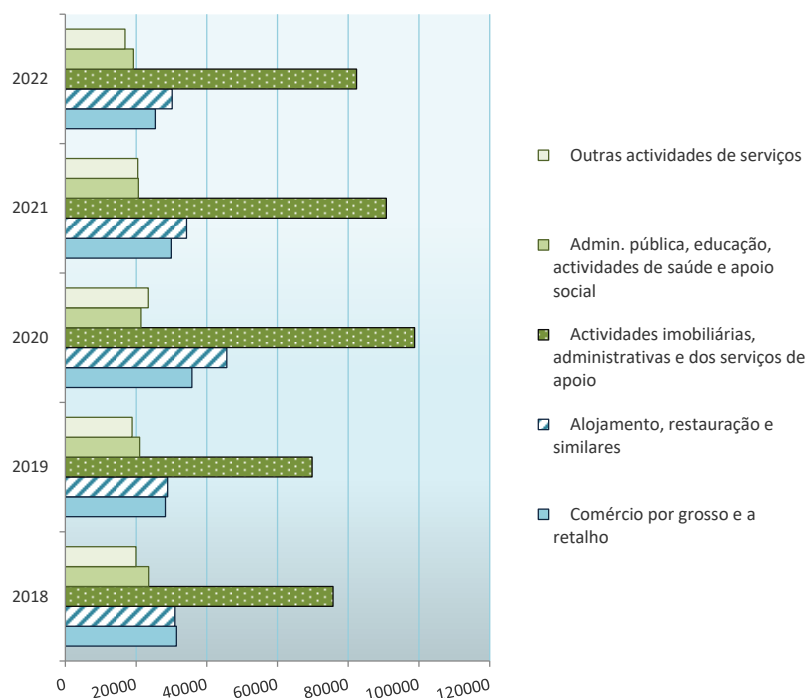
Figura 88. Desemprego registado na Indústria



Fonte: IIEFP, Mercado de Emprego

No setor dos *Serviços*, o subsector com maior peso relativo, em 2022, continuou a ser o das *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* (42,8%), que registou um decréscimo do desemprego em relação ao período homólogo (menos 9,3%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de menos 8,4 mil desempregados. Relativamente ao subsector que, em 2022, apresentou a segunda maior representatividade, o do *Alojamento, restauração e similares* com 15,7% do total do desemprego registado, verificou-se uma diminuição, em termos absolutos, de cerca de 4 mil inscrições, logo seguido pelo subsector do *Comércio por Grosso e a Retalho*, que evidenciou a terceira maior representatividade (13,2%), após um decréscimo de 4,5 mil desempregados inscritos. De salientar o facto dos subsectores de *Outras atividades de serviços* e da *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* terem evidenciado, igualmente, descidas do número de desempregados registados, com alguma expressão (menos 3,6 mil e menos 1,4 mil respetivamente).

Figura 89. Desemprego registado nos Serviços

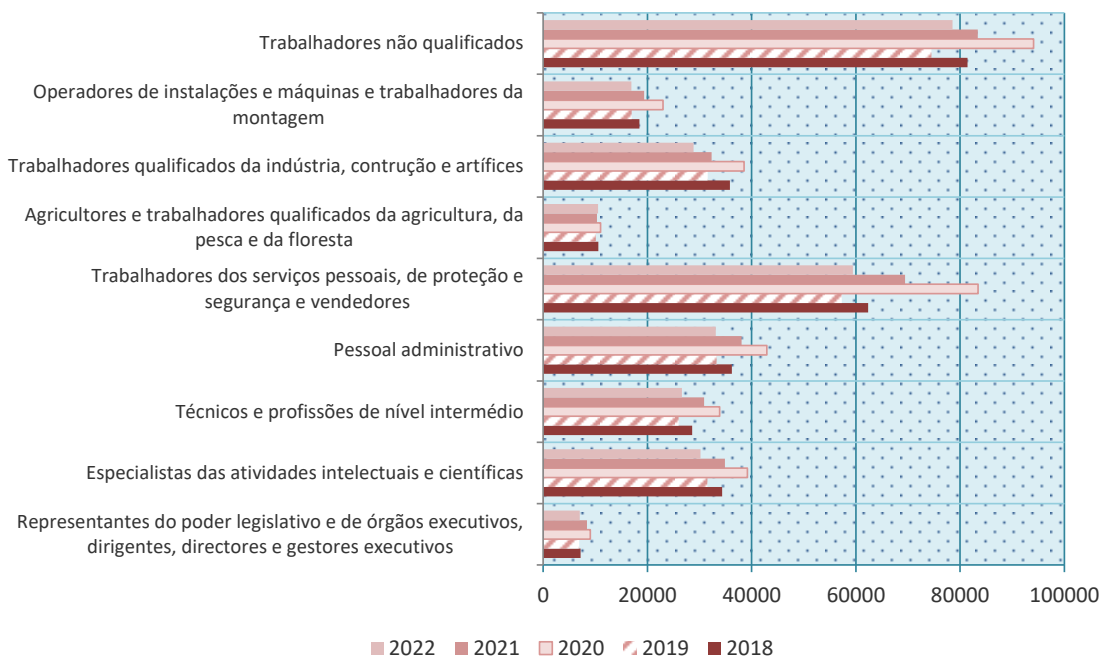


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

No final de 2022, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (27%) e o *Pessoal dos serviços de proteção e segurança* (20,4%), sucedendo-se o *Pessoal administrativo* (11,4%) e os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (com cerca de 10,4% e 10%, respetivamente).

Por outro lado, a evolução em 2022, face ao período homólogo, evidenciou uma descida em todas as profissões, tendo-se constatado as maiores quebras do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (menos cerca de 10 mil), do *Pessoal administrativo* (menos 4,9 mil), e dos *Trabalhadores não qualificados* (menos 4,8 mil).

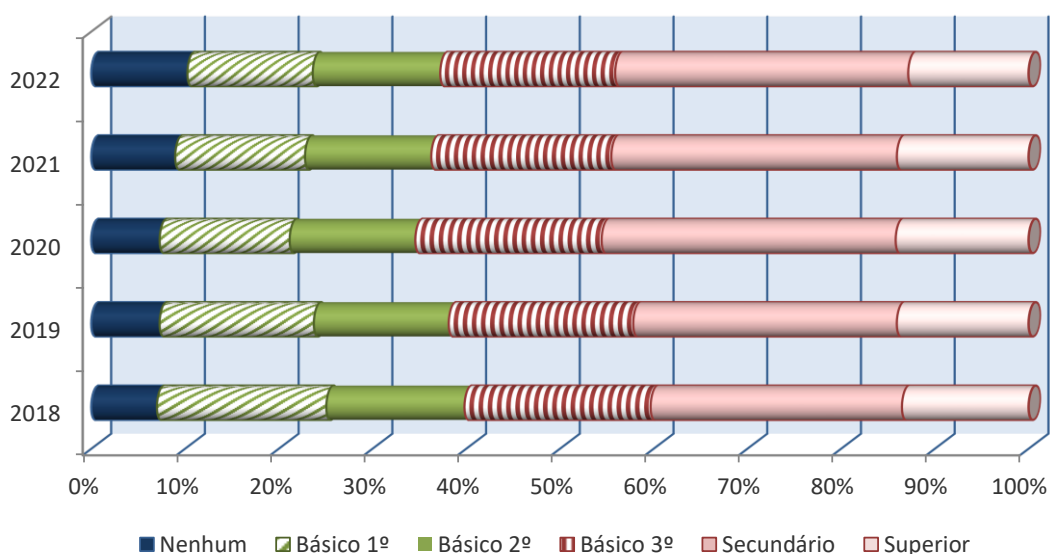
Figura 90. Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IEF, Mercado de Emprego

Considerando o nível de habilitações, em 2022, os desempregados registados com o Ensino Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (31,3%), apesar de uma subida de cerca de 1 p.p. em relação a 2020, à semelhança dos desempregados com menor escolaridade que viram o seu peso relativo aumentar, nomeadamente os desempregados sem nenhuma habilitação que passaram a representar 10,3% do desemprego total (mais 1,3 p.p. face a 2021).

Figura 91. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



Fonte: IEF, Mercado de Emprego

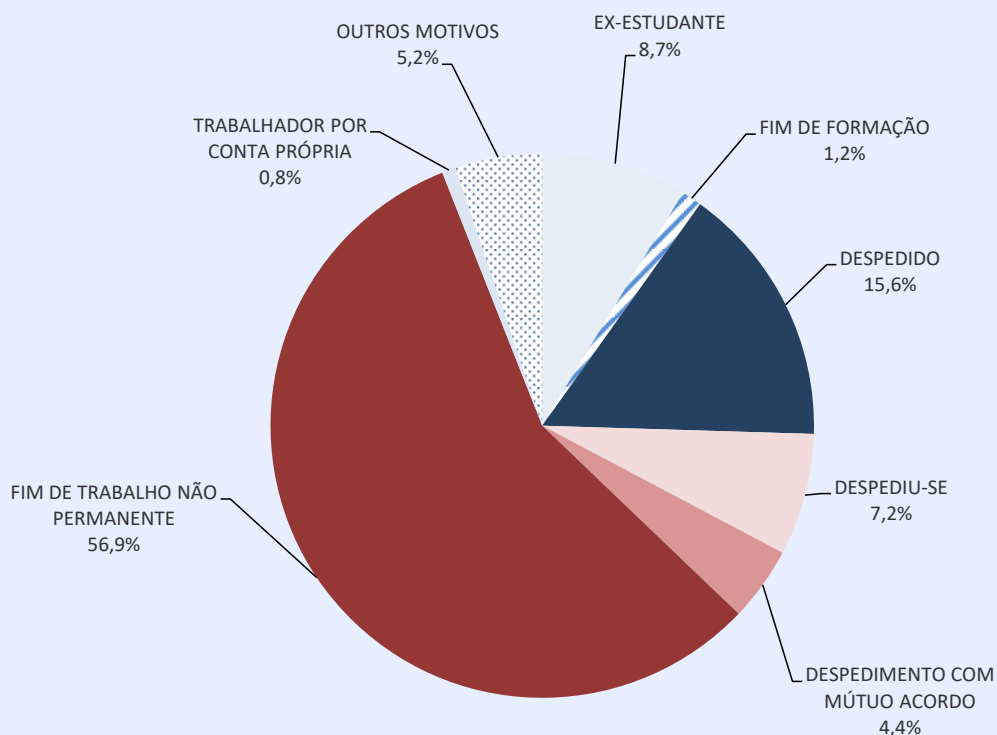
Por último, considerando a evolução do desemprego registado em 2022, constatam-se quebras, relativamente ao período homólogo, em todos os níveis de ensino, à exceção dos desempregados sem nenhuma habilitação. De notar que, os maiores decréscimos, em termos absolutos, ocorreram entre os desempregados com o Ensino Superior, o Ensino secundário e o 3º Ciclo do Ensino Básico, com menos 8,5 mil, 8,6 mil e 8,5 mil pessoas registadas, respetivamente.

MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Segundo a informação estatística disponibilizada pelo *Mercado de emprego* do IIEFP, em 2022, o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou cerca de 56,9% do total dos registos de desemprego, logo seguido, apesar de com menor representatividade, pelas categorias dos *Despedidos* (15,6%), dos *Ex-estudantes* (8,7%) e dos *Despediram-se* (7,2%).

Figura 92. Motivos de inscrição dos desempregados em 2022

Movimento ao longo do ano



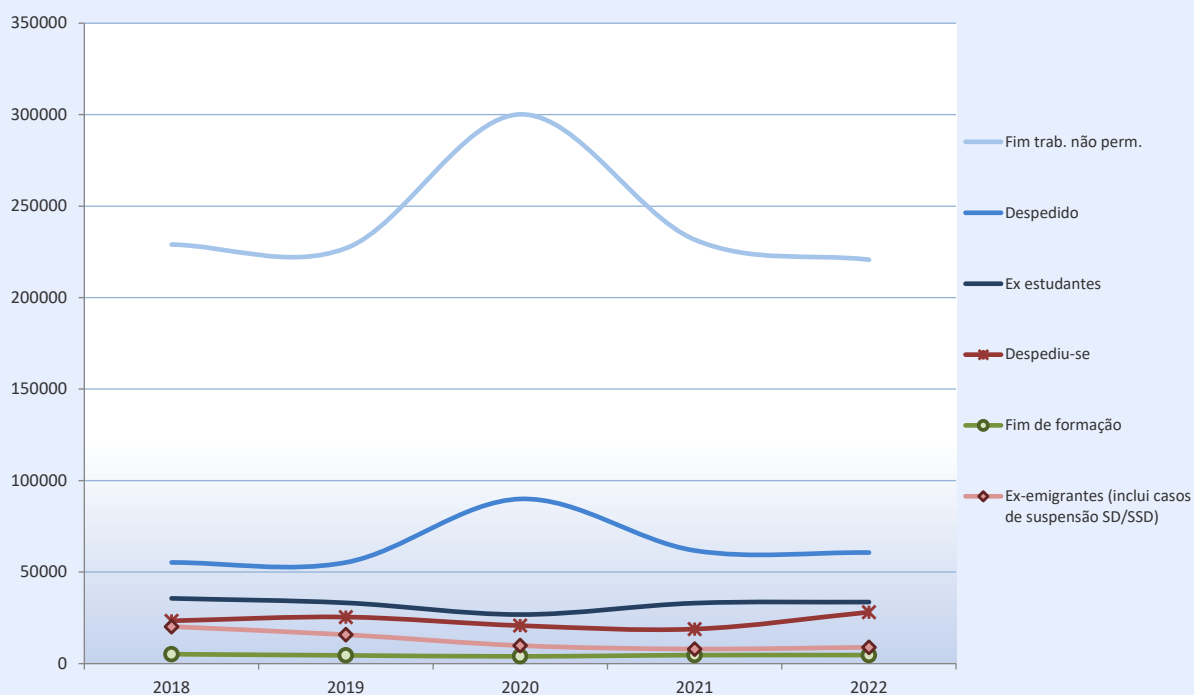
Fonte: IIEFP, *Mercado de Emprego*

Por outro lado, considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo dos últimos anos, constata-se que a categoria mais representada – *Fim de trabalho não permanente* – apresentou, nos últimos anos, uma trajetória de declínio, após a subida expressiva em 2020. De salientar que, esta categoria, registou, em 2022, uma quebra de 4,7%, ou seja, cerca de menos 11 mil inscrições de desempregados devido ao *Fim de trabalho não permanente*.

Relativamente à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos, evidencia um comportamento semelhante ao da categoria *Fim de trabalho não permanente*. Com efeito, após uma subida significativa em 2020, esta categoria apresentou, nos últimos dois anos, uma redução no volume de inscrições (menos 1,8%, o que se traduziu em menos 1,1 mil registos).

Figura 93. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses

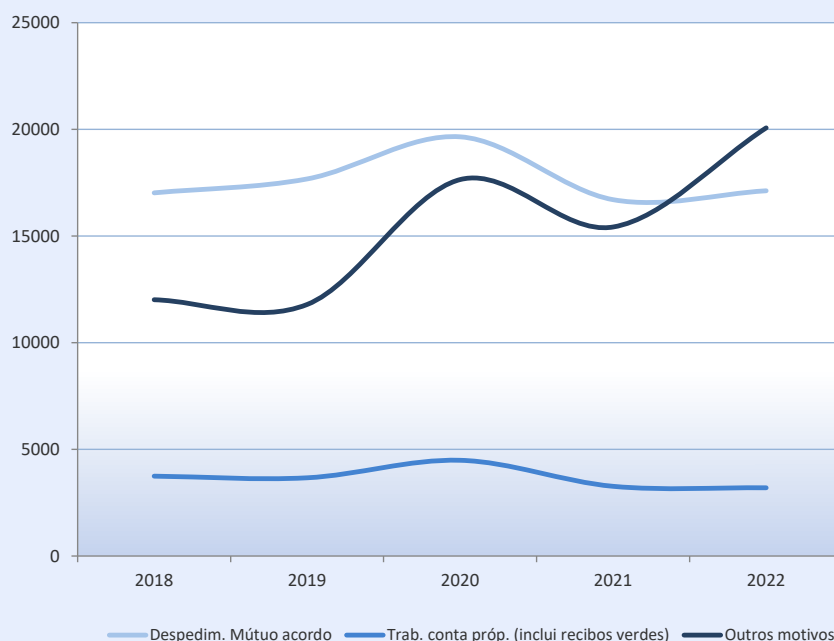


Fonte: IEF, Mercado de Emprego

Quanto aos *Ex-estudantes*, que ocupam a terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, o número de registos, ao longo dos últimos anos, tem apresentado alguma constância. De notar que, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados registaram um aumento de 1,7%, em 2022, o que se traduziu num acréscimo de 574 inscrições.

No que respeita aos motivos de inscrição *Despediu-se*, *Fim de formação* e *Ex-emigrantes (incluindo casos de suspensão SD/SSD)*, constatam-se oscilações pouco expressivas, no decurso dos últimos cinco anos.

Figura 94. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados
Total dos movimentos ao longo dos meses



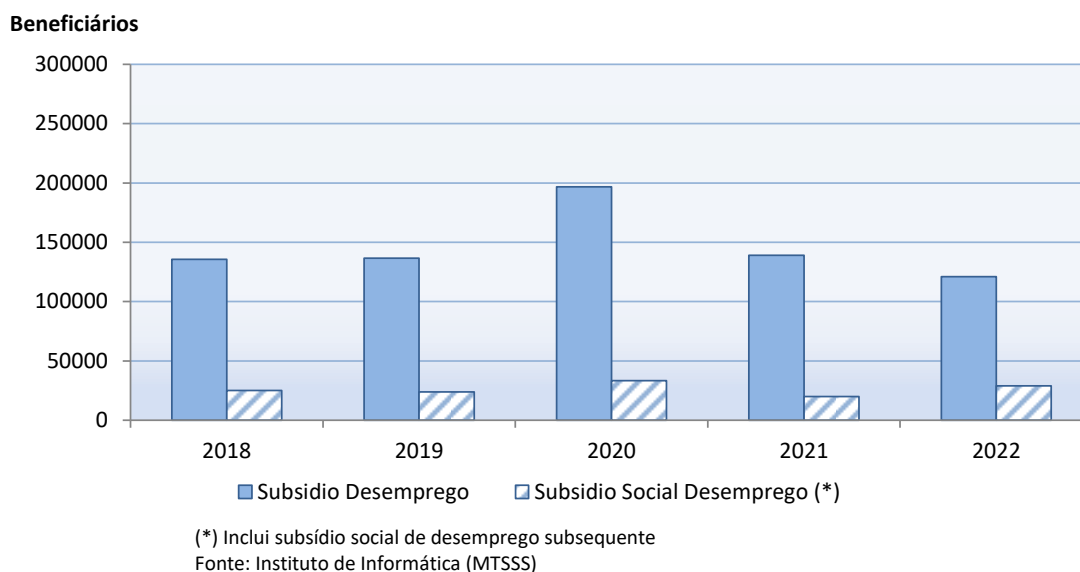
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por último, no que concerne aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo* e as inscrições originadas por *Outros motivos*, ambas as categorias registaram um acréscimo, em 2022, com mais 417 e mais 4,6 mil registos, respetivamente, contrariando, assim, a tendência de decréscimo que vinham evidenciando desde 2020. Quanto às inscrições dos *Trabalhadores por conta própria*, em 2022, estas não apresentaram uma alteração significativa face ao ano anterior.

2.3.3. Situação do desemprego subsidiado

Em Portugal, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, no final de 2022, havia cerca de 149,8 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 537 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Figura 95. Beneficiários com processamento de prestações de desemprego

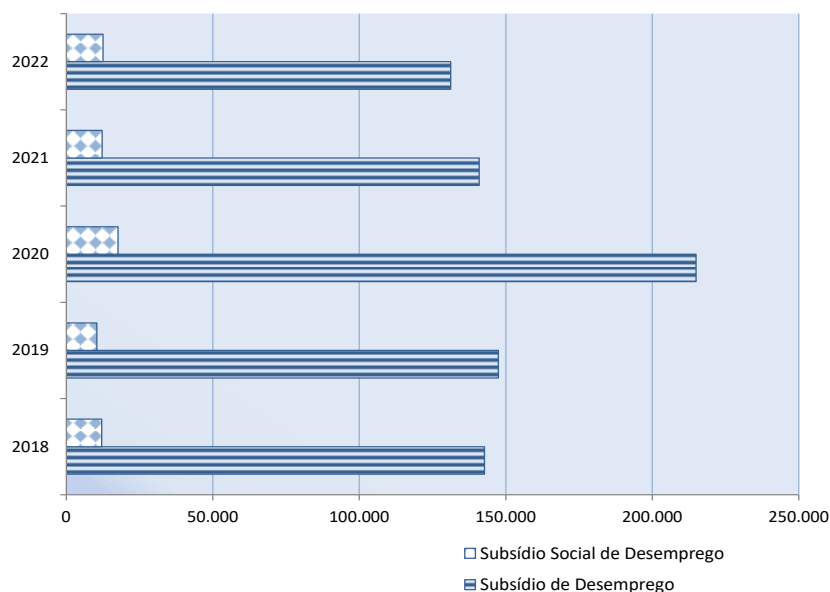


Relativamente ao período homólogo, o número de beneficiários com processamento de prestações de desemprego, em 2022, manteve a tendência de decréscimo com uma variação negativa de 5,9%, o que correspondeu, em termos absolutos a uma diminuição de cerca de 9,4 mil beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio de desemprego (SD), cuja variação, face a 2021, registou um decréscimo de 13,1% (menos 18,2 mil beneficiários). Quanto ao subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente), o respetivo número de beneficiários aumentou 44,2%, o que se traduziu num aumento de cerca de 8,8 mil beneficiários.

Quando comparado com o período homólogo, 2022 continuou a apresentar uma maior representatividade do número de beneficiárias femininas com processamento de prestações (57% de mulheres face a 43% de homens), tendo esse peso relativo permanecido praticamente estável quando comparado com o do ano anterior. No que respeita aos escalões etários, em 2022, a maioria dos beneficiários com processamento de prestações continuava a situar-se no escalão dos 25 aos 54 anos (61,9% do total dos beneficiários dependentes), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (31%).

Ao longo de 2022, foram deferidos cerca de 145 mil processos de desemprego, designadamente 131,2 mil relativos a subsídio de desemprego e 12,5 mil relativos a subsídio social de desemprego.

Figura 96. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas



(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

No que se refere ao subsídio por cessação de actividade e de actividade empresarial foram deferidos 801 e 92 processos, respetivamente. Quanto ao subsídio por cessação de actividade profissional dos membros de órgãos estatutários, foram deferidos 409 processos.

Figura 97. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas por tipo de subsídio

	2018	2019	2020	2021	2022
	Número beneficiários				
TOTAL	155.839	159.050	234.298	154.558	144.983
Subsídio por Cessação de Actividade	456	514	1.010	798	801
Subsídio por Cessação de Actividade Empresarial	89	107	146	124	92
Subsídio por Cessação de Actividade Profissional MOE	551	554	529	506	409
Subsídio de Desemprego	142.707	147.500	214.947	140.929	131.189
Subsídio Social de Desemprego	12.036	10.375	17.666	12.201	12.492

Notas: MOE: membros de órgãos estatutários.

(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente.

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Relativamente ao período homólogo, o número de processos de desemprego deferidos diminuiu 6,2%, o que se traduziu num decréscimo de 9,6 mil processos. De referir que, entre 2021 e 2022, o número de processos deferidos relativos ao subsídio de desemprego registou uma variação negativa de 6,9%, tendência que não se

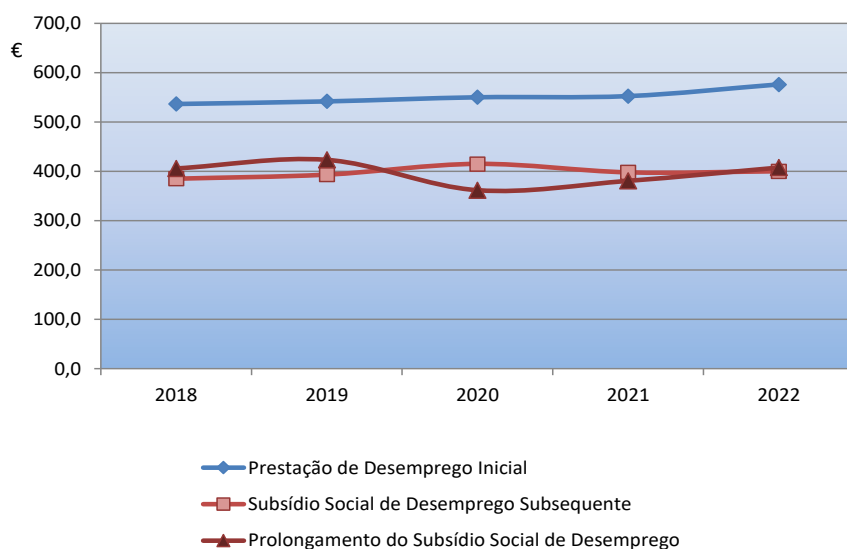
verificou com os processos deferidos relativos ao subsídio social de desemprego, que registaram uma subida de 2,4% (mais 291 processos deferidas).

Por último, importa referir que, em 2022 e face ao período homólogo, no que concerne aos subsídios por cessação de atividade empresarial e por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, verificaram-se quebras homólogas no número de processos de desemprego deferidos, ao contrário dos processos de desemprego por cessação de atividade que viram o respetivo número de deferimentos aumentar.

- **Montantes médios mensais das prestações de desemprego**

Segundo os dados da Segurança social, em 2022, no Continente, o montante médio mensal das prestações de desemprego para os trabalhadores por conta de outrem era de 576,1€, no que se refere às prestações de desemprego inicial³⁹, de 400,2€ no que se refere ao subsídio social de desemprego subsequente, de 407,8€ no que respeita ao prolongamento do subsídio social de desemprego e de 400,8€ relativamente à medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração (DLD). Já no que respeita ao valor médio do montante único do subsídio de desemprego, este foi de 10.095€. De salientar que, em relação a 2021, o montante médio mensal manteve-se ou aumentou ligeiramente em relação a todas estas diferentes prestações, exceto no que respeita à medida extraordinária de apoio aos DLD.

Figura 98. Evolução do valor médio mensal das prestações de desemprego (TCO)



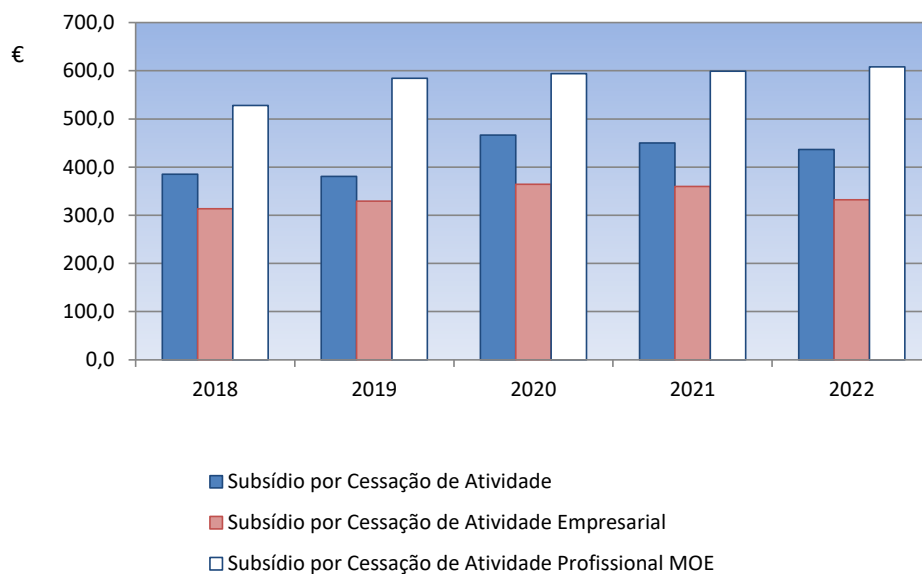
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

³⁹ Inclui subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego inicial.

Em relação a esta medida extraordinária de apoio ao DLD, o valor médio mensal da sua prestação, que evidenciou sucessivos acréscimos nos últimos anos, registou uma quebra de 9%, em 2022, tendo descido de 440,5€, em 2021, para o montante de 400,8€, em 2022.

No que respeita às prestações dirigidas aos trabalhadores por conta própria, ou seja, aos subsídios por cessação de atividade, em 2022 e face ao período homólogo, o subsídio por cessação de atividade desceu para os 436,4€ (menos 3%), o subsídio por cessação de atividade empresarial sofreu igualmente um decréscimo (menos 7,6%), tendo passado para 332,3€ e o subsídio por cessação de atividade dos membros dos órgãos estatutários (MOE) registou um ligeiro acréscimo com uma variação positiva de 1,6% (608,5€). Quanto ao montante único dos membros dos órgãos estatutários (MOE), em 2022, constatou-se um acréscimo de cerca de 40%, ao aumentar de 4750,7€, em 2021, para 7550,7€, em 2022.

Figura 99. Evolução do valor médio mensal dos subsídios por cessação de atividade



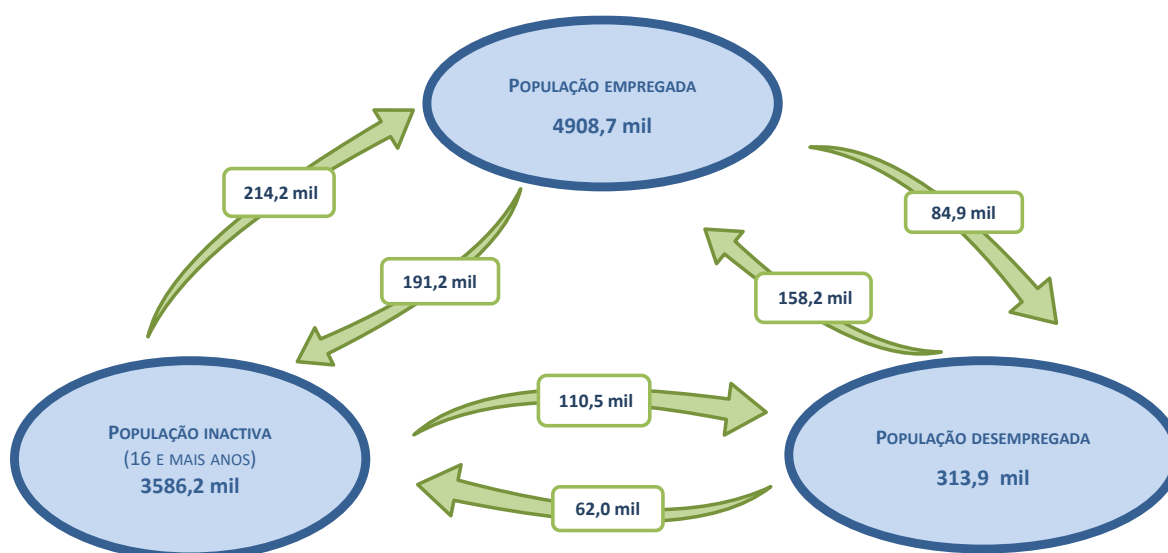
Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Analisando a evolução das prestações por cessação de atividade, e no que se refere às prestações por cessação de atividade empresarial e por atividade profissional MOE, em ambas se verificou um decréscimo mais acentuado, entre 2015 e 2017, seguido de alguma estabilidade nos anos seguintes. De notar que, o valor médio mensal do subsídio por cessação de atividade profissional MOE manteve-se sempre bastante superior ao das outras prestações. No que se refere aos valores médios dos montantes únicos por cessação de atividade e relativo aos MOE, estes têm vindo a registar valores muito variáveis de ano para ano, ao longo do período em análise.

2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, no decurso do ano de 2022, o número de pessoas que passaram de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 158,2 mil. No sentido inverso, 84,9 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 73,3 mil pessoas.

Figura 100. Fluxos de mão de obra em 2022



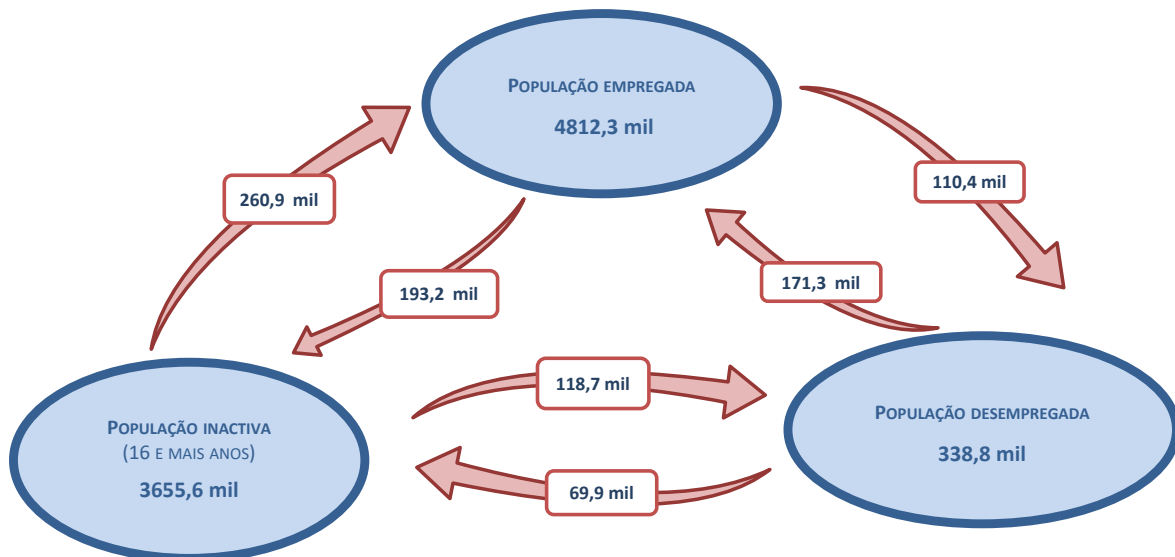
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, cerca de 214,2 mil pessoas passaram da inatividade para o emprego, sendo que 191,2 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi positivo (mais 23 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de cerca de 62 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 110,5 mil indivíduos. O saldo desemprego-inatividade é por isso positivo (mais 48,5 mil pessoas).

Em resumo, em 2022, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 96,4 mil pessoas, que resulta da entrada de indivíduos vindos, tanto de uma situação de inatividade como de desemprego. A população inativa, em contrapartida, evidenciou um decréscimo de cerca de 71,5 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o emprego. Quanto ao número de desempregados, verificou-se igualmente uma quebra, que apesar de menor (menos 24,9 mil), ficou a dever-se sobretudo à saída de desempregados para o emprego.

Analisando os fluxos de mão de obra no período homólogo, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi positivo (mais 60,9 mil pessoas) uma vez que cerca de 171,3 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 110,4 mil passaram do emprego para o desemprego.

Figura 101. Fluxos de mão de obra em 2021



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O saldo inactividade-emprego foi, igualmente, positivo (mais 67,7 mil pessoas) já que cerca de 193,2 mil indivíduos passaram do emprego para a inactividade e 260,9 mil saíram da inactividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inactividade, este foi também positivo (mais 48,8 mil indivíduos), dado que cerca de 69,9 mil pessoas transitaram do desemprego para a inactividade, enquanto 118,7 mil passaram da situação de inactividade para a de desemprego.

Assim, em 2021, a população empregada teve um aumento de cerca de 128,6 mil pessoas, devido aos transitados, tanto do desemprego como da inactividade para o emprego. Por outro lado, a população desempregada conheceu um decréscimo de 12,1 mil pessoas em virtude da passagem de desempregados para a situação de emprego. Em relação à inactividade, verificou-se, também, um decréscimo (menos 116,5 mil pessoas) devido, sobretudo, à entrada de inativos para o emprego.

Por último, importa salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho em 2022, quando comparados com os do ano anterior, continuarem a apresentar um saldo positivo do emprego e negativo da inactividade e do desemprego.

Figura 102. Fluxos de mão de obra

Fluxos de mão de obra		
Saldos Finais (milhares)		
	2021	2022
Emprego	128,6	96,4
Desemprego	-12,1	-24,9
Inatividade	-116,5	-71,5

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2022, no Continente, entraram nas Administrações Públicas cerca de 125,3 mil trabalhadores, dos quais cerca de 66,9 mil, ou seja, mais de metade, constituíam novos recrutamentos⁴⁰ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações⁴¹.

Por outro lado, 117,3 mil trabalhadores saíram das Administrações Públicas, cerca de 56,5% dos quais, ou seja, 66,3 mil, em definitivo⁴². Destes, cerca de 13 mil saíram por reforma/aposentação.

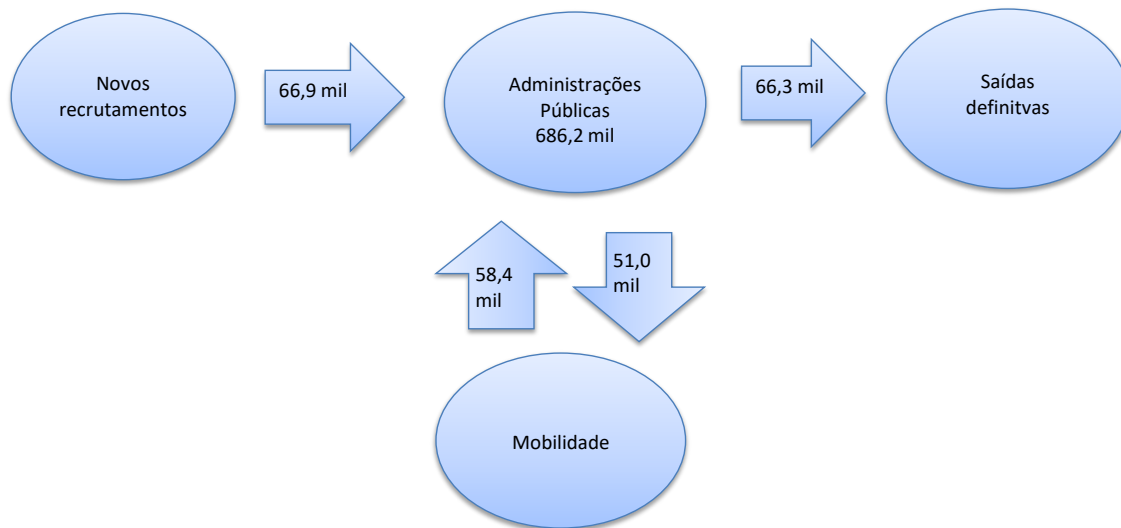
Destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de cerca de 8 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 7,4 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações, e os restantes 567 trabalhadores provinham do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

⁴⁰ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

⁴¹ inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

⁴² As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

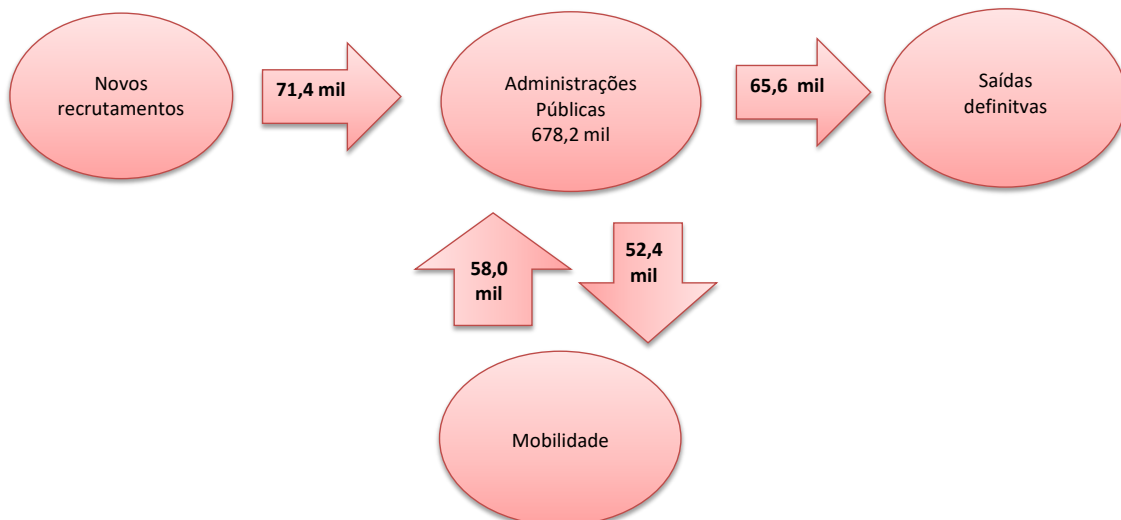
Figura 103. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2022



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Analisando o período homólogo, em 2021, o número de entradas e saídas de trabalhadores nas Administrações Públicas foi superior, tendo-se verificado um saldo anual mais elevado quando comparado com 2022, ou seja, cerca de mais 11,4 mil trabalhadores, em 2021, face a mais 8 mil, em 2022.

Figura 104. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2021



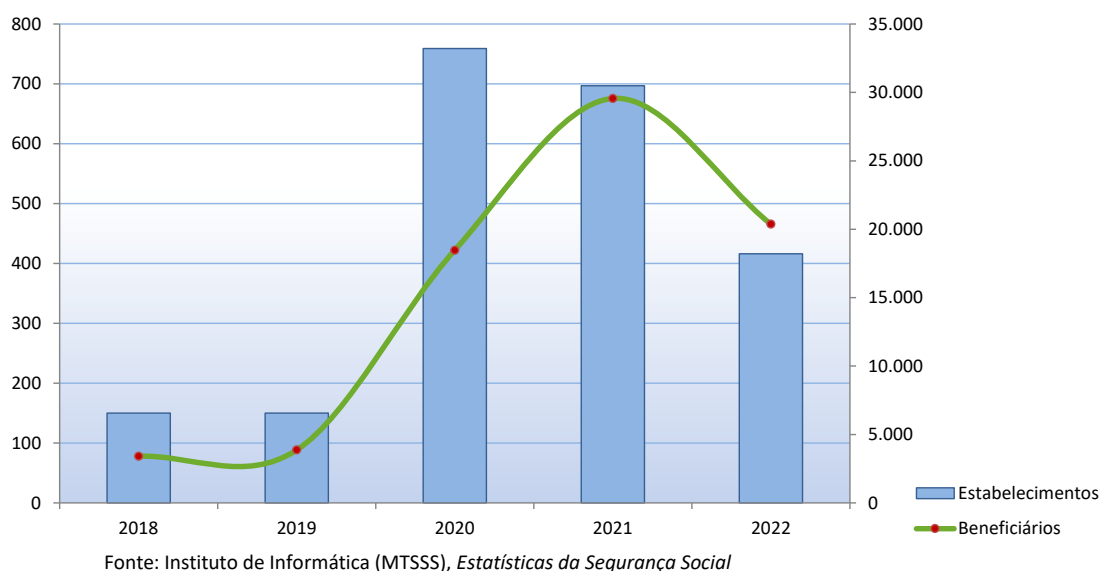
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Considerando os últimos anos, designadamente a partir de 2018, constata-se que o saldo anual de entradas e saídas de trabalhadores na Administração pública tem sido sempre positivo e aumentou de forma progressiva até 2020, ano a partir do qual se evidencia uma trajetória descendente, com sucessivas diminuições até ao último ano em análise.

2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off

Analisando os dados estatísticos da Segurança Social disponibilizados no *Boletim estatístico* do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), no decurso de 2022, 416 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, o que correspondeu a um decréscimo de cerca de 40% face ao ano anterior. De notar que, em 2020 - ano em que deflagrou a pandemia COVID 19, em Portugal - se registou uma subida muito expressiva no número destas empresas, tendência que foi invertida nos últimos dois anos, em particular em 2022.

Figura 105. Entidades empregadoras e beneficiários em situação de Lay-off

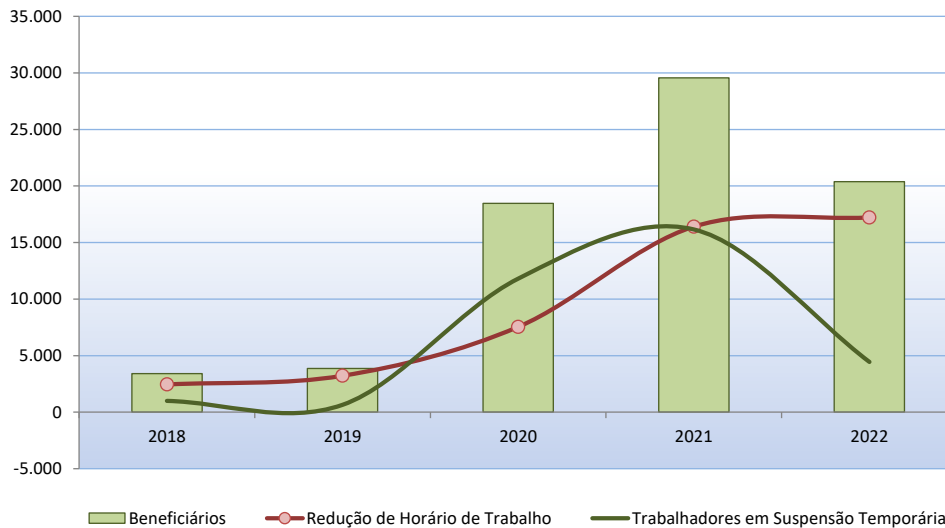


Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, a partir de 2020, o aumento acentuado do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off* (mais 406%, passando de 150, em 2019, para 759, em 2020), foi igualmente acompanhado por um acréscimo expressivo de beneficiários envolvidos (mais 378%, o que correspondeu a mais 14,6 mil). Todavia, em 2021, apesar da diminuição do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off*, os beneficiários com prestações de *Lay-off* viram o seu número ainda a aumentar de forma significativa, tendência que apenas foi invertida em 2022, ano em que, tanto o número de entidades como o dos beneficiários registaram decréscimos significativos (menos 281 entidades e menos 9,2 mil beneficiários, face ao ano anterior).

Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que, ambas as situações evidenciavam uma tendência semelhante no início da série em análise, não obstante, em 2020, os trabalhadores em suspensão

temporária de trabalho terem registado um acréscimo bastante mais expressivo (mais 1706%, passando de 654 para cerca de 11,8 mil) quando comparado com os trabalhadores com redução de horário de trabalho (que aumentaram 133,8%, passando de 3,2 mil para 7,5 mil).

Figura 106. Beneficiários com prestações de Lay-off, por tipologia



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

Relativamente a 2022, e em termos homólogos, constata-se uma inversão deste comportamento, com a quebra acentuada do número de trabalhadores em suspensão temporária de trabalho, que diminuíram 72,5%, passando de 16,2 mil beneficiários para 4,4 mil. Quanto aos trabalhadores com redução de horário de trabalho (17,2 mil), que representaram cerca de 84,5% do total de beneficiários de prestações de lay-off em 2022, o seu número aumentou cerca de 5%, tendo abrangido mais 815 beneficiários face ao ano anterior.

2.4.3. Despedimentos coletivos

Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT)⁴³, em 2022, foram comunicados 330 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3 mil trabalhadores despedidos⁴⁴ (menos 19,3% face a 2021). Relativamente ao ano anterior, em 2022, constatou-se um decréscimo de 1,8% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a menos 6 despedimentos.

⁴³ Dados consultados em março de 2023.

⁴⁴ Inclui trabalhadores despedidos no âmbito de procedimentos iniciados em 2022 que só foram objeto de decisão em 2023.

Quanto ao número de despedimentos coletivos por dimensão de empresa, verifica-se que, em 2022, as pequenas empresas e as microempresas concentraram mais de metade dos despedimentos coletivos comunicados, com 40% e 39%, respetivamente, o que correspondeu a 133 pequenas empresas e 129 microempresas. Quanto ao número de trabalhadores despedidos, estes provinham sobretudo das médias e pequenas empresas, categorias que representaram, cada uma, cerca de 33% do total de despedimentos.

Figura 107. Despedimentos coletivos comunicados por tipologia de empresa, em 2022

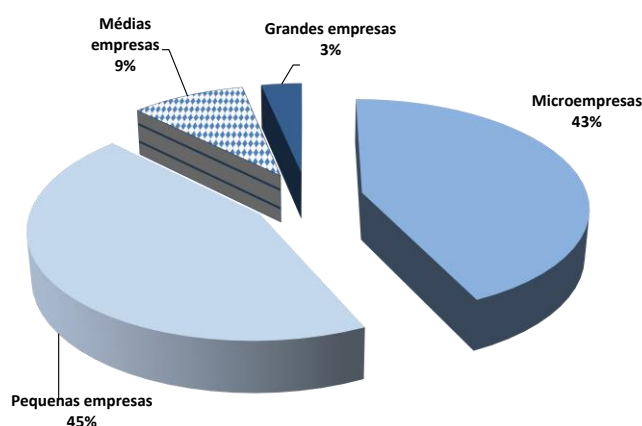
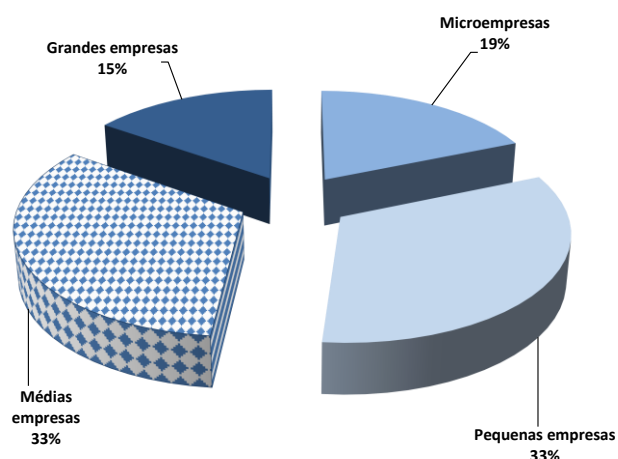


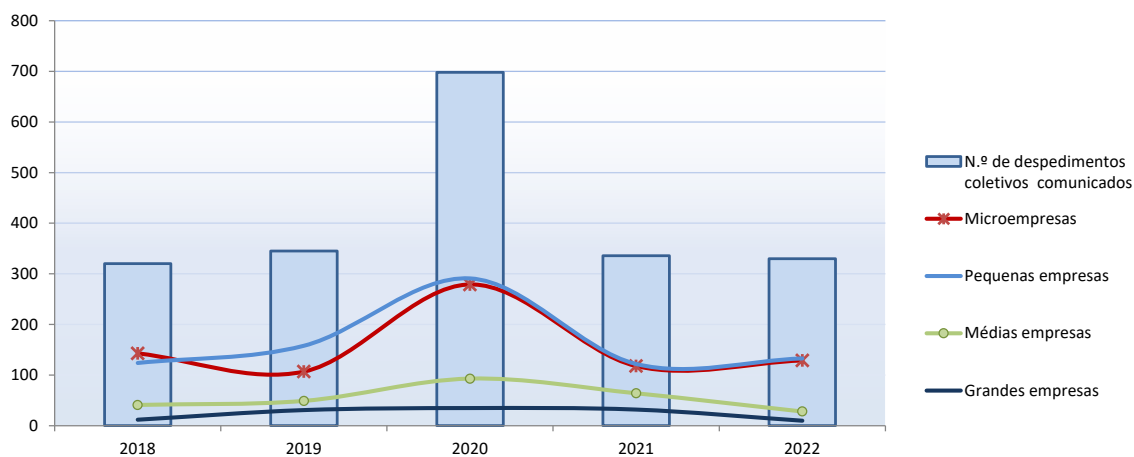
Figura 108. Trabalhadores despedidos por tipologia de empresa, em 2022



Fonte: DGERT, Relatório anual

De salientar que, este decréscimo, em 2022 face a 2021, se repercutiu pelas médias e grandes empresas, com quebras na ordem dos 56% e 69%, respetivamente, uma vez que as pequenas e as microempresas evidenciaram variações positivas, ambas com cerca de 9%.

Figura 109. Evolução do número de despedimentos coletivos por tipologia de empresa

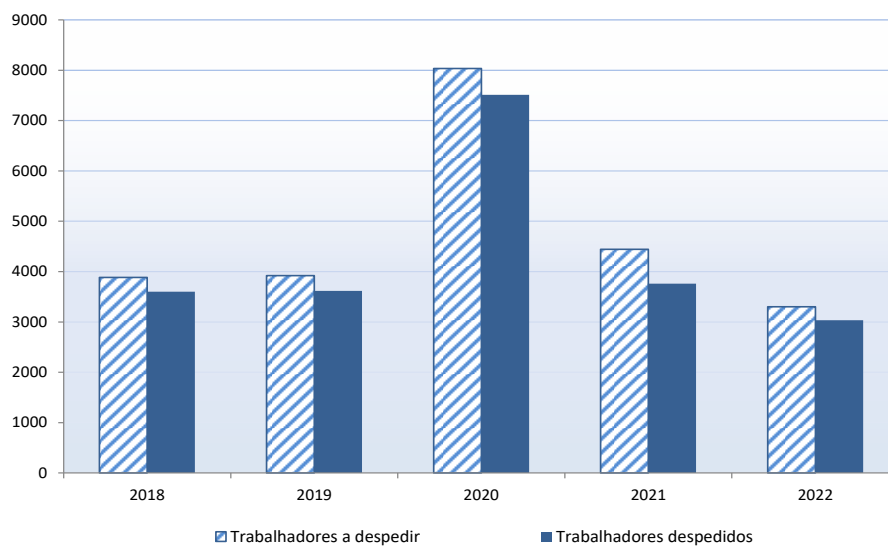


Fonte: DGERT, Relatório anual

Por outro lado, a análise do último quinquénio, evidencia um aumento bastante expressivo em 2020, ano em que se atingiu o expoente máximo do período em análise, com 698 despedimentos coletivos comunicados, tendo esse valor decrescido, posteriormente, para valores anteriores a 2020.

De referir que, em 2022, o número de trabalhadores a despedir abrangeu mais de 3,3 mil trabalhadores, não obstante, na prática se terem efetivado cerca de 3 mil despedimentos, 59 revogações⁴⁵ e 211 trabalhadores foram abrangidos por outras medidas⁴⁶.

Figura 110. Total de trabalhadores a despedir e total de trabalhadores despedidos



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

⁴⁵ Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

⁴⁶ Suspensão de contratos de trabalho, redução de períodos normais de trabalho, reconversão ou reclassificação profissional e reformas antecipadas ou pré-reformas.

3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

3.0. Nota introdutória

Este capítulo analisa a estrutura empresarial e do emprego nas empresas, tendo como fontes principais os dados de natureza administrativa dos *Quadros de Pessoal* (QP), do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a informação proveniente do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE. O número total de empresas difere entre as fontes consideradas já que os QP consideram as empresas com pessoal ao serviço (empresas que preenchem o *Anexo A* do *Relatório Único*), enquanto que o SCIE, que resultou de um processo de integração da informação estatística sobre empresas baseado em dados administrativos, inclui também empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes), recebidos por via do protocolo estabelecido entre o INE e a AT, e outra informação proveniente do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE.

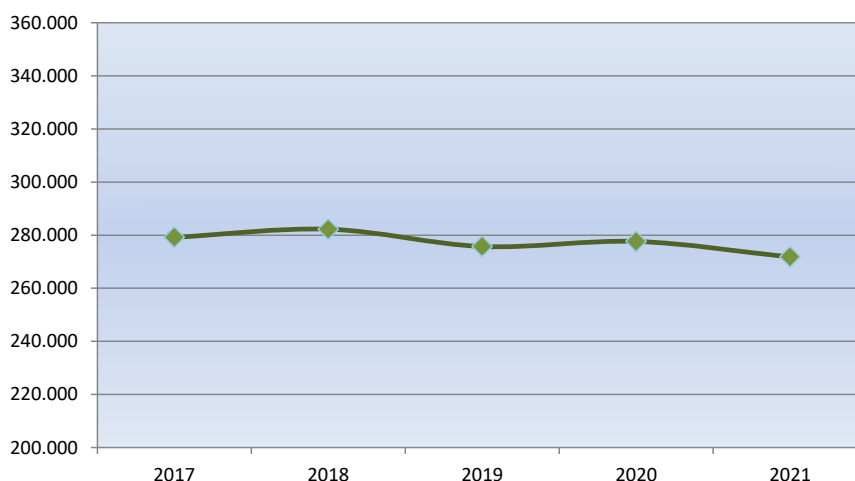
Nas três primeiras secções do capítulo analisa-se a estrutura empresarial, o emprego nas empresas e trabalhadores estrangeiros nas empresas, com base nos *Quadros de Pessoal* procedendo-se depois à análise da estrutura empresarial e do emprego por nível de tecnologias recorrendo aos dados do SCIE.

Na última secção do capítulo procede-se à análise da sinistralidade e do absentismo laboral. No primeiro caso a fonte utilizada foi a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS. Na análise do absentismo apenas se identificaram dados para o absentismo motivado por baixas por doença, publicados nas Estatísticas da Segurança Social do MTSSS.

3.1. Estrutura empresarial

Em 2021, responderam aos *Quadros de Pessoal*⁴⁷ 271,8 mil empresas, menos cerca de 5,8 mil empresas do que em 2020. Não obstante uma ligeira subida em 2018, o número de empresas tem vindo a apresentar uma trajetória de decréscimo nos últimos anos.

Figura 111. Evolução do número de empresas



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

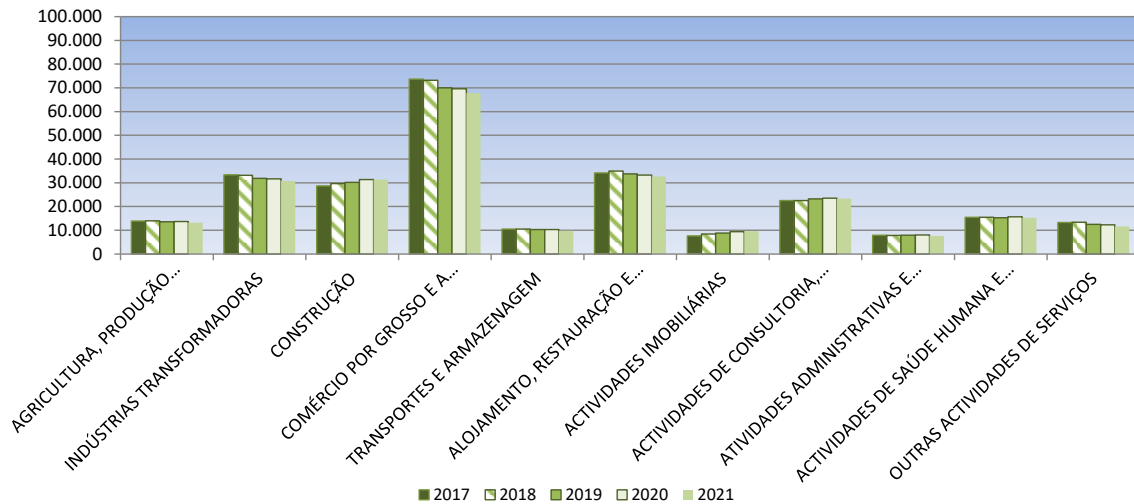
3.1.1. Por setores de atividade

Entre 2020 e 2021, esta quebra do número de empresas repercutiu-se praticamente por todos os setores. Com efeito, este decréscimo ficou a dever-se, principalmente, ao setor do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (menos 1,8 mil empresas), logo seguido pelas *Indústrias Transformadoras* (menos 897 empresas), pelo *Alojamento, Restauração e similares* (menos 655 empresas), por *Outras Atividades de serviços* (menos 654 empresas), pela *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; Silvicultura e exploração florestal* (menos 492 empresas) e pelos *Transportes e armazenagem* (menos 467 empresas).

Por outro lado, os únicos setores de atividade que registaram aumentos, em 2021, face ao período homólogo, foram as *Atividades imobiliárias* (mais 224 empresas), as *Atividades de informação e comunicação* (mais 90 empresas) e as *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (mais 10 empresas).

⁴⁷ Últimos dados disponíveis à data.

Figura 112. Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

A análise do último quinquénio, evidencia que, entre 2017 e 2021, o número de empresas no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* diminuiu de forma expressiva (menos cerca de 5,8 mil empresas), seguido do setor das *Indústrias transformadoras* e do setor das *Outras atividades de serviços* que apresentaram igualmente diminuições significativas (menos 2,5 mil e menos 1,7 mil, respetivamente). Ao contrário destes setores, o da *Construção*, o das *Atividades imobiliárias* e o das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* registaram os maiores acréscimos no período em análise (com mais 2,7 mil, mais 2 mil e mais 811, respetivamente).

3.1.2. Por dimensão da empresa

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente inalterável ao longo dos últimos cinco anos. Assim, em 2021, as empresas com até 9 trabalhadores representavam 82,5% do total, as empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, 14,5%, as empresas com entre 50 e 99 trabalhadores, 1,7% e as empresas com 100 ou mais trabalhadores, 1,3%. Contudo, tem-se verificado um ligeiro decréscimo na percentagem de empresas com até 9 trabalhadores (cujo peso diminuiu 1,3 p.p. desde o início da série em análise) a favor sobretudo das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores (cujo peso cresceu 1 p.p.).

Os setores com maior peso de empresas no escalão até 9 trabalhadores (mais de 90%) continuavam a ser as *Atividades imobiliárias*, as *Outras atividades de serviço*, bem como o subsetor da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal*.

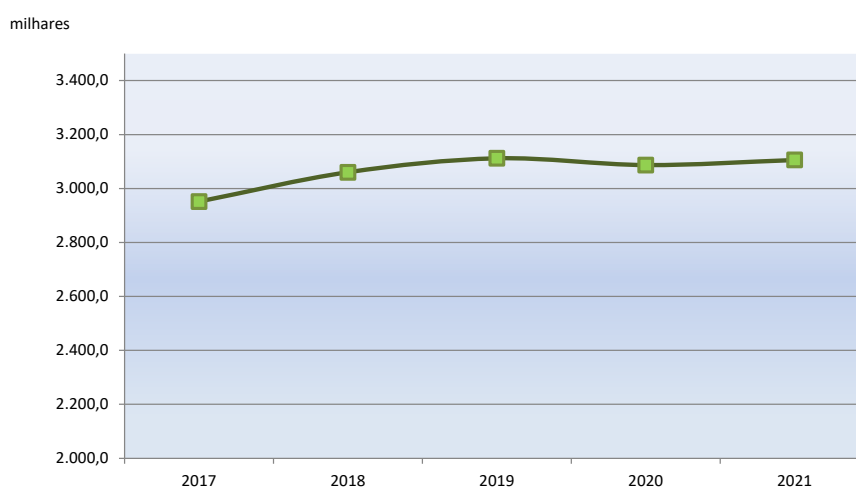
No segmento das empresas com entre 10 a 49 trabalhadores, destacava-se, para além do setor da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, o setor das *Indústrias extrativas*, o das *Indústrias transformadoras* e ainda o subsetor da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas*.

Nos escalões de empresas com 50 e mais trabalhadores evidenciam-se os subsetores do *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*, da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas* e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*.

3.2. Emprego nas empresas

Segundo os *Quadros de Pessoal*, em 2021, havia 3.105,9 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, mais cerca de 18,7 mil do que no ano anterior. De salientar que, em 2021, o número de trabalhadores ao serviço das empresas era já bastante superior ao registado em 2017 (mais cerca de 154,5 mil trabalhadores).

Figura 113. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

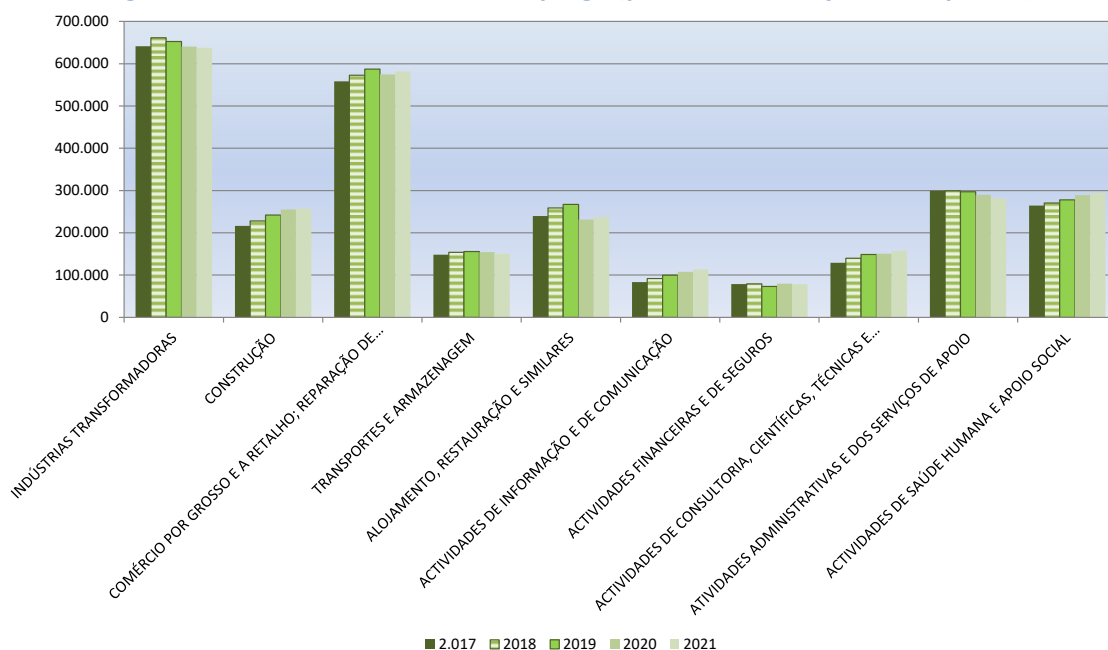
3.2.1. Por setores de atividade

Os setores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nas empresas) não sofreram grandes alterações desde o início da série. Em 2021, as *Indústrias Transformadoras* mantinham-se como o setor mais representativo (20,5% do total dos trabalhadores). Seguiam-se os setores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (18,7%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (9,5%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (9,1%), a

Construção (8,3%) e o *Alojamento, restauração e similares* (7,6%). De notar que, o peso de todos estes setores manteve-se quase inalterado em termos homólogos.

Entre 2020 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou em grande parte dos setores de atividade, em particular no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motocicletas* (mais 6,7 mil), nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 6,6 mil), no *Alojamento, restauração e similares* (mais 6,2 mil), nas *Atividades de informação e de comunicação* (mais 5,7 mil) e nas *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 5,5 mil).

Figura 114. Estrutura setorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

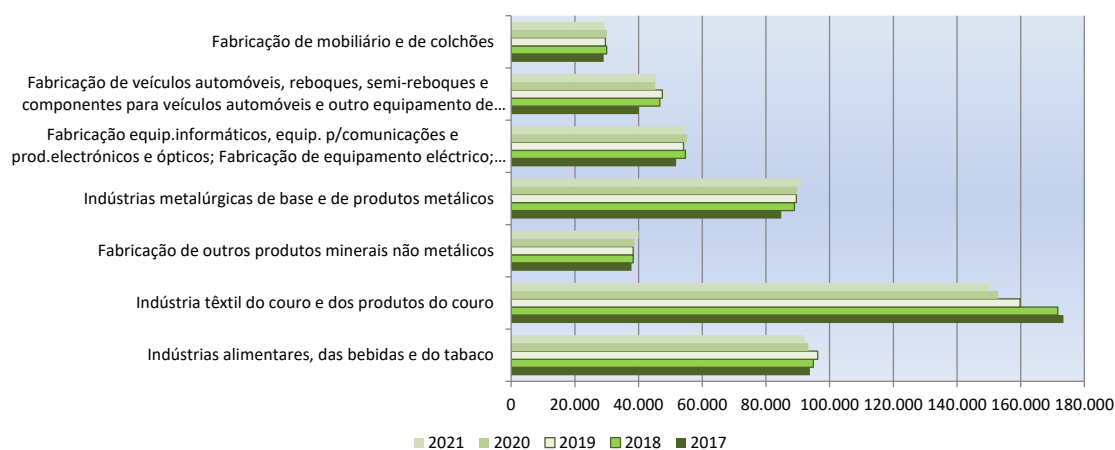
Por outro lado, os setores que apresentaram maiores decréscimos no número de trabalhadores foram o das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (menos 8,6 mil), dos *Transportes e armazenagem* (menos 3,7 mil) e o das *Indústrias transformadoras* (menos 2,9 mil).

No último quinquénio, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou em todos os setores mais significativos, nomeadamente no da *Construção* (mais 41,2 mil), no das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 30,1 mil trabalhadores), no das *Atividades de informação e de comunicação* (mais 30 mil), no das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 27,9 mil) e no do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motocicletas* (mais 23,3 mil).

Entre 2020 e 2021, e no que se refere aos subsetores das *Indústrias transformadoras* mais representativos em termos de número de trabalhadores, o emprego decresceu sobretudo nos subsetores da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro* (menos 2,7 mil trabalhadores), das *Outras indústrias transformadoras*

(menos 1,5 mil trabalhadores) e das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 1,3 mil trabalhadores). Pelo contrário, o número de trabalhadores cresceu nos subsetores da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (mais 1,4 mil trabalhadores), das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (mais 1,2 mil trabalhadores), e da *Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos* (mais 1,1 mil trabalhadores).

Figura 115. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras

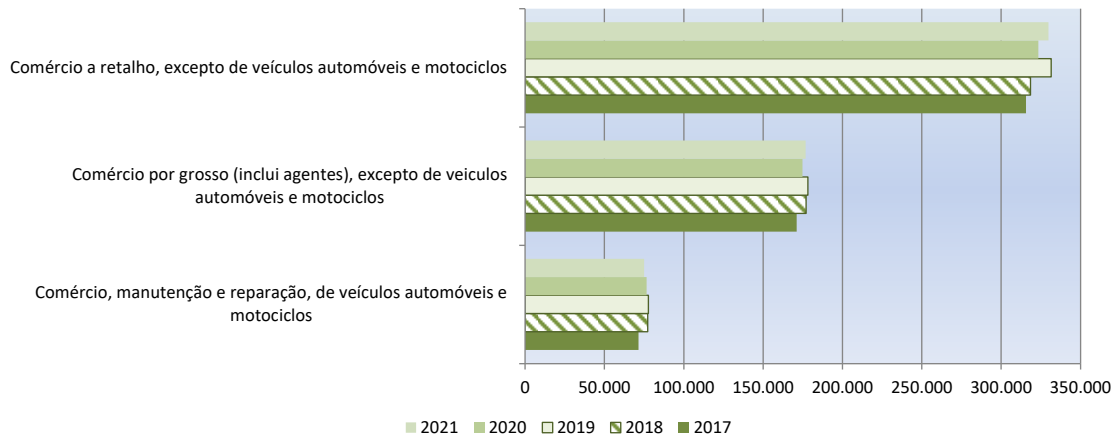


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Considerando os últimos cinco anos, em 2021, o número de trabalhadores era superior ao registado em 2017 em quase todos estes subsectores, exceto nos subsectores da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro* (menos 23,2 mil trabalhadores) e das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 1,7 mil trabalhadores). Os restantes subsectores, no espaço de um quinquénio, aumentaram o número dos seus trabalhadores, em particular o subsector das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (mais 6,2 mil trabalhadores), o da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transportes* (mais 5,4 mil trabalhadores), o da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; Fabricação de equipamento eléctrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos* (mais 2,3 mil trabalhadores) e o da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (mais 2,3 mil trabalhadores).

Considerando o setor do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos*, entre 2020 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço aumentou em todos os subsectores, com exceção do *Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos* (menos 1,5 mil trabalhadores). Relativamente ao início da série em análise, o emprego cresceu em todos os subsectores com destaque para o subsector do *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* (mais 14,1 mil pessoas).

Figura 116. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos subsectores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

3.2.2. Por dimensão de empresas

Em 2021, as empresas com 100 e mais trabalhadores continuavam a empregar mais de 40% do total dos trabalhadores (42,9%) tendo esta percentagem aumentado levemente relativamente a 2020, à custa das empresas de 1 a 9 trabalhadores. Entre 2017 e 2021, a percentagem de trabalhadores das empresas com 100 e mais trabalhadores no total dos trabalhadores registou um acréscimo de 1,6 p.p., ao contrário das empresas com entre 1 a 9 trabalhadores, onde o peso do emprego decresceu 1,6 p.p.

Os setores que reuniam maior percentagem de trabalhadores no escalão de empresas até 9 trabalhadores eram as *Atividades imobiliárias, a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e o subsector do *Comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos*.

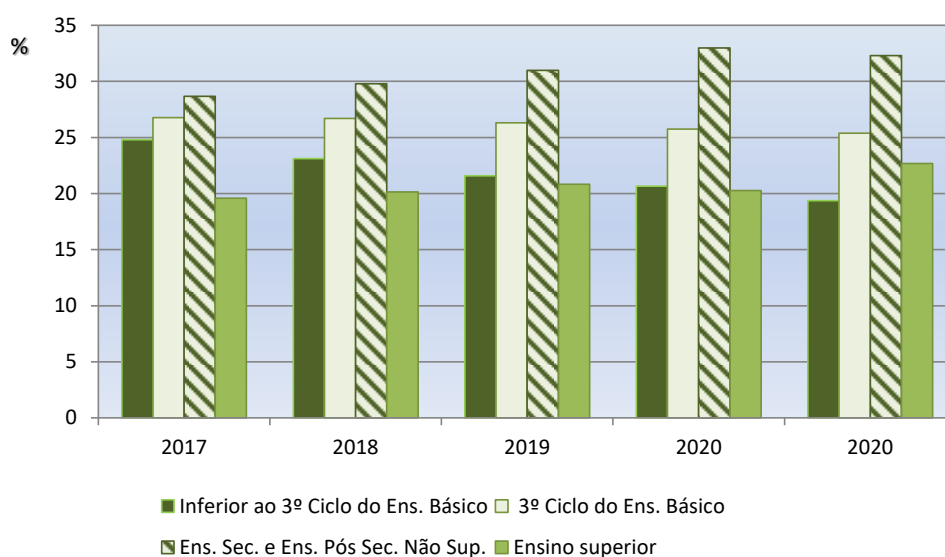
No segmento das empresas entre os 10 e os 49 trabalhadores destacava-se o peso do emprego nos setores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, das Indústrias extrativas* e no subsector da *Pesca e aquicultura*.

No escalão de empresas com 100 ou mais trabalhadores, sublinhe-se o setor das *Atividades administrativas e serviços de apoio*, e ainda os subsectores, da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte, das Telecomunicações* e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*.

3.2.3. Por níveis de habilitação e de qualificação

Em 2021, os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior constituíam 32,3% dos TCO, os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico 25,4%, os trabalhadores com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, 19,4% e os trabalhadores com o ensino superior, 22,7%. Relativamente ao período homólogo, o único escalão de habilitações que cresceu, percentualmente, foi o dos TCO com o ensino superior (mais 2,4 p.p.).

Figura 117. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitação



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2017 e 2021, a estrutura de habilitações dos TCO alterou-se consideravelmente. Em 2017, os TCO com habilitações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico constituíam 24,8% do total e o peso do emprego diminuía sobretudo nos TCO com um nível de habilitações mais elevado. Em 2021, o nível de habilitações com menor peso no total dos TCO são os habilitados com menos que o 3º ciclo do ensino básico. Ao longo do período em análise, a categoria que mais aumentou foi a dos TCO habilitados com o ensino secundário e pós-secundário não superior (mais 3,6 p.p.), logo seguido pela categoria de TCO com o ensino superior (3,1 p.p.).

Relativamente à estrutura dos TCO por nível educativo e por setores de atividade, em 2021, 47,8% dos trabalhadores do subsetor da *Pesca e aquacultura* e 43,2% dos trabalhadores do subsetor da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* tinham menos do 3º ciclo do ensino básico. O setor do *Alojamento, restauração e similares*, da *Construção*, da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e os subsectores das *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos*, do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* e da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos*

serviços relacionados; Silvicultura e exploração florestal tinham as percentagens mais elevadas de TCO com o 3º ciclo do ensino básico.

Em contrapartida, nos setores das *Atividades de informação e comunicação, das Atividades financeiras e dos seguros, das Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares* e da *Educação*, bem como nos subsetores da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços de informação* e das *Atividades de edição, cinematográficas, vídeo, produção de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão*, mais de 58% dos TCO tinham o ensino superior.

Entre 2017 e 2021, o peso dos TCO com o ensino superior aumentou na maioria dos setores de atividade, em particular nos setores das *Atividades de informação e comunicação, da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, nas Atividades financeiras e de seguros, nas Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares* e na *Educação*.

A estrutura do emprego por níveis de qualificação manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos continuavam a ser os grupos de Profissionais qualificados, semiquualificados e não qualificados. Entre 2017 e 2021, as categorias profissionais que mais cresceram foram a dos Profissionais não qualificados, dos Quadros Superiores e dos Profissionais altamente qualificados.

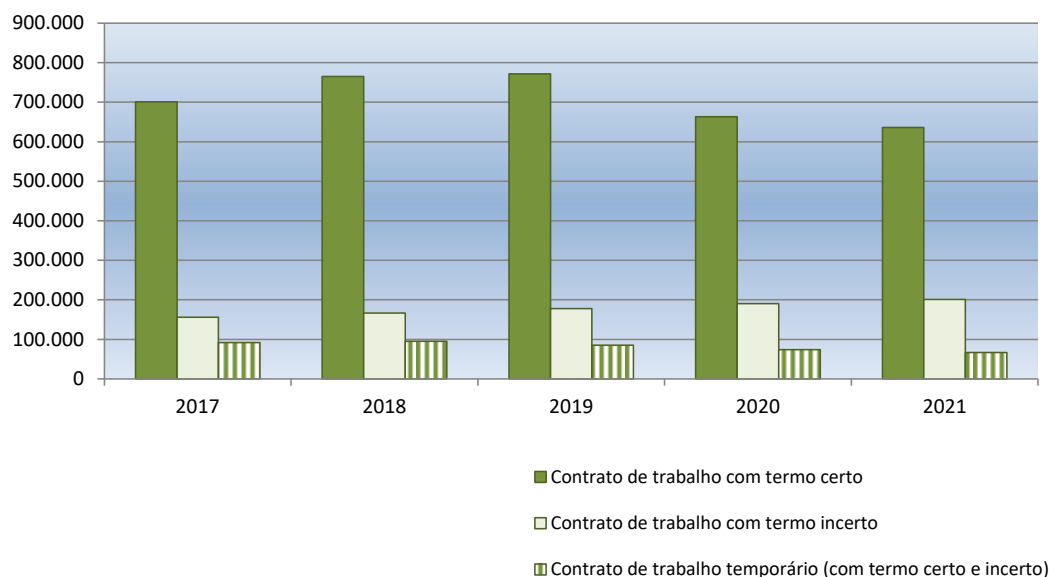
Ainda segundo os dados dos Quadros de Pessoal, em 2021, 82,7% dos Quadros Superiores e 65,2% dos Quadros Médios tinham o ensino superior. No que respeita aos Profissionais altamente qualificados, 75,9% possuía o ensino secundário ou mais. Nas categorias de Profissionais qualificados, semiquualificados e não qualificados mais de 50% dos trabalhadores tinham entre 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e pós-secundário não superior.

3.2.4. Por tipo de contrato

Em 2021, 2.004,3 mil trabalhadores tinham contratos de trabalho sem termo, representando 68,6% do total dos TCO e 904,8 mil tinham contratos com termo (31%). Entre 2020 e 2021, o número de TCO aumentou relativamente ao número de contratados sem termo, que cresceu cerca de 2,3% (mais 44,5 mil contratados sem termo) pelo que o peso dos contratados sem termo no total de TCO aumentou.

No que se refere aos TCO com contratos com termo, que diminuíram 4,1% (menos 38,2 mil contratos), 70,3% tinham contratos de trabalho com termo certo e 22,2% tinham contratos de trabalho com termo incerto. Os contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto) representavam 7,3%.

Figura 118. Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2017, em 2021, o peso dos contratados a termo cresceu em quase todas as categorias, com exceção dos Contrato de trabalho com termo certo e dos Contratos de trabalho temporário com termo certo, que evidenciaram um decréscimo, apesar de muito pouco expressivo (menos 4 p.p. e menos 1 p.p., respetivamente).

3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2021, no escalão etário até aos 24 anos, os contratados a termo representavam 58,7% dos TCO e no escalão dos 25 aos 34 anos, 41,1%. Já no escalão dos 35 anos aos 54 anos, os contratados sem termo constituíam 74,5% e, no escalão dos 55 e mais anos, 79,7%. Em todos os escalões etários, o peso dos contratados sem termo aumentou, relativamente ao ano anterior, em particular no grupo etário até aos 24 anos (mais 2,2 p.p.).

Analisando a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário, no último quinquénio, constata-se que, em todos os escalões etários, os contratados com termo que evidenciavam uma tendência de aumento gradual nos últimos anos, em 2021, apresentaram uma inflexão dessa trajetória, com uma diminuição que se repercutiu por todos os grupos etários, sobretudo no dos mais jovens.

Figura 119. Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato

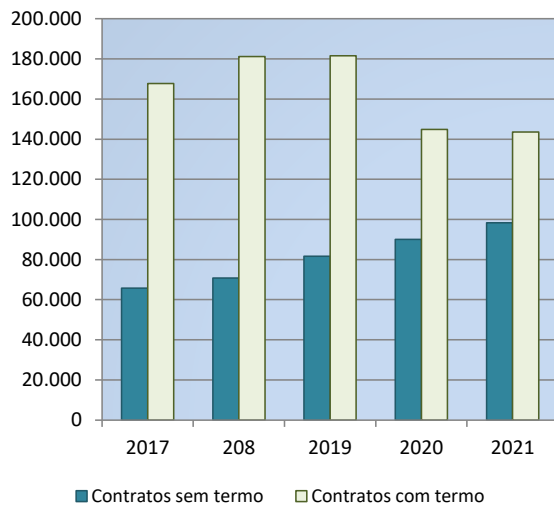


Figura 120. Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato

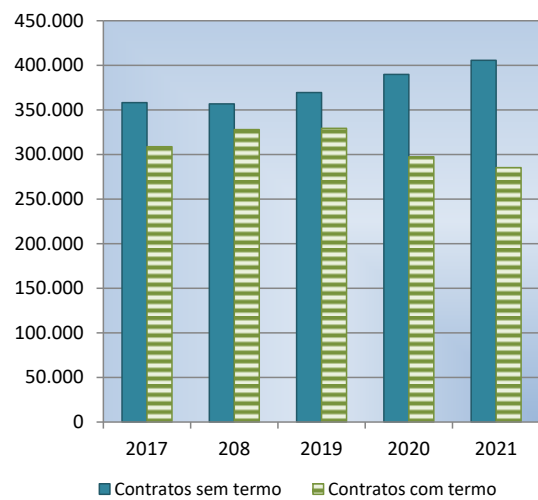


Figura 121. Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato

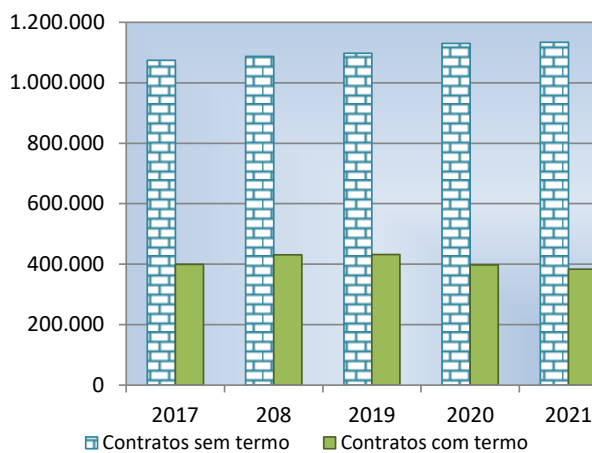
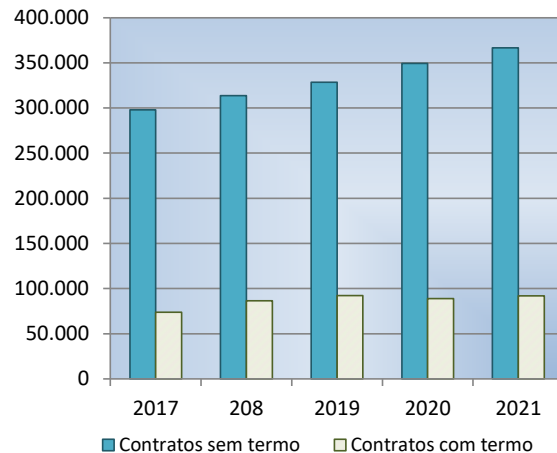


Figura 122. Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

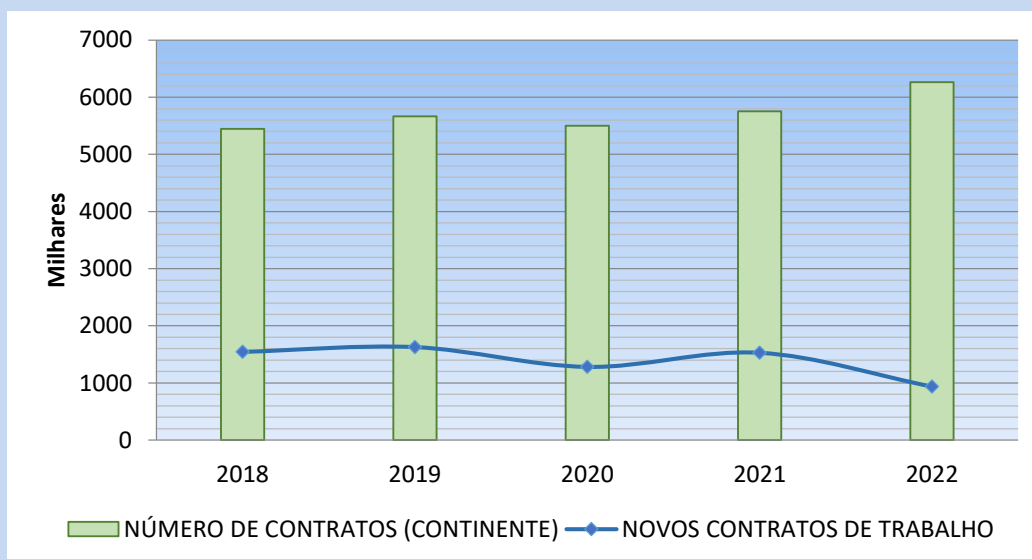
Quanto aos contratados sem termo, a tendência de subida progressiva que se vinha registando nos últimos anos, em todos os escalões de idades, manteve-se em 2021 e foi mais expressiva, em termos absolutos, no grupo etário dos 55 e mais anos.

CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL

Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2022 estavam registados 6.261,5 mil contratos de trabalho⁴⁸. Destes, 938 mil, ou seja 15%, eram novos contratos⁴⁹. Entre 2021 e 2022 o número de contratos registados na segurança social evidenciou uma subida de 8,8%, embora o número de novos contratos tenha apresentado uma diminuição na ordem dos 38,6%.

Entre 2018 e 2022, o número de contratos registados na segurança social aumentou cerca de 15%. Pelo contrário, o número de novos contratos evidenciou um decréscimo expressivo (menos 39,3%). Por outro lado, apesar do número total de contratos apresentar, nos últimos anos, uma tendência de ligeira subida, à exceção do ano de 2020, o número de novos contratos tem registado valores com pouca oscilação ao longo do período em análise, não obstante a quebra verificada em 2022.

Figura 123. Evolução do número de contratos e do número de novos contratos de trabalho registados na Segurança Social



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

⁴⁸ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

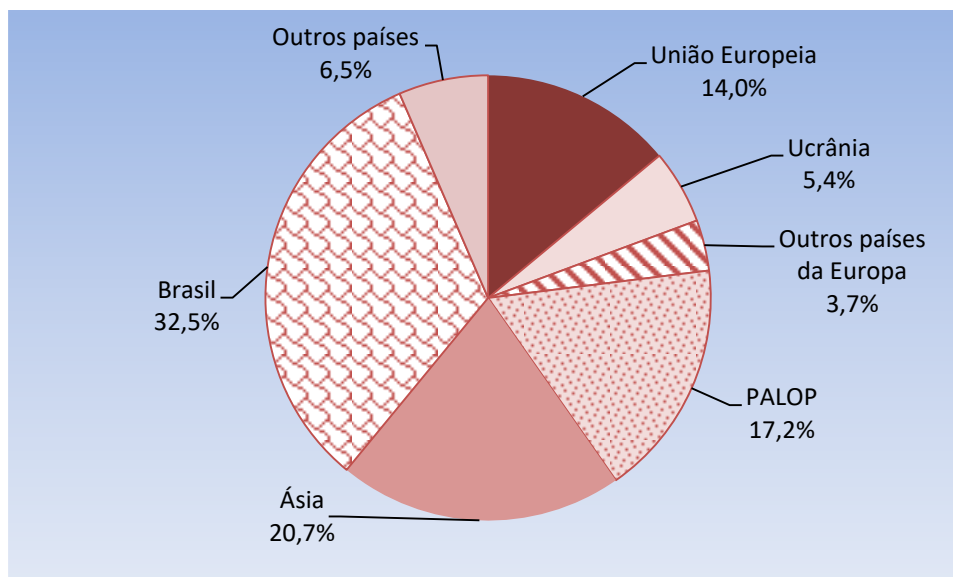
⁴⁹ Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2021, havia cerca de 237,1 mil estrangeiros nas empresas no Continente, dos quais 228,5 mil (96,4%) eram trabalhadores por conta de outrem e 8,2 mil eram empregadores, representando 3,4% do total de estrangeiros. Relativamente a 2020, os TCO estrangeiros aumentaram cerca de 4,9% (mais 10,8 mil pessoas) enquanto os empregadores diminuíram cerca de 0,8% (menos 69 empregadores).

Considerando esta população por nacionalidade, em 2021, cerca de 32,5% dos estrangeiros nas empresas, no Continente, provinha do Brasil, 20,7% da Ásia, 17,2% dos PALOP, e 14% da União Europeia.

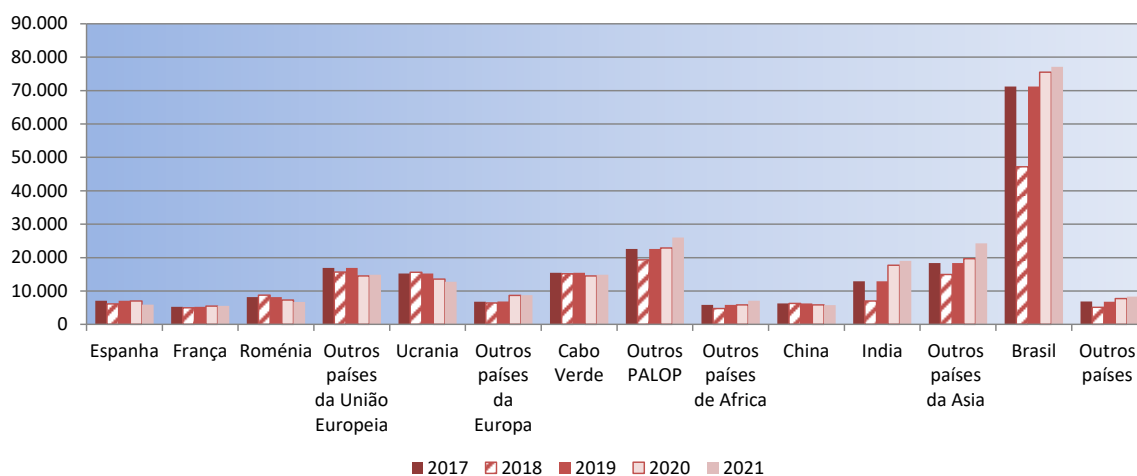
Figura 124. Estrangeiros nas empresas por nacionalidade em 2021



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2020 e 2021, no Continente, o número total de estrangeiros nas empresas, apesar de ter aumentado 4,7%, não se repercutiu de igual forma no que respeita às diversas nacionalidades. Com efeito, as nacionalidades com maior peso no total de estrangeiros registaram, na sua maioria, decréscimos, em particular a Espanha (menos 15,6%), a Roménia (menos 7,8%) e a Ucrânia (menos 6,1%). Por outro lado, verificou-se um aumento no que respeita aos oriundos do Brasil (mais 1,6 mil pessoas) e da Índia (mais 1,3 mil pessoas).

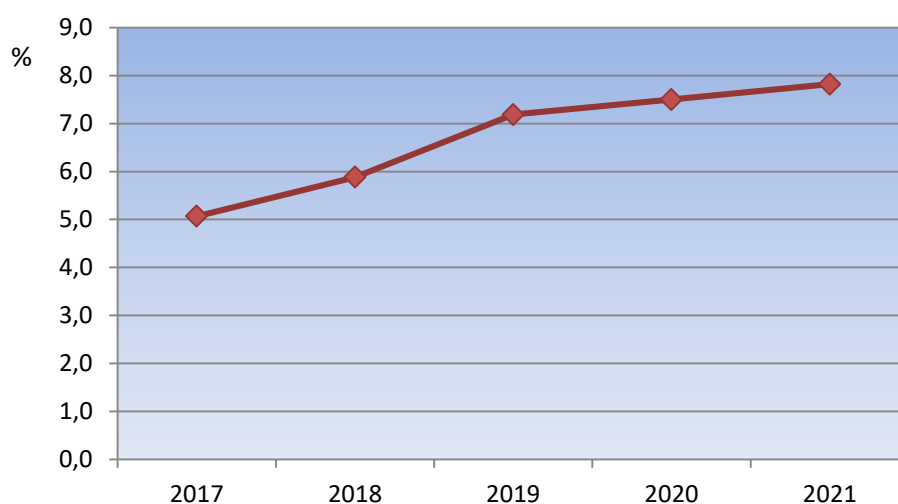
Figura 125. Evolução do número de estrangeiros nas empresas por nacionalidade



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2021, no Continente, os TCO estrangeiros representavam cerca de 7,8% do total dos TCO. No último quinquénio, entre 2017 e 2021, o número de TCO estrangeiros nas empresas aumentou de forma progressiva, pelo que, em 2021, havia mais 88,2 mil TCO estrangeiros nas empresas do que em 2017.

Figura 126. Evolução da percentagem de TCO estrangeiros no total dos TCO

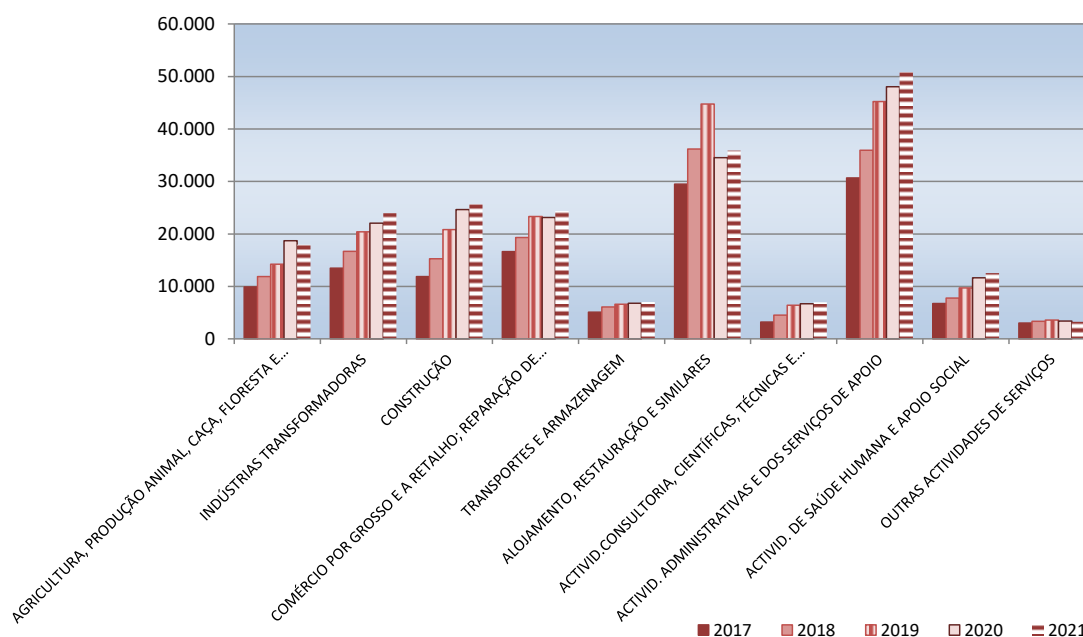


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

No que se refere à sua distribuição por setores de atividade, em 2021, 22,2% destes estrangeiros trabalhava no setor das *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio*, logo seguido pelo setor do *Alojamento, restauração e similares* (15,7%), da *Construção* (11,2%), do *Comércio por grosso e a retalho* (10,7%) e das *Indústrias Transformadoras* (10,5%). Relativamente ao ano anterior, o número de TCO estrangeiros aumentou em todos os setores de atividade, com exceção do setor da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* que registou uma quebra de cerca de 4%, com menos 752 TCO estrangeiros.

Entre 2017 e 2021, os trabalhadores estrangeiros aumentaram em todos os setores de atividade, sem exceção, tendo esse aumento sido mais expressivo nas atividades em que o seu número era significativo, designadamente nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 20,2 mil pessoas), no setor da *Construção* (cerca de mais 13,8 mil), nas *Indústrias transformadoras* (mais 10,5 mil pessoas), na *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* (mais 8 mil pessoas), no *Comércio por grosso e a retalho* (mais 7,7 mil pessoas) e no *Alojamento, restauração e similares* (mais 6,4 mil pessoas).

Figura 127. Evolução do número de TCO por setor de atividade



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

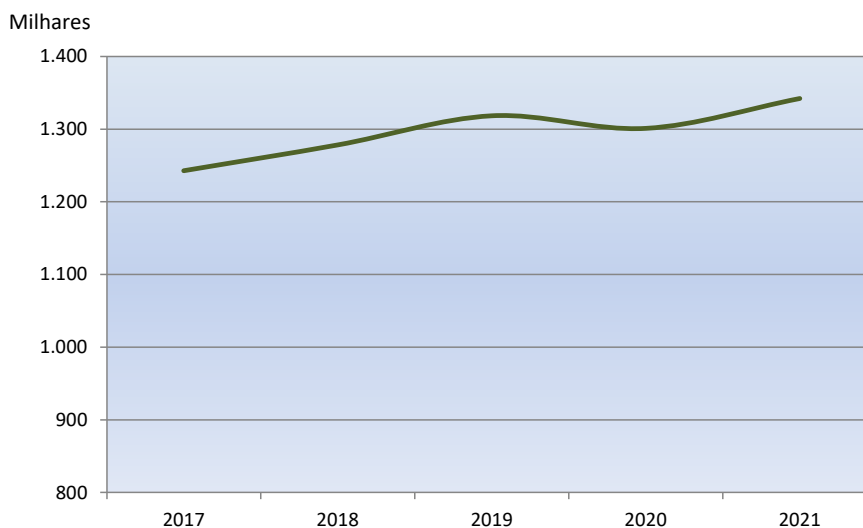
Em 2021, 33,5% dos TCO estrangeiros tinha o ensino secundário ou pós-secundário e 29,7% tinha o 3º ciclo do ensino básico.

3.4. Estrutura Empresarial – Setores intensivos em tecnologia e conhecimento

Neste capítulo do relatório pretende-se analisar a repartição das empresas e do emprego por nível de tecnologia, recorrendo aos dados constantes do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE⁵⁰. Adicionalmente, porque estes dados incluem as empresas individuais (que não respondem ao *Relatório Único*, e, portanto, não constam da análise realizada no capítulo anterior), a informação constante deste *Sistema* permite complementar os dados dos *Quadros de Pessoal* no que se refere à estrutura empresarial e do emprego nas empresas.

Assim, de acordo com os dados do *Sistema de Contas Integradas das empresas*, em 2021⁵¹, existiam no Continente 1.342 mil empresas, mais 3,2%, o que correspondeu a mais cerca de 41,1 mil empresas, face ao ano anterior. Analisando os últimos cinco anos, verifica-se uma tendência de subida do número de empresas, apesar do ligeiro decréscimo em 2020.

Figura 128. Evolução do número de empresas



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

⁵⁰ Dados consultados em março de 2023.

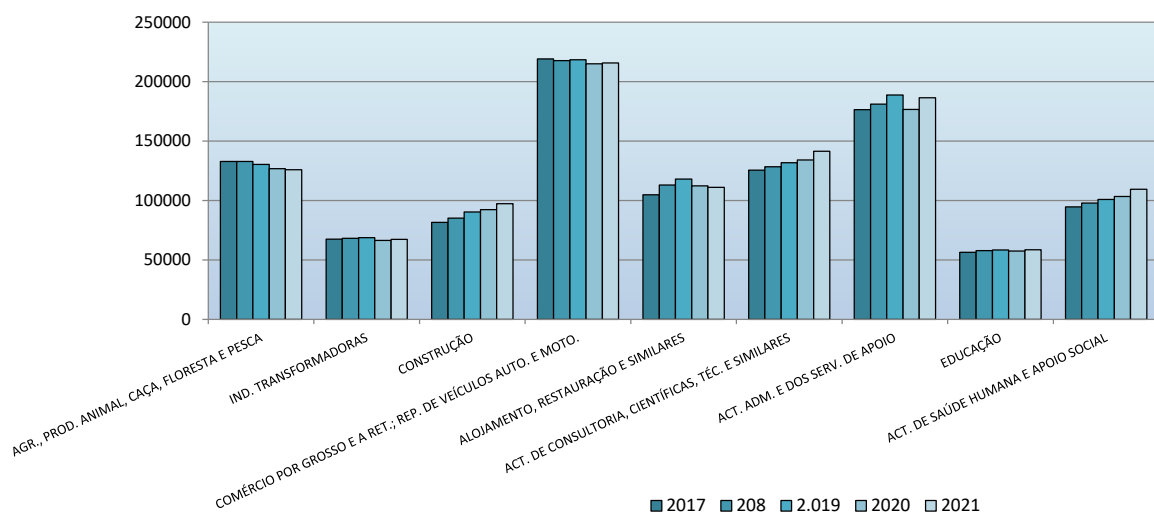
⁵¹ Os últimos dados disponíveis respeitam a 2021.

3.4.1. Por setores de atividade

Tendo em conta os dados do *Sistema de Contas Integradas das Empresas* do INE, em 2021, no Continente, os setores mais significativos em termos da estrutura empresarial eram o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (16,1%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (13,9%), as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (10,5%), a *Agricultura, caça, floresta e pesca* (9,4%) e o *Alojamento, restauração e similares* (8,3%).

Em termos homólogos, em 2021, o número de empresas aumentou consideravelmente nos setores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 9,8 mil empresas), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 7,4 mil), das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 6,1 mil), da *Construção* (mais 5 mil) e das *Atividades imobiliárias* (mais 4,8 mil). Pelo contrário, registou-se um decréscimo do número de empresas nos setores do *Alojamento, restauração e similares* (menos 1,3 mil empresas), da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (menos 907 empresas), da *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (menos 185 empresas) e das *Indústrias extrativas* (menos 19 empresas).

Figura 129. Evolução do número de empresas nos setores de atividade mais significativos



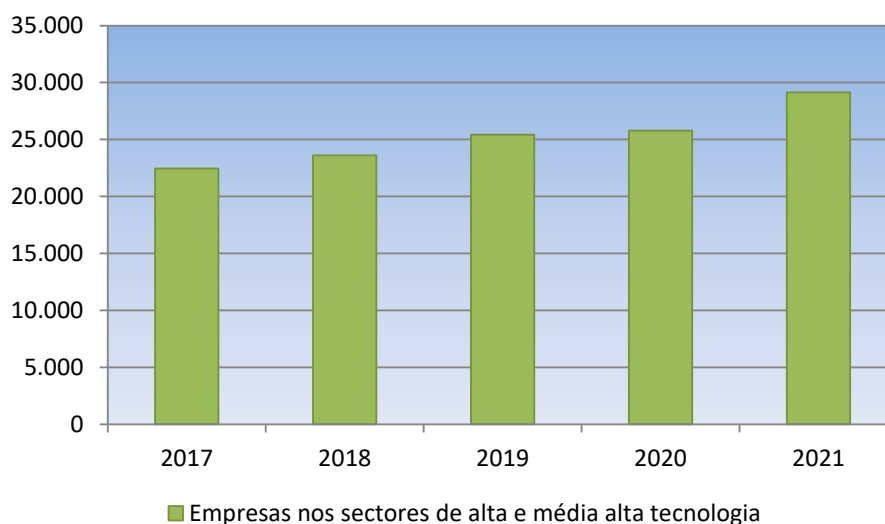
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

De notar que, no decurso do último quinquénio, todos os setores de atividade apresentaram um acréscimo do número das suas empresas, à exceção da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* que registaram variações negativas na ordem dos 5,2% e dos 1,6%, respetivamente, o que se traduziu em menos 6,9 mil empresas no setor agrícola e menos 3,5 mil empresas no setor do comércio.

3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2021, as empresas nos setores de alta e média alta tecnologia⁵² eram cerca de 29,1 mil e representavam cerca de 2,2% do total. Relativamente ao ano anterior, o número destas empresas cresceu 13,1%, mantendo-se, assim, a tendência que se vem verificando nos últimos cinco anos. Deste modo, em 2021, havia cerca de mais 6,7 mil empresas nos setores de alta e média alta tecnologia face ao início da série em análise.

Figura 130. Evolução das empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

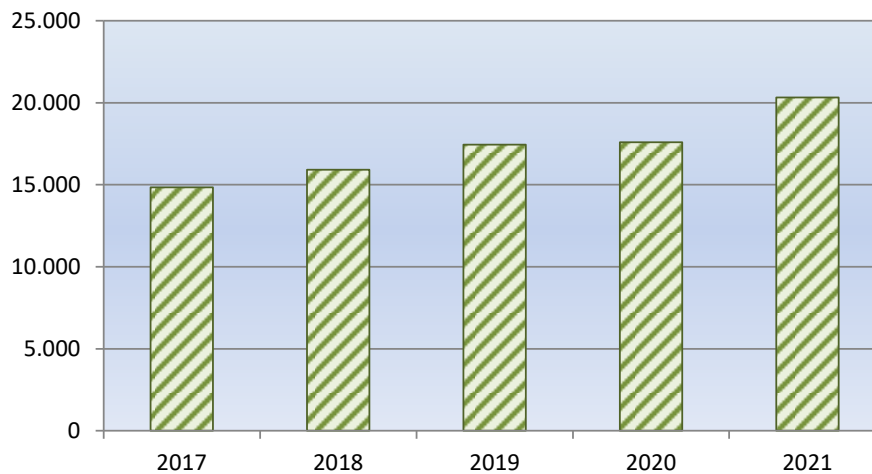
3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Em 2021, as empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)⁵³, eram cerca de 20,3 mil (mais 2,7 mil do que em 2020). Estas empresas de TIC, em 2021, representavam 1,5% do total de empresas.

⁵² Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁵³ Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 131. Evolução das empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

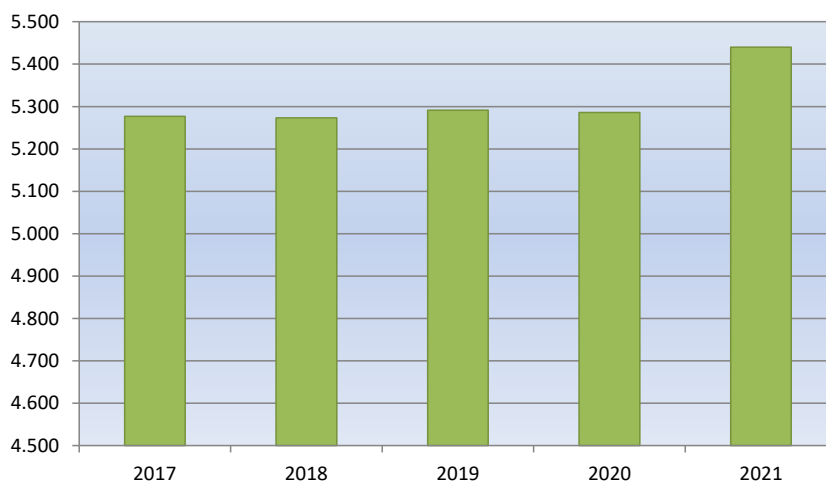
Considerando os últimos cinco anos, o número de empresas com atividades de tecnologia de informação aumentou sempre, pelo que, em 2021, havia mais cerca de 5,5 mil empresas com atividades de TIC do que em 2017. Contudo, o peso desta categoria de empresas no total de empresas não tem sofrido alterações expressivas, tendo passado de 1,2%, em 2017, para 1,5%, em 2021.

3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia

Relativamente ao setor das *Indústrias Transformadoras*, em 2021, no Continente, o número de empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia⁵⁴ somava 5,4 mil e manteve-se praticamente inalterado face ao ano anterior. Estas empresas representavam cerca de 8,1% do total das empresas do setor das *Indústrias Transformadoras*. De salientar que o número destas empresas aumentou nos últimos cinco anos, apesar das ligeiras oscilações verificadas em 2018 e 2020, cujas variações negativas, pouco significativas, se traduziram em menos 4 empresas, em 2018, e menos 5 empresas, em 2020.

⁵⁴ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 132. Evolução das empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

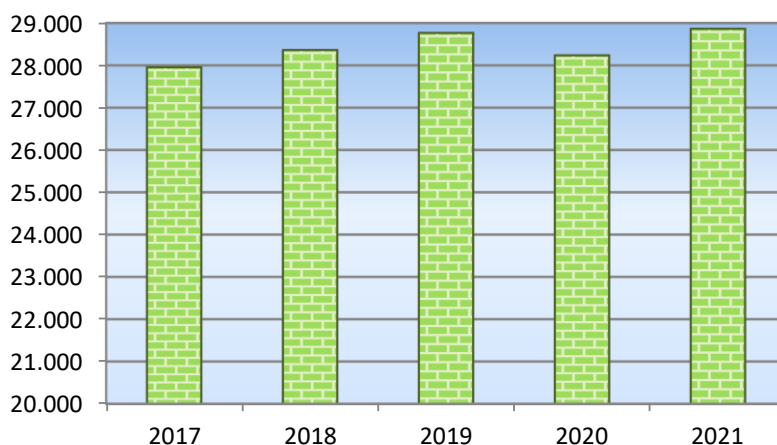


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

Em 2021, as empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados⁵⁵ somavam 28,9 mil e representavam cerca de 41,9% do total de empresas do setor. Relativamente ao ano anterior, o número de empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados teve um aumento de 2,2%, o que correspondeu a mais 628 empresas.

Figura 133. Evolução das empresas das Indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

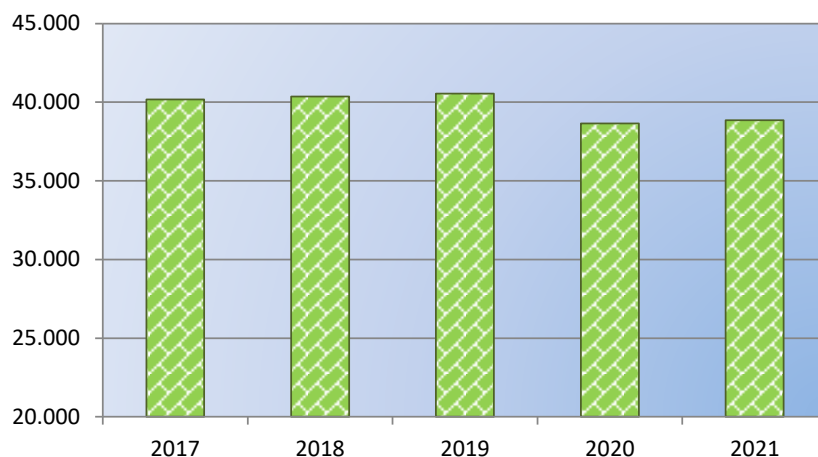
⁵⁵ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Por outro lado, considerando o último quinquénio, o número de empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados aumentou (mais 910 empresas) entre 2017 e 2021, tendo sido acompanhado pelo seu peso, em termos de proporção no total do setor, que, ao longo da série em análise, subiu de forma progressiva.

3.4.1.5. *Indústrias transformadoras de baixa tecnologia*

Quanto às empresas de baixa tecnologia Industrial⁵⁶, em 2021, estas eram cerca de 38,9 mil e representavam 57,4% do total de empresas das *Indústrias Transformadoras*. O seu número subiu 0,5% relativamente a 2020, o que se traduziu em mais 211 empresas. Por outro lado, importa notar que, no decurso da série em análise, o aumento deste tipo de empresas não se traduziu num aumento da sua representatividade no total do sector das *Indústrias Transformadoras*.

Figura 134. Evolução das empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

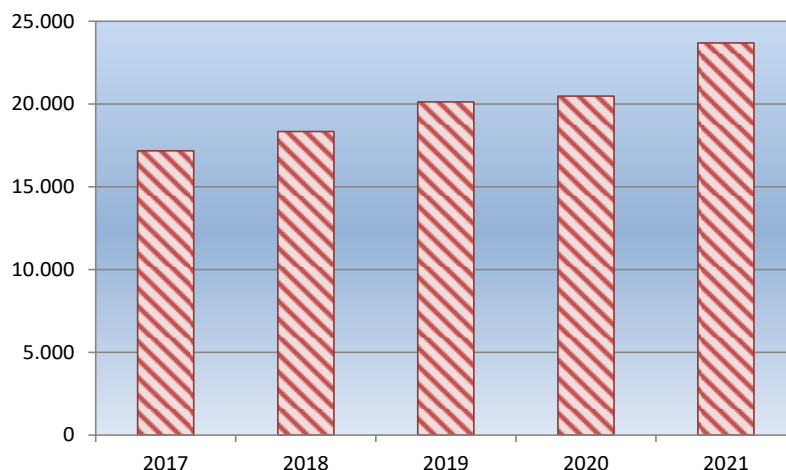
3.4.1.6. *Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia*

Relativamente ao setor dos serviços, as empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁵⁷ totalizavam, em 2021, no Continente, 23,7 mil empresas e constituíam 2,3% do total das empresas do setor. Entre 2020 e 2021, estas empresas cresceram cerca de 15,7%, o que se traduziu em mais 3,2 mil empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

⁵⁶ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁵⁷ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 135. Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



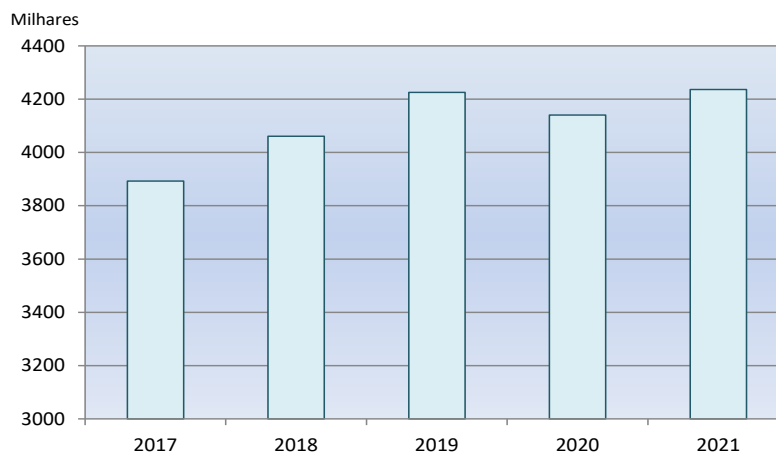
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

As empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia têm vindo a aumentar de forma expressiva nos últimos anos, pelo que, em 2021, havia mais 6,5 mil empresas desta categoria do que no início da série em análise. Em termos percentuais, a proporção de empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, no total dos serviços, tem vindo, igualmente, a aumentar desde 2017.

3.5. Emprego nas empresas – Setores Intensivos em tecnologia e conhecimento

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE, em 2021, havia no Continente 4.236,2 mil pessoas ao serviço nas empresas, mais cerca de 2,3%, o que se traduziu num acréscimo de 96,1 mil pessoas, face ao período homólogo, recuperando-se, assim, os valores de 2019.

Figura 136. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

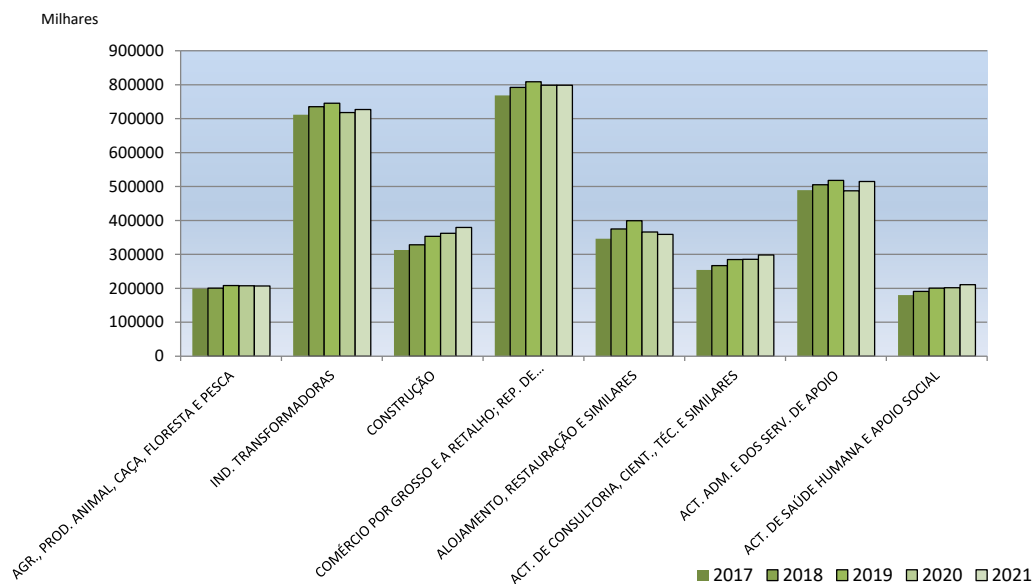
De acordo com os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, o emprego nas empresas tem aumentado, de forma expressiva, nos últimos anos, não obstante, em 2020, ter evidenciado uma diminuição. Com efeito, considerando o quinquénio em análise, constata-se um aumento de 8,8% do pessoal ao serviço nas empresas, ou seja, mais 344 mil pessoas em 2021, face a 2017.

3.5.1. Por setores de atividade

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, e tal como no ano anterior, em 2021, no Continente, o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* era o setor de atividade mais representativo em termos do emprego, representando 18,9% do total das pessoas ao serviço nas empresas. Seguiam-se as *Indústrias Transformadoras* (17,2%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (12,2%), a *Construção* (9%) e o *Alojamento, restauração e similares* (8,5%).

Entre 2017 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou na maioria dos setores mais representativos em termos de emprego, com destaque para os setores da *Construção* (mais 66,7 mil trabalhadores), das *Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 44,5 mil trabalhadores), das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 30,8 mil trabalhadores), do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (mais 30,1 mil trabalhadores), das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 25,5 mil trabalhadores), das *Indústrias Transformadoras* (mais 15,4 mil trabalhadores) e do *Alojamento, restauração e similares* (mais 12,5 mil trabalhadores).

Figura 137. Estrutura setorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)

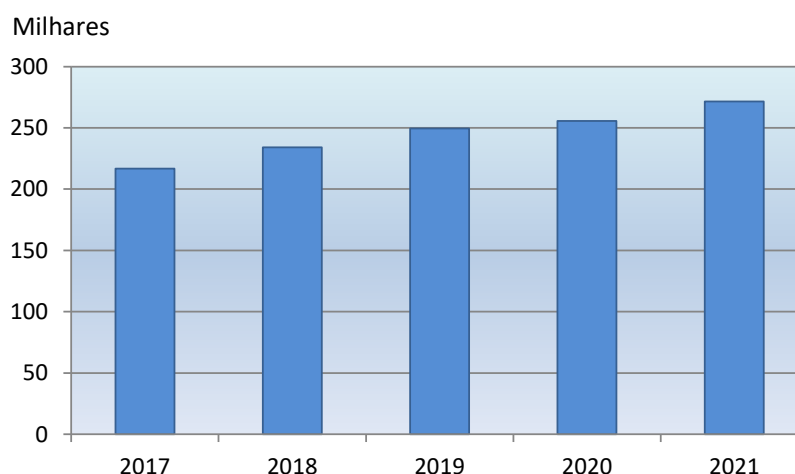


Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2021, no Continente, havia 271,5 mil pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia⁵⁸, que representavam 6,4% do total dos trabalhadores das empresas. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores aumentou 6,3%, o que representou um acréscimo de cerca de 16 mil pessoas, relativamente ao ano anterior.

Figura 138. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Nos últimos anos, entre 2017 e 2021, houve um aumento expressivo e gradual do número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores (mais 54,8 mil trabalhadores).

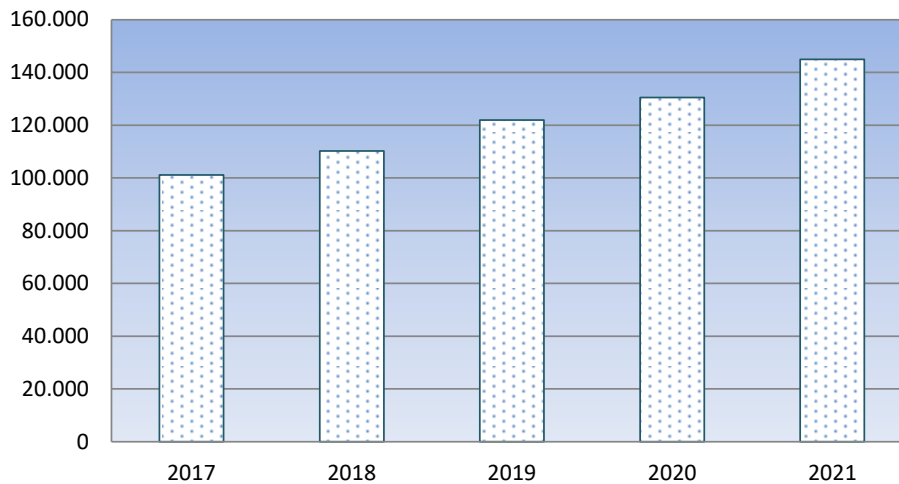
3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Relativamente às pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)⁵⁹, em 2021, no Continente, estas constituíam 144,9 mil (mais 14,5 mil do que em 2020) e representavam 3,4% do total. De referir que, ao longo dos últimos cinco anos, o número de pessoas ao serviço tem vindo a aumentar de forma expressiva, tendo evidenciado um acréscimo de 43,8 mil pessoas, entre 2017 e 2021.

⁵⁸ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁵⁹ Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 139. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

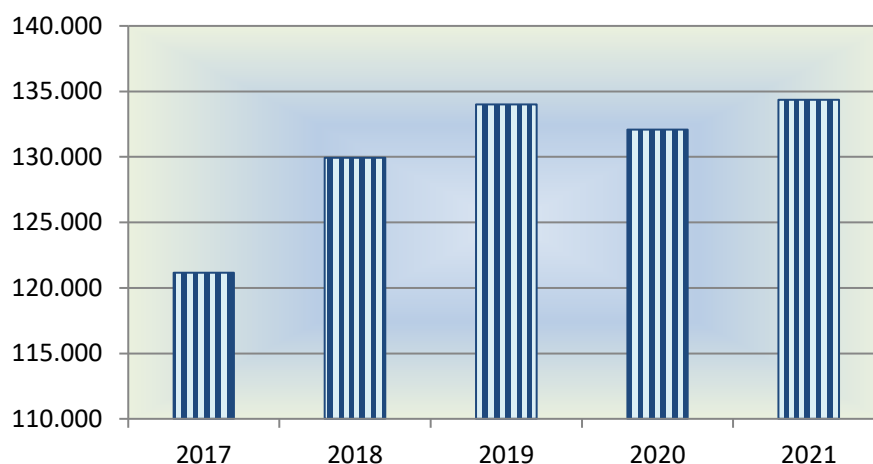


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

No que se refere ao setor das *Indústrias Transformadoras*, em 2021, as indústrias de alta e média alta tecnologia⁶⁰ empregavam cerca de 134,4 mil pessoas, tendo este número registado uma subida homóloga de 1,7%, ou seja, mais 2,3 mil trabalhadores. As pessoas ao serviço nestas empresas constituíam 18,5% do total do pessoal ao serviço no setor.

Figura 140. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

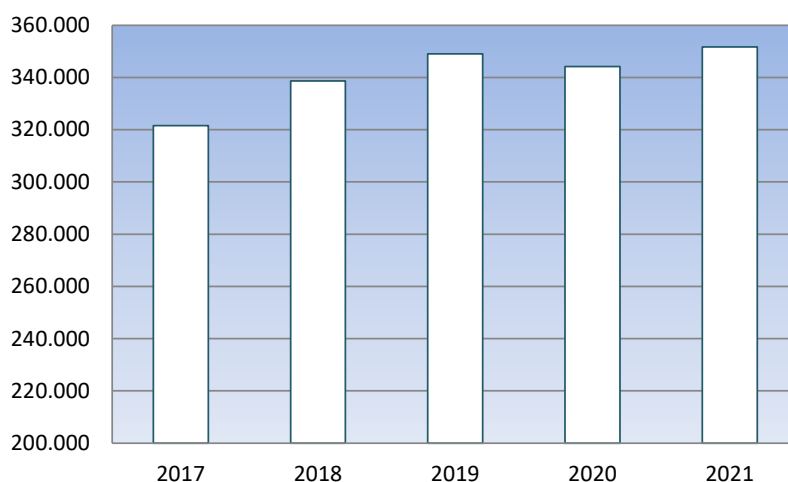
⁶⁰ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

De salientar que, apesar do decréscimo verificado em 2020, ao longo da série, o pessoal ao serviço nestas empresas tem vindo a apresentar sucessivos aumentos, pelo que, em 2021, havia mais 13,2 mil trabalhadores face a 2017.

3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

No Continente, em 2021, o pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias transformadoras com factores competitivos avançados, que constituía quase 48,4% do total do emprego no setor (351,7 mil pessoas), apresentou uma subida homóloga de 2,2%, ou seja, mais 7,5 mil trabalhadores.

Figura 141. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

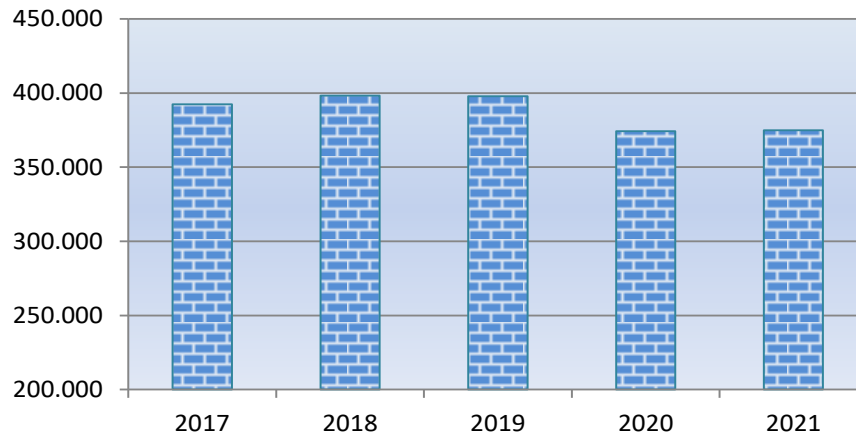
Todavia, a análise do emprego nesta categoria de empresas, ao longo dos últimos anos, evidencia o progressivo aumento de pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias transformadoras com factores competitivos avançados. Com efeito, em 2021, havia mais cerca de 30,1 mil trabalhadores face a 2017.

3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias de baixa tecnologia

Em 2021, as empresas das Indústrias de baixa tecnologia industrial⁶¹ reuniam ainda 374,9 mil pessoas ao serviço, que representavam 51,6% do emprego nas *Indústrias Transformadoras*. De notar que, a tendência de crescimento, verificada no início da série em análise, foi invertida em 2019. Com efeito, em 2021, havia menos 17,4 mil trabalhadores nas empresas das Indústrias de baixa tecnologia industrial, face a 2017.

⁶¹ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 142. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras

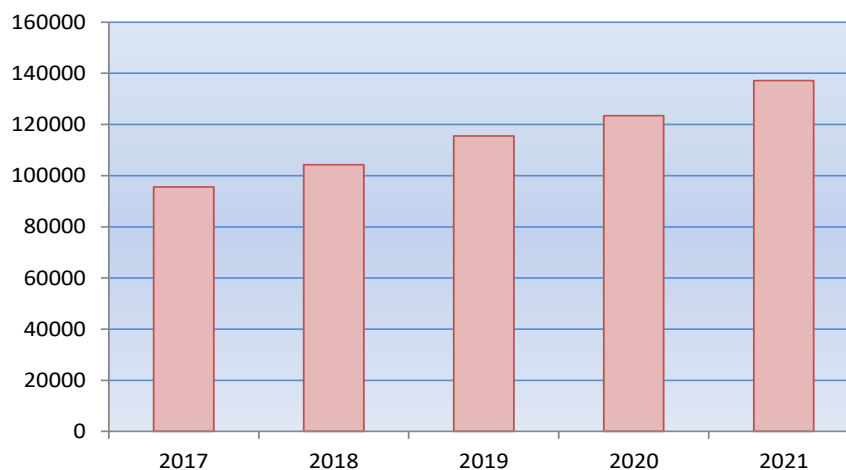


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.5.1.6. Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

No que se refere ao emprego nas empresas de serviços, e concretamente nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁶², em 2021, havia 137,2 mil pessoas ao serviço nessas empresas, que representavam cerca de 4,8% do total do setor. De referir que, o número de pessoas ao serviço nestas empresas tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos.

Figura 143. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresa

⁶² Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 144. Setores intensivos em tecnologia ou conhecimento

Intensidade Tecnológica - Indústria Transformadora

CAE (Ver.3)		Intensidade Tecnológica	Factores competitivos avançados	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Alta tecnologia industrial	X	
26	Fabricação de equipamento informático, equip. p. comunicação e prod. electrónicos e ópticos;	Alta tecnologia industrial	X	
261	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos			X
262	Fabricação de computadores e de equipamento periférico			X
263	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações			X
264	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares			X
268	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos			X
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte		X	
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado	Alta tecnologia industrial		
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	Média-alta tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos			
254	Fabricação de armas e munições	Média-alta tecnologia	X	
27	Fabricação de equipamento eléctrico	Média-alta tecnologia	X	
28	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.	Média-alta tecnologia	X	
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte	Média-alta tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
302	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro	Média-alta tecnologia	X	
304	Fabricação de veículos militares de combate	Média-alta tecnologia	X	
309	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	Média-alta tecnologia	X	
32	Outras indústrias transformadoras			
325	fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	Média-alta tecnologia	X	
18	Impressão e reprodução de suportes gravados		X	
182	Reprodução de suportes gravados	Média-baixa tecnologia	X	
19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados e combustíveis	Média-baixa tecnologia		
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Média-baixa tecnologia	X	
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Média-baixa tecnologia	X	
24	Indústrias metalúrgicas de base	Média-baixa tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos		X	
251	Fabricação de elementos de construção em metal	Média-baixa tecnologia	X	
252	Estufas, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	Média-baixa tecnologia	X	
253	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)	Média-baixa tecnologia	X	
255	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	Média-baixa tecnologia	X	
256	Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral	Média-baixa tecnologia	X	
257	Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	Média-baixa tecnologia	X	
259	Fabricação de outros produtos metálicos diversos n.e.	Média-baixa tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
301	Construção naval	Média-baixa tecnologia	X	
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa tecnologia	X	
10	Indústrias alimentares	Baixa tecnologia industrial		
11	Indústria das bebidas	Baixa tecnologia Industrial		
12	Indústria do tabaco	Baixa tecnologia Industrial		
13	Fabricação de têxteis	Baixa tecnologia Industrial		
14	Indústria do vestuário	Baixa tecnologia Industrial		
15	Indústria do couro e de produtos do couro	Baixa tecnologia Industrial		
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário;	Baixa tecnologia Industrial		
17	fabricação de obras de cestana e de espartaria	Baixa tecnologia Industrial		
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	Baixa tecnologia Industrial		
18	Impressão e reprodução de suportes gravados			
181	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	Baixa tecnologia Industrial	X	
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	Baixa tecnologia Industrial		
32	Outras indústrias transformadoras			
321	Fabricação de joalheria, ourivesaria, bijuteria e artigos similares; cunhagem de moedas	Baixa tecnologia Industrial		
322	Fabricação de instrumentos musicais	Baixa tecnologia Industrial		
323	Fabricação de artigos de desportos	Baixa tecnologia Industrial		
324	Fabricação de jogos e brinquedos	Baixa tecnologia Industrial		
329	Indústrias transformadoras, n.e.	Baixa tecnologia Industrial		

Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations

Intensidade de Conhecimento - Serviços

	CAE (Ver.3)	Intensidade de conhecimentos	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
J	Actividades de informação e comunicação 59 Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música 60 Actividades de rádio e de televisão 61 Telecomunicações 62 Consultoria e programação informática e actividades relacionadas 63 Actividades dos serviços de informação 631 Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 72 Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X X X
H	Transportes e armazenagem 50 Transportes por água 51 Transportes aéreos M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 69 Actividades jurídicas e de contabilidade 70 Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão 71 Actividades de arquitectura, de engenharia e técnica afins; actividades de ensaios e de análises técnicas 73 Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião 74 Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares N Actividades administrativas e dos serviços de apoio 78 Actividades de emprego 80 Actividades de investigação e segurança	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
k	Actividades financeiras e de seguros	Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento	
J	Actividades de informação e comunicação 58 Actividades de edição 582 Edição de programas informáticos M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 75 Actividades veterinárias O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória P Educação Q Actividades de saúde humana e apoio social R Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	X
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos 45 Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos 46 Comércio por grosso (inclui agentes) excepto de veículos automóveis e motociclos 465 Comércio por grosso de equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC) 47 Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos H Transportes e armazenagem 49 Transportes terrestres e transportes por oleodutos e gasodutos 52 Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamentos) I Alojamento, restauração e similares 55 Alojamento, restauração e similares 56 restauração e similares L Actividades imobiliárias N Actividades administrativas e dos serviços de apoio 77 Actividade de aluguer 79 Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas 81 Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins 82 Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas S Outras actividades de serviços 95 Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico 951 Reparação de computadores e equipamento de comunicação	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	X X
H	Transportes e armazenagem 53 Actividades postais e de courrier S Outras actividades de serviços 94 Actividades das organizações associativas 96 Outras actividades de serviços pessoais Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio T das famílias para uso próprio U Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	

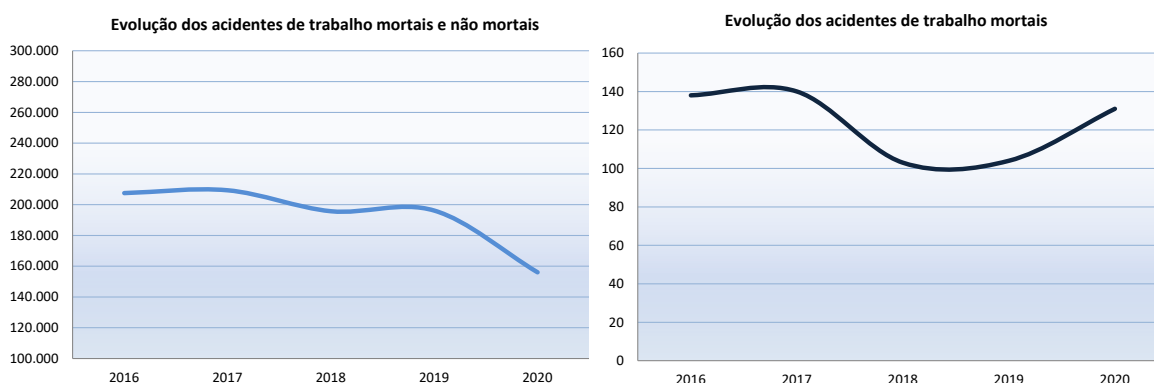
Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High technology" and "Knowledge based services" aggregations

3.6. Sinistralidade e absentismo laboral

3.6.1. Sinistralidade laboral

De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2020⁶³ ocorreram, em Portugal, cerca de 156 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 131 acidentes mortais, mais 27 mortes e menos 40,2 mil acidentes em relação ao ano anterior. Todavia, considerando a evolução da sinistralidade laboral nos últimos cinco anos, constata-se uma tendência de decréscimo do número de acidentes, mais acentuada em 2020, não obstante, os acidentes mortais terem evidenciado um aumento neste último ano em análise. Assim, no espaço de um quinquénio, o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 24,8% (menos 51,5 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 5,1%, o que correspondeu a menos 7 mortes).

Figura 145. Evolução dos acidentes de trabalho

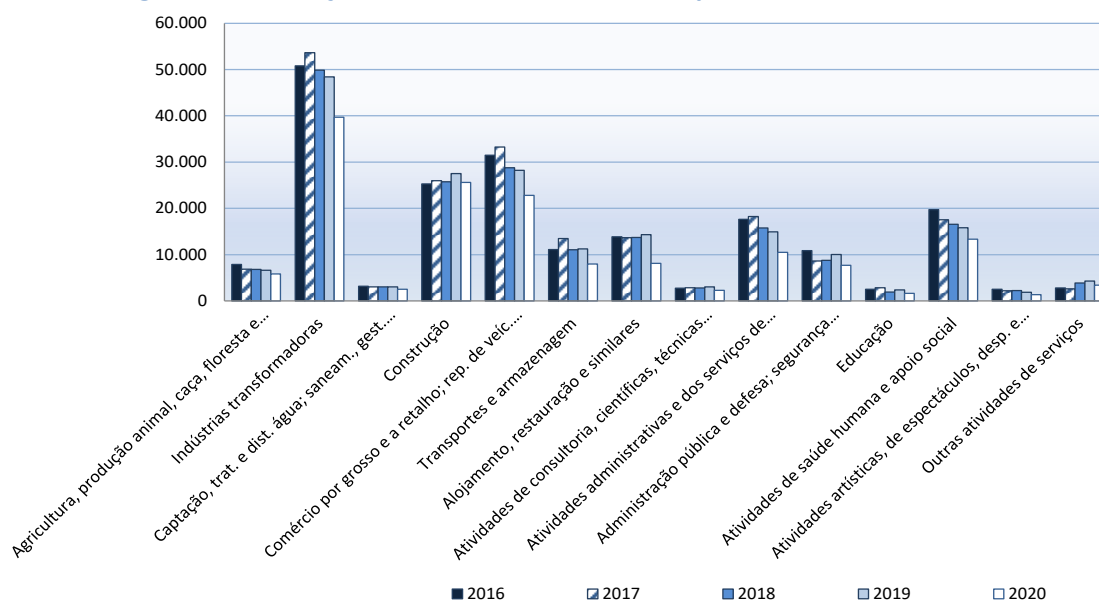


Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Uma análise mais detalhada dos acidentes de trabalho por atividade económica, em 2020, permite constatar que os sectores que registaram mais participações foram as *Indústrias transformadoras* (25,4%), a *Construção* (16,4%), o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (14,6%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (8,5%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (6,7%), o *Alojamento, restauração e similares* (5,2%) e os *Transportes e armazenagem* (5,1%).

⁶³ Dados consultados em março de 2023. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2020.

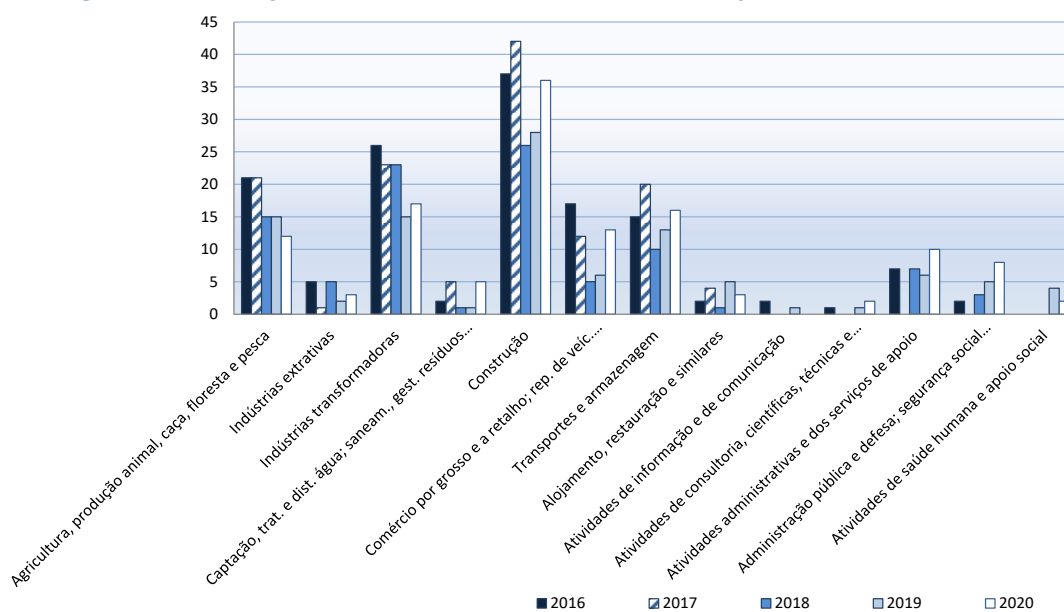
Figura 146. Evolução dos acidentes de trabalho por atividade económica



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Considerando apenas os acidentes de trabalho mortais, em 2019, observa-se que, o subsetor da *Construção* Considerando apenas os acidentes de trabalho mortais, em 2020, observa-se que, o subsector da *Construção* concentrou 27,5% do total de participações de acidentes mortais, registando o maior número de sinistros (36), logo seguido pelas *Indústrias transformadoras* (17), pelos *Transportes e armazenagem* (16), pelo *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (13), pela *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (12), e pelas *Atividades administrativas e dos serviços de Apoio* (10).

Figura 147. Evolução dos acidentes de trabalho mortais por atividade económica



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Porém, considerando o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, tendo em conta o respetivo número de trabalhadores expostos ao risco, constata-se que este é bastante diferenciado entre os vários setores económicos. Deste modo, analisando a taxa de incidência⁶⁴ dos acidentes de trabalho, verifica-se que o maior impacto da sinistralidade laboral ocorreu no sector da *Construção* e da *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, onde se registaram cerca de 8,6 mil e 6,9 mil acidentes, respetivamente, por cada 100 mil trabalhadores. De notar que as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, as *Indústrias transformadoras*, a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, as *Indústrias extrativas* e os *Transportes e armazenagem*, estão igualmente entre os sectores que evidenciaram taxas de incidência mais elevadas.

Figura 148. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2020, por setor de atividade
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	129100	5848	4529,8	12	9,3
B Indústrias extrativas	16500	703	4260,6	3	18,2
C Indústrias transformadoras	817400	39708	4857,8	17	2,1
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	24900	139	558,2	0	0,0
E Captação, trat. e dist. água; saneam, gest. resíduos e desp.	36700	2523	6874,7	5	13,6
F Construção	297100	25604	8618,0	36	12,1
G Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. autom. e mot.	668100	22811	3414,3	13	1,9
H Transportes e armazenagem	211600	7973	3768,0	16	7,6
I Alojamento, restauração e similares	292000	8137	2786,6	3	1,0
J Atividades de informação e de comunicação	148600	607	408,5	0	0,0
K Atividades financeiras e de seguros	97100	505	520,1	1	1,0
L Atividades imobiliárias	42900	604	1407,9	0	0,0
M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	233700	2307	987,2	2	0,9
N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	156100	10478	6712,4	10	6,4
O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	298900	7680	2569,4	8	2,7
P Educação	421000	1643	390,3	0	0,0
Q Atividades de saúde humana e apoio social	479600	13327	2778,8	2	0,4
R Atividades artísticas, de espectáculos, desp. e recreativas	69200	1339	1935,0	2	2,9
S Outras atividades de serviços	131800	3416	2591,8	0	0,0
T Ativ. famílias emp. de pes. dom. e ativ. pr. fam. p/ uso próp.	109200	618	565,9	1	0,9
U Ativ. org. interna. e outras instituições extra-territoriais	—	37	—	0	—
Ignorado	—	41	—	0	—
TOTAL	4683700	156048	3331,7	131	2,8

Nota : — Valor não disponível

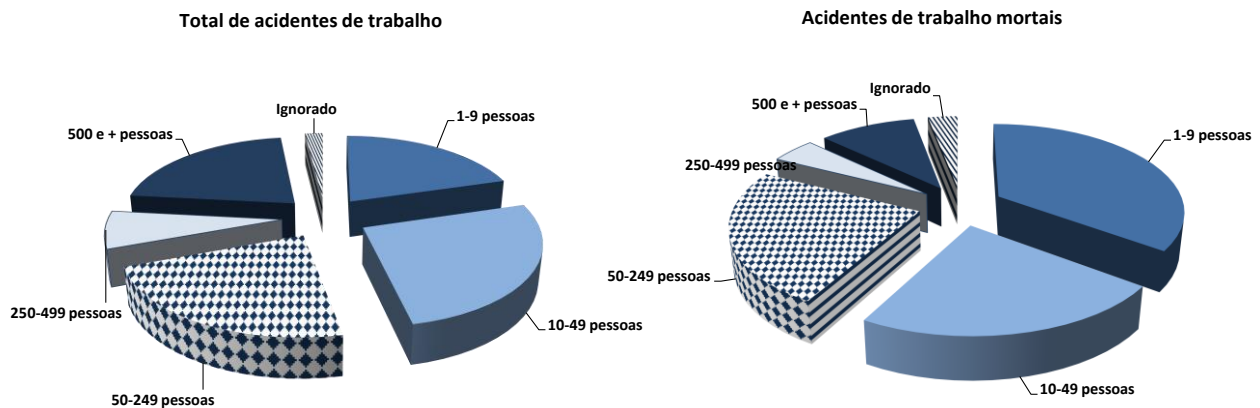
Fonte: GEP (MTSS), *Acidentes de trabalho*.

⁶⁴ Para o cálculo desta taxa de incidência foram utilizados os dados disponibilizados pelo *Inquérito ao emprego* do INE. Esta taxa indica o número de acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

Relativamente à taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais, o impacto mais expressivo ocorreu nos sectores das *Indústrias extrativas, da Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, da Construção, das atividades da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, e dos Transportes e armazenagem*, com 18,2 mortes, 13,6 mortes, 12,1 mortes, 9,3 mortes e 7,6 mortes, por cada 100 mil trabalhadores, respetivamente.

No que concerne à sinistralidade por dimensão empresarial, a maioria dos acidentes laborais em 2020, tanto mortais como não mortais, concentrou-se em empresas de menor dimensão. Assim, cerca de 46,7% dos acidentes de trabalho e 58% dos acidentes mortais ocorreram em empresas com uma dimensão de até 49 trabalhadores.

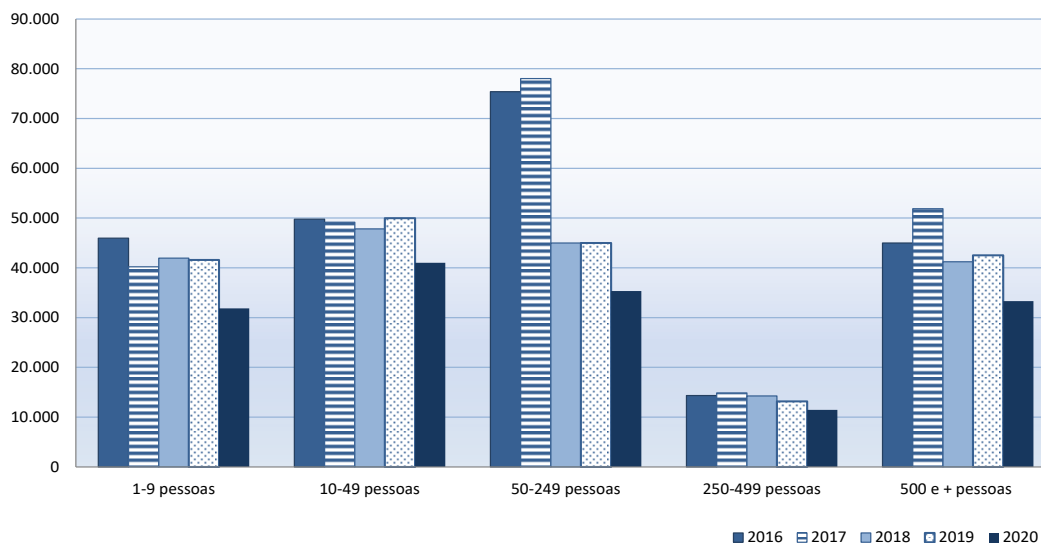
Figura 149. Acidentes de trabalho por dimensão da empresa, em 2020



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Contudo, analisando a evolução da sinistralidade por dimensão empresarial ao longo dos últimos anos, constata-se que as empresas com menor dimensão de trabalhadores têm evidenciado uma diminuição do seu número de acidentes laborais, à semelhança das empresas com 50 a 249 trabalhadores, cujo número de acidentes sofreu uma diminuição muito expressiva nos últimos três anos. Por outro lado, as empresas com 10 a 49 pessoas e com 250 a 499 pessoas evidenciaram valores mais constantes ao longo da série em análise. Quanto às empresas de maior dimensão, com mais de 500 trabalhadores, nos últimos três anos, o número de sinistros ocorridos em contexto laboral registou uma diminuição. Em relação aos acidentes de trabalho mortais, salienta-se o facto de, no decurso do último quinquénio, todas as categorias de dimensão empresarial terem apresentado um decréscimo da sinistralidade, apesar de, em 2020, a tendência de declínio se ter invertido.

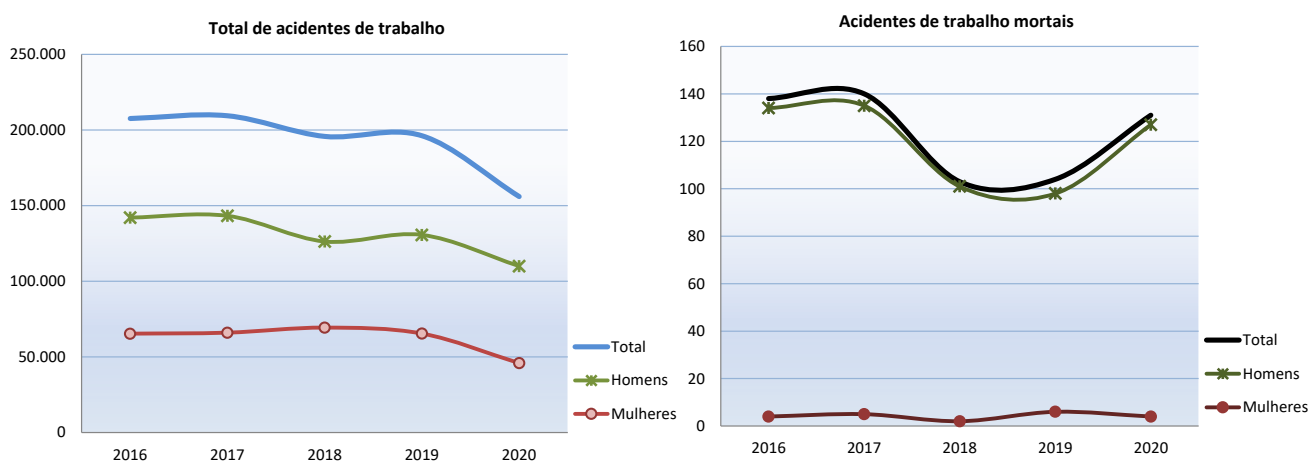
Figura 150. Evolução dos acidentes de trabalho por dimensão da empresa



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Analisando a sinistralidade laboral por sexo, em 2020, evidencia-se claramente uma maior proporção de ocorrência de acidentes entre os homens. De facto, cerca de 70,6% do total de sinistros laborais registados em 2020 afectaram trabalhadores masculinos. Por outro lado, este diferencial torna-se ainda mais evidente no que respeita aos acidentes de trabalho mortais, cuja incidência se concentra, quase totalmente, nos homens (96,9%), dado que os acidentes mortais que atingiram mulheres corresponderam a 3,1% (4 mortes).

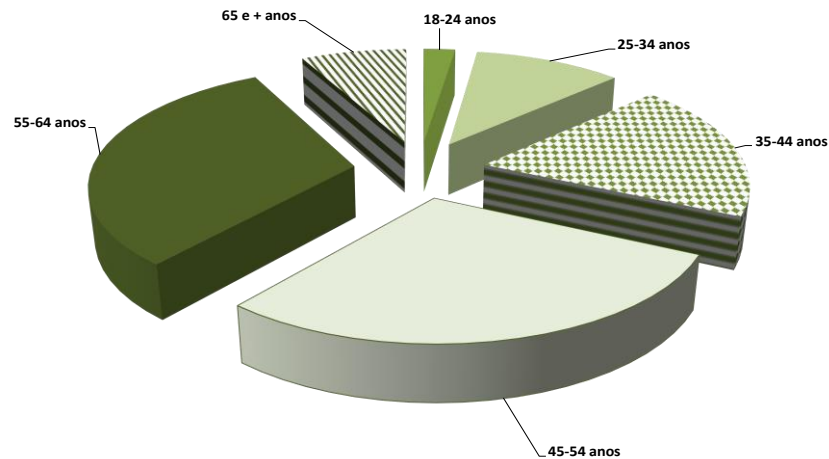
Figura 151. Evolução dos acidentes de trabalho por sexo



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

No que diz respeito à estrutura etária, em 2020, verificou-se uma concentração de acidentes de trabalho sobretudo nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, uma vez que os trabalhadores mais jovens, com menos de 34 anos, foram os menos afectados pela sinistralidade laboral.

Figura 152. Acidentes de trabalho mortais por grupo etário, em 2020



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Todavia, tendo em conta o número de trabalhadores expostos ao risco por grupo etário, constata-se que o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, diverge consoante o escalão etário. Deste modo, considerando a taxa de incidência⁶⁵ dos acidentes de trabalho por idades, constata-se que o escalão mais afectado foi o dos 15 aos 24 anos (cerca de 6 mil acidentes por cada 100 mil trabalhadores), apesar de, em termos de acidentes mortais, ter sido o das idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (6,3 mortes por cada 100 mil trabalhadores).

Figura 153. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2020, por grupo etário
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
TOTAL	4683700	156.048	3331,7	131	2,8
15-24 anos	255800	15.275	5971,5	3	1,2
25-34 anos	899500	32.135	3572,5	14	1,6
35-44 anos	1238600	38.889	3139,8	25	2,0
45-54 anos	1291000	40.041	3101,5	38	2,9
55-64 anos	839700	25.696	3060,1	41	4,9
65 e + anos	159200	2.989	1877,5	10	6,3
Ignorado	—	1.023	—	0	—

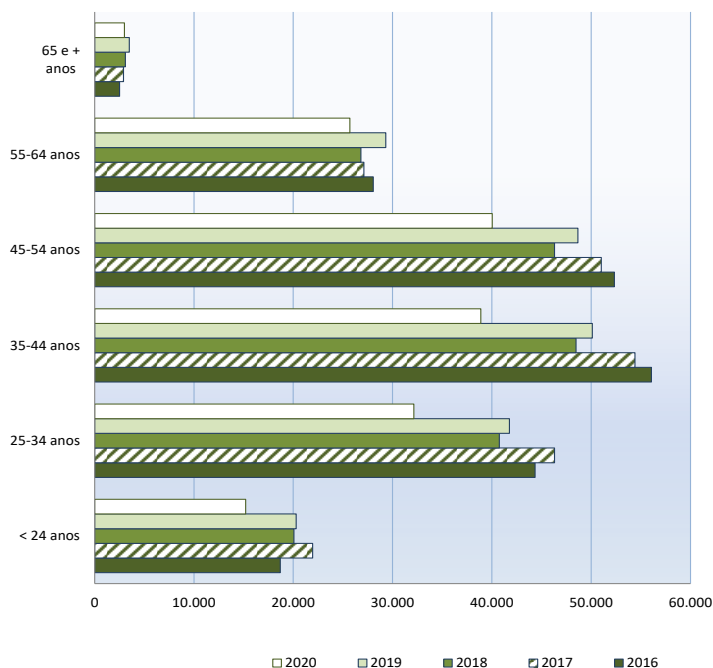
Nota : — Valor não disponível

Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Importa ainda destacar a tendência, dos últimos anos, para o decréscimo da sinistralidade laboral entre os trabalhadores com mais de 35 anos, não obstante o ligeiro acréscimo em 2019. De notar que, de um modo geral, a distribuição etária dos acidentes mortais acompanhou a tendência da totalidade dos acidentes laborais.

⁶⁵ Ver nota de rodapé n.º 2.

Figura 154. Evolução dos acidentes de trabalho por grupo etário

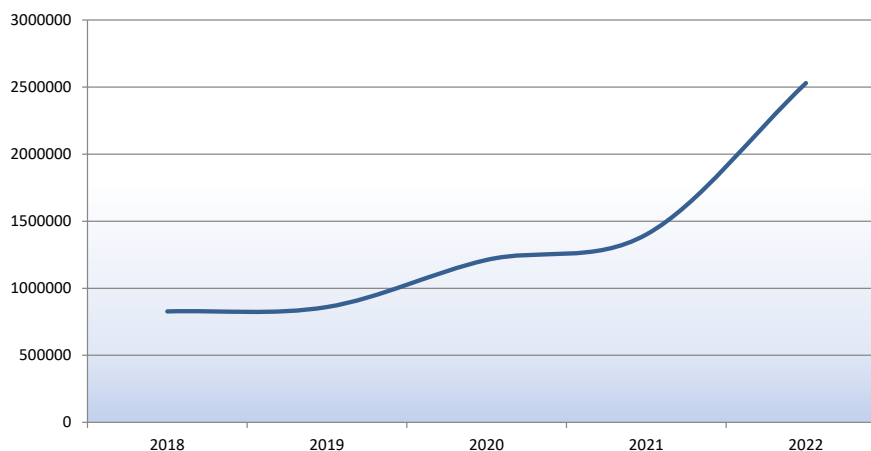


Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

3.6.2. Baixas no âmbito de doença

No final de 2022, segundo a informação disponibilizada para o continente pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 2530⁶⁶ mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 80,7%. No decurso dos últimos cinco anos, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, sobretudo a partir de 2020.

Figura 155. Evolução do número de baixas por doença

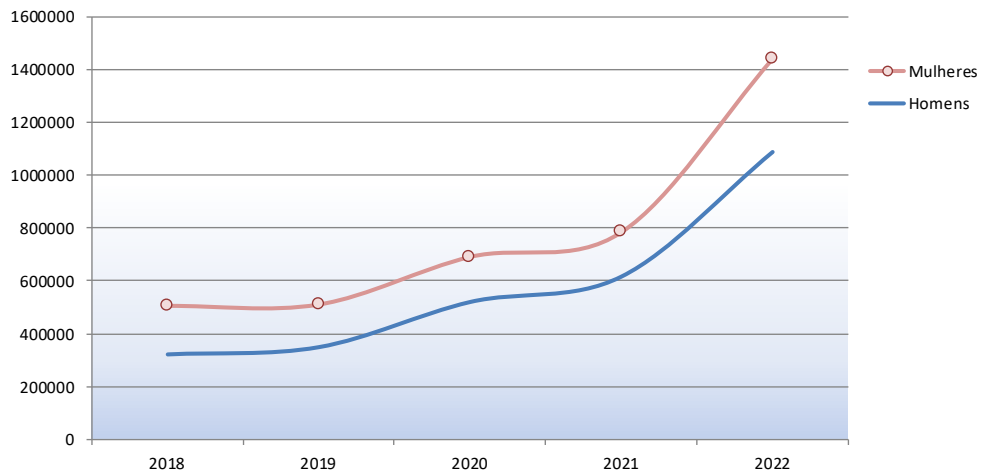


Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

⁶⁶ Por forma a não violar o segredo estatístico, este total não inclui os valores residuais das baixas terminadas por homens dos 20 aos 24 anos.

Por outro lado, no último quinquénio, a análise desagregada desta informação por sexo, revela uma maior concentração de baixas por doença entre as trabalhadoras do sexo feminino. Com efeito, ao longo do período em análise, o número de baixas por doença das mulheres tem evidenciado valores mais elevados que o dos homens, registando diferenças quase sempre na ordem dos 20 p.p., à exceção dos três últimos anos, em que o valor diferencial diminuiu, tendo ficado entre 12 p.p. e 14 p.p.

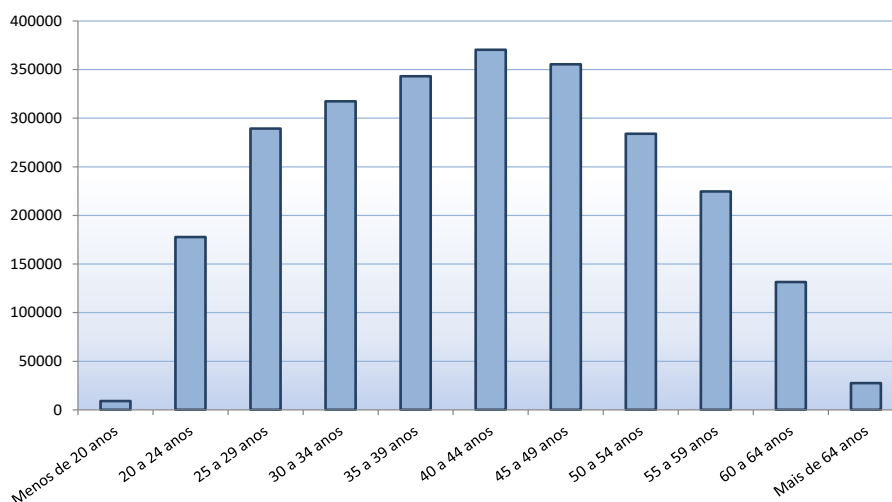
Figura 156. Evolução do número de baixas por doença, por sexo



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Relativamente à distribuição etária do número de baixas por doença terminadas em 2022, verifica-se que os grupos etários com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos concentram mais de metade do número de baixas motivadas por doença (54,8% do total), ao contrário dos escalões de idades mais jovens e mais velhos, onde a percentagem face ao total de baixas é quase residual.

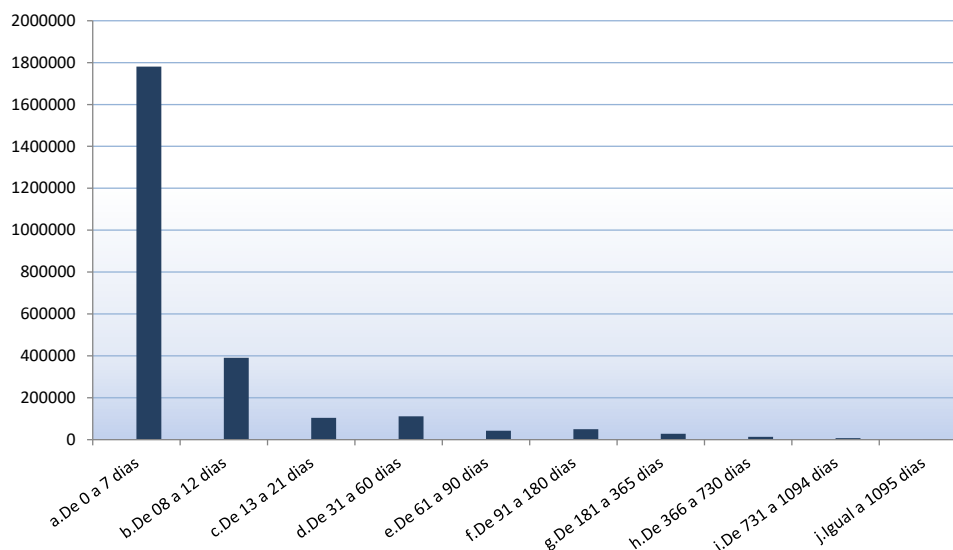
Figura 157. Distribuição etária do número de baixas por doença, em 2022



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Por último, considerando o número de dias de ausência ao trabalho motivados por doença, em 2022, verifica-se que, a grande maioria das baixas terminadas foram de duração curta, nomeadamente entre 0 e 7 dias.

Figura 158. Número de baixas por doença, em 2022, por número de dias



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

4. GANHOS E REMUNERAÇÕES

4.0. Nota introdutória

Este capítulo trata da estrutura remuneratória e da evolução dos ganhos e remunerações no setor empresarial e também nas Administrações Públicas e ainda da evolução dos custos do trabalho.

No que respeita à estrutura remuneratória e aos ganhos do setor empresarial, a principal fonte utilizada são os dados dos *Quadros de Pessoal* (QP), cujo último ano com informação disponível é 2021 (os QP reportam a situação real do mês de outubro de cada ano). A análise reporta-se aos dados relativos à remuneração base mensal, à remuneração base mensal e ao ganho mensal, por sexo, níveis de habilitações, setores de atividade, regiões e tipos de contrato. Ao contrário do habitual, este capítulo não inclui a análise dos trabalhadores por conta de outrem abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal garantida, uma vez que os últimos dados disponíveis do *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho* do GEP- MTSSS dizem respeito a abril de 2019 e podem ser consultados no *Relatório sobre Emprego e Formação* de 2020.

Na terceira secção do capítulo analisa-se o *Índice do Custo do Trabalho*, que é publicado pelo INE, e tem como base o ano de 2016, indicador cuja evolução é depois comparada com indicadores semelhantes dos restantes países europeus, a partir da informação do *Labour Cost Survey* do Eurostat.

Por fim são apresentados os Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas, tendo como fonte de informação a *Síntese estatística do emprego público* publicada pela DGAEP.

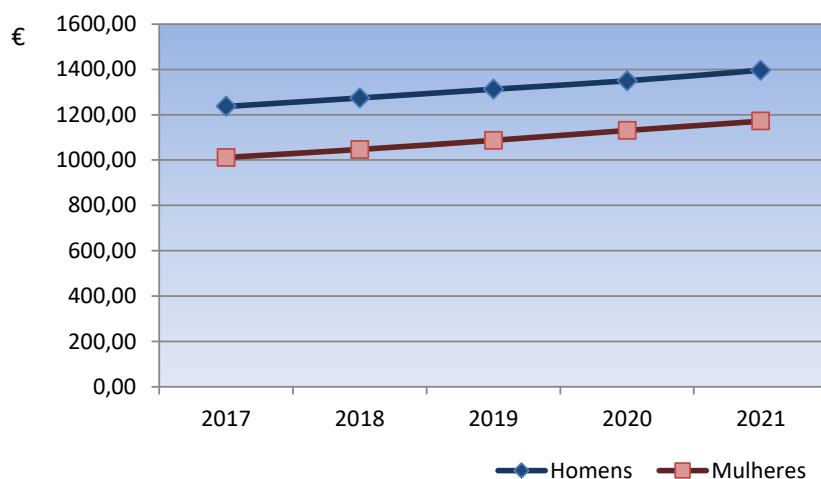
4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho

Em outubro de 2021, e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*⁶⁷, o ganho médio mensal, no Continente, dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.294,10€, o que representou um aumento de 3,5% face a outubro do ano anterior.

⁶⁷ Dados consultados em março de 2023.

O ganho médio mensal masculino era 1.395,69€, enquanto o feminino totalizava 1.172,07€. Ambos cresceram, relativamente a 2020, embora o feminino mais do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios se atenuou ligeiramente, como aliás já vinha acontecendo nos últimos anos. Assim, em 2021, o salário médio mensal feminino representava 84% do salário masculino quando, há cinco anos, constituía 81,7%.

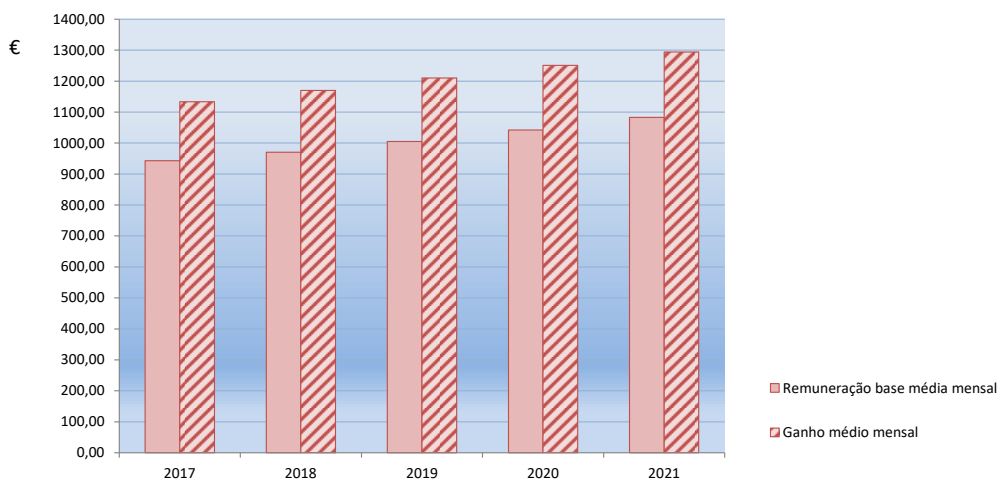
Figura 159. Evolução do ganho médio mensal masculino e feminino



Fonte: GEP (MTSSS), Quadros de Pessoal

Em outubro de 2021, a mediana do ganho era de 962,20 €, tendo registado um aumento de 3,9% relativamente ao ano anterior. De salientar que, nos últimos anos se tem vindo a verificar uma ligeira aproximação da mediana relativamente ao ganho médio. Assim, em 2017, a mediana representava 72,6% do ganho médio, tendo essa proporção aumentado para 74,4%, em 2021.

Figura 160. Evolução do ganho médio mensal, da remuneração base e da remuneração base

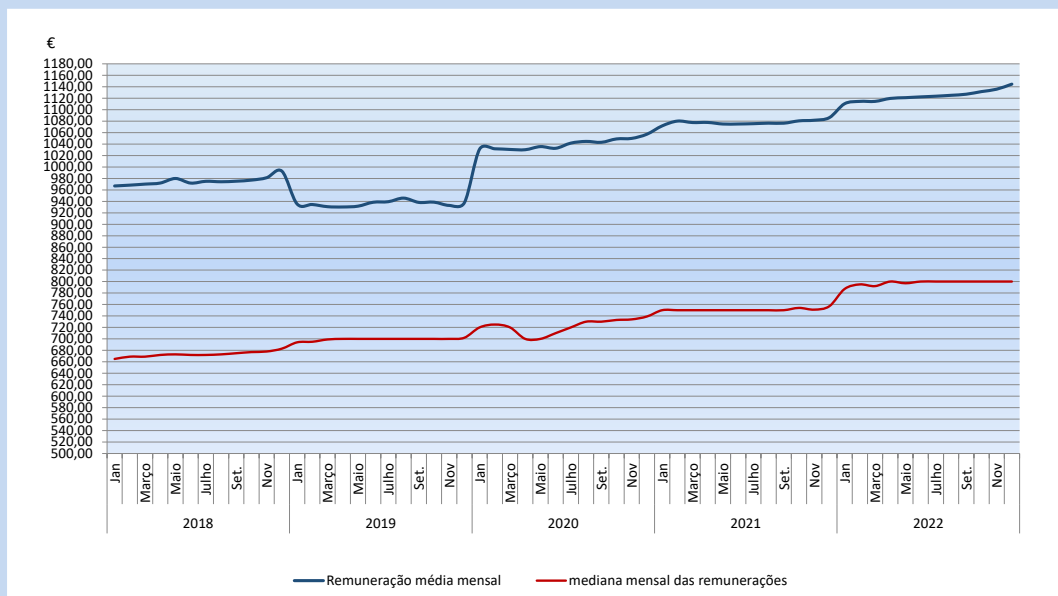


Fonte: GEP (MTSSS), Quadros de Pessoal

Em outubro de 2021, O valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.082,77€, (83,7% do ganho médio mensal) e cresceu cerca de 3,9% relativamente a 2020. A remuneração base média masculina era 1.152,23 € e a feminina, 999,32€, representando 86,7% da masculina.

Remunerações médias mensais e mediana do ganho - Segurança Social

Figura 161. Evolução da remuneração média mensal e da mediana do ganho – Segurança Social



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

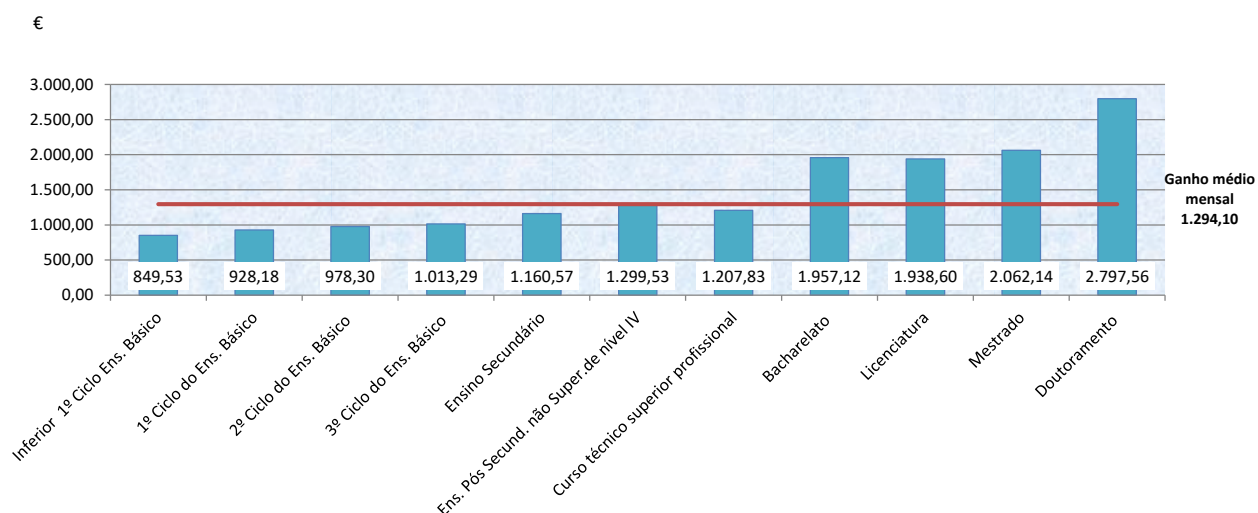
Os dados sobre remunerações médias mensais e mediana do ganho disponibilizados pela Segurança Social não distinguem trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial. Tendo isso em conta, procurou-se sobretudo analisar a evolução registada ao longo do último quinquénio.

A remuneração média mensal manteve alguma estabilidade, entre 2017 e 2018, tendo de seguida decrescido em 2019, ano a partir do qual volta a subir até 2022. Quanto à mediana do ganho, nos últimos anos, esta tem vindo progressivamente a apresentar um aumento, aproximando-se assim, da remuneração base média.

- **Por nível de habilitação**

Analisando o ganho médio mensal por níveis de habilitações, verifica-se que, em 2021, este era, de um modo geral, tanto mais elevado quanto maior o nível de escolaridade, variando entre os 849,53 €, para os trabalhadores que tinham habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico e os 2.797,56 €, para os trabalhadores que possuíam doutoramento.

Figura 162. Ganho médio mensal por níveis de habilitações - 2021

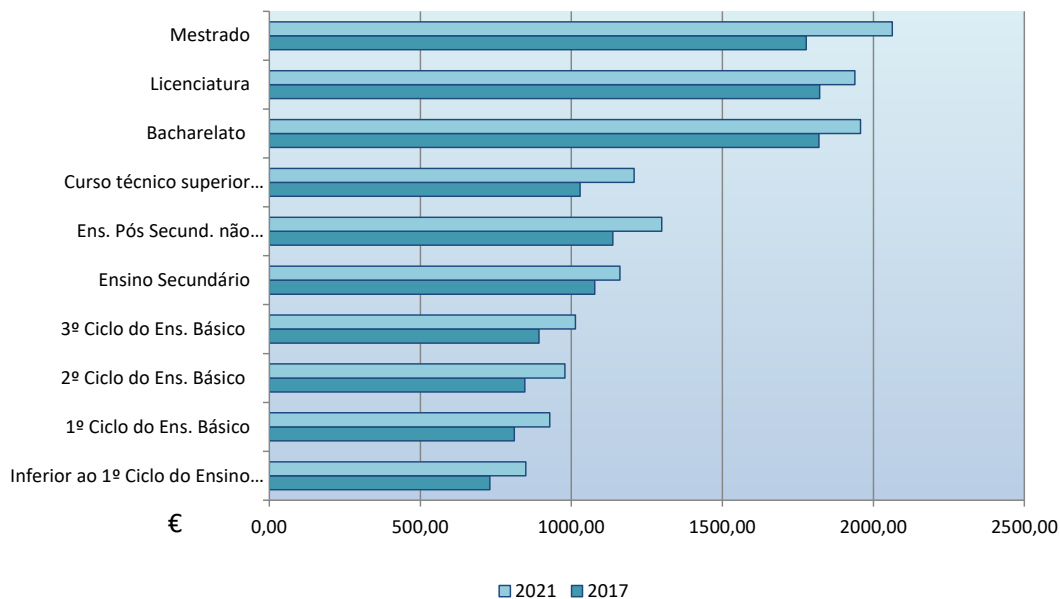


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2020 e 2021, o ganho médio mensal aumentou para todos os níveis de habilitações, tendo, em geral, aumentado mais nos níveis de habilitações mais baixos (4,2% para os trabalhadores com o 1º ciclo do ensino básico, 3,9% para os trabalhadores com menos do que o 1º ciclo do ensino básico e 3,8% para os trabalhadores com o 2º ciclo do ensino básico). Os trabalhadores cujo ganho médio mensal menos cresceu, foram os trabalhadores que possuíam a licenciatura (mais 1,6%) ou o ensino secundário (mais 2,2%). De destacar os trabalhadores com o curso técnico superior profissional e com o doutoramento, que viram o seu ganho médio mensal aumentar 5,3% e 5,1%, respetivamente.

Nos últimos anos, entre 2017 e 2021, o ganho médio mensal aumentou mais de 13,5% para os trabalhadores de todos os níveis do ensino básico. Por outro lado, os trabalhadores com habilitações mais elevadas, nomeadamente doutoramento, licenciatura e bacharelato, evidenciaram um menor crescimento do respetivo ganho médio (9,9%, 6,4% e 7,6%, respetivamente).

Figura 163. Evolução do Ganho médio mensal por níveis de habilitações

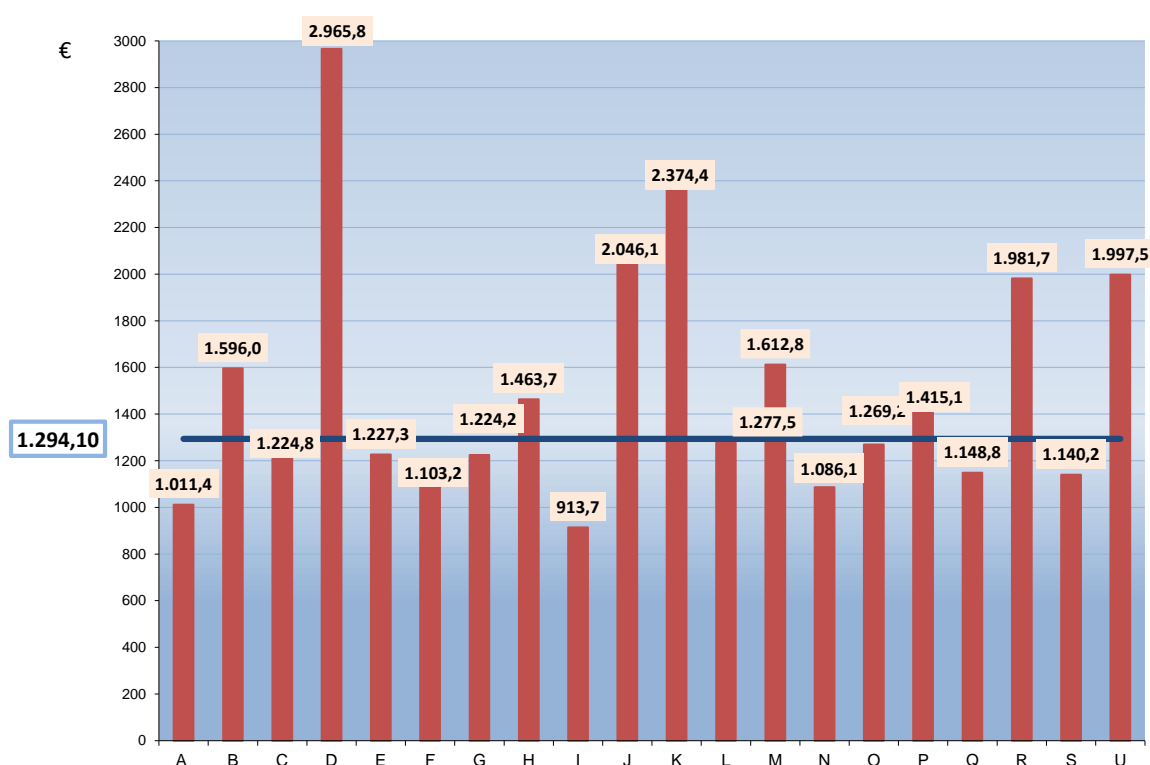


Fonte: GEP (MTSSS), Quadros de Pessoal

- **Por setores de atividade**

No que se refere aos ganhos médios mensais por setores de atividade, não se registaram, grandes diferenças relativamente aos anos anteriores. Assim, em outubro de 2021, os setores que registavam os valores mais elevados de ganho médio mensal eram a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, (2.965,84€), as *Atividades financeiras e de seguros* (2.374,41€), as *atividades de informação e comunicação* (2.046,08€), as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* (1.997,50€), as *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (1.981,67€) e ainda os subsetores das *Telecomunicações* (2.192,47€), da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços informáticos* (2.047,41€), *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* (1.976,72€) e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (1.962,62€).

Figura 164. Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por Atividades Económica – 2021



A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2021, os setores de atividade com ganhos médios mensais mais baixos continuavam a ser o do Alojamento, restauração e similares (913,66€), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas (1.011,42€), e os subsetores do Fabrico de mobiliário e colchões (950,15€) e da Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro (954,51€).

Relativamente ao mês homólogo, os setores em que o valor do ganho médio mensal mais cresceu foram a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas* (mais 6,5%), as *Indústrias extrativas* (mais 6,4%), o *Alojamento, restauração e similares* (mais 6,4%), a *Construção* (mais 5,8%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 5,2%) e também os subsetores da *Pesca e aquicultura* (mais 14,5%), da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* (mais 6%).

Os setores das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* e dos *Transportes e armazenagem* registaram decréscimos nos valores do respetivo ganho médio mensal (menos 3% e menos 2,4%, respetivamente).

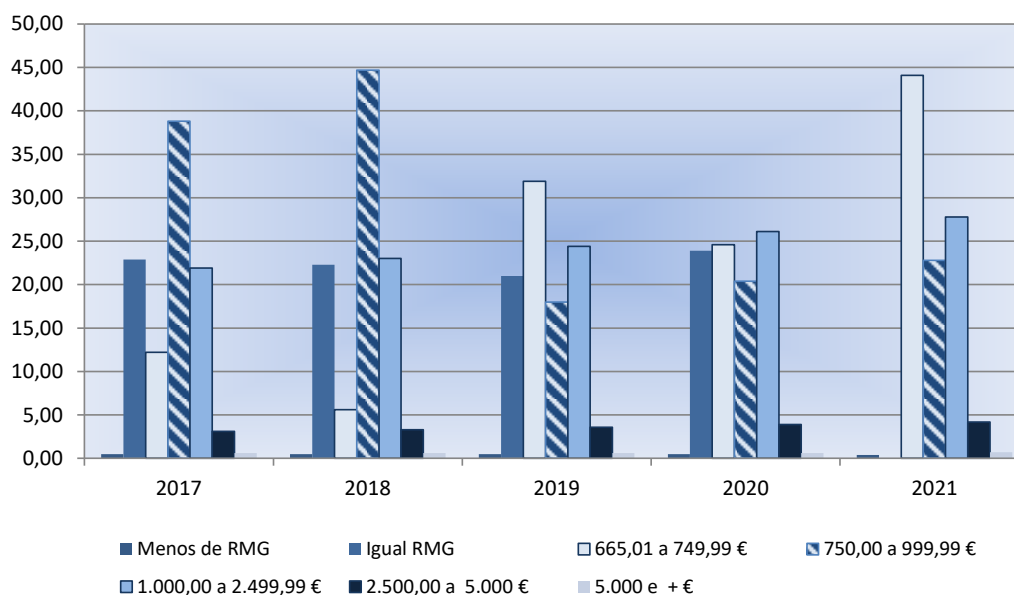
Em outubro de 2021, como nos anos anteriores, o ganho médio feminino era superior ao masculino nos setores da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória, da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, das Indústrias Extrativas, dos Transportes e armazenagem* e ainda no da *Construção*. Em contrapartida, o valor do ganho médio mensal feminino era particularmente inferior ao masculino no setor das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, onde representava menos de metade do ganho mensal masculino (cerca de 48,9%).

Os setores onde a remuneração base média mensal estava mais próxima do ganho médio mensal eram, em outubro de 2021, tal como em anos anteriores, os setores do *Alojamento, restauração e similares, dos Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* e ainda o subsetor da *Pesca e aquicultura*. Os setores onde essa diferença era maior, eram a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, as Atividades financeiras e de seguros, as Indústrias Extrativas, os Transportes e Armazenagem* e, também, os subsetores da *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* e o das *Telecomunicações*.

4.2. Estrutura remuneratória

Em 2021, a análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, no que respeita à remuneração base mensal, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores (66,9%) se concentrava no escalão remuneratório entre os “665,00 e os 999,99 €”. Surgia em seguida o escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 27,8% dos trabalhadores. O escalão entre os “2.500 e os 4.999,99 €” reunia 4,2% e o escalão igual ou superior a “5.000 €”, cerca de 0,7%. Quanto ao escalão inferior à RMMG, e tendo em conta o aumento da RMMG para 665 € em 2021, esta abrangia cerca de 0,4% dos trabalhadores.

Figura 165. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO (Remuneração base mensal), em percentagem



Nota: Em 2017, a Remuneração Mínima Garantida aumentou para 557 €, em 2018 para 580 €, em 2019 para 600 €, em 2020 para 635 € e em 2021 para 665 €.

Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2020, em 2021, constatou-se um acréscimo no escalão dos “665,01 aos 749,99€” e um ligeiro aumento no dos “750,00 aos 999,99 €”. De notar que, todos os escalões superiores a “1.000 €” registaram igualmente uma subida da percentagem de trabalhadores.

Refira-se que, ao longo dos últimos cinco anos, os escalões entre os “1.000 e os 2.499,99 €” e entre “665,01 aos 749,99€” aumentaram, à custa do escalão entre “750,00 e os 999,99 €”, cujo peso decresceu cerca de 16 p.p. Os restantes escalões registaram apenas ligeiras alterações.

Relativamente à estrutura remuneratória nos diferentes setores de atividade, em 2021, a percentagem de trabalhadores nos escalões remuneratórios até à RMG manteve-se estável relativamente a 2020, em praticamente todos os setores, ao contrário do escalão entre os “665,01 e os 749,99 €”, que subiu em todos os setores, sobretudo no do *Alojamento, restauração e similares, da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e das Outras atividades de serviços*.

O escalão entre os “750,00 e os 999,9 €” reunia 35,5% dos trabalhadores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e cerca de 32,3% dos trabalhadores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e 31% das *Indústrias extrativas*.

O escalão “1.000 aos 2.499,99 €” era maioritário nos setores das *Atividades financeiras e dos seguros, da Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, das Atividades dos organismos internacionais e outras*

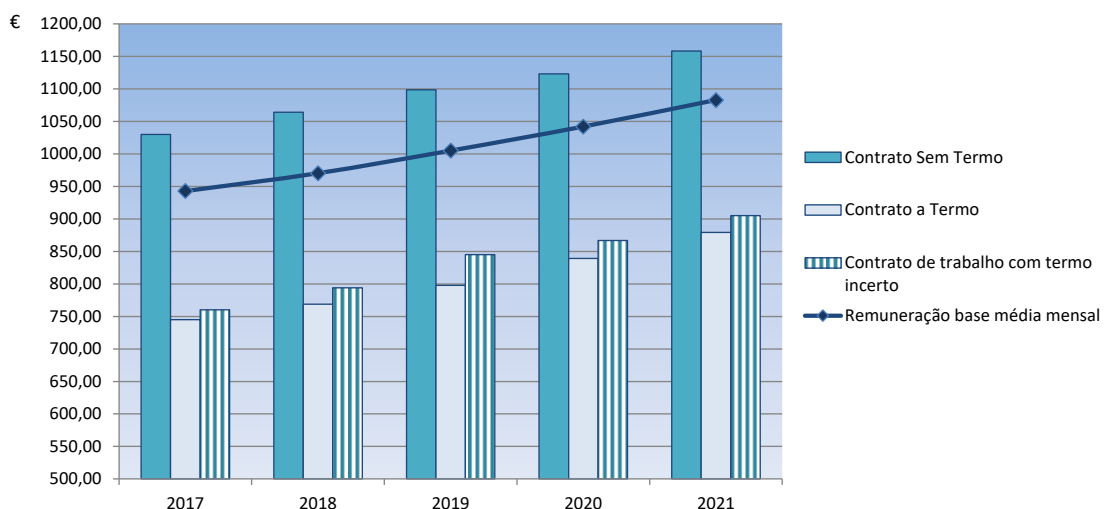
instituições extraterritoriais e das Atividades de informação e comunicação, todos com mais de 58%. A percentagem de trabalhadores neste escalão remuneratório cresceu 4,2 p.p. no setor das *Indústrias extrativas*, 3,4 p.p. nas *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e 3,1 p.p. na *Construção*.

No escalão dos “2.500 aos 4.999,99 €”, em 2021, destacava-se o setor da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* que incluía 21,9% dos trabalhadores nesse escalão e os setores das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e das *Atividades de informação e comunicação* que abrangiam, respetivamente, 20,8% e 15,9% dos trabalhadores.

- **Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato**

Analisando as remunerações bases médias mensais tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em 2021, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.158,47 €, para os contratados sem termo, de 879,14 para os contratados a termo, (ou seja, cerca de 75,9% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 905,07 €, para os contratados com termo incerto. No que se refere a estes três tipos de contratados, que representavam respetivamente 68,6%, 31% e 6,9% do total dos TCO, a remuneração base média aumentou, entre 2020 e 2021, tendo crescido cerca de 3,1% para os contratados sem termo, 4,7% para os contratados com termo e 4,4% para os contratados a termo incerto.

Figura 166. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO a tempo completo com contratos sem termo e com termo e a termo incerto



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

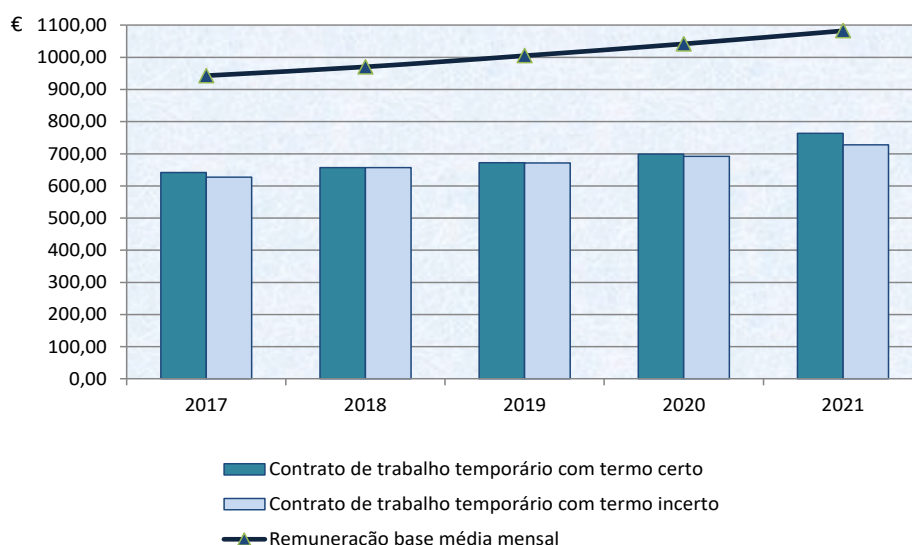
Em 2021, as categorias de contratados em que a remuneração base média mensal era mais elevada continuavam a ser os contratados em comissão de serviço (3.010,10 € para os TCO em comissão de serviço sem termo, 2.339,69 € para os TCO em comissão de serviço com termo certo e 2.046,87 € para os TCO em comissão de serviço com termo incerto). Os TCO com este tipo de contratos eram cerca de 2,5 mil.

Quanto aos TCO com contratos para prestação subordinada de teletrabalho, que constituíam, no total, 1,4 mil indivíduos, a remuneração base média mensal variava entre os 1.224,03 € (contratados com termo incerto) e os 1.480,63 € (contratados sem termo). A remuneração base média mensal destes TCO aumentou, em termos homólogos, para os contratados para prestação subordinada de teletrabalho sem termo (mais 84,4%), ao contrário dos contratados para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo (menos 22%) e para os contratados para prestação subordinada de teletrabalho com termo incerto (menos 15,9%).

Em 2021, as remunerações médias mensais mais baixas eram auferidas pelos TCO que trabalhavam a tempo completo com contratos temporários que, no seu conjunto, constituíam perto de 2,4% do total dos TCO. Assim, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária era de 1050,47 €, a dos TCO com contratos temporários a termo certo era de 763,49€ e a dos TCO com contratos temporários a termo incerto era de 727,87 €.

Entre 2020 e 2021, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária cresceu cerca de 33%, à semelhança dos TCO com contratos temporários a termo certo e dos TCO com contratos temporários a termo incerto, cujas remunerações médias mensais aumentaram, respetivamente, 9,3% e 5,2%.

Figura 167. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo e incerto



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

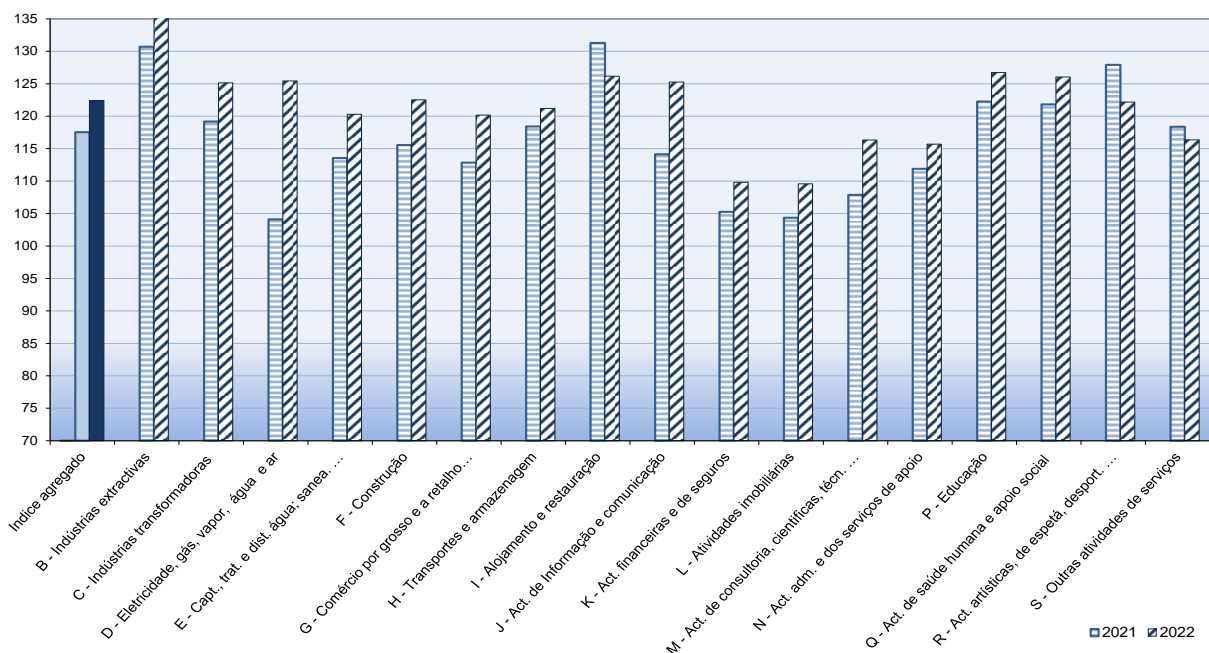
Nos últimos anos, entre 2017 e 2021, a remuneração base média mensal aumentou relativamente a quase todos os tipos de contrato, à exceção dos contratos de trabalho em comissão de serviço com termo certo e com termo incerto. No que se refere aos TCO com contratos sem termo a remuneração base média mensal aumentou 12,5%, tendo crescido sempre, ao longo da série em análise, tal como os TCO com contratos a termo e os TCO com contratos com termo incerto, cujas remunerações base médias evidenciaram uma subida, face a 2017, de 18% e 19,1%, respetivamente.

Relativamente à evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários, entre 2017 e 2021, tanto os contratos temporários com termo certo como com termo incerto registaram subidas expressivas (cerca de 19% e 16%, respetivamente), ao contrário da remuneração base média mensal dos TCO com contratos de trabalho em comissão de serviço com termo certo e com termo incerto, que sofreram quebras na ordem dos 12% e 10%, respetivamente.

4.3. Índice do custo de trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2022, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 4,2% em termos homólogos, tendo aumentado em quase todos os sectores de atividade, à exceção do das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (menos 4,5%), do *Alojamento, restauração e similares* (menos 3,9%) e das *Outras atividades de serviços* (menos 1,7%).

Figura 168. Índice do custo de trabalho em Portugal, por setor de atividade (Base: 2016 = 100)



Fonte: INE, *Índice do Custo do Trabalho*

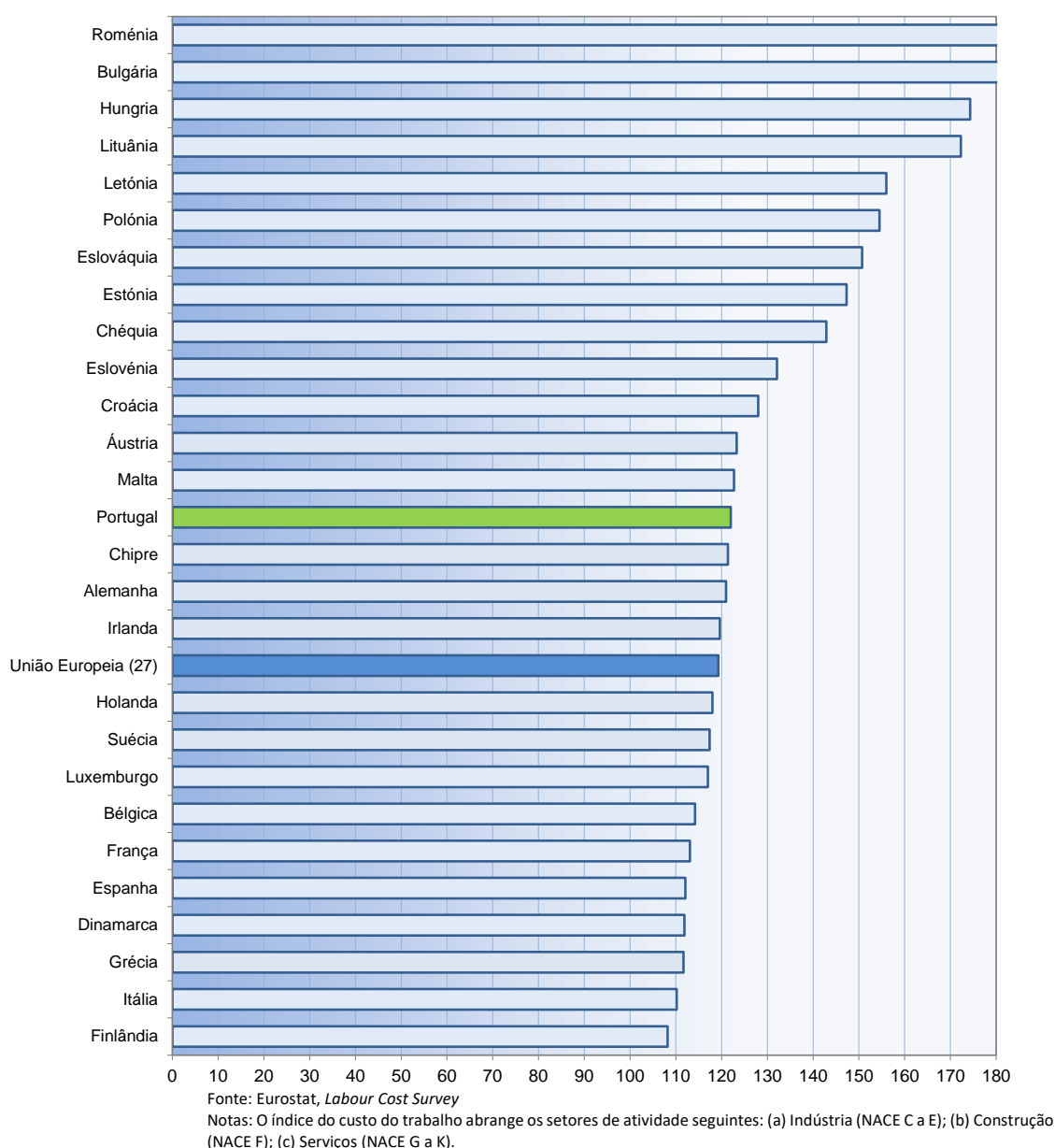
Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Por outro lado, os sectores de atividade onde se verificou o maior acréscimo, face ao ano anterior, foi o da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (mais 20,5%), das *Atividades de informação e comunicação* (mais 9,7%) e das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 7,8%).

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2022, constata-se que relativamente à maioria dos países da União Europeia, Portugal deixou de ser um dos países onde o custo de trabalho foi mais baixo, tendo o seu índice ficado acima do da média europeia, ao contrário do sucedido em anos anteriores.

Figura 169. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2022

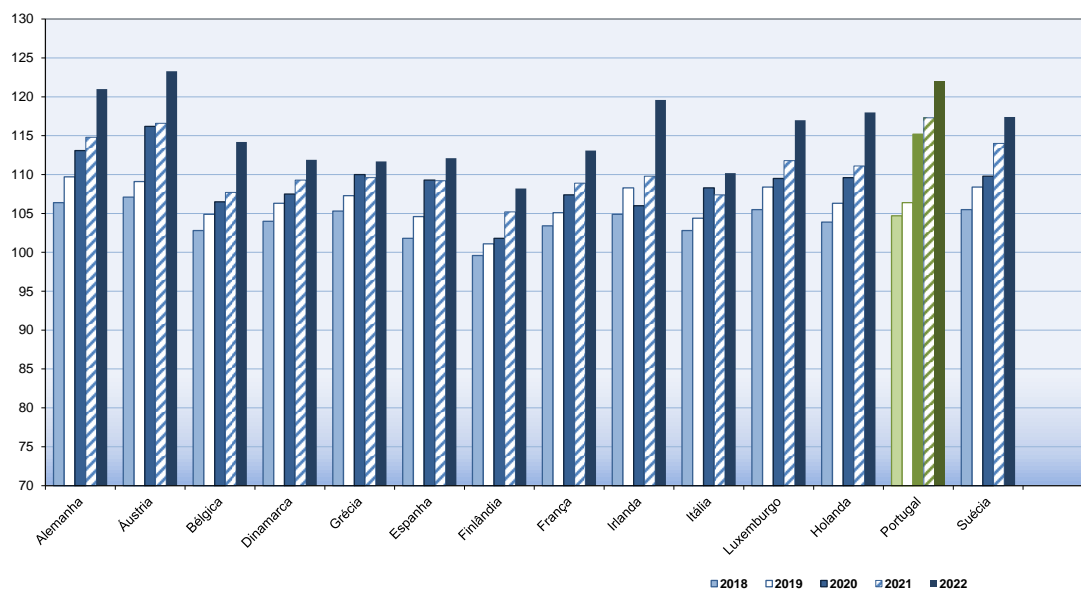
(Base: 2016 = 100)



Deste modo, apenas a Roménia, Bulgária, Hungria, Lituânia, Letónia, Polónia, Eslováquia, Estónia, Chéquia, Eslovénia, Croácia, Áustria e Malta, apresentaram índices de custos de trabalho superiores ao português.

Por último, importa salientar que, a análise deste índice desde o início da série em análise (*Base 2016 = 100*), coloca em evidência o facto de Portugal ser um dos países da UE15 onde o índice do custo de trabalho mais cresceu, só sendo equiparado pela Áustria.

Figura 170. Evolução do Índice do custo de trabalho nos países da UE
(Base: 2016 = 100)



Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K). Valor não disponível para o Reino Unido em 2020.

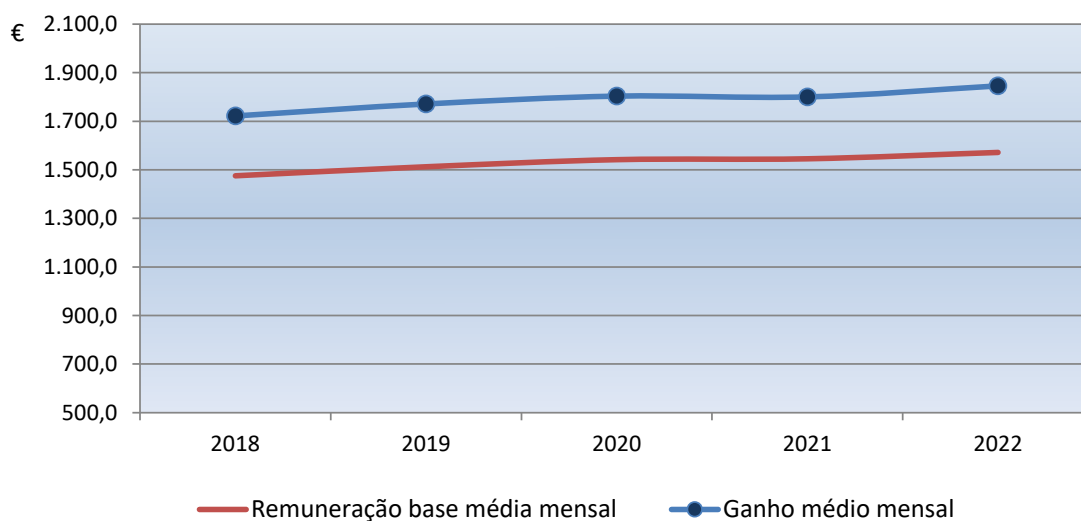
Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*

4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas

De acordo com os dados da DGAEP, em 2022⁶⁸, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.846,0 €. Comparativamente com 2021, o ganho médio cresceu cerca de 2,5%, o que correspondeu a um acréscimo de 45,5 €. Ao longo dos últimos cinco anos, o ganho médio mensal aumentou 7,2%, tendo passado de 1722,0 €, em 2018, para 1846,0 €, em 2021, ou seja, um acréscimo de 124 €.

⁶⁸ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

Figura 171. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por subsector

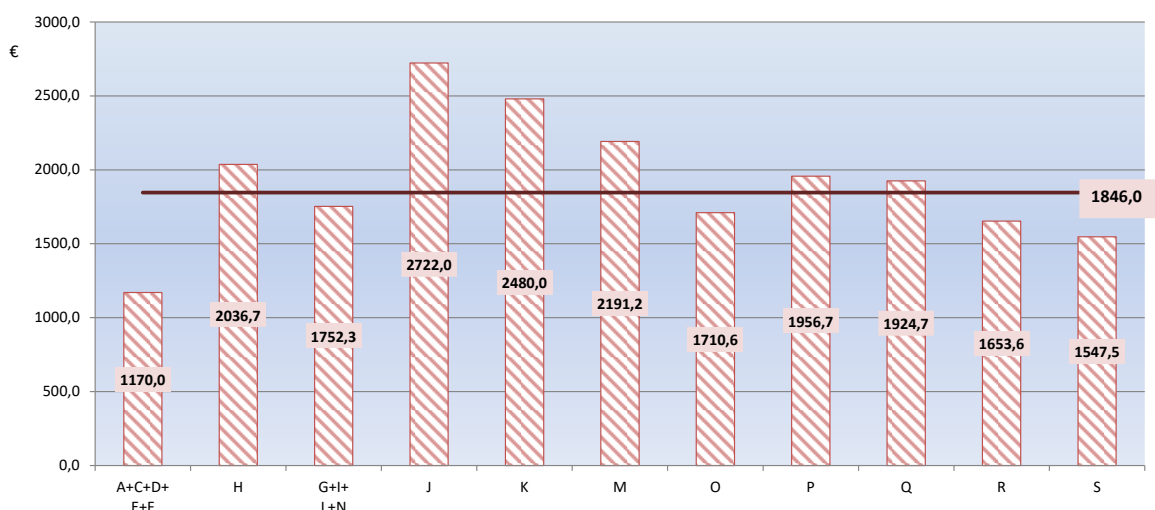


Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

No que se refere à remuneração base mensal nas Administrações públicas, no Continente, em 2022, esta era de 1.572,1 € e representava 85,2% do ganho médio mensal. Ao longo do período em análise, a remuneração base média aumentou 6,5%, o que correspondeu a um aumento de 96,5 €, face a 2018. Assim, a remuneração base média mensal passou de 1475,7 €, em 2018, para 1572,1 €, em 2022.

No que respeita ao ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente por CAE, em 2022, e como no ano anterior, as *Atividades de informação e comunicação* eram o sector com o ganho médio mensal mais elevado. Seguiam-se as *Atividades financeiras e dos seguros*, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e os *Transportes e armazenagem*. O sector em que o ganho médio mensal era mais baixo continuava também a ser, como em 2022, o que agregava a *Agricultura e produção animal*, as *Indústrias Transformadoras*, a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, a *captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção*.

**Figura 172. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente)
por CAE -2022**



- | | |
|--|---|
| A+C+D+E+F Agr. e prod. animal; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção | M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares |
| H Transportes e armazenagem | O Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória |
| G+I+L+N Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas | P Educação |
| J Atividades de informação e de comunicação | Q Atividades de saúde humana e apoio social |
| K Atividades financeiras e de seguros | R Atividades artísticas, de espetáculos, desport. e recreat. |
| | S Outras atividades de serviços |

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2021 e 2022, à exceção do sector das *Atividades financeiras e dos seguros* que registou um decréscimo de 4,9% do ganho médio mensal, todos os restantes sectores de atividade evidenciaram acréscimos do respetivo ganho médio mensal, com destaque para o sector das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 5,1%), das *Outras atividades de serviços* (mais 4,8%), das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (mais 4,5%) e da que agregava a *Agricultura e produção animal, as Indústrias Transformadoras, a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, a captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção* (mais 4,3%).

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

5.0. Nota introdutória

Neste capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional. Foi considerada a informação proveniente do sistema SIGO (Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa), coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e do *Relatório de execução física e financeira*, da responsabilidade do IEFP

A primeira secção apresenta dados relativos às ações de formação constantes no sistema *SIGO*. A informação reportada nesta secção respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e ainda à formação extra-catálogo.

Ao contrário do habitual, este capítulo não inclui a análise dos dados relativos às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores, uma vez que os últimos dados disponíveis do *Relatório anual de Formação Contínua* do GEP-MTSS⁶⁹ (reportados no *Anexo C* do *Relatório Único*) dizem respeito a 2019 e podem ser consultados no *Relatório sobre Emprego e Formação* de 2021.

Este capítulo termina com a análise das ofertas e colocações dos Centros de Emprego, tendo como fonte a publicação *Mercado de Emprego*, da responsabilidade do IEFP

⁶⁹ De referir que, em março de 2023, o GEP-MTSS disponibilizou dados relativos ao *Inquérito à formação profissional contínua 2020*. Este inquérito de periodicidade quinquenal e realizado via Web, abrangeu uma amostra de 6 583 empresas, com 10 ou mais pessoas ao serviço, estratificada por atividade económica, dimensão e NUT II. Saliente-se que, em 2020, 31 400 empresas proporcionaram formação profissional contínua aos seus trabalhadores, correspondendo a 75,6% do total de empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço. Tal traduziu um aumento de 0,6 p.p. face a 2015 e de 11 p.p. relativamente a 2010. O número de pessoas ao serviço que frequentaram cursos de FPC atingiu 979,8 milhares em 2020, tendo registado 887,7 milhares em 2015 e 829,8 milhares em 2010. Este valor correspondeu em 2015, a uma taxa de acesso a cursos de FPC de 42,6% (46,3% em 2015 e 39,8% em 2010), traduzindo uma diminuição de 3,7 p.p. face ao último ano observado (in *Inquérito à formação profissional contínua 2020 – síntese*, Estatísticas em síntese, <http://www.gep.mtsss.gov.pt>).

5.1. Cursos de dupla certificação e formação contínua extra-catálogo

Para análise destas ações de formação recorreu-se à informação constante do sistema SIGO (*Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa*)⁷⁰, coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência.

A informação remetida por aquela Direção-Geral respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações* (CNQ), em 2022, e ainda à formação extra-catálogo.

5.1.1. Cursos de dupla certificação

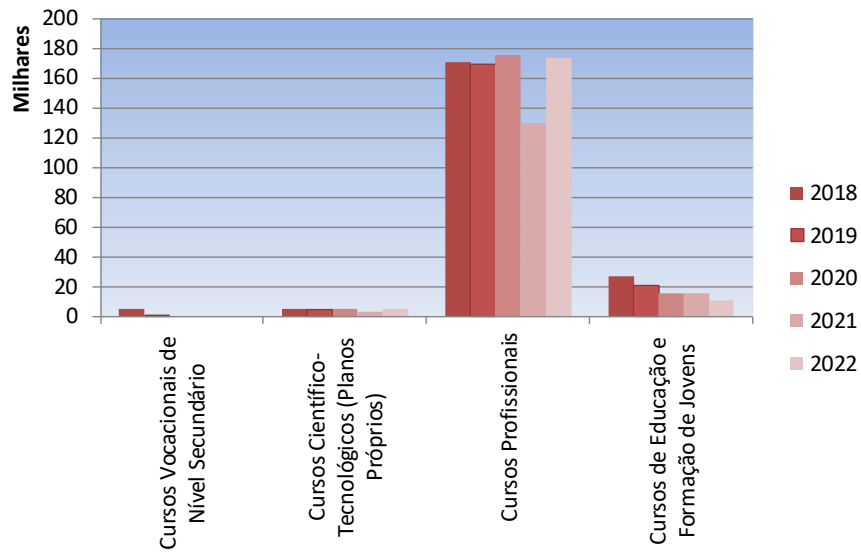
Em 2022, analisando os dados do *Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa* (SIGO), matricularam-se em cursos de educação e formação, 250,9 mil indivíduos. Destes, 188,1 mil (74,9%) frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos⁷¹ e os restantes, 62,8 mil cursos dirigidos a adultos. Entre 2021 e 2022, o número de matriculados em cursos profissionais de dupla certificação cresceu 34,8%, depois de no ano anterior, ter decrescido em 24,8%. Relativamente aos matriculados nas modalidades de educação e formação de jovens verificou-se um acréscimo de 26,6% e 67,1% nos matriculados nas modalidades de educação e formação de adultos.

Em relação à oferta de dupla certificação dirigida a jovens, verificou-se que, cerca de 68,9% dos jovens abrangidos, ou seja 173 mil, frequentavam cursos profissionais e 4,1% (10,3 mil) enquadravam-se em cursos de educação e formação de jovens. Os cursos de planos próprios (científico-tecnológicos) abrangeram cerca de 4,7 mil jovens, representando 1,8% do total. É de salientar que todas estas modalidades de formação conferem uma certificação de nível 4, exceto os cursos de educação e formação de jovens, que conferem uma certificação de nível 2.

⁷⁰ O SIGO abrange a rede de entidades formativas do sistema nacional de qualificações e os centros qualifica e integra todas as ações de formação certificadas, incluindo as não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, designadamente as ações de formação desenvolvidas pelas empresas conforme previsto no Código do Trabalho.

⁷¹ Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os cursos de aprendizagem, nem Cursos de Especialização Tecnológica. Esta informação é analisada em 5.2.

Figura 173. Distribuição dos formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por tipo de curso

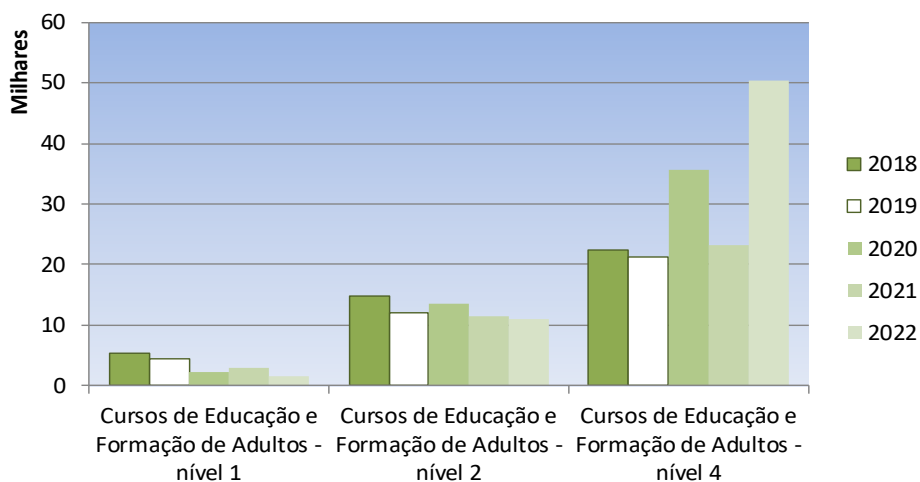


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Observando as modalidades de formação de jovens, em 2022, verificou-se um acréscimo no número de matriculados em praticamente todos os cursos, com exceção dos cursos de educação e formação de jovens. Este acréscimo foi bastante expressivo nos cursos profissionais.

No que diz respeito aos cursos de educação e formação de adultos, 80,1% dos matriculados (50,3 mil indivíduos) frequentaram cursos de nível 4, 17,5% (10,9 mil pessoas) frequentaram cursos de nível 2 e 2,4% (1,5 mil) frequentaram cursos de nível 1.

Figura 174. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por níveis de qualificações



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Entre 2021 e 2022, o número de formandos matriculados nos cursos de dupla certificação para adultos, decresceu nos cursos de nível 1 e 2 e cresceu expressivamente nos cursos de nível 4.

5.1.1.1. Abrangidos por sexo e escalão etário

Em 2022, os homens constituíam cerca de 62% dos formandos em cursos de dupla certificação para jovens e eram maioritários em todas as modalidades de formação, constituindo 68,9% dos matriculados nos cursos de educação e formação de jovens. No entanto, em contrapartida nos cursos de Educação e formação de adultos as mulheres que representavam 67,3%.

Relativamente ao escalão etário dos formandos matriculados nos cursos de dupla certificação para jovens, cerca de 85,7% tinha entre 15 e 24 anos, e os remanescentes matriculados menos de 15 anos. Nos cursos de Educação e Formação de Adultos, os formandos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos vários escalões etários. Os escalões que agregavam maior número de formandos eram, o dos 35 aos e 44 anos, (27%) e o dos 50 ou mais anos (19,7%).

5.1.1.2. Abrangidos por entidades promotoras de formação

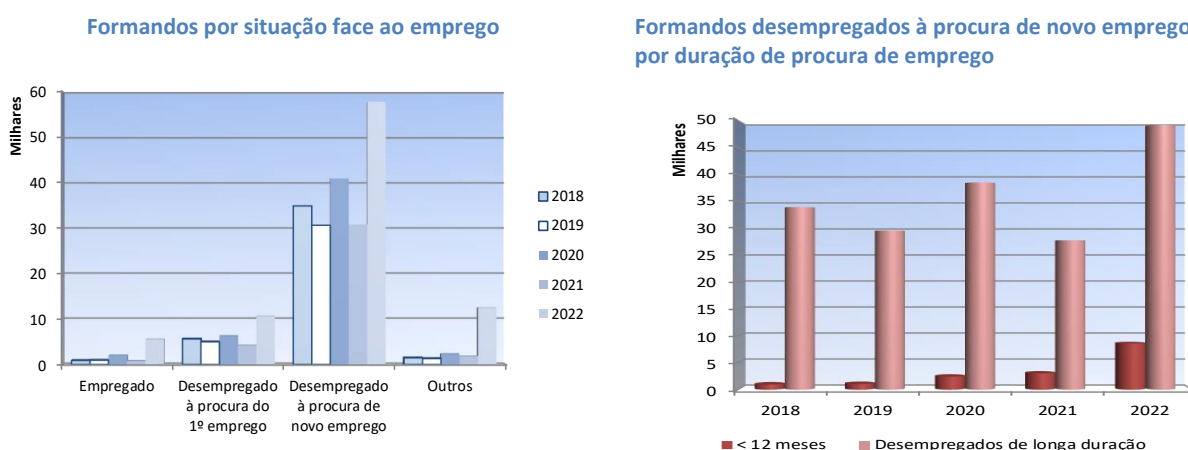
Em relação às entidades promotoras da formação, em 2022, os cursos de dupla certificação para jovens registados no SIGO eram predominantemente, da responsabilidade do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (IEFP), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério da Justiça e de outras entidades formadoras. No que diz respeito aos cursos de Educação e Formação de Adultos, 73% dos formandos frequentavam cursos promovidos pela rede de centros do IEFP.

Os cursos promovidos pelo Ministério da Educação abrangiam 24,7%, o Ministério da Justiça enquadrava 2% dos formandos abrangidos, o Ministério do Mar 0,2% e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 0,1%. Verificou-se um ligeiro aumento no número de matriculados no Ministério da Educação entre 2021 e 2022.

5.1.1.3. Abrangidos nos cursos de formação de adultos por situação no início da formação

Analisando os formandos matriculados nas modalidades de Educação e formação de adultos, em 2022, 79% (68,3 mil), estavam desempregados no início da formação. Os empregados constituíam 6,6% (5,738 mil). Os restantes “Outros” incluíam inativos e reformados e representavam 14,4%. De entre os desempregados, cerca de 10,6 mil eram desempregados à procura do 1º emprego. Em todas as categorias registaram-se aumentos face a 2021, bastante expressivo na categoria dos desempregados à procura de novo emprego.

Figura 175. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação



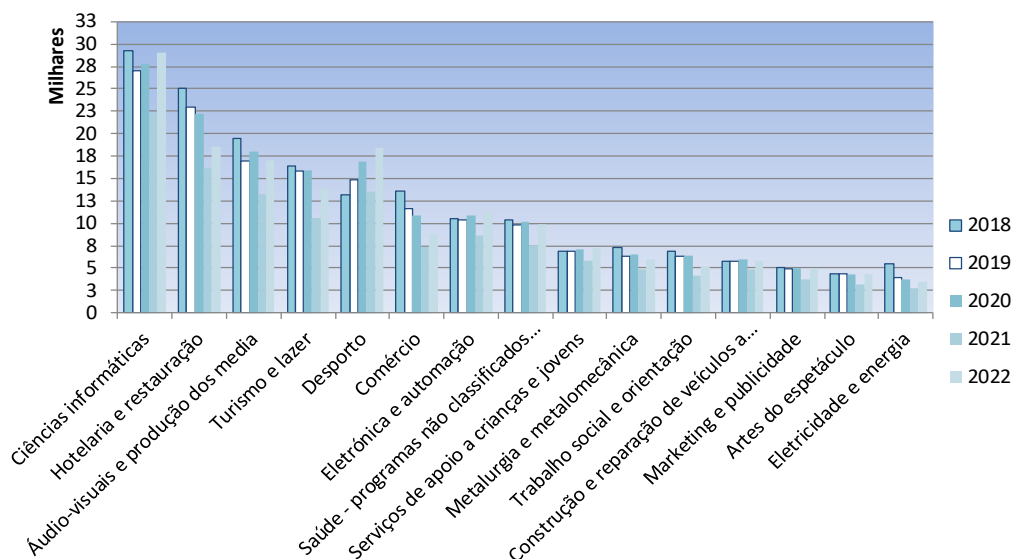
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Os formandos desempregados à procura de novo emprego representavam 66,7% do total (57,7 mil) sendo que, destes, 49,1 mil eram desempregados há 12 ou mais meses (DLD). O peso dos DLD no total dos formandos desempregados à procura de novo emprego representava 71,9% do total dos formandos desta categoria e registou-se um acréscimo significativo face a 2021.

5.1.1.4. Abrangidos por áreas de educação e formação

Em 2022, as áreas de formação que integravam maior número de formandos dos cursos de dupla certificação para jovens, continuavam a ser as “Ciências Informáticas” (15,4% do total de abrangidos), a “Hotelaria e Restauração” (9,8%), o “Desporto” (9,7%), os “Audiovisuais e produção dos média” (9%), e o “Turismo e lazer” (7,5%).

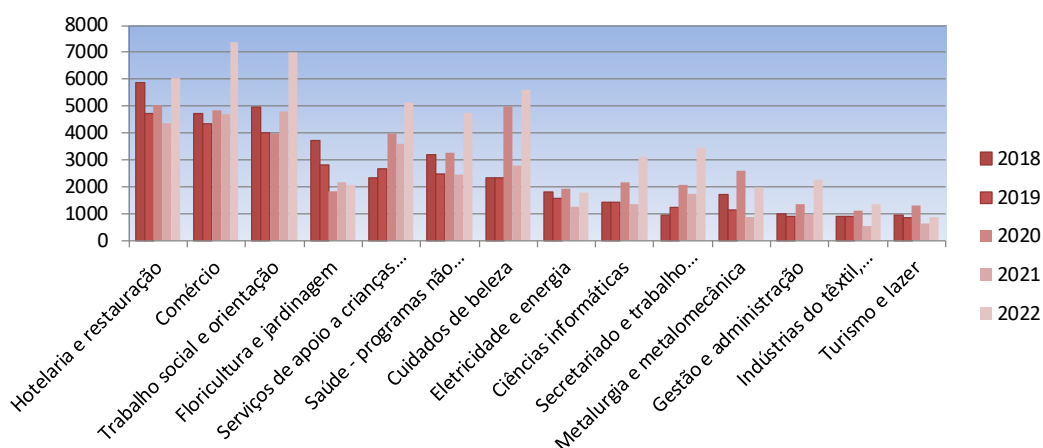
Figura 176. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por áreas de formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em relação às áreas de formação dos cursos de dupla certificação para adultos, as mais representativas eram o “Comércio” (19,5% do total de abrangidos), o “trabalho social e orientação” (18,5%), a “Hotelaria e Restauração” (16,1%), os “Cuidados de Beleza” (14,8%) e os “Serviços de apoio a crianças e jovens” (13,6%).

Figura 177. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para adultos por áreas de educação e formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

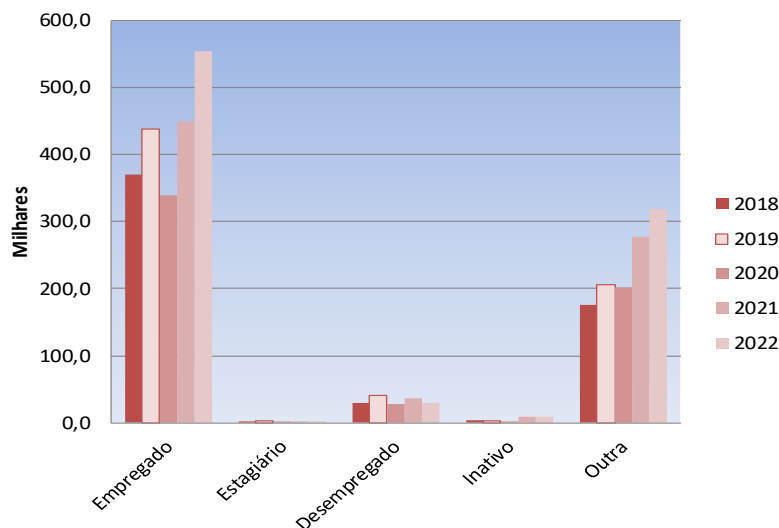
5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)⁷²

Em 2022, cerca de 735 mil pessoas matricularam-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações*, mais 9,7% do que em 2021. As mulheres representavam 62% do total dos matriculados. Os abrangidos distribuíam-se de forma bastante equilibrada pelos diversos escalões etários a partir dos 15 anos, atingindo os 25% do total no escalão dos 50 ou mais anos e os 28,3% no escalão dos 35 aos 44 anos.

5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações

Analisando os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, em 2022, encontravam-se 907 mil pessoas matriculadas em ações de formação⁷³ não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*. O número de matriculados cresceu em relação a 2021 (mais 18%) e mais de metade dos matriculados eram homens.

Figura 178. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por situação face ao emprego



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

⁷² A Formação Modular certificada (FM) é uma modalidade de formação de adultos, cujo plano de formação é constituído por uma ou várias UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Em regra, as UFCD podem ser da componente de formação base ou da componente de formação tecnológica daquele Catálogo.

⁷³ Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas.

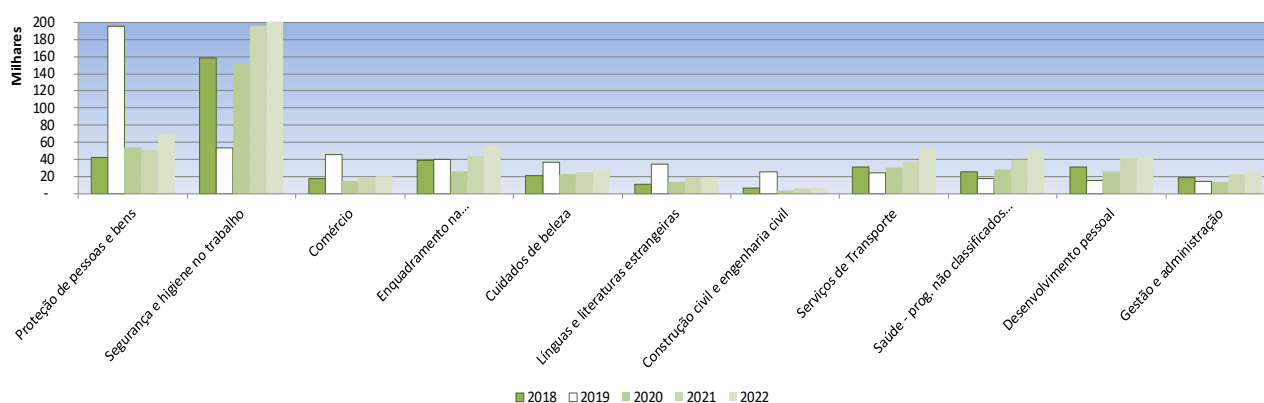
Relativamente à situação face ao emprego, a generalidade dos formandos destes cursos eram empregados (61%), pese embora a formação envolvesse também 3,2% de desempregados e uma pequena percentagem de inativos e de estagiários. Os formandos classificados como em “outra situação” representavam 35% do total.

O peso dos empregados, em 2018, era de 63%, diminuiu em 2020 e 2021, tendo aumentado ligeiramente em 2022. Já a percentagem de desempregados, que representavam 5% em 2018, aumentou ligeiramente até 2019 e tem vindo a diminuir desde 2020.

Observando as áreas de formação mais representativas nestas ações de formação não incluídas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, constatamos que, em 2022, 28,6% dos formandos tinham integrado ações de formação de “segurança e higiene no trabalho”, 7,7% estavam inscritos nas ações de “proteção de pessoas e bens”. Seguiam-se ações de “enquadramento na organização/empresa” (6,2%), “serviços de transporte” (5,8%), “saúde - programas não classificados noutra área de formação” (5,7%) e “desenvolvimento pessoal” (4,7%).

Entre 2018 e 2022, verificou-se o aumento expressivo das ações de formação de “segurança e higiene no trabalho”.

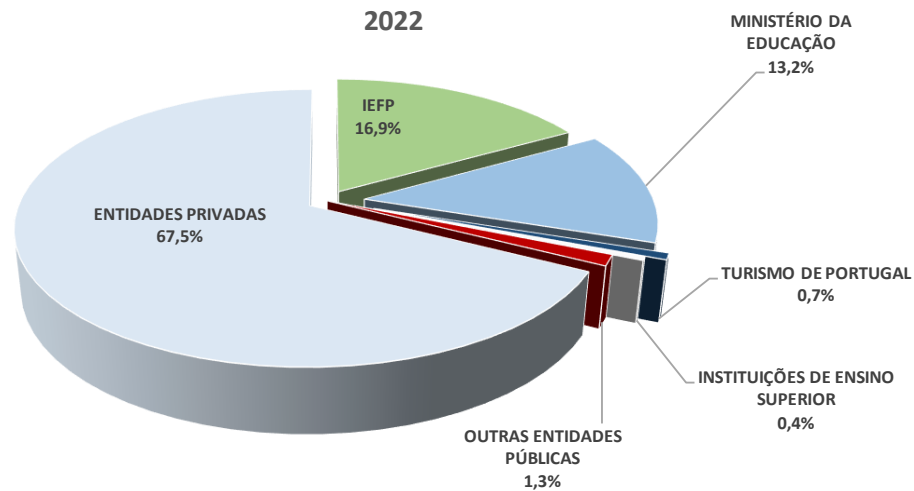
Figura 179. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por áreas de educação e formação mais representativas



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Considerando o número total de formandos abrangidos (1.940 mil) por ofertas de formação por tipologia de entidade, verificou-se que 67,5% (1.310 mil) foram desenvolvidas por entidades privadas, 16,9% (326,9 mil) pelo IEFP, 13,2% (256,2 mil) pelo Ministério da Educação, 0,7% (14,3 mil) pelo Turismo de Portugal, 1,3% (24,6 mil) por outras entidades públicas e 0,4% (7,8 mil) por Instituições do Ensino Superior, públicas e privadas.

Figura 180. Total de formandos por tipologia de entidade formadora



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em síntese, analisando os dados administrativos reportados pelas entidades formadoras, constatou-se que, em 2022, cerca de 49,5% (960,1 mil) dos formandos que preencheram ofertas de formação, o fizeram em entidades sem financiamento público, tendo 28,5% (552,7 mil) das ofertas sido financiadas pelo POISE, 9,4% (181,5 mil) pelo POCH, 6% (115,7 mil) pelo programa LISBOA 2020 e 3% (58,3 mil) pelo Orçamento do Estado. De referir que o financiamento pelos programas COMPETE 2020, NORTE 2020, CENTRO 2020, ALENTEJO 2020, CRESC ALGARVE 2020, MADEIRA 2020, POISE-IEJ, PDR 2020 e MAR 2020, abrangeu um número residual de formandos.

5.2. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional⁷⁴

Para a análise das medidas de formação e emprego promovidas pelo IEFP recorreu-se ao *Relatório de execução física e financeira* daquele Instituto, para os anos de 2018 e 2019, excluindo as medidas não integradas nos sistemas informáticos e que são reportadas, pelo IEFP, na execução física da formação profissional, onde se destacam os encaminhamentos efetuados pelos Centros Qualifica e as Ações em Cooperação com Outras Entidades. Os dados para os anos de 2020 a 2022, foram disponibilizados pelo

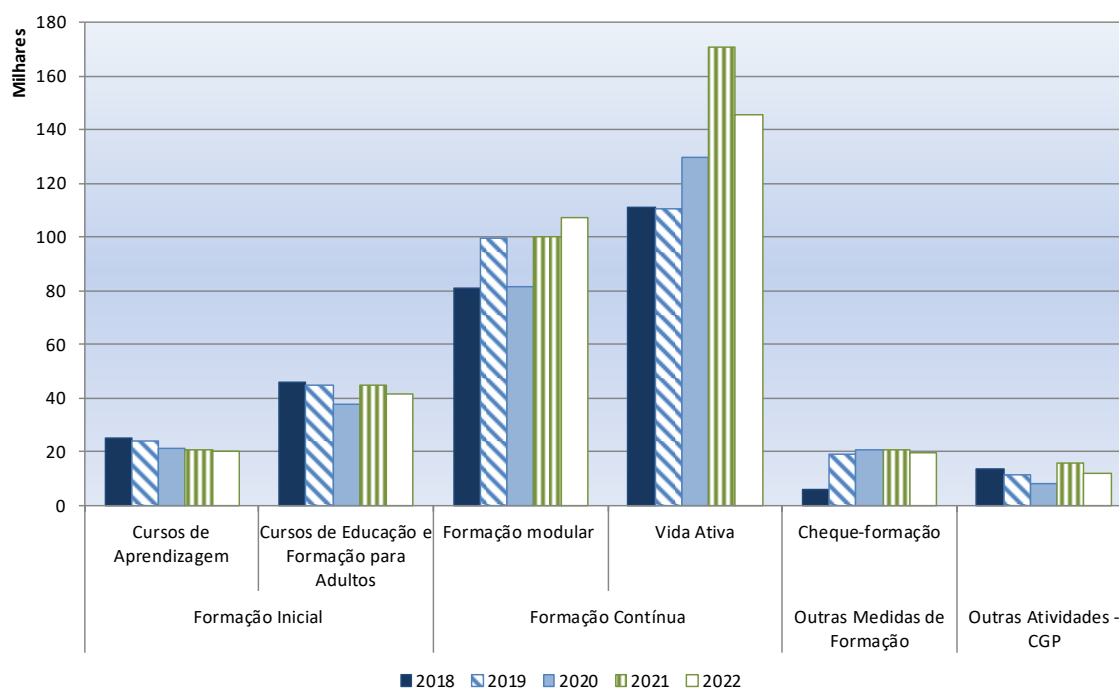
⁷⁴ O Sigo integra parte da informação sobre a oferta formativa do IEFP, mas não abrange todo a sua atividade, nomeadamente os cursos de especialização tecnológica ou a formação modular. Por esse motivo, mantém-se um capítulo próprio dedicado à atividade formativa do IEFP.

Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEF, tendo por base a mesma metodologia de apuramento.

Em 2022, as ações de formação promovidas pelo IEF abrangeram 415,3 mil pessoas, dos quais se destacam 290,7 mil abrangidos em ações de Formação Contínua (70%), 65,9 mil (15,9%) na Formação Inicial, 22,4 mil (5,4%) na formação para a inclusão, 24,3 mil (5,9%) abrangidos por outras medidas de formação, incluindo o Cheque-formação e a Formação de Formadores, e cerca de 12 mil (2,9%) em Outras atividades dos Centros de Gestão Participada.

No que respeita à Formação Inicial, 20,1 mil jovens frequentaram Cursos de Aprendizagem, verificando-se que o seu número tem vindo a decrescer ligeiramente desde 2018 (20,9 mil em 2021). Relativamente aos Cursos de Educação e Formação de Adultos, o número de formandos abrangidos em 2022 (41,4 mil) diminuiu face ao ano anterior (45,1 mil pessoas), assim como os Cursos de especialização tecnológica⁷⁵, que registou igualmente uma ligeira quebra em 2022 (4,4 mil), face a 2021 (4,6 mil).

Figura 181. Número de formandos abrangidos por cursos de formação



Fonte: IEF, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 e 2021 - dados foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEF.

⁷⁵ Os cursos de especialização tecnológica destinam-se simultaneamente a população jovem e a população adulta.

No que se refere à Formação Contínua, em 2022, os abrangidos na medida Vida Ativa⁷⁶ (145,4 mil) representavam cerca de metade dos abrangidos por formação contínua (290,7 mil) e os abrangidos pela medida Formação modular ⁷⁷ (107,5 mil), cerca de 37%. A medida Cheque-Formação⁷⁸ envolveu 19,8 mil pessoas e as outras atividades de formação implementadas pelos Centros de Gestão Participada, cerca de 12 mil pessoas. Face a 2021, sobressai o crescimento da formação Certificado de Competências Digitais⁷⁹ (mais 17,9 mil pessoas) e a Formação para a inclusão (mais 11,4 mil pessoas).

Em 2022, no conjunto das medidas de formação promovidas no âmbito do IEF, as mulheres são maioritárias (59,3%), beneficiando de uma grande relevância na medida Vida Ativa (67,4%), nos Cursos de Educação e Formação para Adultos (67,1%), na Formação de Formadores (65,3%), Programa Jovem + Digital (64,2%) e na Qualificação para a Internacionalização (64,2%). Pelo contrário, nos Cursos de aprendizagem e nos de Especialização Tecnológica, predominavam os homens (67,4% e 67,1%, respetivamente), assim como na medida Cheque-formação (54,2%).

No que se refere aos escalões etários, em 2022, nas ações de Formação Inicial, mais de metade dos abrangidos continuavam abaixo dos 35 anos (59,1%). Na Formação Contínua, esse grupo correspondia a 31,6% dos abrangidos e 29,5% tinha 50 ou mais anos. De notar que o número dos abrangidos dos escalões etários mais velhos aumentou face ao ano anterior.

Na repartição por níveis de habilitações, em 2022, nas medidas de Formação Inicial, e considerando que os Cursos de Aprendizagem se dirigem a jovens com o 3º ciclo do ensino básico que não tenham concluído o 12º ano, os abrangidos enquadram-se, naturalmente, nesse nível de habilitações. Já nos Cursos de Especialização Tecnológica, dirigidos a pessoas com pelo menos o ensino secundário, 88,3% dos abrangidos tinha esse nível de escolaridade e os restantes tinham habilitações superiores.

⁷⁶ A medida *Vida Ativa* é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou a desempregado que não possuam uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

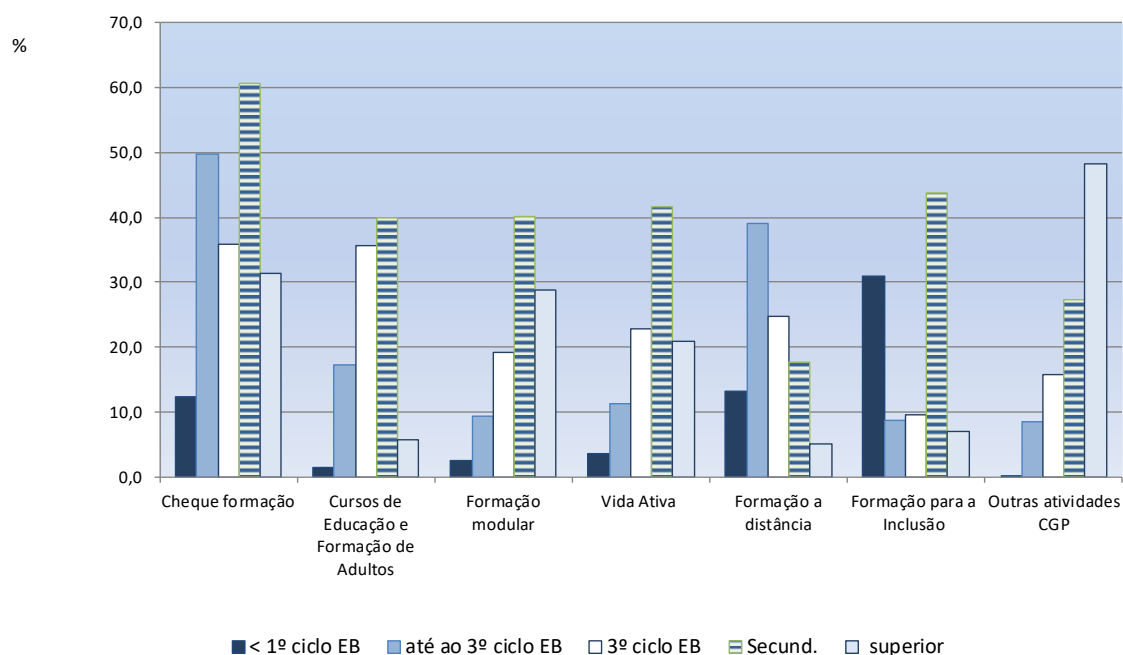
⁷⁷ A partir de 2017, a medida formação modular passou a incluir ativos empregados e desempregados.

⁷⁸ A medida Cheque-Formação, constitui uma modalidade de financiamento direto da formação a atribuir aos utentes inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional, nomeadamente empregadores, ativos empregados e desempregados (Portaria n.º 229/2015, de 3 de agosto). Inclui, ainda, desempregados não enquadrados nas medidas no âmbito da Vida Ativa. Consiste na concessão de apoio financeiro que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição de competências relevantes para a melhoria do desempenho individual ou para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustadas às necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

⁷⁹ Medida criada no último trimestre de 2021.

Relativamente às ações de Formação Contínua, 39,9% dos abrangidos tinha o ensino secundário, 23,2% tinha o ensino superior, 20,9%, tinha o 3º ciclo do ensino básico e 12,5% tinha até ao 3º ciclo do ensino básico. Relativamente aos anos anteriores, verifica-se uma tendência para o decréscimo dos abrangidos com níveis de habilitações mais baixos.

Figura 182. População abrangida nas medidas de Formação em 2022, por nível de escolaridade

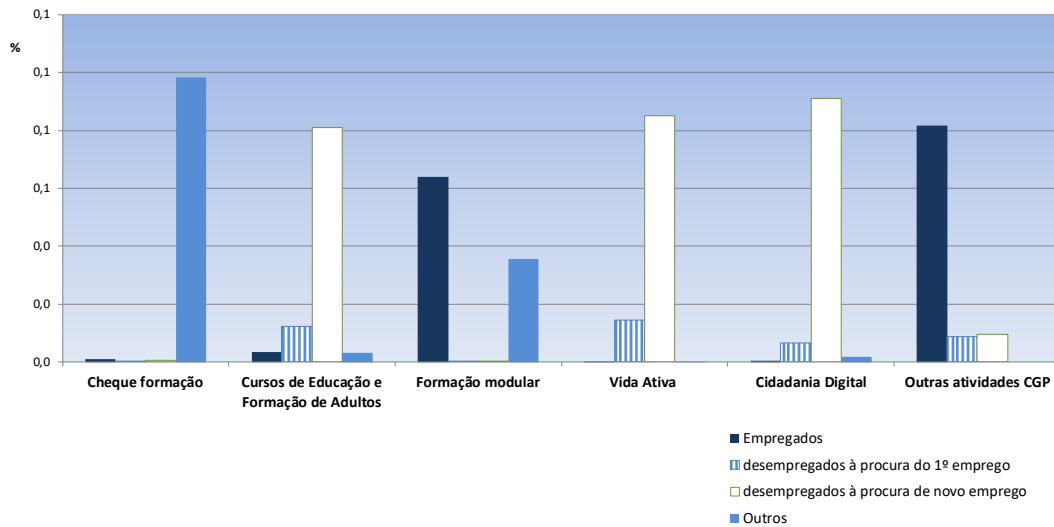


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Ano de 2021 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

Importa ainda assinalar que os formandos com o ensino secundário eram maioritários nos Cursos de Especialização Tecnológica (88,3%), na medida Cheque-formação (60,7%), no Programa Jovem + Digital (59,8%) e na Qualificação para a Internacionalização (58,6%). Nos cursos de educação e formação de adultos, a larga maioria dos formandos situava-se entre o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário (35,6% e 40%, respetivamente). Quanto à Formação de Formadores, 83,7% tinha formação superior.

No que respeita à situação face ao emprego dos formandos no início da formação, em 2022, a análise dos dados permite constatar que, no total da formação profissional, os desempregados representavam 57,9% e os empregados 21,4%, embora esta relação varie medida a medida. Assim, por exemplo, enquanto na vida ativa, no Certificado de Competências Digitais, na Qualificação para a Internacionalização, no Programa Jovem + Digital, na cidadania digital e nos cursos de educação e formação, os abrangidos eram essencialmente desempregados (todos com mais de 93%). Por outro lado, na formação modular, existia uma larga percentagem de trabalhadores empregados (cerca de 64%).

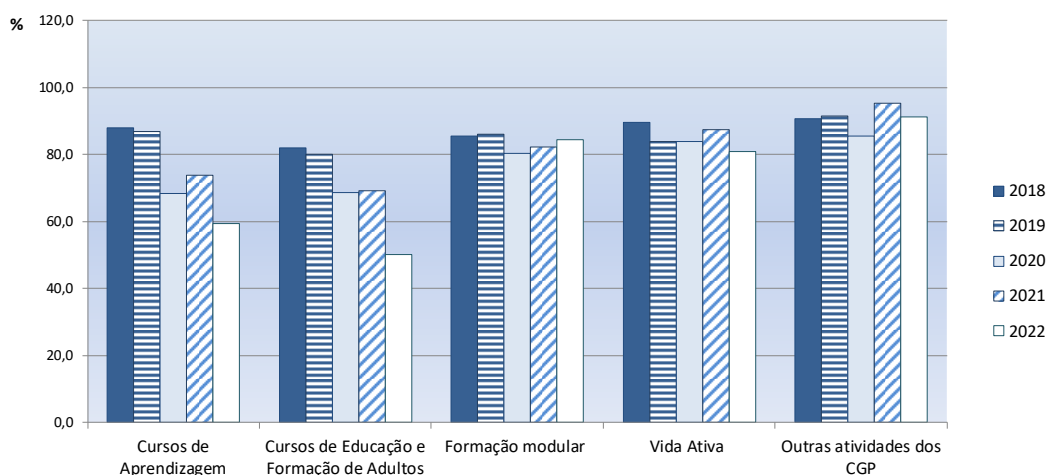
Figura 183. População abrangida nas medidas de Formação segundo a situação face ao emprego no início da formação, em 2022



Fonte: IEF, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 a 2022 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEF.

Analisando a percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional, esta representava no total 7,5% dos abrangidos na formação em 2022, embora, nos Cursos de Educação e Formação de Adultos, os desistentes constituíam cerca de 20,1% dos abrangidos e, nos Cursos de especialização tecnológica, cerca de 10,7%. De referir que, esse valor é mais elevado no Programa Emprego + Digital (24,6%) e na Qualificação para a Internacionalização (24,3%), encontrando-se taxas de desistência bastante mais baixas na Cidadania digital (2,6%) e na Formação modular (3,8%).

Figura 184. Percentagem de formandos aprovados no final da formação



Fonte: IEF, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 a 2022 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEF.

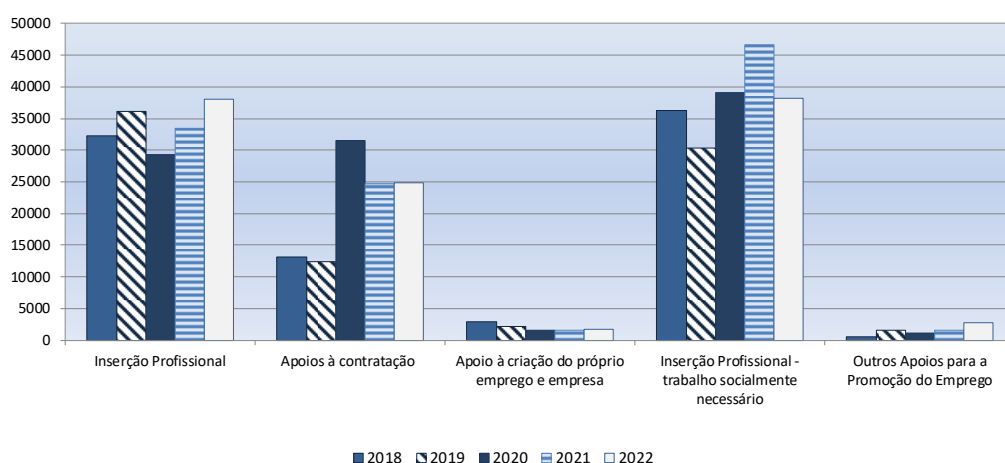
Por último, considerando os formandos que terminaram a formação em 2022, constata-se que as taxas de aprovação mais elevadas se registaram na Formação modular (84,6%), na formação para a Cidadania Digital (82,3%), na Vida Ativa- Emprego Qualificado (81,4%), no Programa Emprego + Digital (80,6%) e na Formação de Formadores (80,2%).

5.3. Medidas de Apoio ao Emprego

Em 2022, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram cerca de 105,6 mil pessoas. Destas, 36,2%, beneficiaram das medidas de *Inserção Profissional – trabalho socialmente necessário*, 36% beneficiaram das medidas de *Inserção profissional*⁸⁰, 23,5% beneficiaram de *apoios à contratação*, 2,6% beneficiaram de *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* e cerca de 1,7% beneficiaram de *Apoio à criação de emprego e empresas*⁸¹.

Relativamente ao ano anterior, o número de abrangidos diminuiu (menos 2,4 mil pessoas), devido à quebra verificada ao nível das medidas de *Inserção profissional – trabalho socialmente necessário*. Em contrapartida, aumentou o número de abrangidos pela medida *Inserção profissional* (mais 4,6 mil), assim como pela medida *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* (mais 1,2 mil). Nos *Apoios à Contratação*, o número de abrangidos permaneceu quase inalterado (apenas mais 89 pessoas). Em 2022, 74,5% dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego tinham terminado a sua participação.

Figura 185. Número de abrangidos por medidas de Apoio ao Emprego



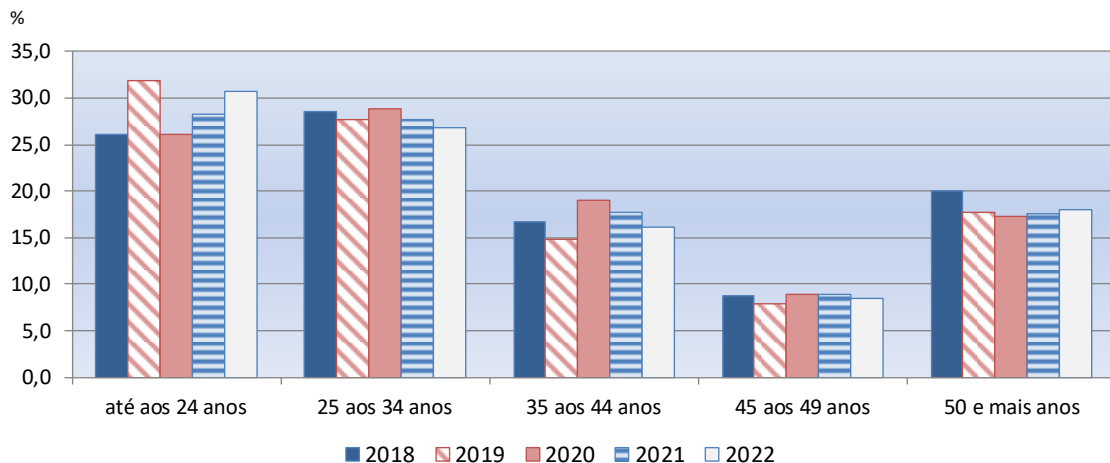
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 a 2022 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP

⁸⁰ As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações, promovidos pelo IEFP ao longo do período de referência: "Estágios Emprego"; "Estágios Profissionais", "Estágios ATIVAR.PT" e "Emprego – Jovem Ativo".

⁸¹ Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas "Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +".

Em 2022, as mulheres representavam 65,1% do total dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego e, à semelhança de anos anteriores, eram maioritárias em quase todas elas. Tal não aconteceu nas medidas *Converte +*, *Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE*, *Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego (PAECPE)* e *Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal*⁸², onde predominava o sexo masculino.

Figura 186. Evolução da percentagem de abrangidos pelas medidas de Apoio ao Emprego por escalões etários



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 a 2022 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP

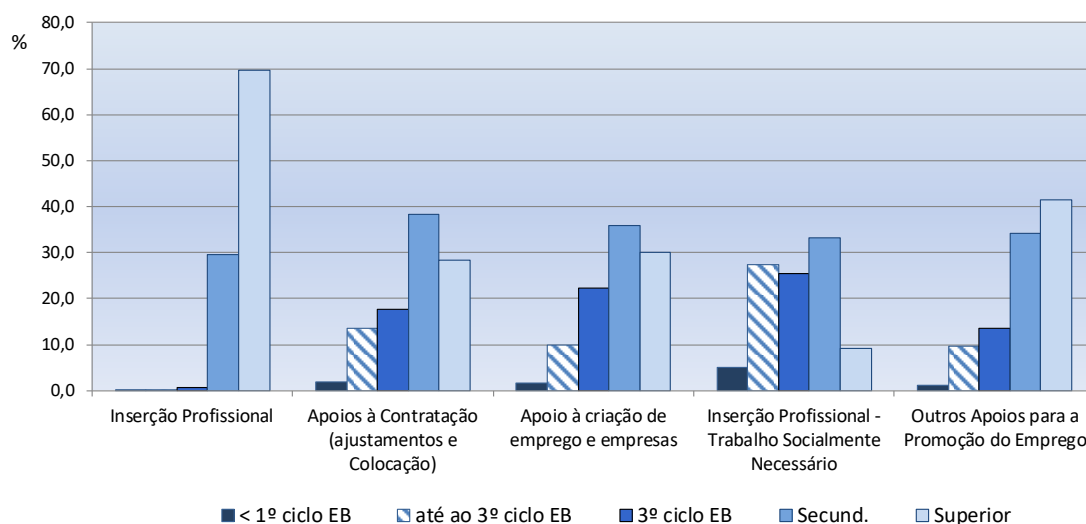
No que respeita aos escalões etários, em 2022, 30,7% % dos abrangidos situavam-se no escalão etário até aos 24 anos, logo seguido pelo escalão dos 25 aos 34 anos (26,8%). Cerca de 16,1% deste universo tinham entre 35 e 44 anos e 18% tinham 50 e mais anos. De notar, nos últimos anos, o aumento do peso do escalão mais jovem que, não obstante um decréscimo em 2020, voltou a crescer em 2021 e 2022.

No conjunto de medidas de *Inserção Profissional*, 61,2% dos abrangidos tinham até 24 anos e 33,7% estava no escalão entre os 25 e os 34 anos. Já nos *Apoios à Contratação*, o escalão etário mais representado era o dos 25 aos 34 anos (29,9% do total), seguindo-se o escalão dos até aos 24 anos (22,7%). Nos *Apoios à criação de emprego e empresas*, 37,4% dos abrangidos tinham entre 35 e 44 anos e 24,1%, tinha 50 ou mais anos. Já no que respeita à *Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário*, o escalão dos 50 e mais anos representava 35,2% dos abrangidos, seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (23,8%).

⁸² Esta medida tem como objetivo incentivar o regresso e a fixação de emigrantes ou familiares de emigrantes em Portugal e dirige-se aos cidadãos que iniciem atividade laboral em Portugal continental, mediante a celebração de contrato de trabalho por conta de outrem e que, cumulativamente, tenham saído de Portugal até 31 de dezembro de 2015. Prevê um apoio financeiro a conceder diretamente aos destinatários, bem como da comparticipação em custos de transporte de bens e nos custos de viagem dos destinatários e respetivos membros do agregado familiar.

No que se refere aos níveis de habilitações dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego, em 2022, 36,6% tinham o ensino superior e 33,1% o ensino secundário, tendo o peso de ambos estes níveis de ensino aumentado relativamente a 2021. Por outro lado, 13,5% dos abrangidos possuíam até ao 3º ciclo do ensino básico e 14,3% possuíam o 3º ciclo do ensino básico.

Figura 187. Percentagem de abrangidos por medidas de Apoio ao Emprego, por níveis de habilitações, em 2022



Fonte: IEFP, dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Em 2022, nas medidas de *Inserção profissional*, 69,7% dos abrangidos possuíam o ensino superior e 29,5%, o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com maior expressão nos *Apoios à contratação*, embora nestas medidas o peso de cada um destes níveis de habilitações fosse mais aproximado. No *Apoio à criação de emprego e empresas*, os abrangidos com o ensino secundário representavam 36%, enquanto os abrangidos com o ensino superior constituíam 30,2%. Por outro lado, 22,2% dos abrangidos nesta medida tinham o 3º ciclo do ensino básico. Quanto à medida *Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário*, cerca de 33,1% dos abrangidos tinham o ensino secundário e 27,3% possuíam até ao 3º ciclo do ensino básico.

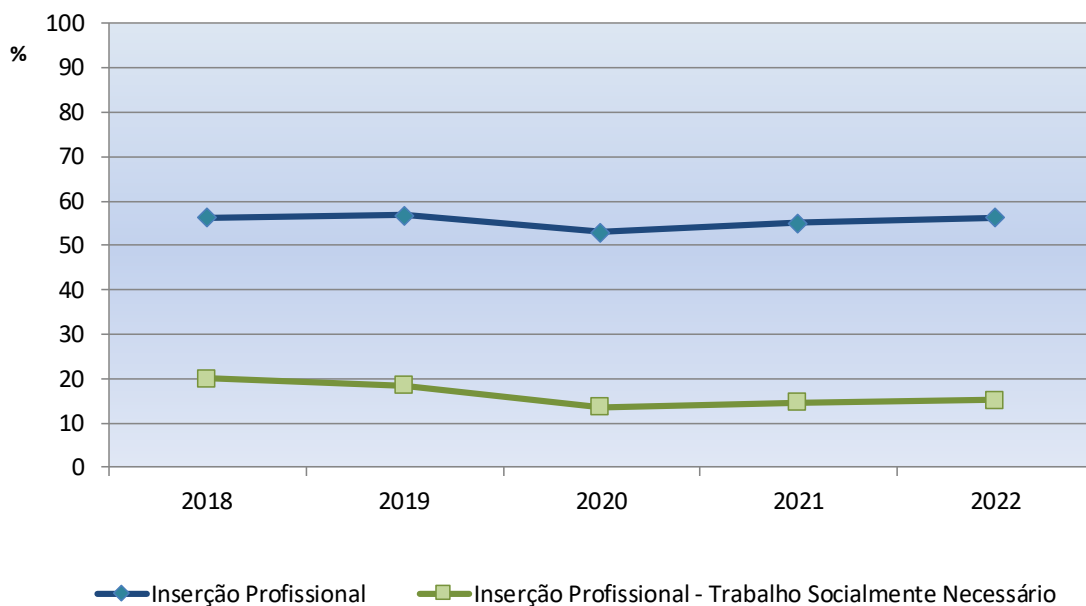
No que respeita à situação face ao emprego, em 2022, 94,9% dos abrangidos pelas medidas de Apoio ao emprego eram desempregados⁸³ no início da frequência das medidas e 4,6% eram indivíduos não registados à procura de emprego. Os empregados correspondiam apenas a 0,6% do total de abrangidos.

⁸³ No que se refere ao acesso às medidas de apoio ao emprego, os trabalhadores com suspensão de contrato de trabalho por salários em atraso são equiparados a desempregados.

No que se refere aos desempregados, os que se encontravam à procura do novo emprego representavam 71,8% do total dos abrangidos pelas medidas. Com efeito, os desempregados à procura do 1º emprego só tinham alguma expressão na medida de *Inserção Profissional* (57% do total da medida).

Em 2022, analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego após a frequência nas medidas de *Inserção Profissional* e de *Inserção Profissional – Trabalho Socialmente Necessário*, verifica-se que obtiveram colocação, respetivamente, 56,2% (cerca de 13,6 mil) e 15,1% (3,8 mil), dos indivíduos.

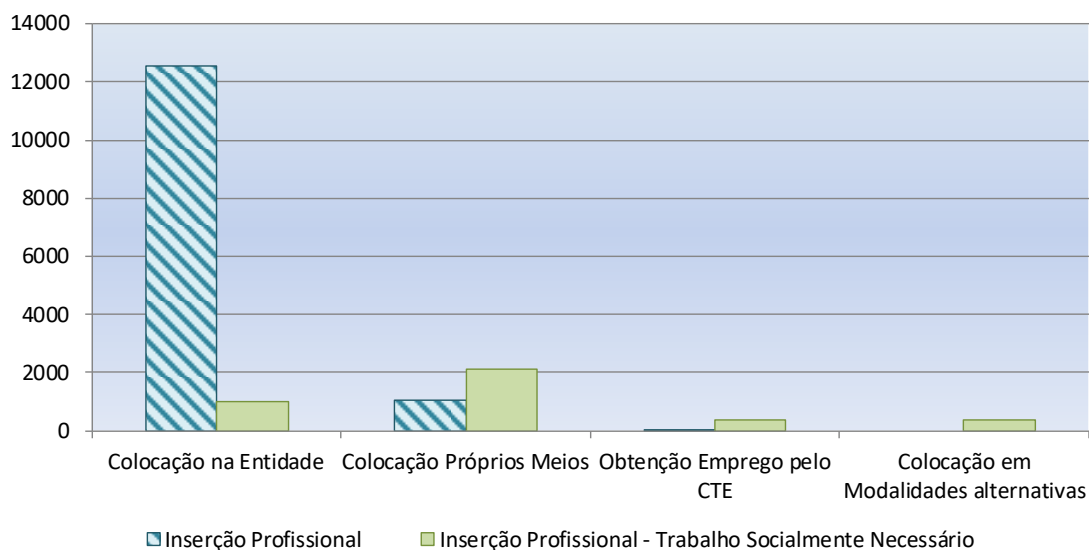
Figura 188. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro. Anos de 2020 a 2022 - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP

Em 2022, considerando os indivíduos que ficaram empregados após a conclusão dos estágios no âmbito das medidas de *Inserção Profissional*, 91,9% foram colocados na entidade onde estagiaram (cerca de 12,5 mil), 7,8% encontraram colocação pelos próprios meios (1,1 mil) e os restantes (0,2%) obtiveram colocação através do Centro de Emprego. No que respeita às medidas de *Inserção profissional* e *Inserção Social – Trabalho Socialmente Necessário*, apenas 26% (989 pessoas) ficaram colocados na entidade que os acolheu, tendo a maioria, ou seja 55,3% (2,1 mil pessoas), encontrado colocação pelos seus próprios meios. De referir que 9,3% (353 pessoas) foram colocados através do Centro de Emprego.

Figura 189. Tipologia de colocação dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional em 2022



Fonte: IEFP, dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Formação profissional em regime presencial ou a distância

Em 2022, o recurso às tecnologias de informação de comunicação para assegurar a realização de um conjunto de atividades, até então asseguradas de modo presencial, continuou a generalizar-se a vários domínios e atividades, incluindo a formação profissional. Neste contexto, o quadro seguinte dá nota da proporção das ações de formação profissional promovidas no âmbito do IEFP, em regime presencial e a distância.

Figura 190. Regime de Formação Profissional						
Formação realizada durante o ano de 2022						
	Ações de formação (%)		Formandos abrangidos (%)		Volume de formação (%)	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
A distância	16	37	16	38	22	24
A distância e presencial	40	10	46	10	32	21
Presencial	44	53	38	52	45	55

Nota: Dados de 2022, referentes às ações desenvolvidas pelos Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP) do IEFP e por Entidades Formadoras Externas (EFE) no âmbito dos cursos de aprendizagem.
Fonte: IEFP, Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

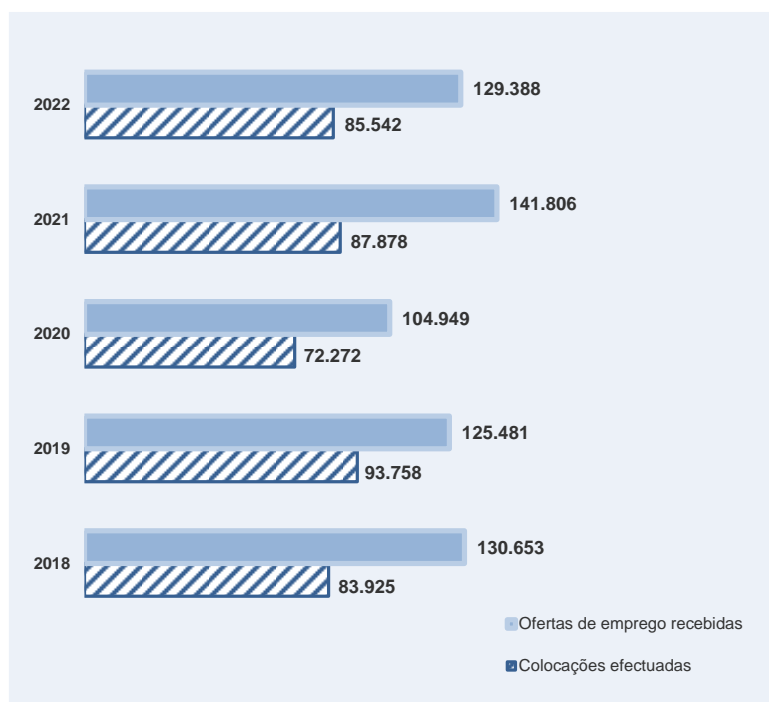
Deste modo, constata-se que 53% das ações de formação ocorreram em regime presencial e 37% tiveram lugar a distância, abrangendo respetivamente 52% e 38% do total de formandos. De salientar que, 10% das ações de formação, aconteceram em regime misto (com formação a distância e presencial) e envolveram 10% do total de formandos.

Por último, tendo em conta o volume total de formação profissional registada pelo IEFP, verifica-se que 55% da formação foi realizada em regime presencial, 21% em regime misto e 24% ocorreu à distância.

5.4. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego diminuíram em 2022, invertendo-se assim a tendência de acréscimo verificada no último ano. Assim, o número de ofertas diminuiu cerca de 8,8%, atingindo perto de 129,4 mil em 2022. Por outro lado, em 2022 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou, também, uma variação negativa de 2,7%, o que correspondeu a um decréscimo de cerca de 2,3 mil colocações face a 2021. Deste modo, constata-se que, em 2022, 66,1% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego.

Figura 191. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



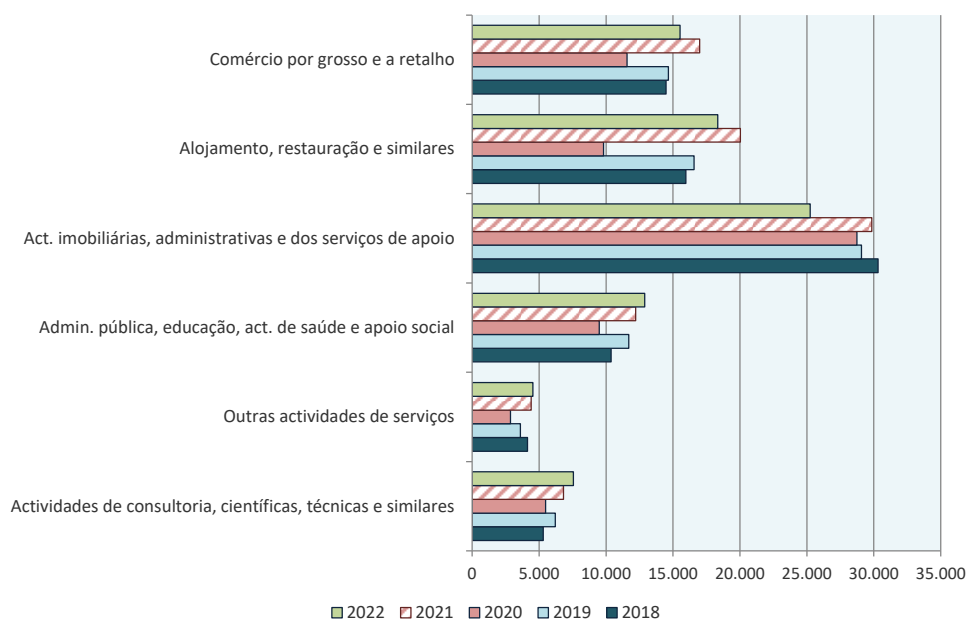
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Em termos setoriais, verifica-se que foram os setores da *Indústria* e dos *Serviços* que contribuíram para a quebra das ofertas de emprego registadas em 2022 (menos 5% e menos 19,5%, respetivamente, o que correspondeu a menos 7,5 mil ofertas na *Indústria* e 5 mil nos *Serviços*), uma vez que o número de ofertas de emprego no setor da *agricultura* evidenciou uma subida, embora pouco expressiva (1% face ao ano anterior). De salientar que o setor dos *serviços* continuou a concentrar o maior número de ofertas, totalizando 93,6 mil ofertas, em 2022.

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite observar que, em 2022, à exceção dos subsectores mais representados, todos os subsectores dos *Serviços* evidenciaram um acréscimo do respetivo número de ofertas registadas. Com efeito, considerando que 72,4% das ofertas recebidas foram oriundas dos *Serviços*, a sua distribuição concentrou-se, em particular, nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (19,5%), no *Alojamento, restauração e similares* (14,2%), no *Comércio por grosso e a retalho* (12%) e na *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* (10%).

Cumpra também referir que, em termos absolutos, os subsectores das *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio*, do *Alojamento, restauração e similares* e do *Comércio por grosso e a retalho* apresentaram decréscimos expressivos no número de ofertas recebidas, com menos 4,6 mil, 1,7 mil e 1,5 mil registos, respetivamente, face ao período homólogo.

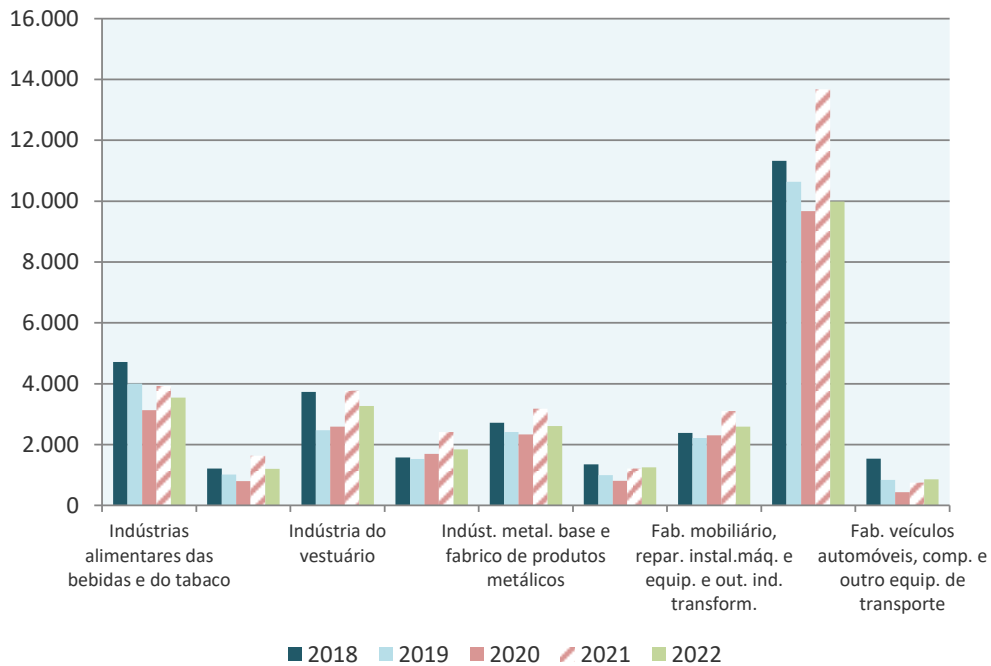
Figura 192. Ofertas de emprego recebidas – Serviços



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Relativamente ao setor da *Indústria, energia, água e construção*, em 2022, a *Construção* foi responsável por 7,7% do total das ofertas de emprego recebidas, tendo registado um decréscimo de 27% face ao ano anterior. Seguem-se as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (2,7%), a *Indústria do vestuário* (2,5%), a *Indústria metalúrgica de base e fabrico de produtos metálicos* (2%) e o *Fabrico de mobiliário, reparação e instalação de máquinas e equipamento e outras indústrias transformadoras* (2%).

Figura 193. Ofertas de emprego recebidas – Indústria



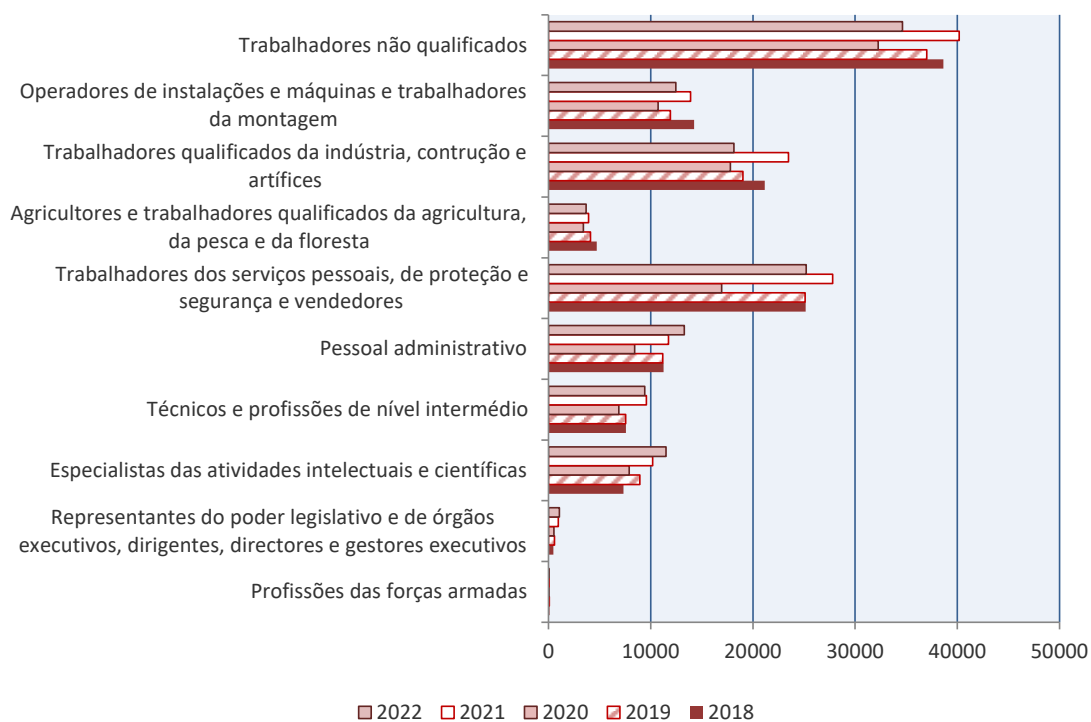
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

De notar que, no período em análise, quase todos os subsectores da *indústria* apresentaram decréscimos absolutos no número de ofertas recebidas, com destaque para a *Construção*, com menos 3,7 mil registos.

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2022, por categorias profissionais, verifica-se que os *Trabalhadores não qualificados* continuam a apresentar-se como o grupo profissional mais representado, com 26,8%, não obstante, no período em análise, o seu peso relativo no total de ofertas recebidas ter diminuído cerca de 1,6 p.p.

Ainda em termos de representatividade, destacam-se os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* com um peso de 19,5%, que, em 2022, apresentaram uma variação negativa significativa (menos 9,3%), o que, em termos absolutos, se traduziu numa descida de 2,6 mil ofertas registadas. De salientar que, para além desta categoria profissional, também a dos *Trabalhadores não qualificados* e dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artesãos* evidenciaram decréscimos expressivos no número de ofertas de emprego, com menos 5,6 mil e 5,3 mil, respetivamente.

Figura 194. Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, I.P, *Mercado de Emprego*

CONCEITOS UTILIZADOS

Acidente de trabalho

Todo o acontecimento inesperado e imprevisível, incluindo os atos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

Ações de Formação

Atividade organizada com o fim de proporcionar a aquisição ou o aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais.

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Contrato de trabalho intermitente sem termo

Contrato de trabalho pelo qual o trabalhador se obriga a prestar atividade intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho

Contrato de trabalho em que a atividade a que o trabalhador se obriga é realizada habitualmente fora da empresa e através de recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária

Contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer temporariamente a sua atividade numa empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

Contrato de trabalho temporário com termo certo

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorrer determinado facto futuro com data antecipadamente prevista).

Contrato de trabalho temporário com termo incerto

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorrer determinado facto futuro que não tem data antecipadamente prevista)

Custo de mão de obra

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de carácter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de carácter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado

Indivíduo, com idade mínima de 16 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
- e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- a) no desejo de trabalhar;
- b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

Desempregado à procura de novo emprego

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura do primeiro emprego

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

Desempregado de muito longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Desencorajados

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- 2) tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava temporariamente ao serviço;
- 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Estabelecimento

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades

económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogo.

Formação Profissional Contínua

Formação profissional direcionada a indivíduos que desempenham ou já desempenharam uma atividade profissional e que se destina à atualização de conhecimentos e competências.

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Inativo disponível, mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

NEEF

Conjunto de indivíduos jovens de um determinado grupo etário que, na semana de referência, não estavam empregados (isto é, estavam desempregados ou eram inativos), nem frequentavam qualquer atividade de educação ou formação nessa semana ou nas três semanas anteriores. Em geral, consideram-se como jovens os indivíduos dos 15 aos 24 anos, mas este indicador também é disponibilizado para grupos etários mais alargados e subgrupos destes.

Nível de escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

População ativa

População com idade mínima de 16 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Inativa

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Prémios e subsídios regulares

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remunerações das horas não efetuadas

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

Saída escolar precoce

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Subutilização do trabalho

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

Taxa de atividade (16 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 16 e mais anos de idade).

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (16 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 16 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior á duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo, contudo, seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Comissão Científica eleita por Deliberação do Plenário do CRL, constituída por:

António Figueiredo – FEP, Universidade do Porto – Quatenaire Portugal

Cristina Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa – IEFP, IP

Francisco Madelino – ISCTE – INATEL

João Cerejeira – EEG – Universidade do Minho

Mário Caldeira Dias – Universidade Lusíada

1. Notas preliminares

O Relatório sobre Emprego e Formação, sobre o qual versa o presente parecer, vai na sua oitava edição anual. Comparativamente ao ano anterior, mantém-se a metodologia seguida e a estrutura, e o mandato da Comissão consistiu no acompanhamento da elaboração do relatório, iniciada com a discussão do roteiro preparado pela perita responsável, Professora Sílvia Sousa, e aprovado pelo Plenário do CRL.

Apreciação do relatório

1. Como nota de análise global, o Relatório reflete a maturação do modelo e estrutura de anterior, apresentando-se como um repositório bastante completo da informação disponível sobre o mercado de trabalho, e como elemento de suporte ao posicionamento dos parceiros sociais. O carácter maduro do modelo tem implícito uma vantagem e um inconveniente. A vantagem é seguramente a da segurança e carácter bastante completo da informação difundida, que tem vindo a ser melhorada e completada ano após ano. O inconveniente traduz-se na dificuldade de associar a maturação do modelo a aspetos de novidade com que valesse a pena confrontar os parceiros sociais.
2. Trata-se de um documento fundamental, que deveria ser amplamente divulgado e objeto de reflexão, não só na comunidade científica, mas também em todos os níveis em que se discutam as políticas públicas a adotar no país. Apela-se, pois, à intensificação do esforço de divulgação deste Relatório junto de todos os potenciais interessados e da comunicação social, enquanto veículo fundamental da disseminação da informação.

3. No capítulo macroeconómico, há que notar o seguinte:
- a. O Relatório poderia dedicar mais atenção ao facto de o peso das exportações representar já mais de 50% do PIB, sobretudo do ponto de vista do significado que este indicador tem na afirmação do modelo de alocação de recursos baseado nos transacionáveis e do que ele representa como condição necessária para um comportamento mais eficiente da economia. Aliás, o crescimento observado na produtividade total dos fatores, além de refletir outras melhorias de funcionamento da economia portuguesa, traduzirá também os benefícios de uma alocação de recursos comandada pelos transacionáveis. (Ver relatório, pag. 31, §1)
 - b. O segundo ponto diz respeito à afirmação realizada de que os efeitos do aumento das taxas de juro não terem ainda repercussão em matéria de formação bruta de capital fixo (FBCF). A teoria macroeconómica mais moderna questiona seriamente se os efeitos de aumento das taxas de juro condicionam fortemente a FBCF ou se, pelo contrário, esta depende essencialmente de outros fatores, tais como a dimensão de mercado e determinados custos de contexto. Não é por acaso que se discute hoje os mecanismos de transmissão da política monetária e que nesse debate se tem compreendido que os mecanismos da taxa de juro não são necessariamente os mais importantes para uma política monetária restritiva e anti-inflacionária ter impacto na redução da procura global que se pretende arrefecer. Por isso, nota referida no relatório poderia ser contextualizada com esta menção. (Ver Relatório, pag. 37, a seguir à figura 9)
 - c. O Relatório inclui, por vezes, partes que são importantes num ano ou num período delimitado. Parece ser o caso da inflação e da sua relação com a taxa de juro. Não existe forma global de recuperar as perdas de poder de compra para todos, a não ser que a economia e a produtividade cresçam e que o aumento dos rendimentos de uns sejam compensados por outras quebras compensatórias – salários vs lucros ou custos da energia e das matérias primas. Sem estas premissas e sem apoios específicos, a inflação significa sempre um empobrecimento.
 - d. No entanto, apesar dos efeitos sociais e económicos da pandemia e das consequências da guerra na Ucrânia, que se traduziram num cenário macroeconómico difícil, Portugal tem vindo a melhorar alguns desempenhos, como

a redução da dívida pública e recuperação do défice e a evolução do PIB e do PIB per capita, acompanhado por um crescimento expressivo das exportações, tal como referido acima.

4. No que diz respeito à evolução do mercado de trabalho, são de destacar alguns aspetos de evolução positiva, nomeadamente:
 - a. O saldo migratório positivo, que permitiu manutenção da população residente, a par de um aumento da taxa de atividade e um crescimento do emprego e da melhoria progressiva das qualificações da população empregada, para a qual contribui o aumento da proporção de trabalhadores com o ensino superior e a redução da taxa de saída precoce da escola, sendo esta neste momento inferior à europeia.
 - b. O mercado de trabalho também mostra uma melhoria ao nível de indicadores como são o aumento dos contratos sem termo, que correspondem a 83,6% do global, e a descida do desemprego em quase todos os escalões etários (com exceção dos 35-44 anos). No entanto, metade dos desempregados são de longa duração.
 - c. A subida do número de empresas em sectores da alta e média tecnologia (+13%) e o do número de trabalhadores nelas empregados (+6%).

5. Há, no entanto, aspetos menos positivos da evolução do mercado de trabalho que importa referir:
 - a. O crescimento da remuneração média abaixo da inflação, acentuando-se a aproximação entre a retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo nacional) e as remunerações médias. Em 2021, 67% dos trabalhadores, excluindo as Administrações Públicas, auferiam uma remuneração base mensal inferior a 1000 euros.
 - b. Embora a diferença venha diminuindo, as mulheres apenas ganham 84% do prémio salarial dos homens.
 - c. Apesar da melhora das qualificações, há dificuldades na integração dos jovens com ensino superior, manifestadas através de taxas de emigração expressivas, sendo também o grupo de trabalhadores cujo ganho médio mensal menos cresceu.

Sugere-se que os próximos relatórios dediquem mais e pormenorizada atenção ao modo como a economia portuguesa está a integrar a melhoria de qualificações que se vai observando, sobretudo do ponto de vista da melhoria dos novos fluxos de chegada ao mercado de trabalho.

- d. O crescimento exponencial das baixas por doença, de 81% em termos homólogos, para níveis muito superiores aos do período pré-pandemia, cujas causas merecem uma redobrada atenção e trabalho conjunto das áreas do emprego e da saúde.

*

Adicionalmente, o Relatório alerta para questões essenciais a que urge dar resposta, como sejam, entre outras, a necessidade de integrar realmente os imigrantes na sociedade portuguesa, criando condições de aprendizagem da língua e cultura e oferecendo dignidade no trabalho e condições de vida; a necessidade de qualificar os desempregados de longa duração – metade do número global - para um retorno ao mercado de trabalho, onde faz falta a sua participação; investir na saúde e segurança no trabalho, de modo a reduzir os acidentes de trabalho, as doenças profissionais e as mortes a eles associadas bem como prevenir o absentismo por doença; criar condições para a igualdade salarial entre mulheres e homens; estimular a subida dos salários, que continuam a ser muito baixos. Por fim, e sem prejuízo das sugestões feitas, o Relatório do Emprego em próximas edições deveria dedicar atenção específica à correta avaliação do alcance de duas transformações em curso na economia portuguesa: a da descarbonização e emergência dos empregos verdes, e a transformação digital, dando continuidade aos estudos que o CRL realizou anteriormente nestes domínios.

Uma palavra de apreço pela equipa do Centro de Relações Laborais por mais este trabalho de grande qualidade. Sem se conhecer a realidade, dificilmente se pode agir e trabalhar pela efetiva melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses.

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL

RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO 2022

Declaração de voto da CGTP-IN

O Relatório sobre Emprego e Formação de 2022 contém um conjunto de informação útil para a caracterização das situação do emprego, desemprego e formação profissional.

No entanto, apresenta diversas insuficiências que a CGTP-IN propôs que fossem colmatadas quer na altura da apreciação do roteiro, quer na versão preliminar do relatório, tanto no que diz respeito a dados publicados como a outros, nomeadamente administrativos, que o Centro de Relações Laborais poderia solicitar junto do ISS e IEFP, mas também ao INE, no sentido de enriquecer o documento. Considera também que a parte relativa à formação profissional careceria de maior desenvolvimento.

As insuficiências encontradas pela CGTP-IN dizem respeito à não inclusão de:

- Dados do Inquérito ao Emprego sobre população com nacionalidade estrangeira por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho, actividade e tipo de contrato de trabalho (ponto 2.1)
- Dados sobre os fluxos entre tipo de contrato (ponto 2.4)
- Dados administrativos provenientes das Declarações de Remunerações à Segurança Social (DRSS) no que diz respeito a tipos de contrato (no ponto 2.2) e salários, incluindo salário mínimo nacional (ponto 4) e não apenas dos Quadros de Pessoal (que são fundamentais, mas que sendo os últimos referentes a 2021 não permitem aferir nem o nível nem a perda real dos salários ocorrida em 2022)
 - A publicação trimestral do INE “Remuneração bruta mensal média por trabalhador” contém dados sobre remuneração base, regular e total por actividade, com diferenciação público/privado, entre outras desagregações. Os restantes dados podem ser solicitados ao ISS, que os recolhe a partir do cumprimento das obrigações das entidades patronais quando inscrevem os trabalhadores na segurança social
- Dados sobre prestações de serviços na Administração Pública (ponto 2.2)
- Dados sobre a situação face ao emprego após participação na formação profissional, incluindo a sua desagregação por tipo de vínculo e salário (ponto 5). Caso não existam com essa desagregação deve ficar essa nota no relatório, referindo a sua necessidade.

O mesmo sobre o tipo de contrato das ofertas preenchidas e o salário pago (ou pelo menos das ofertas), desagregando também por profissão e habilitação.

No que diz respeito ao enquadramento macroeconómico, é referido o aumento do custo de vida sofrido pelas populações e a sua ligação com o impacto da guerra na Ucrânia nas cadeias de abastecimento, destacando-se a energia, mas ignora-se que esta dificuldade foi activamente impulsionada pela UE ao impor sanções à Rússia ao arrepio das necessidades da economia e das condições de vida dos povos europeus.

Do mesmo modo, houve comportamentos especulativos por parte de grandes grupos económicos da área da energia e da grande distribuição que resultaram num aumento expressivo dos preços, tendo-se operado uma transferência de rendimentos do trabalho para o capital, uma vez que os salários não acompanharam a subida dos preços.

Quanto à redução da dívida e do défice desde 2017, numa primeira fase foi sobretudo a recuperação, embora insuficiente, de salários e pensões, que permitiu uma subida do PIB e a diminuição dos rácios, o que actualmente não se verifica. Por outro lado, a política da chamada consolidação orçamental teve como resultado um nível muito baixo e aquém das necessidades do investimento público, bem como a degradação dos serviços públicos e, em especial, das funções sociais do Estado, muito visível, nomeadamente, na situação da educação, da saúde e das prestações da segurança social.

Na opinião da CGTP-IN deveria referir-se o fraco peso do investimento, e nomeadamente do investimento público, no PIB e comparar com outros países.

Tendo em conta estas observações a CGTP-IN abstém-se na votação do Relatório sobre Emprego e Formação de 2022 do Centro de Relações Laborais.

Lisboa, 3 de Julho de 2023
CGTP-IN